

Desde a década de sessenta que milhares de cabo-verdianos emigram para Portugal, em contextos diversos, movidos por interesses e expectativas diferentes, portadores, cada um, de uma história. Não obstante esta diversidade de actores e palcos, que se traduz em formas de inserção e integração distintas no país de acolhimento, e das quais a autora pretende dar conta, um denominador comum torna-se saliente: o orgulho de ser cabo-verdiano.

O estudo em que esta obra se baseou procura, num primeiro momento, dar conta de um imaginário colectivo fortemente marcado pela emigração que, desde sempre, constituiu um elemento-chave da cultura do povo cabo-verdiano. Num segundo momento, identificada a heterogeneidade social da população imigrada, descreve-se e interpreta-se a sua inserção na sociedade portuguesa em diferentes domínios: pergunta-se que traços resistem e que outros se recriam num espaço social novo, regulado por relações de poder que discriminam e estigmatizam etnicamente. Finalmente, centra-se a atenção nos processos de reconstrução das identidades dos imigrantes a partir do par etnia / classe social.

Em que contextos se afirma uma identidade étnica?
Quando se torna saliente a identidade de classe?
Quem são os actores que protagonizam uma e outra situação?
Perguntas de um tempo novo marcado pela imigração a que esta obra procura responder de forma original e informada.

Ana de Saint-Maurice, socióloga, é professora no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e investigadora no Dinâmia (Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica).

CELTA EDITORA



Cooperação Portuguesa

Capa de Mário Vaz ■ ISBN 972-8027-63-X

Ana de Saint-Maurice IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS

CELTA

Ana de Saint-Maurice

Identidades Reconstruídas

Cabo-verdianos em Portugal



CELTA

IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS
CABO VERDIANOS EM PORTUGAL.

4.4.97

SOCIOLOGIAS

Colecção coordenada por Rui Pena Pires

TÍTULOS PUBLICADOS

João Ferreira de Almeida *et al.*
EXCLUSÃO SOCIAL: FACTORES E TIPOS DE POBREZA EM PORTUGAL (2.ª edição)

Charles Crothers
ROBERT K. MERTON

Pierre Bourdieu
RAZÕES PRÁTICAS: SOBRE A TEORIA DA ACÇÃO

S. N. Eisenstadt
FUNDAMENTALISMO E MODERNIDADE: HETERODOXIAS, UTOPISMO E JACOBINISMO
NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FUNDAMENTALISTAS

Norbert Elias
TEORIA SIMBÓLICA

Anthony Giddens
AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE (3.ª edição)

Anthony Giddens
MODERNIDADE E IDENTIDADE PESSOAL

Anthony Giddens
TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE: SEXUALIDADE, AMOR E EROTISMO NAS SOCIEDADES
MODERNAS (2.ª edição)

Maria das Dores Guerreiro
FAMÍLIAS NA ACTIVIDADE EMPRESARIAL: PME EM PORTUGAL

Jorge Correia Jesuino (coord.) *et al.*
A COMUNIDADE CIENTÍFICA PORTUGUESA NOS FINAIS DO SÉCULO XX: COMPORTAMENTOS,
ACTITUDES E EXPECTATIVAS

David Lyon
A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: QUESTÕES E ILUSÕES

Ramesh Mishra
O ESTADO-PROVIDÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ESTUDO COMPARATIVO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EUROPA, AMÉRICA DO NORTE E AUSTRÁLIA

Paulo Hilpe Monteiro
EMIGRAÇÃO: O ETERNO MITO DO RETORNO

Juan Mozziacreddo
ESTADO-PROVIDÊNCIA E CIDADANIA EM PORTUGAL

Patrick Murphy, John Williams e Eric Dunning
O FUTIBOL NO BANCO DOS RÉIS: VIOLÊNCIA DOS ESPECTADORES NUM DESPORTO EM MUDANÇA

Frank Parkin
MAX WEBER

Mike Reed
SOCIOLOGIA DA GESTÃO

Anália Cardoso Torres
DIVÓRCIO EM PORTUGAL, DITOS E INTERDITOS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Jorge Vala *et al.*
PSICOLOGIA SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES: ESTUDOS EM EMPRESAS PORTUGUESAS (2.ª edição)

José Manuel Leite Viegas
NACIONALIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES: ELITES E CULTURA POLÍTICA NA HISTÓRIA RECENTE
DE PORTUGAL

ANA DE SAINT-MAURICE

IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS

CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

PUBLICAÇÃO APOIADA
PELO INSTITUTO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

CELTA EDITORA

OEIRAS / 1997

© 1997, Ana de Saint-Maurice

Ana de Saint-Maurice (1958 —)

Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal

Primeira edição: Março de 1997

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-8027-63-x

Depósito legal: 10770/97

Revisão de texto: G. Ayala Monteiro

Composição: Celta Editora, utilizando caracteres Palatino, corpo 10

Capa: Mário Vaz / Celta Editora

Fotografia da capa: Pedro Pereira da Silva

Fotólitos, impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Lda, Apartado 151, 2780 Oeiras.

ÍNDICE

<i>Índice de figuras e quadros</i>	vii
<i>Prefácio</i>	xi
INTRODUÇÃO	1
1 MIGRAÇÕES, ETNIA E IDENTIDADE	3
Teorias das migrações	3
Migrações, cultura e integração	8
Sociologia das relações étnicas e rácicas	9
Os dispositivos da identidade colectiva	19
Modelo analítico	31
2 DE ÁFRICA A PORTUGAL	35
Origem da sociedade cabo-verdiana	36
Migrações e dinâmicas culturais na sociedade cabo-verdiana	38
Portugal, destino da emigração cabo-verdiana	49
Os imigrantes dos PALOP em Portugal	51
3 OS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS: UMA POPULAÇÃO SOCIALMENTE DIFERENCIADA	61
Caracterização sociográfica	63
Factores de diferenciação	65
Perfil social dos grupos	75
Imigrantes no novo espaço social: uma análise exploratória	78
4 INTEGRAÇÃO E INTERACÇÃO: PROCESSOS E ESTRATÉGIAS	83
A emigração como factor desestruturador da família	85
Inserção na sociedade receptora: primeiro momento	90

Sinais de inserção na sociedade portuguesa: o momento actual ..	97
O saldo da emigração	98
Interacção: espaços de conflito e de aproximação	105
5 RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES	113
Vectores de análise	117
Heranças culturais na construção da identidade étnica	120
Etnia e classe nas identidades sociais cabo-verdianas	131
Imagens a preto e branco	148
CONCLUSÃO	157
<i>Bibliografia</i>	<i>161</i>

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

1.1 Proposta de Wallman para a conceptualização das identidades...	22
1.2 Migrações, etnia e identidade: modelo analítico	32
2.1 Principais destinos da emigração cabo-verdiana, 1980-1985	50
3.1 Imigrantes cabo-verdianos: relação entre naturalidade e nacionalidade	66
4.1 Tipologia de mobilidade em termos dos bens de equipamento	102
5.1 Dimensões estruturais das representações e identificação das oposições correspondentes	150
5.2 Relação entre posição estrutural dos sujeitos (classe social) e estrutura representacional	152

Quadros

2.1 Estimativa do número de cabo-verdianos residentes no estrangeiro	47
2.2 Percentagem da emigração para Portugal na emigração cabo-verdiana total, por ano e ilha	50
2.3 Imigrantes dos PALOP: comparação de fontes estatísticas	55
2.4 Nacionais dos PALOP residentes em Portugal em 1981, segundo o período de emigração, por países de origem (nacionalidade) ...	55
3.1 Imigrantes cabo-verdianos por ramo de actividade	64
3.2 Imigrantes cabo-verdianos por grupo socioeconómico segundo a relação naturalidade/nacionalidade.....	68

4.1 Mobilidade profissional por grupos de imigrantes..... 100

4.2 Aplicação da tipologia de mobilidade, em termos dos bens
de equipamento..... 102

5.1 Reconhecimento da pertença ao grupo exemplificado
pela adesão à proposição "o meu modo de vida é semelhante
ao de todos os outros cabo-verdianos", por nível
de escolaridade..... 136

À minha mãe

PREFÁCIO

Ter como objecto empírico de uma longa e laboriosa investigação a comunidade cabo-verdiana a residir em Portugal deve-se a um percurso biográfico fortemente marcado por referências africanas diversificadas, propiciadas pelos espaços, pelas relações, pelas vivências, pelo sentir a que África generosamente obriga.

A partida compulsiva para Portugal forçou a uma não menos compulsiva percepção de uma realidade, aquela vivida pelos imigrantes africanos que aí buscavam a sobrevivência que o "destino" lhes negou na sua terra de origem. É o "destino" a que se pode chamar escassez, colonialismo ou guerra. Não são muitos mais os motivos que estão na génese dos grandes fluxos migratórios que desde cedo se dirigiram para a metrópole, já que aqueles são suficientemente abrangentes para se reflectirem nos mais diversos aspectos que facilmente se classificariam como razões individuais ou particulares: emigra-se porque os conterrâncos ou a família emigraram (o que só aparentemente é uma razão em si), emigra-se para estudar ou conseguir uma carreira (que outras hipóteses oferecia a terra-mãe?), etc., etc.

Sendo importante avaliar os aspectos objectivos e contabilizáveis que rodeiam a questão da imigração, não menos importante será dar conta das subjectividades que acompanham os processos migratórios nos seus diversos momentos — da decisão de partir à ideia do regresso. Por muitos sonhos que se construa em torno da terraprometida, não é sem dor que o cabo-verdiano deixa a terra-mãe. Só a perspectiva de um regresso recompensado a torna menor:

Se no morrê / Se nós morremos
Da dispídida / Na despedida
nhôr Deus na bolta / Senhor Deus, no regresso
Ta dá-no bida / Dar-nos-á vida
[morna de Eugénio Tavares]

Contudo, uns partem e outros não: "Na véspera de não partir nunca/Ao menos não há que fazer as malas" (Fernando Pessoa). Possibilidades diferenciadas mas também subjectividades e projectos particulares. A decisão de partir não é alheio o retorno da própria emigração: referimo-nos aos bens enviados à família que ficou, mas, sobretudo, às imagens associadas a uma nova vivência, imagens sempre melhoradas de modo a legitimar a partida que ao longo do tempo se idealizou e finalmente se concretizou. Assim, os que ainda não partiram imaginam mundos possibilitadores:

li fico por instantes
construindo
fantasiando
cidades
terras distantes
que apenas sei existem
por aquilo que se diz...
[Jorge Barbosa]

A inserção no novo espaço diferencia-se em consonância com as expectativas, os projectos, as trajectórias, os recursos, as oportunidades. O sentido da mudança não é vivenciado nem apercebido da mesma forma por uns e outros.

Contudo, para a sociedade receptora, e não obstante as clivagens sociais que atravessam a comunidade imigrante, qualquer indivíduo de *tez* carregada é um cabo-verdiano a quem se associam, de imediato, os descalos de que a comunicação social faz alarde, um espaço físico degradado pelo qual são mais ou menos responsabilizados, a desqualificação de um *modus vivendi*, mas, também, a quem se reconhece o trabalho árduo que desempenham em sectores de actividade que a maioria da população autóctone recusa. Foi, sobretudo, esta atitude homogeneizadora mas simultaneamente discriminatória e segregacionista da sociedade receptora, por um lado, e o percurso biográfico do investigador, por outro, que desencadearam o interesse e o dever de estudar e dar a conhecer a comunidade cabo-verdiana a residir em Portugal.

Este livro — resultado de uma investigação académica levada a cabo durante seis anos — tem como objectivo partilhar algumas reflexões sobre a comunidade cabo-verdiana, sem a pretensão de fornecer verdades, mesmo que inacabadas. Procuram-se contornos de identidades, identificam-se fronteiras frágeis entre etnia e classe social, classificam-se de forma flexível protagonistas enquadrados por tempos históricos, por contextos sociais e individuais diversos.

Não conta só a História, mas também as histórias.

INTRODUÇÃO

No contexto desta pesquisa, e a partir dos diversos contributos das teorias das migrações, os migrantes são considerados actores intervenientes nas mudanças sociais — mudam-se os destinos pessoais, mas alteram-se também as sociedades de origem e de imigração. Os efeitos dessas mudanças observam-se em múltiplos domínios. Na *sociedade de origem*, afectam os planos económico, social, cultural e político. Na *sociedade receptora*, são particularmente visíveis na diferenciação do mercado de trabalho, na regulação política dos fluxos migratórios, nos acréscimos de variabilidade cultural, na redefinição dos espaços de interacção e na recomposição dos espaços urbanos. Nas trajectórias dos próprios *migrantes* podem ser observados no plano da redefinição das suas regras de comportamento e na reconstrução das suas identidades, emergindo novas concepções e novos modos de vida. A própria imagem da terra-mãe, agora vista e sentida à distância, é objecto de contínuas actualizações, diluindo-se progressivamente a perspectiva do regresso. Processos de desestruturação familiar desenvolvem-se a par com a criação de novas solidariedades.

Contudo, entender as mudanças centradas nos imigrantes exige, antes de mais, enquadrar a comunidade imigrante no seu contexto histórico, social e cultural de origem. A plasticidade das identidades reside exactamente na influência dos contextos sociais de forma mais ou menos decisiva na construção da interioridade dos indivíduos, grupos ou nações (entendendo-se aqui identidade como dimensão estruturada e estruturadora das práticas simbólicas e do imaginário). A reconstrução das identidades ao longo de um processo de mudança — a emigração — passa pelo confronto entre um passado e um presente e pela perspectiva de um futuro que, no nosso entender, é o resultado da relação anterior (passado/presente).

Assim, após a recensão das diversas contribuições teóricas produzidas no âmbito da sociologia das migrações, da sociologia das relações étnicas e rácicas e das identidades (capítulo 1), procurámos, num primeiro momento, reconstituir o passado histórico responsável pelo imaginário colectivo do

cabo-verdiano, pelas formas de sentir e estar de um povo no qual a própria emigração, uma constante na realidade cabo-verdiana, constitui um dos elementos estruturadores da identidade cultural (capítulo 2). Num segundo momento, identificada a heterogeneidade da comunidade cabo-verdiana a partir de diversas fontes estatísticas (capítulo 3), descreve-se e interpreta-se a inserção dos imigrantes na sociedade receptora em diferentes domínios e em dois tempos distintos: a chegada a Portugal e o momento da realização da investigação (capítulo 4).

No capítulo 5, começa-se por esboçar os traços distintivos que marcam a singularidade cultural daquela minoria étnica. A representação da nacionalidade, a língua, a idade do regresso, a ligação real ou simbólica à terra-mãe e finalmente as práticas culturais específicas são vectores hipotéticos de coesão. Perguntou-se, portanto, que traços resistem (como é vivida e percebida a cultura de que são herdeiros) e que outros se recriam num espaço social no qual os imigrantes ocupam uma posição minoritária. Se minoria pode ser definida de modo quantitativo, aqui o termo é entendido como o resultado de uma relação de poder que se estabelece entre sociedade receptora (dominante) e comunidade imigrante (dominada). No entanto, esta relação redimensiona-se na medida em que é tanto mais importante (no sentido em que produz efeitos segregacionistas) quanto menor os recursos socioeconómicos dos protagonistas, e vice-versa. Ou seja, a etnia, enquanto factor primeiro de estruturação das interacções entre maioria e minoria (porque visível e indelével, já que para além de tudo se sobrepõe à raça), dilui-se no momento em que a classe social faz aproximar indivíduos que partilhem de um estatuto socioeconómico mais elevado. Assim, etnia e classe constituem o binómio estruturador das identidades, definidas estas pela diferença percebida nos processos interactivos. E se em alguns momentos (e em relação a um determinado grupo) a classe parece sobrepor-se ao efeito da etnia, noutros ela dilui-se para se afirmar uma identidade étnica que confere coesão simbólica à comunidade.

Queria expressar os meus agradecimentos ao Professor Doutor Jorge Vala, a quem devo a doura orientação da pesquisa que esteve na origem do texto agora apresentado ao leitor, bem como à comunidade cabo-verdiana, que, ao deixar-se observar, tornou viável este projecto. Como este livro resultou de uma tese de doutoramento para a qual se tornou necessária alguma exaustividade quer no que se refere à informação empírica recolhida, quer no que respeita aos procedimentos técnico-metodológicos, remetemos o leitor interessado numa informação mais pormenorizada para a consulta da dissertação.¹

¹ Saint-Maurice, A., 1994, *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração*, tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

1 MIGRAÇÕES, ETNIA E IDENTIDADE

Teorias das migrações

Começaremos por abordar as teorias económicas que enquadram a questão das migrações, às quais se sucedem abordagens que privilegiam um conjunto diverso de factores que complexificam o fenómeno e que não só dão espaço aos actores em termos da decisão de migrar, como os perspectivam em termos de agentes de mudança social. Finalmente, serão sumariamente apresentadas propostas de tipologias clássicas que permitiram outros desenvolvimentos de modo a tipificar os movimentos populacionais internacionais.

A teoria clássica das migrações, de que Ravenstein é o principal precursor (1885-89), assenta no modelo de atracção-repulsão (*push-pull model*) para o qual o factor económico é a causa fundamental das migrações. Os homens deslocam-se na procura da maximização dos bens e minimização das desvantagens. O modelo centra a sua atenção em factores ligados ao meio de partida (origem) e de chegada (destino), considerando, no entanto, outras variáveis intervenientes que interferem, positiva ou negativamente, na decisão individual de migrar. Pressupõe-se que os indivíduos fazem uma escolha racional — teoria da escolha racional — para além de que conhecem como funciona o sistema, ou seja, dominam, em termos de conhecimento/informação, a nova situação e as consequências da decisão.

Por seu lado, a teoria do mercado de trabalho (cf. Kindleberger, 1967; Bartoli, 1966), quando usada no domínio das migrações, realça os factores de procura e oferta relativos ao fornecimento de mão-de-obra.

O modelo (básico de atracção-repulsão), na sua forma inicial, pressupunha a manutenção de um equilíbrio dos níveis salariais, pois as diferenças provocadas pela variação das vantagens dos diferentes locais de emprego seriam compensadas pelas migrações (Jackson, 1991: 23).

Mais tarde, o modelo foi revisto por Keynes, que, continuando a afirmar como factor fundamental o nível de salários, considera, no entanto, a mão-de-obra como um recurso flexível e não apenas um simples recurso permutável. Lind (1969) repensa este modelo privilegiando outros factores para além do emprego, como sejam, as infra-estruturas locais, os aspectos sociais e culturais ligados ao meio, entre outros.

De forma a ultrapassar estas abordagens muito localizadas, Wallerstein defendeu a necessidade de se encararem os fenómenos económicos e sociais associados à questão da migração como parte integrante de um sistema-mundo. O desigual desenvolvimento capitalista resultaria na dependência, funcional e hierárquica, dos países subdesenvolvidos — a periferia — em relação aos países de forte crescimento económico — o centro.¹ Estruturalmente, a relação estabelecida entre centro e periferia opera de modo a criar e manter os desequilíbrios do ponto de vista do crescimento económico.² A migração é uma resposta variável a esta diversidade espacial em termos de produção, com diferentes formas de causalidades, carácter e impacto. Assim,

as migrações internacionais no sentido periferia-centro representariam uma concretização da transferência de recursos humanos, a qual (i) teria origem na incapacidade de absorção pela indústria, nas sociedades satelitizadas, da força de trabalho repelida dos campos em resultado das alterações operantes no sistema rural e (ii) contribuiria para a acumulação nas metrópoles, dada a sub-remuneração relativa dos imigrantes, possibilitada pela institucionalização, nestas sociedades, de um mercado de trabalho segmentado, legitimado por ideologias de tipo segregacionista (Pires e Saint-Maurice, 1990: 207).

O processo seria acompanhado de políticas a definir quer no país de emigração (por forma a minimizar as situações de marginalidade urbana, por exemplo), quer no país de destino (com o objectivo, por exemplo, da contenção da subida de salários e incentivo de sectores económicos tradicionais).

1 Diversos autores, como Petras, E. (1981): "The global labor market in the modern world-economy", in, Kritiz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M., 1981: *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque., The Center for Migrations Studies, diversos autores, dizíamos, alargam a tipologia considerando uma categoria intermédia, a região da semiperiferia. Esta proposta tem levantado alguma polémica, já que, como afirma Pires (1990), "a ideia de posição inter-média abre caminho à reintrodução da qualificação das diferenças observáveis no mundo contemporâneo como diferenças de grau mais do que de tipo".

2 Historicamente as formações periféricas exportavam matérias-primas para o centro, a baixos custos de produção, que as transformava exportando para as primeiras produtos de origem industrial, a preços elevados. Isto conduz à especialização (monoprodução de produtos primários da periferia), bloqueando o desenvolvimento económico e reforçando a dependência em relação às regiões do centro.

Segundo Amaro (1986), as remessas dos emigrantes para os países de origem constituem uma das rubricas de crédito mais importantes, em termos da balança de pagamento, atenuando a dívida externa do país de emigração. Porém, o quadro tão optimista quanto simplista no qual se associa emigração-remessas-desenvolvimento deve ser desmontado. Para Amaro (1986), não devem ser ignorados alguns problemas estruturais que relevam das formas de dependência relativamente ao exterior:

(i) faz (a dependência em relação ao exterior) depender a formação de rendimentos nesses países das condições existentes em países estrangeiros no que se refere ao mercado de trabalho (...); (ii) conduz, nos países de emigração, à constituição de recursos financeiros sem contrapartida produtiva interna (...) induzindo deste modo a pressões sobre as respectivas balanças comerciais; (iii) conduz à imitação de padrões de consumo das sociedades ditas desenvolvidas (...) (Amaro, 1986: 135).

Todas estas abordagens são relativamente determinísticas e rígidas em termos da decisão de migrar, que em última instância "deve caber ao indivíduo".³ O modelo de determinação e de acção social mais abrangente (cf. Giddens, 1976) vem dar voz aos actores que surgiam como peões inactivos, à luz de algumas das teorias de pendur economicista. Estabelece-se o princípio básico de que

os actos individuais são acontecimentos sociais inseridos em circunstâncias históricas específicas, circunstâncias estas que condicionam as decisões, mas não as determinam, eliminando a activa participação dos indivíduos (Jackson, 1991: 53).

Tendo em conta a multiplicação de factores intervenientes no fenómeno da migração a que progressivamente se foi reconhecendo importância, Salt (1981) propõe valorizar a abordagem sistémica que, sobretudo a partir de 1970, assumiu alguma preponderância, encarando a migração como um processo dinâmico que reflecte os contextos complexos nos quais ocorrem os movimentos. As comunidades envolvidas interactivam num sistema de trocas complexo, que deve ser analisado enquanto tal. A decisão dos actores de migrar deverá ser enquadrada nos contextos, mais ou menos próximos, que a influenciaram: os contextos que circundam os potenciais migrantes (família e amigos) e os contextos económico, político, social e histórico que enquadram o movimento.⁴ No entanto, também é verdade que o próprio fluxo

3 Como Jackson recorda, é vulgar dizer-se que "a decisão de migrar é semelhante à decisão de casar", ou seja, tendo todas as condições objectivas para o fazer, a última decisão é do indivíduo.

migratório irá alterar os contextos, resultando por isso numa redefinição constante dos processos migratórios: os espaços de origem e destino serão necessariamente afectados, pelo que as sequentes decisões de migrar implicam, então, um novo ponto de partida.

Assim, há autores (cf. Zelinsky, 1982; Courgeau, 1982; Hechter, 1975) que defendem o enquadramento da questão da migração nas teorias da mudança social, pois trata-se, sem dúvida, de um processo indutor de mudanças quer para o próprio migrante, quer para os países de origem e destino: afectam-se as estruturas demográficas, a vida social, cultural e económica das populações daqueles países. "O acto de migrar redefine uma história" (Jackson, 1986: 57).

Dois níveis de análise estão subjacentes aos diversos modelos brevemente expostos, ora privilegiando um, ora excluindo, total ou parcialmente, o outro: um nível macro, que estabelece como determinantes as esferas económica (com maior importância), social e política na génese dos movimentos, e um nível micro, que valoriza os actores na tomada de decisão de migrar.

Esta distinção remete, mais ou menos directamente, para a sistematização das características dos movimentos, ou seja, para uma tipologia das migrações.⁴ O modelo analítico mais conhecido refere-se à tipologia de Fairchild (1925), que propõe uma classificação das migrações com base em dois critérios: diferenciação dos níveis cultural dos países de origem e de destino e, no carácter pacífico ou, pelo contrário, bélico do movimento. Assim, estabelece quatro tipos de movimentos, a saber: invasão (ocupação bélica feita por um país de baixo nível cultural a um de nível superior); conquista (invertem-se os níveis culturais verificados no tipo anterior); colonização (tem as mesmas características em termos da diferenciação de níveis culturais que a conquista, mas trata-se de um movimento pacífico); e migração (culturas ao mesmo nível, movimento pacífico).

As fragilidades do modelo evidenciam-se na distinção que é feita entre conquista e invasão. Petersen critica a tipologia alertando para o etnocentrismo explícito na distinção entre alto e baixo nível cultural e para a ambigui-

4 Imagine-se um conjunto de circunferências concêntricas no meio das quais se centra o actor e que representam os diferentes níveis de causalidade, por exemplo, contexto familiar seria dos mais próximos e o processo histórico em que ocorre o movimento seria um dos mais afastados. Parece-nos, contudo, um modelo passível de ser criticado, já que, um certo contexto pode ser próximo do indivíduo em termos do grau de poder que ele tem relativamente aos elementos que o integram (o contexto familiar), mas, em termos da coacção que o contexto pode exercer na decisão de migrar, poderá tratar-se de um contexto afastado do indivíduo (por exemplo, o contexto político).

5 Sendo uma questão que iremos abordar em capítulos posteriores, no entanto parecennos indispensável referi-la neste contexto como ponto de partida para uma tipologia simultaneamente mais complexa e mais específica.

dade da classificação pacífico/bélico. Com base em conceitos que surgem da discussão acerca do sedentarismo/nomadismo dos povos, Petersen distingue a migração inovadora (como forma de descobrir o novo) da migração conservadora (forma de mudança das condições de modo a manter-se o que se tem; muda-se geograficamente para se manter outras coisas). Desta distinção e da intervenção dos actores na tomada de decisão de migrar, Petersen (1970) constitui a base de uma nova tipologia. Resultaram cinco tipos de migração: migração primitiva (resulta de um impulso ecológico); migração forçada (os indivíduos não dispõem de qualquer poder na tomada de decisão, sendo esta forçada por forças exteriores — estado ou instituições sociais funcionalmente equivalentes); migração impelida (não obstante a intervenção anteriormente referida, os indivíduos ainda dispõem da possibilidade de decidirem); migração livre (a vontade dos actores é decisiva); e finalmente migração de massas (quando os motivos individuais deixam de ter sentido, a emigração é um padrão social).

Autores como Goldscheider (1971), Krishnan e Odynak (1987) teceram algumas críticas ao modelo: o movimento migratório, em termos dos seus efeitos, é conservador ou inovador para quem e para quê? Em consequência destas críticas, aqueles dois últimos autores propuseram uma revisão da tipologia de Petersen mais geral, onde outros critérios de classificação foram considerados. Enquanto este autor apenas tem em consideração a posição social do migrante no momento da partida, Krishnan e Odynak vão considerar também a posição alcançada no país de destino. Basicamente constroem uma tipologia que cruza o estatuto social esperado pelo indivíduo antes de migrar (motivações e expectativas face à migração) com o estatuto real no país de destino. Recuperam alguns dos tipos propostos por Petersen e encontram outros.

A recorrência a um conjunto de critérios básicos de classificação, na sequência da orientação contextualizadora que nos parece a mais adequada na abordagem das migrações, permitir-nos-á, no capítulo seguinte, esboçar uma tipologia centrada nos fluxos migratórios com origem em África e dirigidos para Portugal. A tipologia assentará na distinção fundamental entre migração económica ou laboral e migração de refugiados.

Tendo sido sumariamente recensadas algumas das perspectivas mais salientes do fenómeno da migração, onde se confrontaram diferentes níveis de análise (macro e microníveis), pretende-se agora centrar o fenómeno ao nível dos efeitos mais significativos, nomeadamente em duas dimensões: a cultura que se cruza nos dois sentidos do movimento migratório e a integração dos migrantes no novo espaço geográfico, social e cultural.

Migrações, cultura e integração

Os discursos da sociologia em torno do contacto entre culturas foram sendo consentâneos com a própria evolução das sociedades, ou melhor, com as concepções dos modelos de crescimento económico dos países industrializados. As críticas ao processo de racionalização das sociedades modernas deram origem, de um lado, a um discurso a favor da diversidade cultural centrado na questão das identidades e respeito pelas diferenças, contexto que favoreceu a definição conceptual de etnicidade, e, do outro, a um discurso da "uniformização planetária", "do cosmopolitismo nivelador", enfim "do universo concentracionário".

As situações de multiculturalismo advêm, em particular, dos movimentos populacionais que ocorrem (i) dentro da lógica do modelo clássico "repulsão-atração" decorrente das assimetrias de desenvolvimento económico entre países periféricos e centrais, como vimos anteriormente, e também, embora não se excluam, (ii) dentro do quadro de dominação política de um povo sobre outro. Veja-se os casos, se não paradigmáticos pelo menos exemplares, da Inglaterra e da França, que comportam uma miscelânea de culturas, resultado de uma longa história de colonização de outros povos.

Contudo, é sem dúvida a emigração económica (e não a migração política ou de refugiados de guerra) que tem sido, com maior acuidade e insistência, objecto de estudo dos investigadores sociais, que, sob um prisma ou outro, propõem modelos de análise que permitem compreender a coexistência de diferentes culturas numa mesma sociedade. Neste sentido,

as migrações de trabalhadores não são uma simples transferência espacial de mão-de-obra. Esta transferência constitui um movimento social através do qual se reestrutura a classe operária ao nível global do sistema de produção (Almeida, 1974a).

Os seus efeitos não são apenas visíveis na esfera do mercado de trabalho, mas no próprio tecido social, agora enriquecido com as contribuições das novas culturas em presença, na sociedade de acolhimento. Assim, a migração deixa de ser encarada apenas na sua vertente económica para ser perspectivada holisticamente. Os migrantes passam a ser reconhecidos como protagonistas importantes da história do país de acolhimento.

Diferentes enfoques são desenvolvidos a propósito da inserção dos migrantes no país de imigração. Da simples inserção funcional (análise das condições reais de existência) aos processos de deculturação mais ou menos acentuados (análise da relação entre a cultura de origem e a cultura do país receptor) as abordagens diferem. Obviamente que estas são as situações

polarizadas, sendo importante contabilizar o factor tempo, que a curto ou a mais longo prazo pode determinar a aproximação a um ou outro pólo.

As contribuições da Escola de Chicago (1920-30) para o estudo das relações étnicas e rácicas (indissociáveis da questão da integração dos imigrantes) não podem ser negligenciadas. As suas preocupações centram-se na ausência efectiva de comunicação entre grupos heterogéneos que habitam as cidades, o que compromete a acção colectiva. Os modelos inicialmente adoptados por Park (1928), referência central da Escola de Chicago, os quais enquadravam a abordagem da assimilação cultural, marcavam-se pela inevitabilidade da total aculturação de um povo quando em contacto com outro, sendo este dominante. Ou seja, a fase da assimilação completava um ciclo de relações sociais cristalizadas entre duas culturas (Myrdal, 1944). Esta posição veio a ser contestada empiricamente a partir de realidades que revelavam a preservação de traços culturais originais em comunidades de emigrantes.

Começavam assim a criar-se as condições teóricas para contestar o mito do *melting-pot* americano, que mascarava uma sociedade claramente recortada e dividida pela presença de diferentes grupos étnicos, uma manta retalhada, que apontava para a emergência de conflitos e diferenças inconciliáveis.

Os grupos étnicos são então analisados enquanto grupos minoritários e não como um conjunto desestruturado de indivíduos que teriam como característica comum a de estar entre as últimas vítimas de um sistema sociopolítico tendendo para a justiça e o bem-estar social (Almeida, 1974a).

Concluindo, as perspectivas economicistas que durante muito tempo dominaram os estudos acerca da migração vêm dar lugar às abordagens que privilegiam o migrante enquanto agente de mudança simultaneamente portador e gerador de cultura. As sociedades envolvidas nos processos migratórios não permanecem imunes aos contributos culturais que, nos dois sentidos, se fazem actuar.

Sociologia das relações étnicas e rácicas

A revisão bibliográfica que aqui se pretende fazer destaca, numa primeira parte, as contribuições teóricas mais relevantes para a sociologia das relações étnicas e rácicas: da teoria da escolha racional à perspectiva normativa de Parsons, Rex elabora um quadro conceptual apoiado, sobretudo, naqueles contributos. As teorias em torno das sociedades pluriétnicas e a conceptualização do conflito que rege potencialmente as relações entre grupos étnicos completam, em termos das perspectivas globais, o enquadramento teórico.

Numa segunda parte, enfatiza-se a definição de grupo segundo diferentes enfoques e, de modo particular, salienta-se a definição de etnicidade e grupo étnico. Etnia e classe social, sendo critérios que nem sempre se excluem e que regem e estruturam as relações entre os grupos/classes, colocam o problema da definição das fronteiras, pelo que salientamos a sua pertinência teórica.

Rex constitui uma das referências centrais da sociologia das relações étnicas e rracas. Tendo adoptado o individualismo metodológico (referimo-nos às posições assumidas nas suas primeiras obras datadas da década de 60), a abordagem que faz das relações étnicas e rracas situa-se na esteira das posições assumidas anteriormente por Hechter (1983), Banton (1983), Barth (1969) e por ele próprio a favor da "teoria da escolha racional". Esta encara o comportamento individual como uma função da interacção dos constrangimentos estruturais e das preferências individuais (Hechter, 1986), o que quer dizer que o comportamento pode ser previsto somente se o esquema de preferências do agente for também conhecido.

Wallman critica as posições teóricas assumidas por Barth, por conceber a organização social em termos de escolhas feitas entre diversas opções, gerando-se novas estruturas.

Quando tenta explicar porque são feitas escolhas étnicas, os seus argumentos tornam-se circulares: porque os indivíduos ou grupos actuam de acordo com os seus próprios interesses, escolhem de forma a maximizar o valor. O que quer que escolham, a intenção é obter o máximo de valor (Wallman, 1986).

Uma abordagem alternativa à teoria da escolha racional é a perspectiva normativa de Parsons, que postula que "os homens podem actuar em termos da racionalidade de meios para atingir fins, mas dentro de uma estrutura que implica a determinação normativa tanto para os fins procurados como para os meios usados" (Parsons, 1952). Este autor distingue diferentes intervenções e determinações dos sistemas cultural, social e da personalidade. Rex subscreve Parsons ao sublinhar que "o sistema social baseado na interacção dos indivíduos tinha a sua própria dinâmica e as suas próprias leis. O indivíduo era coagido não apenas pela sua personalidade ou pela cultura herdada, mas também pelas contingências da interacção com outros indivíduos" (Rex, 1986: 15).

Enquanto a teoria da escolha racional confere um papel determinante à acção individual, Rex situa a acção individual no quadro da interacção (sem, contudo, esquecer a importância das estruturas no planeamento das acções individuais), onde se jogam, por vezes, poderes desiguais. Estes são sustentados por grupos étnicos ou rracos diferentes, que se confrontam dentro de um quadro de coacção real ou simbólica. Desta forma, deve a sociologia reconhecer e atentar nos objectivos contraditórios das acções individuais e colectivas. Nesta medida, a teoria do conflito surge como um

instrumento conceptual pertinente, pressupondo basicamente que fins contraditórios são procurados por diferentes agentes com recurso a meios adequados.

Para Schermerhorn (1970), a questão central é a da integração dos grupos tomada como variável básica para o entendimento das relações étnicas. Estas variam não só com a relação de poder, mais ou menos verticalizado, e a distanciação cultural entre os grupos, como também com a altitude que os indivíduos assumem relativamente à questão da integração. Assim, as sociedades pluriétnicas constituem palco privilegiado para o debate das relações rracas e étnicas. Van der Berghe e Schermerhorn, nos Estados Unidos, e Banton e Mason, em Inglaterra, cujos trabalhos lançaram as bases de uma sociologia sistemática das relações étnicas, estão ligados às teorias da sociedade pluralista, elaboradas para explicar a especificidade da diferenciação social em sociedades coloniais.

Van der Berghe entende as raças como grupos humanos que se autodefinem, ou são definidos por outros grupos, como diferentes em virtude de características físicas inatas e imutáveis. É uma definição que ao longo do tempo tem perdurado, contrariamente ao termo de etnia, o qual tem vindo a tomar diferentes significados: para uns, nomeadamente para os Anglo-Saxónicos, significa o apego a uma cultura de origem relativamente à qual os indivíduos têm algum poder de escolha, o que já não acontece quando se pensa na raça. Esta parece marcar fatalmente o destino dos indivíduos. Contudo, Wallman considera que epistemologicamente os termos têm semelhanças:

Em ambos os casos o que é decisivo é a percepção de escolha ou imutabilidade de quem classifica; as diferenças observadas e a forma como são interpretadas dizem mais acerca do classificador do que do classificado (Wallman, 1986: 229).⁶

As divergências em torno do termo etnia assentam na oposição entre factores intrínsecos e extrínsecos utilizados como critérios definitórios. Enquanto uns autores definem a etnia fazendo salientar os factores intrínsecos aos indivíduos — abordagem primordialista apresentada por Coertz (1963) — em que o sentido da etnia é algo interiorizado, "fica incorporado no eu" (Gordon, 1978: 73), sendo por isso relativamente independente da classe social, outros procuram explicações de carácter mais geral que extravasam o indivíduo, conferindo às situações sociais um valor explicativo dos comportamentos individuais.

Como se afirmou anteriormente, é no quadro da interacção que deve ser conceptualizada a questão da etnia, a qual resulta dum conjunto de

6 No ponto seguinte, relativo à revisão bibliográfica em torno da questão das identidades, iremos ver como Wallman destaca esta questão ao enfatizar o aspecto relacional das identidades: "Quem sou eu depende de 'quem sou eu em oposição a', e de 'quem estiver a desenhar a linha de diferença entre nós'" (Wallman, 1990).

representações que os grupos interactuantes constroem quando se confrontam. As avaliações, quer reciprocamente feitas, quer em relação ao próprio grupo de pertença, são por vezes descoincidentes, traduzindo-se numa situação de conflito cognitivo. Esta é uma das dimensões que estão no centro das preocupações dos sociólogos das relações étnicas. No entanto, o conflito cognitivo é apenas a face mais visível do conflito social, sendo este o resultado das inequidades sociais e económicas.

Se alguns teóricos vêem a separação entre brancos e negros como uma questão de casta (Warner, 1936), os marxistas encontram aí uma diferença de classes, expressa nas relações entre exploradores e explorados (Cromwell, 1970). Cox (1948) defende que o conflito interétnico apenas pode ser explicado pela história social de uma dada relação. O conceito de sociedade múltipla, no qual Furnivall (1939) assenta a sua teoria, ultrapassa a rigidez daquelas posições, fazendo discernir uma sociedade composta por grupos étnicos diversos assentes em laços primários de etnia. O conceito foi mais tarde apropriado por Banton (1983).

Das perspectivas aqui sumariamente abordadas, podem ser retidos dois eixos em torno dos quais se situam as preocupações da sociologia das relações étnicas e rracias: um que estrutura a explicação da formação dos grupos étnicos, salientando os critérios que sustentam a coesão do grupo; outro (com a obliquidade que se quiser) que define as fronteiras, em termos de influência dos comportamentos, entre raça e etnia e classe social. O plano que circunscreve estes eixos salienta a desigualdade de poderes que distinguem os grupos quaisquer que sejam os critérios que os definam.

Grupos e grupo étnico

As abordagens feitas pelas diversas ciências humanas, não obstante o discurso específico de cada uma, revelam alguns pontos de conformidade no que se refere ao conceito de "grupo": por um lado, implica que haja afinidades entre os membros do grupo, sejam elas reais ou simbólicas, e, por outro, que o grupo se defina em função de um referente, de um "outro", num contexto de interacção. Estes constituem o denominador comum das diferentes aproximações ao conceito.

Merton, ao teorizar os grupos de referência, centra a sua atenção em torno dos problemas ligados ao facto de os indivíduos se orientarem, mais do que pelo seu grupo, pelo outro grupo, procurando sistematizar as determinantes e as consequências dos processos de avaliação e auto-estima nos quais o indivíduo adopta os valores ou padrões de outros indivíduos e grupos como sistema comparativo de referência, o que é particularmente

importante para a compreensão dos conceitos de assimilação e aculturação. Segundo o autor, a estrutura de referência pode ser de diferentes espécies:

- a) associação real. Comparação com indivíduos próximos e na mesma situação (por exemplo, com indivíduos da mesma etnia e classe social, com os quais se estabelecem relações quotidianas próximas, isto é, relações primárias);
- b) pertença ao mesmo grupo ou categoria social. Não há necessariamente uma interacção directa, mas a comparação é feita com outros do mesmo grupo (com elementos da mesma etnia, mas de classes sociais diferentes);
- c) pertença a categorias sociais diferentes. Não implica também, necessariamente, interacção social (comparação com indivíduos de etnia diferente) (Merton, 1968).

São possíveis várias combinações entre estas situações. As comparações podem ser feitas com indivíduos que em certos aspectos estão em situação semelhante, mas noutros aspectos em situação dissemelhante.

O reconhecimento cognitivo da pertença é apenas uma das dimensões do processo de identificação com um grupo. A avaliação é também uma dimensão salientada por Merton, tal como propõe a psicologia social através de Tajfel (cf. Tajfel, 1981). Assim, Merton interroga-se "em que circunstâncias os membros do grupo a que se pertence são tomados como estrutura de referência para a auto-avaliação e a formação de atitude, e sob quais condições os membros de outro grupo fornecem a estrutura de referência significativa?", e ainda "quais as circunstâncias que predispoem a escolha de elementos do mesmo grupo ou situação, como pontos de referência significativos?" (Merton, 1968: 313).

A identificação, que por vezes ocorre, com as normas do outro grupo ao qual o indivíduo não pertence (orientação positiva) sugere algumas questões como, por exemplo, a funcionalidade ou disfuncionalidade das consequências dessa orientação e a identificação dos processos sociais que desencadeiam, sustentam ou refreiam tais orientações.

A "socialização antecipatória" ajuda não só à mobilidade como ao ajustamento/integração no novo grupo. Ela funciona para o caso de um indivíduo inserido numa estrutura social relativamente aberta, mas já é disfuncional numa estrutura fechada em que dificilmente o indivíduo é bem aceite no novo grupo. "Embora a socialização antecipada possa ser funcional para o indivíduo num sistema social aberto, é aparentemente disfuncional para a solidariedade do grupo ao qual pertence, pois a lealdade aos costumes contrastantes do outro grupo significa rejeição dos costumes do intragrupo" (Merton, 1968: 349).

Weber, ao trabalhar o conceito de grupo, faz a distinção entre relacionamentos sociais abertos e fechados:

Um relacionamento social (...) dir-se-á "aberto" a estranhos se e na medida em que o seu sistema de ordem não nega participação a quem desejar juntar-se-lhe e estiver em posição de o fazer. (...) Um relacionamento será chamado "fechado" contra estranhos na medida em que, de acordo com o seu significado subjectivo e com as suas regras limitativas, a participação de certas pessoas for excluída, limitada ou sujeita a condições (Weber, 1968: 43).

Uma outra contribuição importante de Weber na definição de grupo é a de comunidade. Independentemente de os relacionamentos serem fechados ou abertos, eles poderão ser "comunais" ou "associativos". Enquanto os primeiros baseiam a acção social no "sentimento subjectivo das partes envolvidas, quer elas formem um todo por tradição quer por influência externa", os segundos orientam a sua acção com base em interesses consensuais. Quando os relacionamentos sociais são fechados e de tipo comunal, pode estar-se perante uma comunidade (Weber, 1968).

No entanto, Rex considera que nem todos os relacionamentos sociais fechados e de tipo comunal têm as características de grupo, tal como acontece com os grupos étnicos. Assim, afirma que estes "não são em si grupos ou comunidades, mas alguns dos seus membros podem formar grupos e comunidades" (Rex, 1986: 23), ou seja, são "quase-grupos".

Para Rex o grupo define-se a partir de três características (sendo a terceira delas pouco importante): grupo implica (i) uma relação, (ii) a atribuição de representatividade e responsabilidade aos indivíduos e finalmente (iii) um líder. Uma relação só por si não desencadeia uma acção colectiva, pois esta só é possível quando os membros do grupo forem responsabilizados e se sentirem envolvidos no próprio grupo. Dir-se-ia que o grupo, para sê-lo, é necessário que os seus membros tenham consciência do "nós" por demarcação ao exterior, ao "eles". Deverão sentir-se um colectivo com responsabilidades nessa pertença.

A teoria dos grupos de referência de Merton, que atrás abordámos, introduz um outro conceito básico, o da privação relativa. O que parece interessante reter do conceito é a componente relativa, ou seja, os padrões de comparação na auto-avaliação. Cashmore (1988) retoma a questão da privação na definição de grupo étnico e define-o como um grupo auto-consciente de pessoas relacionadas pela partilha de experiências. Normalmente uma dessas experiências é a de privação. A sua abordagem reforça este último aspecto, o da privação, o da marginalidade do grupo em relação à sociedade: "Grupo étnico sustenta-se como resposta criativa de um conjunto de pessoas que se sente de alguma forma marginal à sociedade" (Cashmore, 1988: 98).⁷ No entanto, atribui à etnicidade um carácter

⁷ Parece-nos haver aqui uma posição negativista, onde não está em causa apenas a diferença mas a inferioridade. Alguns autores resolvem o problema ao distinguirem a etnia

subjectivo e efémero ao afirmar que ela existe e é real na medida em que em que os indivíduos o queiram e, por outro lado, pode ir enfraquecendo com o evoluir das gerações. Este carácter efémero já o tínhamos encontrado em Rex quando afirmou que, à medida que o indivíduo sobe na escala social, vai-se tornando menos étnico.

Para Cashmore, a etnicidade é basicamente reactiva: o grupo étnico é sempre uma reacção às condições mais do que uma agitação espontânea de pessoas que de repente sentem a urgência de se expressarem através de um grupo. A etnicidade é um fenómeno cultural, mas é uma resposta a condições materiais (Cashmore, 1988) e sobretudo uma reacção às formas de exploração capitalista, posição claramente marxista em que o conflito é posicionado na esfera da produção económica. Nesse sentido, observa-se uma proximidade a Gurr na sua proposta de definição de privação relativa ao afirmar que esta conduz os indivíduos à acção (cf. Gurr, 1970).

Contrariamente ao economicismo subentendido nas posições anteriores, Gordon tem uma postura culturalista da etnicidade, conceito que se confunde com o de *peoplehood* (interpretamos como sendo o sentimento do "nós"). O grupo étnico resulta de uma relação específica que se estabelece entre estrutura social e cultura. Enquanto a primeira (estrutura social) se refere a "um conjunto de relações sociais cristalizadas que os membros estabelecem entre si — o qual os coloca em grupos pequenos ou grandes, permanentes ou temporários, formalmente organizados ou desorganizados, e os relaciona com as actividades institucionais da sociedade" (Gordon, 1964: 31) — a cultura é definida como a herança social do homem — as maneiras de agir e de fazer que passaram de geração em geração.

Pertenças grupais múltiplas: etnia e classe

Uma das virtualidades da proposta (de alguma forma ecléctica) de Gordon na abordagem das relações étnicas reside na importância que confere à classe social como estruturadora daquele tipo de relações. Assim, propõe um conceito que resulta da intersecção dos conceitos de etnia e classe: a *ethclass*. O autor procura perceber qual o comportamento de três variáveis para cada *ethclass* empiricamente construída a partir da sociedade americana: identidade de grupo, participação social e comportamento cultural. A distinção que clabora entre grupo étnico e *ethclass* é que o primeiro é o *locus* do sentido da identificação histórica (origem e cultura comuns), enquanto a *ethclass* é o *locus* do sentido da identificação-participação. Pessoas da mesma classe social, mas de grupos étnicos diferentes, partilham de semelhanças de comportamento, mas não do sentido de *peoplehood*, sendo o contrário também verdade,

benigna da maligna (cf. Rex, 1986).

ou seja, pessoas de classes sociais diferentes, mas do mesmo grupo étnico, partilham do sentido de *peoplehood*, mas não os mesmos comportamentos, as mesmas práticas.

O debate que alterna etnia e classe social remete para a multiplicidade de pertenças que cada indivíduo preconiza. Mead, referência básica na história da teoria do grupo de referência, estabelece a hipótese de que são os grupos aos quais pertence o indivíduo, como membro, que proporcionam referências significativas para a auto-avaliação. Importa então estudar a selecção que os indivíduos elaboram em determinados momentos em que se toma por referência um ou outro grupo.

É a situação social que dita as opções dos indivíduos, multiplicando-se assim as identificações e assumindo estes diferentes papéis prescritos pelos "outros significativos" (na terminologia interaccionista). No entanto, se a determinação pela situação é importante, outros factores, ligados ao indivíduo, orientarão as suas escolhas e referências. Merton interroga-se

porque será que o indivíduo A, em certas situações, se compara ao B e, noutras, ao C? Quais os aspectos da estrutura social e quais os processos psicológicos que limitam a amplitude dos indivíduos e grupos considerados como estruturas de referências pertinentes? (1968: 331).

Rex confronta os quase-grupos ou grupos com a classe e "grupos de posição de classe", embora as fronteiras não sejam absolutamente nítidas. A classe é vista como o resultado da distribuição desigual de bens, ou seja, define-se a partir da relação que os indivíduos estabelecem com o mercado. As classes não se definem como grupos, mas podem, contudo,

dar origem a grupos ou organizações e procurarem nos membros da classe um sentimento comunal de que formam um todo. É óbvio que as classes têm características semelhantes às dos quase-grupos étnicos (Rex, 1986: 27).

Esta proximidade teórica resulta da possibilidade de, por um lado, os quase-grupos étnicos poderem entrar em concorrência a partir da lógica do mercado e, por outro, as classes poderem recorrer a sentimentos étnicos no desenvolvimento de uma acção política.

A noção de grupos de condição social exposta por Weber ultrapassa, por um lado, a postura economicista, que orienta a conceptualização de classe social, e, por outro, não se fecha no conceito de grupo comunal, de restrita aplicabilidade nas sociedades modernas. Assim, os grupos de condição social implicam estilos de vida comuns em que, sendo importante o factor económico na determinação das práticas quotidianas, a dimensão cultural tem especial relevo na determinação do quadro de referências simbólicas em que se movem os indivíduos. Para Rex, distin-

guem-se dos quase-grupos étnicos por não serem hereditários.

A propósito da fluidez de fronteiras, que se deixa adivinhar entre as várias estruturas de relações sociais que temos vindo a abordar, Rex é muito expressivo ao afirmar que

à medida que o imigrante, na sociedade americana, avança na escada da posição social torna-se menos étnico ao mesmo tempo que consegue melhor emprego e melhores condições de educação e habitação (Rex, 1986: 32).

Se analiticamente os conceitos de grupo étnico e classe social são distintamente considerados, não significa que não haja sobreposições, existindo, para além disso, uma forte correlação empírica entre ambos. A questão fundamental que se coloca é a de saber qual dos dois é determinante no comportamento dos grupos, ou melhor, até que ponto a etnia e a raça são "fontes independentes de acção e de relações sociais, ou se são simplesmente acidentais nos processos normais de classe e posição de classe" (Rex, 1986: 32).

Raça e etnia são critérios relevantes para a aproximação dos indivíduos. Opondo-se a enveredar por argumentos genético-biológicos que explicam a "consciência da espécie" (Giddings), Rex conclui que mais importante que as próprias características, físicas ou outras, que possam definir os grupos é a atribuição dessas características e comportamentos aos grupos pelos outros, sendo fundamental o contexto que dá origem a tais atribuições. A acção do indivíduo, sendo teoricamente central, deverá ser enquadrada num contexto de interacção marcado por objectivos colectivos contraditórios.

A plasticidade das fronteiras

Para Barth, a questão da mobilidade de fronteiras que separam e marcam os grupos étnicos é central. Aquelas implicam processos de exclusão e incorporação pelos quais os grupos são mantidos apesar de a participação e a composição se alterarem no decurso da vida dos indivíduos que os compõem. Entre os grupos estabelecem-se relações estáveis e persistentes, posição que tem como implícito um certo carácter irrevogável da etnia, que se impõe não obstante processos de mobilidade social.

Wallman desenvolveu a teoria das fronteiras a propósito das relações entre o interior e o exterior de um grupo étnico, considerando-as absolutamente mutáveis conforme as pressões internas e externas ao grupo. Deste modo, a tese fundamental é a da "determinação situacional das fronteiras" e dos indicadores que podem defini-las. A consciência do "nós" surge na sequência da percepção da diferença. Assim, os migrantes integrados na vida urbana poliétnica depressa se viram no centro da problemática das fronteiras étnicas.

Esta questão, tal como é colocada pela antropologia, destaca três aspectos relevantes para os quais atenta a disciplina:

- a) a natureza da fronteira;
- b) as dinâmicas da relação entre os dois lados;
- c) o contexto ou a "ecologia estrutural" do processo de fronteira.

Distinguem-se diversas bases geradoras de fronteiras que podem ser simbólicas ou reais, visíveis ou invisíveis. Na acepção de Wallman, muitas das que se convertem em etnicidade são a territorialidade, a história, os aspectos económicos e as identificações simbólicas.

Preocupados com as questões que se levantam na identificação dos processos de fronteira, os antropólogos

reconheceram que é o elemento identidade, nas fronteiras étnicas, que move o processo de fronteira. As diferenças entre grupos tornam-se fronteiras étnicas quando os indivíduos são entusiasmados/estimulados pela significatividade do investimento de identidade, posta em qualquer dos lados (Wallman, 1986: 230).

A partir do momento em que os indivíduos percebem a fronteira, quer de um lado quer do outro, gera-se uma dinâmica de relações com efeito em cada um dos grupos internamente, mas com impacto no outro grupo.

A noção de opacidade da fronteira vem enriquecer a abordagem de Wallman. Dois grupos com poderes desiguais têm visibilidades diferenciadas e estas são maiores quando a direcção se estabelece da maioria para a minoria. "A permeabilidade determina o tipo de influências e pessoas que podem atravessar de um lado para o outro, e possivelmente afectará a sua elasticidade" (Wallman, 1986: 231).

Concluindo, entender as relações étnicas e ráticas passa pela compreensão da integração dos grupos, podendo estes ser definidos ora acentuando a partilha de características comuns, ora reforçando as componentes ideológica e simbólica que estão subjacentes à coesão do grupo. As relações que os grupos estabelecem, qualquer que seja a sua natureza, devem ser enquadradas no contexto das relações de poder que separam dominantes de dominados, sendo as fronteiras mais ou menos opacas consoante a direcção do olhar. Por sua vez, as fronteiras variam de grau de rigidez conforme as características que separam os grupos e os recursos diferenciados que uns acumulam e lhes conferem unidades de crédito que permeabilizam aquelas fronteiras.

Os dispositivos da identidade colectiva

Da identidade pessoal à identidade étnica

Entre a sociologia e a psicologia social alguma literatura pode ser sistematizada em torno da conceptualização das identidades. Das diversas definições, enfatizando quer o carácter individual e personalizante da identidade, quer a natureza social que os contextos e papéis lhes conferem até aos processos de constituição e actualização das identidades, uma panóplia de autores propõe diferentes abordagens. Assim, analisaremos os conceitos de identidade pessoal e social, sendo a etnia uma das opções da identidade social.

Lipiansky (1990) estabelece a relação entre uma percepção objectiva da identidade e a percepção subjectiva, valorizando a identidade pessoal, ou melhor, focaliza a sua atenção nas implicações mútuas entre o sentimento subjectivo da identidade e a comunicação. A hipótese-base é de que a consciência que o indivíduo tem de si depende da interacção com o outro (a comunicação) na sua própria essência. Toda a comunicação pressupõe que o locutor assuma a identidade a partir da qual pode falar como sujeito, atribuindo ao "outro" uma identidade correlativa. A metodologia adoptada pelo autor foi a experiência da situação de dinâmica de grupo, donde concluiu que o indivíduo tem necessidade de: (a) se sentir existir; (b) ser reconhecido, ou seja, sentir-se existir e ter o seu lugar; (c) inclusão; (d) aprovação, passando a valorização positiva por um processo de comparação social; (e) individualização, ou seja, ser-se reconhecido na sua singularidade e na sua diferença. A identidade constrói-se na dialéctica entre o "outro" e o "eu", na similitude e na diferença. Esta dialéctica encontra-se no plano da interacção entre as tendências para a assimilação e para a diferenciação.

Malewska (1990) faz a distinção entre identidade pessoal e identidade psicossocial fazendo corresponder à primeira um conjunto organizado/estruturado de sentimentos, representações, experiências e projectos de futuro relativos a si. A imagem de si é a representação consciente e verbalizada dessa estrutura. Por seu lado, a identidade psicossocial é o produto das relações entre o indivíduo, o grupo e a sociedade. Da decomposição analítica do conceito de identidade proposto pela autora importa reter o conceito mais operativo de "imagem" como resultado da representação do seu próprio "eu" (no caso de identidade pessoal) ou do "nós" (no caso da identidade social).

A imagem é positiva quando o indivíduo é capaz de influenciar os seres e as coisas (Codol, 1980), de *maîtriser* o contexto e de ter representações de si mais favoráveis que dos outros. É um sinal simultaneamente de adaptação social e de diferenciação. Há, no entanto, flutuações que dependem das experiências pessoais e mais particularmente das interacções com os outros

(Rodríguez-Tomé, 1972) e da sua pertença a grupos e categorias sociais (Tajfel, 1978). Pelo contrário, a imagem de si é negativa quando o indivíduo experimenta um sentimento de impotência ao ser desvalorizado pelos outros. Esta percepção provoca sofrimento, nomeadamente quando a imagem não depende dos actos do indivíduo.

Tajfel (1981) define a identidade social como parte do autoconceito individual que deriva da pertença a um grupo social, pertença essa acompanhada de uma avaliação e significado emocional para o indivíduo. Os efeitos da natureza e da importância subjectiva das múltiplas pertenças, traduzidos nos comportamentos dos indivíduos no quadro das relações intergrupais, surgem como preocupação central desta abordagem.

Para Vala (1990), as identidades sociais decorrem da pertença a grupos sociais, sendo estes grupos eles próprios criados, em larga medida, na interacção social. Simultaneamente, defende que as identidades devem ser pensadas em relação a uma estrutura social tal como ela existe em consciência social (cf. Ossowski, 1963).

É no processo de comparação social que os indivíduos detectam semelhanças entre os membros do seu grupo (*ingroup*) e diferenças entre o seu grupo e os outros grupos (*outgroup*). O indivíduo, ao identificar-se com o grupo, identifica-se com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se dissocia das características que imputa ao outro grupo. A atribuição que os indivíduos realizam no processo de comparação social associa-se às posições e categorias da estrutura social objectiva.

A questão da atribuição ou imputação que aqui surge associada à problemática da identidade vem de encontro a uma das preocupações centrais de Scott (1988) ao relacionar as crenças que os indivíduos sustentam com as características da situação social em que se encontram. Crenças, ideias e valores não se distribuem aleatoriamente por uma população, mas estão relacionadas com características estruturais.

Esta perspectiva, que teve a sua origem na crítica do materialismo marxista ao idealismo, é, por sua vez, objecto de novas críticas. Em primeiro lugar, transporta uma carga de relativismo, minando o sociologismo, as concepções de verdade, consistência, veracidade, etc. (ver o debate entre sociólogos e filósofos exemplificado em Hollis e Luckacs, 1982). Em segundo lugar, torna-se difícil estabelecer a ligação entre os factores socioestruturais (posição de classe, interesses, etc.) e as crenças. O problema é ilustrado pelos debates marxistas acerca da utilidade da distinção infra-estrutura/super-estrutura, falsa consciência, ideologia, etc., e pelas discussões sobre a natureza das explicações sociológicas. Por fim, questiona-se a atribuição de crenças a grupos que têm de ser explicados sociologicamente.

Antes de estabelecer relações entre crenças e estrutura social é preciso não só discernir as crenças do grupo, mas especificar o que significa dizer que um grupo ou classe tem determinado sistema de crenças (Scott, 1988).

Scott centra-se na atribuição de crenças, discutindo as perspectivas do empiricismo, idealismo e estruturalismo, e argumenta que a abordagem da acção social é a mais adequada ao problema da imputação.

Existe uma forma forte e outra fraca de pretender que é possível imputar crenças às classes sociais ou grupos sociais. A forma forte associa-se ao conceito de Luckacs de "consciência imputada" (1968). É possível identificar uma consciência ideal para a qual a História força algumas classes. A consciência imputada é o conhecimento da autoconsciência dos interesses objectivos do grupo. É uma consciência prática, pois visa a transformação da sociedade (Scott, 1988).

A forma mais fraca argumenta que a imputação de crenças assume que os indivíduos expressam as crenças do grupo a que pertencem, não se pensando que tenham a possibilidade de expressar ou ter conhecimento de todas essas crenças (Mannheim citado por Scott, 1988). Scott considera ambas as formas de imputação: a forte e a fraca.

Em suma, a existência de um grupo social está internamente relacionada com o desenvolvimento de crenças de grupos específicos. O grupo e a sua ideologia não são duas "coisas", são uma mesma. As pré-condições para a imputação de crenças são ao mesmo tempo pré-condições para a formação do próprio grupo; a formação de um grupo e da sua ideologia é a mesma. A sociologia do conhecimento deverá, em vez de estabelecer as relações entre posição do grupo e crenças, examinar o processo de formação do grupo e a interacção complexa entre identidade de grupo e crenças (Scott, 1988). O autor destaca dois aspectos fundamentais a ter em conta na formação do grupo:

- 1 grupos sociais são formações simbólicas/ideológicas, não são posições socioestruturais objectivas;
- 2 a formação do grupo social é o resultado da acção discursiva e intencional e, portanto, criações de actores actuando intencional, colectiva e comunicativamente.

Scott propõe uma análise que saliente a natureza simbólica e activa da formação do grupo social, proposta que requer uma mudança de ênfase na explicação, de nível macro, da relação entre estrutura social e crença em geral, para uma análise de médio alcance dos grupos sociais e acção colectiva. Tal abordagem deverá ter os pressupostos e preocupações a seguir especificados.

- 1 Os grupos sociais só existem a partir do momento em que os actores agem conscientemente como membros do grupo, identificam os seus interesses como, pelo menos em certas esferas, co-determinados pelos interesses de grupo, identificam-se ideologicamente com o grupo, etc. Ou seja, existem classes-em-si na medida em que agem como classes-per-si.

	Identidade	Interface
<i>Inside</i> (nós)	"Nós" identificamo-nos em oposição a "eles". Usamos a fronteira para nosso propósito de acordo com as nossas necessidades e neste contexto.	A fronteira à volta da família, o normal, o não problemático.
<i>Outside</i> (eles)	"Eles" identificam-se por contraste ao resto de "nós". Eles usam a fronteira para os seus propósitos.	O início do outro sistema. Performance, aspecto, actividade, estrutura social e simbólica são diferentes.

Figura 1.1 Proposta de Wallman para a conceptualização das identidades

- 2 A identidade de grupo não é fixada pela posição socioestrutural ou interesses objectivos, mas o resultado de processos discursivos dentro do grupo. Porque a ideologia é parte constitutiva da identidade de grupo, a discussão interna ideológica é sobre as fronteiras do grupo.
- 3 Similarmente, os interesses do grupo desenvolvem-se e são, tal como a sua ideologia, modelados pelas acções dos actores potencialmente em conflito.
- 4 Os grupos formam-se em interacção activa com o seu contexto social. A sua identidade é parcialmente formada pelas reacções, estratégias, etc., dos actores colectivos em competição. Um entendimento sociológico da relação entre os grupos e as suas crenças implica uma análise ao nível micro dos processos envolvidos nestas interacções, ou seja, um entendimento do contexto político, o qual forma o *background* da acção colectiva.
- 5 Há sempre uma área potencial de investigação na esfera da formação da identidade dos indivíduos modelados pelas suas escolhas como membros do grupo (Scott, 1988).

Scott esquece, pois, a importância da estrutura e ordem social como se fossem independentes da própria construção dos grupos.

A constituição de grupos sociais assenta sobre diversos critérios unificadores (da religião à orientação sexual, da etnia ou raça à ideologia política, etc.) segundo os quais os indivíduos se reconhecem mutuamente, se revêem como partilhando de uma característica ou conjunto de características comuns. A identidade étnica é apenas uma opção de identidade entre outras.

A classificação dos objectos e indivíduos em categorias de semelhança e diferença é inevitável, faz parte da relação entre os homens e as coisas, mas a forma como é feita, como significam essas semelhanças e diferenças, não é

nem universal nem eterna. Pelo contrário, um mesmo indivíduo pode proceder a classificações face ao mesmo referente de forma diferente, consoante os tempos, os espaços, os contextos mais próximos (as situações sociais e a própria subjectividade) e os mais distantes (as estruturas) (Wallman, 1990). Assim, a classificação é não predizível, a relação entre o facto da diferença e o significado da diferença não se pode prever. Contudo, não é aleatória, podendo-se estabelecer relações entre os dois níveis.

A identidade é marcada por fronteiras étnicas que têm dois lados (linhas de diferenciação) e dois tipos de significados: (i) um significado estrutural ou organizacional em que a fronteira social marca a aresta do sistema social; (ii) um significado subjectivo na medida em que é inerente à experiência dos participantes. A fronteira marca o fim da aresta de um sistema social e o início do outro que tem significado para os actores. Distingue os membros dos não membros.

As fronteiras étnicas devem ser, simultaneamente, a linha de interface entre o *inside* e o *outside* e uma linha de identidade entre o "nós" e o "eles". O elemento de interface marca a mudança no que está a acontecer e o de identidade assinala o significado dado àquela mudança e expressa a relação de participação nesse acontecimento (Wallman, 1990).

O processo de fronteira mais relevante para as relações intergrupais de tipo étnico é mostrado unindo, na figura 1.1, o canto superior esquerdo com o canto inferior direito, tal como refere Wallman. As diferenças entre os grupos só se tornam étnicas quando os participantes de pelo menos um dos lados das fronteiras usam a diferença para identificar-se como grupo.

Pettigrew (1983) faz coincidir a definição de identidade étnica à de identidade minoritária, sendo uma minoria uma fracção da população que existe à sombra de grupos política e culturalmente dominantes. Sistematiza os diversos estudos cujo objecto central é a identidade negra americana, identificando quatro teses, diferenciadas no tempo.

- 1 *Tese da marca da opressão* (1932-1968). A subjugação tem efeitos negativos na personalidade, a baixa auto-estima e o auto-desprezo são muitas vezes marcas de opressão intergrupais. Os actores, membros do grupo minoritário, acabam por interiorizar a imagem que o grupo dominante tem do seu grupo. É uma tese resultado do seu tempo e espaço.
- 2 *Tese do traço da obrigação/sujeição* (1962-1970), que tem como conceito-base a deculturação. As diferenças raciais são supostas ser da "responsabilidade" dos negros (do grupo minoritário), diferenças que têm de ser compensadas, a que preço for, para se atingir os "padrões dos brancos".
- 3 *Tese da minoria forte e orgulhosa* (1968 até à actualidade), segundo a qual a identidade negra americana não tem cicatrizes e o orgulho da identi-

- ficação com a forte e avançada minoria (o seu próprio grupo) anulou os efeitos do racismo do passado. Defende-se uma forte auto-estima.
- 4 *Tese dos efeitos diferenciados* (1971 até à actualidade), distinguindo identidade de grupo e individual e enfatizando as diferenças inter grupo em várias situações:
- opressão e subjugação têm consequências pessoais negativas para as minorias, reflectindo-se na personalidade dos indivíduos que tendem a manter, mais do que a desafiar, o sistema social repressivo;
 - nem todos os membros são afectados nem em todos os aspectos, pois instituições fortes das minorias servem de protecção;
 - os membros das minorias com diferentes inserções na estrutura social reagem de forma diversa. A classe média tende a dividir-se entre o grupo dominante e o seu grupo étnico, o que origina situações de conflito de identidade. O desenvolvimento de uma identidade positiva enquanto membro de uma classe social mais favorecida confronta-se, ao mesmo tempo, com uma imagem negativa enquanto membro de uma minoria étnica ou rracica;
 - a disjunção entre identidades pessoal e grupal possibilita a constituição de minorias fortes e orgulhosas em vez de minorias complexadas. A identidade pessoal pode ser forte e positiva mesmo num contexto de conflito de identidade grupal. Aquela força historicamente é incrementada e estimulada quando a minoria desafia o sistema intergrupalo opressivo (Pettigrew, 1983).

Muitos outros autores contribuíram para a conceptualização das identidades, muito embora estas tenham sido as contribuições rentabilizadas para a presente pesquisa. Em todas as definições expostas um denominador comum pode ser retido: as identidades pessoal, social e étnica emergem num quadro relacional em que o sentido mínimo que se pode conferir à troca que ali está subjacente é a diferença. Então quais os processos inerentes à construção das identidades? Que contextos a favorecem? Que aspectos dos processos interactivos devem ser retidos de modo a tornar o conceito de identidade um conceito operativo?

A construção das identidades

A questão da contextualização está presente nas diferentes dimensões da identidade: pessoal, social e étnica. A definição de *inside* e *outside* avançada por Wallman e que atrás destacámos enfatiza o aspecto relacional (a contextualização) da identidade: "quem sou eu" depende de "quem sou eu em oposição a", e de "quem estiver a desenhar a linha de diferença entre nós". As marcas da identidade são parte da circulação simbólica do processo de

identidade. Ou seja, as identidades constroem-se na interacção que os indivíduos protagonizam com "outros significativos", portadores de expectativas em torno das posições que os primeiros ocupam no espaço social. Com efeito, alguns autores situam as identidades no quadro do interaccionismo simbólico, de forma a enfatizar os processos que lhes subjazem e consequentemente a enfatizar o carácter flexível e dinâmico das identidades.

McCall (1978) formula o conceito de identidade em termos de papéis. Assim, o papel-identidade refere-se à imagem que um indivíduo tem de si próprio, tal como gosta de pensar do seu ser e agir, como ocupante de determinada posição social. Trata-se assim de uma imagem idealizada, incorporando padrões de conduta e realizações que são improváveis de serem consistentemente esperados nas performances do dia-a-dia, relevantes para aquele papel.

O conteúdo do papel-identidade altera-se mediante as diversas situações em que se encontram os actores. A imaginação do *self* reflecte as "preocupações interpessoais e tende a guardar o andamento dos impulsos através desta teia de pessoas e associações" (McCall, 1978: 67).

A relação entre identidade e quotidiano vem expressa em diversos autores. McCall estabelece essa relação ao destacar a importância dos papéis-identidade como orientadores da vida quotidiana. Assim, os papéis-identidade: (i) servem como recurso primário para planos de acção; (ii) fornecem aos indivíduos os critérios de avaliação das suas performances; (iii) dão significado à rotina diária, orientando as interpretações das situações, acontecimentos e pessoas.

Neste contexto, privilegia-se o indivíduo com unidade de análise: "os papéis-identidade são puramente idiossincráticos, mas incluem muitos padrões convencionais e expectativas" (McCall, 1978: 68), sendo através deste conteúdo convencional do papel-identidade, adquirido no processo de socialização, que alguém é irrevogavelmente membro da sua cultura. As expectativas convencionais estabelecem o esqueleto estrutural do papel-identidade.

Ora, parece-nos desenhar-se aqui alguma contradição com a própria definição de papel-identidade. Por um lado, este corresponde a uma imagem idealizada que o indivíduo faz de si próprio, por outro, o indivíduo é totalmente subsidiário da sua cultura e socialização, agindo de acordo com as expectativas convencionais. Se no primeiro caso se dá toda a liberdade ao indivíduo na construção da sua imagem, sendo esta orientadora do seu quotidiano, no segundo retira-se-lhe toda.

Embora tendo adoptado uma perspectiva mais estruturalista, Berger e Luckman, tal como fizera McCall, centram a sua atenção na construção social da realidade, para a qual a interacção social na vida quotidiana é nodal. Assim, defendem que na situação face a face, para determinado indivíduo o "outro" é plenamente real. Aquilo que ele é, é-lhe continuamente acessível.

Esta acessibilidade é ininterrupta e precede a reflexão. O indivíduo apreende o outro por meio de esquemas tipificadores, que são recíprocos: os dois esquemas entram em contínua negociação. As tipificações da interacção social tornam-se progressivamente anónimas à medida que se afastam da situação face a face. Para além disso, o grau de anonimato varia com a importância que é conferida ao outro (Berger e Luckman, 1985).

Estando a realidade da vida quotidiana continuamente a ser codificada, a estrutura social é a soma dessas codificações tipificadas e dos padrões recorrentes de interacção estabelecidos por meio delas. Assim, para Berger e Luckman a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida quotidiana. Os papéis são o resultado de acções tipificadas e repetíveis relativamente às quais é possível, *post actu*, restabelecer uma certa distância, quando o actor reflecte sobre elas (acções).

Esta distância entre o actor e a sua acção pode ser interiorizada e projectada em futuras repetições da acção. Assim, tanto o actuante como os outros actuantes são aprendidos não como indivíduos únicos mas como tipos (Berger e Luckman, 1985: 103).

Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, ou seja, ao assumir determinadas identidades, o mesmo mundo torna-se subjectivamente real para ele.

Se até agora as identidades foram encaradas como o resultado de interacções quotidianas (perspectiva interaccionista), sem que as relações ali subjacentes fossem problematizadas, ou seja, foram tomadas como relações simétricas (por omissão da qualificação dessas relações), outros autores enquadram as interacções num quadro de assimetrias que regem as relações sociais. Enquanto uns falam em diferenças, outros vão mais longe quer recorrendo às teorias do conflito, quer delimitando a questão da construção das identidades no quadro das relações de dominação, seja económica (a classe social surge como um factor com elevado poder explicativo), seja política (não sendo alheia à dominação económica mantém, no entanto, alguma autonomia, e o problema das identidades passa a ser equacionado em termos de maioria-minoria com direitos diferenciados, legal e juridicamente codificados).

Wallman, como fizemos notar no ponto anterior, chamava a atenção para distinção entre a necessidade que os indivíduos têm de diferenciar, que é precisa e consistente, e as fronteiras da diferenciação, que são contingentes e variáveis. A mobilidade das fronteiras remete para o carácter flexível das identidades, estas ditadas pelas situações sociais, protagonizadas por indivíduos que se veem como distintos, com pertenças a grupos diferenciados. As diferenças são expressas pelas classificações que os actores produzem, em

contextos de interacção também diferenciados pelos tempos, espaços, protagonistas e subjectividades que descrevem aqueles contextos.

Taylor e McKirman (1984) problematizam as trocas entre indivíduos com pertenças diferenciadas e relacionados em termos de desigualdade. Esta opção favorece os favorecidos e desfavorece os desfavorecidos. Assim, propõem a esquematização de um modelo que especifica as respostas dos grupos desfavorecidos e favorecidos à desigualdade. A hipótese central é a de que o processo básico de atribuição causal e comparação social subjaz a cada estágio e controla a transição entre eles. A questão de partida consiste em saber como os grupos desfavorecidos respondem à desigualdade social, avançando então com três categorias de resposta:

- aceitando a sua situação desfavorável;
- esperando a mobilidade individual;
- desencadeando uma acção colectiva.

O modelo prevê cinco estádios das relações intergrupais:

- estágio 1: baseado somente na pertença ao grupo, resultando numa relação rígida dominante-dominado entre os grupos. As relações intergrupo estão claramente estratificadas e a estratificação é baseada nas características atribuídas. As diferenças são tão evidentes que a relação não é questionada.
- estágio 2: baseado na realização individual. Ideologia social individualística. A estratificação é baseada na realização. A emergência do processo de industrialização veio quebrar a rigidez da estratificação do esquema anterior. A industrialização permitiu aos indivíduos a aquisição de habilitações e recursos, passando assim para segundo plano as características que anteriormente os dividiam. Isto induz a uma ideologia para a igualdade de oportunidades e mobilidade social. De qualquer forma, mantém-se uma forte correlação entre o estatuto social e as características atribuídas, tais como raça, sexo, etc.
- estágio 3: certos membros do grupo desfavorecido pretendem passar para o grupo favorecido. É o estágio da mobilidade social. Membros do grupo dominado (*d*) pretendem passar para o grupo dominante (*D*). A mobilidade individual é a resposta à estratificação social. As estratégias individuais precedem sempre qualquer expectativa do grupo. Esta estratégia é prosseguida apenas por alguns: aqueles que têm habilitações superiores. A mobilidade assume duas formas: (i) esperam mudar as suas características pessoais de tal forma que possam mudar para o grupo *D* e deixarem de ser reconhecidos pelo seu grupo *d*; (ii) adoptam características do grupo *D* mantendo-se reconhecidos pelo grupo *d*. A primeira estratégia é típica de grupos formados a partir de dimensões culturais, linguísticas ou outras, modificáveis, enquanto os segundos estão classificados por critérios irreversíveis: raça e sexo.

- estágio 4: surgimento da consciência. Pretende-se persuadir os membros do grupo desfavorecido de que o seu estatuto está colectivamente definido e ilegítimo. Os membros de *d* podem ou não ter sucesso. Aqueles que o conseguem assimilam o grupo *D* até ao limite. Os que não conseguiram reconhecem que a valorização do seu estatuto passa pelo melhoramento de estatuto do seu grupo, *d*. Incitam assim os membros à acção colectiva. De qualquer modo, não é necessário o fracasso para que surja a consciência, nem mesmo é necessário ser-se membro do grupo *d*.
- estágio 5: o grupo desfavorecido compete directamente com o grupo favorecido. Desencadeia-se uma acção colectiva de modo a obter-se uma maior equidade (Taylor e McKirnan, 1984: 243).

Não obstante a rigidez que um modelo sempre implica, apresenta virtualidades operatórias que permitem codificar as estratégias diferenciadas quando se confrontam dominantes e dominados.⁸

Camilleri (1990) situa a gestão (das diferenças e oposições) das diversas identidades de que um indivíduo é portador no quadro das relações assimétricas. Distingue a identidade de facto (resultado da conduta segundo a qual o indivíduo se atribui determinadas características construindo assim a sua realidade) da identidade de valor (conduta segundo a qual se valoriza relativamente a um "eu" ideal). Define ainda a identidade prescrita como o resultado das características que os outros lhe atribuem na relação com o social. Assim, o grau de concordância do sujeito com este conjunto dá-lhe a percepção que tem da sua identidade: positiva, negativa, conflitual, etc. Mas é exactamente nas relações assimétricas que o valor do indivíduo é posto em causa. "A atribuição pelo dominante ao dominado de certas características é quase sempre induzido pelo valor muitas vezes negativo que ele lhe associa. Inverte-se assim o processo que se tem por lógico, pois normalmente são as características dos sujeitos (identidade de facto) que deveriam condicionar a avaliação (identidade de valor)" (Camilleri, 1990: 89).

Tal como Berger e Luckman, também Khan *et al.* (1983) assentam o entendimento das identidades no conceito da construção social da realidade. No entanto, esta é feita quer pela maioria dominante quer pela minoria, e estabelece-se uma dinâmica reactiva pelo reajustamento das duas. Os próprios investigadores estão também envolvidos neste processo. Os autores chamam a atenção para a definição de minoria que deverá reter as relações de poder que se estabelecem entre os dois grupos. A percepção da diferença no processo das interacções mútuas, entre *insider* e *outsider*, é mediada pela natureza das relações de poder no contexto em questão.

Uma minoria não significa necessariamente ausência de poder. Há que distinguir as diferentes minorias (minorias étnicas, minorias nacionais; mi-

⁸ No ponto seguinte, relativo às estratégias identitárias, iremos retomar esta questão.

norias de trabalhadores convidados, imigrantes; etc...). Há minorias próximas da cultura dominante. A classe social é um factor determinante nos processos de interacção e por consequência, mas também eficaz, nas imagens que ambos os grupos constroem de si (valorizando-se ou minorando-se) e do outro. Por outro lado, quer a maioria dominante quer a minoria não são grupos homogéneos, encerrando dentro de si subgrupos subordinados e subordinantes, o que de resto remete para a questão da classe social. A formação da consciência (que não é mais do que a identidade) é assim marcada por factores que ultrapassam a etnia de pertença. A sua preservação passa por diferentes estratégias e têm a ver com a natureza da sua inserção na sociedade dominante, com a valorização que fazem de si e que é feita pelo grupo dominante (Khan *et al.*, 1983).

A natureza flexível e dinâmica das identidades

A reflexão de Wallman em torno da identidade assenta em dois pontos fortes: na flexibilidade da identidade e na sua multiplicidade. Incidindo na identidade étnica, considera a etnicidade apenas uma maneira de definir comunidade.

Vimos já como a necessidade de diferenciar subjaz aos processos de construção das identidades, o que, por sua vez, tem como consequência lógica a flexibilização e multiplicidade dessas mesmas identidades. As fronteiras que separam os indivíduos são móveis, dependendo da imagem que o indivíduo tem de si próprio, da que faz de si quando confrontado com o outro e ainda de quem estiver a traçar a fronteira.

Posição semelhante adoptam Khan *et al.* (1983) ao afirmar que a identidade étnica não é fixa, unitária ou homogénea: os seus diferentes componentes mudam através do tempo histórico afectando os processos individuais e de grupo. A ideia da opção da identidade tem de ser conceptualizada dentro do quadro das escolhas forçadas (Wallman destacava também este aspecto, afirmando que os indivíduos não mudam de identidade de forma deliberada). Este constrangimento vem de dentro e de fora do grupo. Assim, a identidade forja-se a partir de um contexto social, posição comum a todos os autores até agora expostos. As identidades múltiplas são estruturalmente determinadas, existindo uma forte relação entre o crescimento da consciência — tal como os autores designam — e as condições externas — políticas estatais, classificações dominantes, exclusão económica, rejeição pessoal, etc.

Khan *et al.* destacam três mitos que contribuem para a consciência de grupo (estão a pensar essencialmente numa população imigrante): mito da origem comum; mito do retorno; e mito da terra prometida (para os que não têm possibilidade ou não querem o regresso). O carácter múltiplo das iden-

tidades passa pela identificação de um conjunto de factores que influi na formação da consciência étnica: (i) factores demográficos; (ii) recursos sociais (oportunidades ocupacionais); (iii) meios de comunicação, natureza dos *mass media* e oportunidades de divulgação das ideias; (iv) jurisdição e políticas das instituições dominantes, tal como o sistema educativo, de saúde e policial.

Vásquez (1990) defende que o olhar do "outro" institucionalizado e veiculado através das estruturas sociais confere ao actor social identidades diversas. São factores dinâmicos que provocam essas identidades. Estas actualizam-se no processo de trocas socialmente situado. Indivíduo e prática social constituem o "actor" e a "ccna". O actor desempenha os seus papéis em determinados cenários determinados pela História, pela estrutura social e pela cultura do grupo. Esta última perspectiva baseia-se nos trabalhos de Devereux (1970, 1980) e Roheim (1967). Vásquez alia assim a perspectiva interaccionista a uma outra estruturalista.

Estratégias de identidade

As estratégias que os indivíduos desenvolvem face às identidades, de facto ou prescritas, prendem-se com a positividade e negatividade das mesmas. Os recursos (intelectuais, culturas, económicos, etc.) de que dispõem, os papéis que desempenham em situações concretas que desencadeiam interacções específicas, as posições que ocupam no espaço de poder que rege as relações sociais e as próprias identidades pessoais são factores a ter em conta nas estratégias que experimentam. Da interiorização absoluta da desvalorização que os "outros" elaboram até à valorização da sua singularidade muitas são as opções (embora forçadas) a fazer.

Malcwska (1990) ensaia uma tipologia de estratégias identitárias contra a desvalorização segundo o critério da interioridade/exterioridade, ou seja, a activação de mecanismos psicológicos que evitam o sofrimento. Transforma-se a realidade para a poder suportar, aceita-se a identidade prescrita para se viver tranquilo. As estratégias dirigidas para o exterior e não para si implicam a mudança da realidade: a sua e a do seu grupo.

As estratégias interiores podem assumir diversas formas como: (i) suprimir a angústia ignorando conscientemente a informação que agride ("ignorar as bocas"); (ii) interiorização de estereótipos racistas (quando a identidade não é forte aceita-se a posição social inferior); (iii) agressividade (pode ser considerada entre as estratégias interiores e exteriores).

As estratégias exteriores (individuais ou colectivas) podem ir da assimilação à revalorização da sua singularidade, eventualmente desencadeando acções colectivas que procurem obter o respeito pela diferença. As estratégias intermédias consistem na procura de similitudes com os grupos maioritários sem renunciar à sua própria diferença. Insiste-se na

semelhanças de classe, idade, ideologia, para minimizar as diferenças étnicas e/ou ráticas. Trata-se de estratégias integrativas.

Concluindo, as identidades emergem dos processos interactivos que os indivíduos experimentam na sua realidade quotidiana, feita de trocas reais e simbólicas entre os que estão classificados em grupos, separados por fronteiras que as situações sociais ditam. São fronteiras móveis, que podem aproximar indivíduos que anteriormente se encontravam em lados opostos. Daqui o carácter flexível das identidades, mas também dinâmico, já que estas se actualizam constantemente consoante os palcos e os actores que contracenam.

Os processos que subjazem à construção das identidades decorrem no quadro das relações de poder que diferenciam dominantes e dominados, maiorias e minorias, quer se trate de poder económico, político ou simbólico. Assim, desenvolvem-se diferentes estratégias (mais ou menos activas e reivindicativas, mais ou menos colectivas, etc.) face à desigualdade. Importa destacar o dualismo dos indivíduos, simultaneamente dominantes (por exemplo, em termos económicos) e dominados (eticamente, por exemplo), questão particularmente interessante não só do ponto de vista teórico como empírico.

Modelo analítico

O modelo analítico subjacente à pesquisa que se apresenta nos próximos capítulos assenta em alguns dos pressupostos teóricos anteriormente recensados e que são a seguir sumarizados.

- a) A migração é uma resposta variável às desigualdades de crescimento económico entre países, concretizada pela transferência de recursos humanos. Normalmente o sentido da transferência faz-se do sector primário (do país de emigração) para o sector secundário do país receptor, cujo mercado de trabalho segmentado, legitimado por ideologias de tipo segregacionista, resulta na sub-remuneração relativa dos imigrantes e conseqüente exclusão social;
- b) A decisão de migrar extravasa as razões económicas subjacentes ao modelo tradicional atracção-repulsão, devendo ser enquadrada pelas circunstâncias históricas e culturais específicas que influenciam o indivíduo. Assim, os contextos (económico, cultural, social, político e histórico) que enquadram os fluxos migratório, não só são decisivos para a avaliação do fenómeno (sem que se exclua a vontade individual dos protagonistas), como também, eles próprios, são afectados pela migração. "O acto de migrar redefine uma história" (Jackson, 1986: 57);

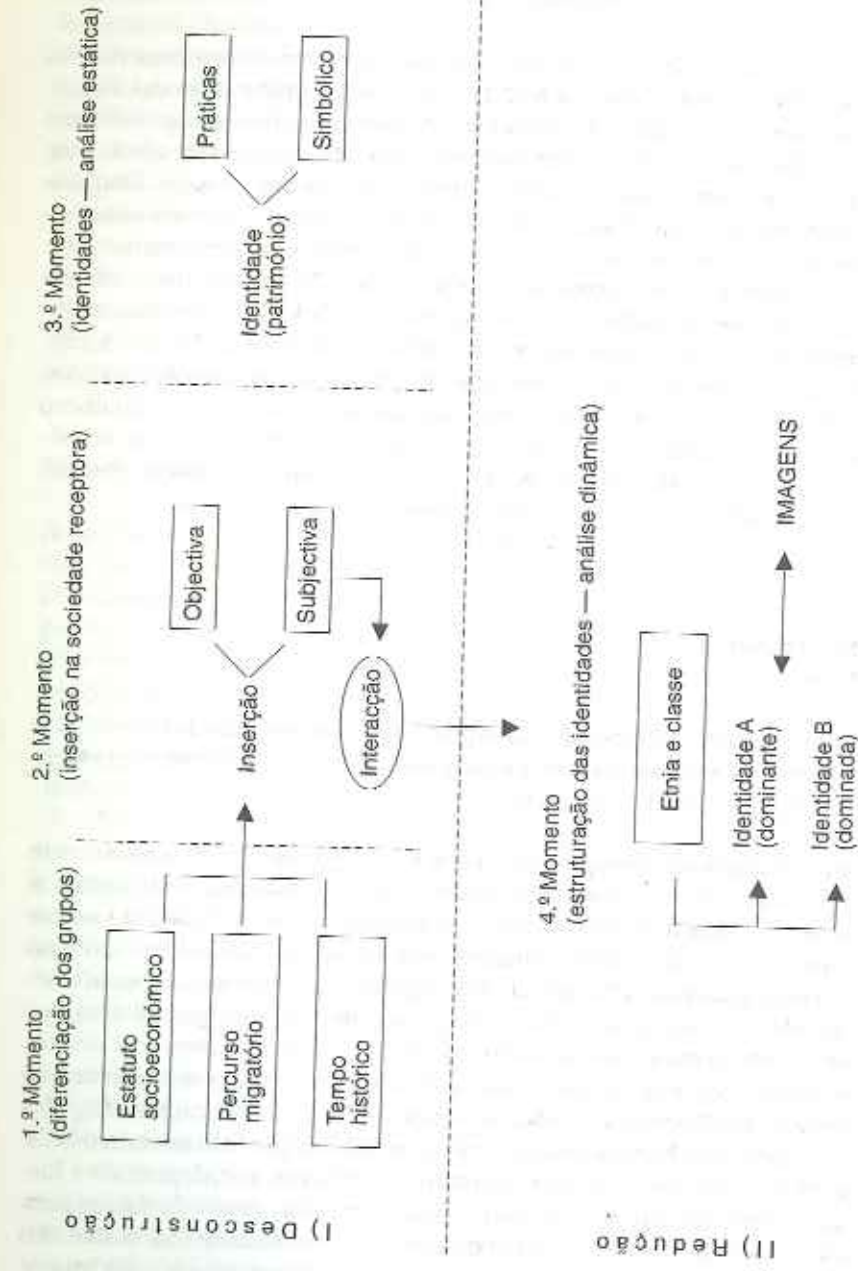


Figura 1.2 Migrações, etnia e identidade: modelo analítico

- c) Exactamente pela importância que os contextos assumem na definição dos fluxos, estes compõem-se por indivíduos com perfis específicos e que desenvolvem simultaneamente estratégias migratórias diversificadas;
- d) A composição social diferenciada dos fluxos, o tempo histórico em que ocorrem e os contextos político e económico do país de imigração são factores, senão determinantes, pelo menos importantes para a inserção dos imigrantes na sociedade receptora. Trata-se de uma inserção que deve ser avaliada quer no plano objectivo (condições reais de existência), quer no plano subjectivo (interacções e representações);
- e) Os imigrantes perspectivados como agentes de mudança são portadores de uma cultura específica que, com maior ou menor intensidade (depende dos recursos dos actores), tende a ser preservada, sem que com isso consiga permanecer intocável. Reforçar os aspectos simbólicos ou, pelo contrário, as práticas culturais específicas são estratégias mais ou menos conscientes dos diferentes grupos de imigrantes. Assim, nos processos interactivos que desenvolvem com a sociedade receptora, a cultura de origem vai-se actualizando, ao mesmo tempo que reformula (não com o mesmo impacte, já que são trocas que implicam poderes desiguais) a cultura dominante em aspectos muito específicos;
- f) A acumulação de múltiplos estatutos de que os imigrantes são portadores (não são só imigrantes mas também estrangeiros, para além de que constituem uma minoria social e são etnicamente diferentes) orienta as percepções e consequentemente os comportamentos dos membros da sociedade receptora em relação à minoria (os imigrantes), produzindo efeitos ao nível das identidades e imagens que os imigrantes sustentam;
- g) As identidades devem ser entendidas dentro do quadro das relações de poder, relações assimétricas que separam dominantes e dominados quer do ponto de vista económico (a maioria dos imigrantes constitui uma mão-de-obra desqualificada com tradução nos mais diversos domínios da vida social), quer do ponto de vista étnico. Contudo, a comunidade imigrante não é um todo homogéneo, podendo distinguir-se dentro dela também dominantes e dominados, agora económica e socialmente definidos. Assim, a classe social é entendida, neste contexto, como um termo taxonómico, mas intencional no sentido em que se refere a um conjunto de indivíduos possuidores de determinados atributos (cf. Harré, 1981). A classificação assenta em critérios socioeconómicos, onde se privilegiam os recursos organizacionais, as qualificações e o volume de capital económico. Não se pretende a obtenção de uma categorização exhaustiva, pelo contrário, a esquematização a realizar tem por objectivo distinguir e comparar duas posições com maior representatividade entre a população em estudo: a classe alta (por comparação à outra) e a classe baixa. Quando a uma e a outra se faz corresponder a designação, respectivamente, de dominante e domina-

da não está implícito qualquer pressuposto relacional, mas apenas a diferença de recursos. Esta diferença traduz-se, ao nível do discurso e do simbólico, na distinção entre dominantes e dominados. Por sua vez, esta distinção produz efeitos no plano da gestão e estratégias identitárias, destacando-se, com especial interesse teórico e empírico, o grupo dos dominantes (dentro da comunidade) mas etnicamente dominados (em relação à sociedade receptora). Deste modo, e tentando reduzir o campo teórico-empírico, poderão observar-se identidades dominantes e dominadas dentro do quadro dual definido pela etnia e classe social.

Tendo em conta estas proposições, a figura 1.2 procura articular o conjunto das relações teóricas explicitadas, sem que com isso se desvalorize (antes pelo contrário) a dialéctica subjacente aos processos de construção das identidades e a complexidade dos factores intervenientes. Metodologicamente distinguimos dois processos:

- um processo de desconstrução através do qual se pretende identificar uma população socialmente heterogénica, cuja génese se situa nos percursos migratórios datados no tempo histórico. As diferenças traduzem-se não só na inserção, objectiva e subjectiva, na sociedade de imigração, como também na relação que os grupos de imigrantes estabelecem com o seu património cultural. Esta relação observa-se quer ao nível das práticas, quer ao nível do simbólico;
- um processo de redução que, capitalizando a informação anteriormente obtida, permite, por um lado, entender o processo de reconstrução das identidades dentro de um quadro interactivo pautado por relações assimétricas entre maioria e minoria e, por outro, salientar a etnia e a classe social, factores que opõem dominantes e dominados dentro e fora do grupo em análise — a população cabo-verdiana residente em Portugal. Assim, os grupos identificados na primeira fase ficam reduzidos provisoriamente ao grupo dominado (do ponto de vista étnico), enquanto do ponto de vista económico se reduzem a duas classes sociais: dominante e dominada.

2 DE ÁFRICA A PORTUGAL

Tendo por objecto de pesquisa a reconstrução das identidades dos cabo-verdianos no processo de emigração para Portugal, importava, num primeiro momento, explorar os factores que possam estar na génese da identidade nacional do povo cabo-verdiano. Este é o resultado de uma história construída por gentes, relações que uniram gentes e espaços que moldaram relações.

Era, pois, necessário regressar às origens da sociedade cabo-verdiana, de molde a perceber como o próprio povoamento contribuiu para a constituição de um imaginário colectivo traduzido nas maneiras de ser, fazer, estar e sentir de um povo. Depois, e em relação a uma fase posterior da história, mostrou-se igualmente importante considerar a emigração (fenómeno que parece, desde sempre, ter pautado a vida dos cabo-verdianos) como um factor estruturante da identidade nacional, não fora aquela a saída para a sobrevivência que entre portas se tornava, pelo menos, difícil. Se, por um lado, a emigração actuava como orientador das expectativas dos cabo-verdianos, por outro, funcionava como veículo de uma identidade dinâmica, já que a todo o momento se actualizava nas trocas culturais decorrentes do processo migratório.

A primeira parte deste capítulo situa, pois, historicamente a identidade cabo-verdiana, destacando a imigração como génese de uma síntese cultural particular e a emigração como factor actualizador da identidade. Num segundo momento, e porque Portugal é um dos destinos mais importantes da emigração cabo-verdiana, procura situar-se a imigração cabo-verdiana no contexto da imigração dos PALOP em Portugal, donde resulta o ensaio de uma tipologia de migração. Os enquadramentos históricos dos diversos fluxos migratórios marcaram diferentemente as comunidades imigrantes, já que diversos foram os motivos que estiveram na decisão de migrar, variados os contextos em que essa migração se desenvolveu, diferenciadas os actores e as estratégias, e consequentemente a integração no país receptor.

Origem da sociedade cabo-verdiana

A chegada dos portugueses ao arquipélago de Cabo Verde situa-se por volta de 1460, data ainda incerta mas provavelmente muito próxima da realidade. O arquipélago tem cerca de 4033 km², sendo constituído por dois grupos de ilhas e alguns ilhéus: Sotavento, ao sul, do qual fazem parte Santiago, Maio, Fogo e Brava, e Barlavento, ao norte, constituído por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boavista.

O processo de descoberta, assim como o povoamento das ilhas, foi gradual, desconhecendo-se ao certo a autoria dos feitos, já que contradições surgem acerca da matéria. Acredita-se que o grupo de Sotavento tenha sido o primeiro a ser achado, facto mencionado numa carta do infante D. Henrique, sem qualquer referência ao outro conjunto de ilhas.

As condições climáticas desde cedo marcaram o destino de Cabo Verde e suas gentes. Exposto aos ventos e chuvas do deserto do Sara, Cabo Verde foi progressivamente desertificando-se e, com isso, tornou-se vulnerável às secas alternadas com chuvas diluvianas, semeando a fome, destruição e morte. Como diz Carreira (1984: 53) "Tome e doença estão como dois partidos rotativos: quando um impera, outro descansa, e assim sucessivamente."

Quase que constantes foram as crises, documentadas desde 1580 e laboriosamente sistematizadas por Carreira (1984). A elevada taxa de natalidade que sempre caracterizou Cabo Verde foi sendo contrariada pelas mortalidades resultantes das crises, ou seja, estas actuavam como tampão ao boom demográfico. Já no século XX, as taxas de mortalidade variavam entre 17 e 22,4% (este último valor atingido na crise de 1941-43).

Desta forma, Cabo Verde não constituía (nem nunca constituiu) um foco de interesse para os poderes políticos coloniais, o que se traduziu na sua forma de povoamento e na própria constituição da sociedade crioula. Cabo Verde foi povoada basicamente por escravos vindos de toda a costa da Guiné, do rio Senegal à Serra Leoa. Uma miscelânea de etnias contribuiu para a crioulição da sociedade: Banhuns, Brâmes, Cassangas, Jabundos, Arriatas, Balantas, entre outras. Segundo Andrade (1984), para além de escravos Cabo Verde também foi povoado por negros livres (dos quais muitos falavam português), que acompanhavam voluntariamente os comerciantes, os missionários e os capitães dos navios. Dos portugueses, brancos, contam-se essencialmente madcireses. Dos nobres aos deportados políticos e, por vezes aos deportados de delito comum, todos se aventuraram em terras cabo-verdianas, degredo da própria natureza.

É na ilha de Santiago que se concentra o maior número de negros. É a ilha maior, mais populosa e a primeira a ser povoada dada a sua localização estratégica. Sendo a menos rochosa presta-se ao sistema de latifúndio, razão também pela qual a distância entre senhores e escravos era aí mais marcada.

A outra razão reside na predominância de negros no processo de mestiçagem. A componente africana prevalece em relação à componente europeia, reflectindo-se ainda hoje na própria identidade da população de Santiago. Arreigados a tradições, rituais e códigos de honra, os "badios" apresentam um comportamento diferenciado das restantes populações. Será uma questão a retomar noutro contexto.

A segunda ilha a ser povoada foi a do Fogo, em 1490. Informa Andrade (1984) que os primeiros habitantes teriam sido servidores brancos de D. Fernandes e seus escravos. A introdução do cultivo de algodão implicou a importação de mão-de-obra escrava barata. O resultado da miscigenação nesta ilha — predominância da componente europeia — reflecte-se nas relações sociais entre escravos e senhores, provocando divergências sociais menos rígidas quando comparadas com as de Santiago. No final do século XVII, os brancos eram majoritários, mas no início do século XIX representavam uma pequena proporção em relação aos negros e mestiços. As estratificações sociais e raciais coincidiam, como se verificou de resto, nas restantes ilhas. Brancos, mestiços e negros era a ordem descendente na hierarquia social. Com o tempo, os mestiços foram substituindo os brancos que cada vez mais rareavam. Começava-se assim a constituir uma elite formada por mestiços.

A ilha de Maio, ainda segundo a mesma fonte, foi povoada por gentes de Santiago (1642). A rudeza do meio geográfico nunca incentivou a fixação da população branca. Boavista inicialmente (1496) foi povoada por descendentes de escravos doutras ilhas e alguns mestiços. Só o desenvolvimento do comércio atraiu, mais tarde, a população branca, que chamou a si o domínio da actividade comercial. São Nicolau foi povoada sobretudo por madeirenses (embora poucos), que se faziam acompanhar por escravos importados da Guiné e cujo cruzamento deu origem aos primeiros mestiços. Durante cerca de 300 anos foi pouco explorada do ponto de vista agrícola. A ilha Brava constituiu-se a partir de uma população europeia (hoje facilmente se distingue um bravense pela sua tez claríssima), vinda sobretudo da Madeira, Minho e Algarve. Alguns refugiados negros da ilha do Fogo (devido ao vulcão) também ali se instalaram. É curioso notar que estes casavam apenas entre si, já que os casos de mestiçagem eram vistos com alguma relutância, o que não acontecia nas restantes ilhas em geral. "Nesta ilha encontram-se, ainda nos anos 60, os brancos que desejam conservar a pureza do sangue" (Barros, citado in Andrade, 1984: 59). Santo Antão foi povoada pela população das outras ilhas. Em 1724, o marquês de Gouveia, falido, vende Santo Antão aos ingleses. Dispostos a povoá-la, tentam instalar-se, mas rapidamente são expulsos e a ilha regressa às mãos da Coroa portuguesa. Aqui a mestiçagem é um fenómeno relativamente recente.

São os originários da ilha do Fogo que, em 1781, mas mais sistematicamente a partir de 1894, povoam a ilha de São Vicente. O Porto Grande

imprimiu um significativo desenvolvimento, já que se situava estrategicamente nas rotas transatlânticas. A população cresce rapidamente (originários de Santo Antão, São Nicolau e Boavista), embora se trate de uma colonização recente com traços específicos: são sobretudo homens livres ou aforrados que para ali se dirigem, o que leva à formação de um sentimento de superioridade das suas gentes, que aliás ainda sobrevive e os distingue (se não opõe), por exemplo, dos Santiaguenses. Este sentimento é reforçado pelo contacto com o exterior, facilitado pelo Porto Grande, entrada de uma maior europeização, sobretudo de mentalidades. Finalmente, a ilha do Sal é povoada essencialmente por escravos da Boavista, cuja actividade principal é a extracção do sal.

Não foram só negros e portugueses que participaram no processo de miscigenação: espanhóis das Canárias, que se instalaram em Cabo Verde no fim do século XVIII, franceses (normandos e bretões), ingleses, holandeses e outros de origem nórdica e japonesa também participaram neste processo de constituição de uma população.

Concluindo, este caldeamento de etnias e povos, a par de processos de fixação diferenciados, por um lado, e a miscigenação de que foi palco Cabo Verde, por outro, vai necessariamente traduzir-se não só nas relações sociais que pautam o quotidiano no arquipélago, mas também na cultura cabo-verdiana, *sensu lactu*. Esta resulta da síntese das culturas de que são portadores os actores envolvidos na constituição da sociedade de Cabo Verde. No ponto que se segue, procura-se traduzir a multiplicidade de contributos culturais que se sincretiza na cultura cabo-verdiana.

Migrações e dinâmicas culturais na sociedade cabo-verdiana

A imigração na génese de uma síntese cultural específica

Os processos diferenciados de povoamento que influenciaram a constituição de estruturas sociais mais ou menos rígidas em cada ilha são *nuances* de uma sociedade essencialmente crioula, se assim se pode designar, em que o elemento "mestiço"¹ explicita uma cultura-síntese emergente do cruzamento afro-europeu que era ao mesmo tempo um caldeamento de etnias, de culturas e por último, mas não menos importante, de grupos sociais: senhores e escravos encontravam-se no fenómeno de concubinação comumente aceite.

¹ *Do Funco ao Sobrado ou o Mundo que o Mulato Criou*, título muito sugestivo para um ensaio de Gabriel Mariano (1991), e que reforça exactamente a importância do mestiço na formação da cultura cabo-verdiana.

Se é importante retratar as consequências do fenómeno da concubinação na estrutura social, particularmente nas relações sociais que a partir daí se desenham, não menos importante é fazer ressaltar os efeitos traduzidos na estrutura familiar. O conceito de família alargada, que ainda hoje perdura e permanece como um traço definidor da identidade cultural do cabo-verdiano, tem sem dúvida a sua génese no quadro da poligamia de facto, e não de direito, que remonta à fase de povoamento do arquipélago. "A mãe solteira (...) ficou consagrada como uma realidade sociológica, (...) a proliferação dos filhos-de-fora (filhos ilegítimos) tomou foros de legitimidade, constituindo uma verdadeira instituição" (Carreira, 1984: 153). A taxa de ilegítimos, de 1962 a 1969, variou entre 51 e 66,2% (em Portugal regulava entre 10 a 16%). As ligações múltiplas eram mais ou menos aceites pela comunidade, tornando-se mesmo extensivas ao clero. A título de curiosidade, refira-se que o padre Nicolau, da Cidade Velha, deixou 54 filhos.

A mestiçagem é favorecida pela convergência de alguns factores como sejam (i) a exiguidade do espaço em que se encontravam negros e brancos e consequente isolamento, (ii) a escassez de mulheres brancas e, até, (iii) o próprio sistema de propriedade agrícola — predominância do minifúndio —, que aproximava escravos e senhores, como já foi enunciado.

Contudo, a questão do sistema de propriedade punha-se de forma desigual no conjunto do arquipélago e consequentemente são diferenciadas as implicações que daí decorrem. Com efeito, na ilha de Santiago, por beneficiar de certas condições morfológicas e climatéricas, predominou o latifúndio, o que veio a reflectir-se nas relações sociais predominantes. Contrariamente, Barlavento seguiu o sistema de concessões segundo a Lei das Sesmarias, que determinava a atribuição de um pedaço de terra a cada família por forma a estimular a fixação.

Assim, contrariamente ao que se passava nas outras ilhas, Santiago não veio a usufruir, da mesma maneira, do processo de miscigenação e interpenetração cultural, factores de abrandamento e atenuação das clivagens sociais. As consequências dos vínculos rígidos de subordinação que aqui se impunham ainda hoje podem ser reconhecidas na maior africanização dos originários de Santiago, como mais adiante o explicitaremos.

Sem querer fazer a apologia do regime escravocrata, Mariano (1991) defende que aquele funcionou, a determinada altura, como agente de abrandamento ou de humanização dos estilos de vida coloniais. As forças antitéticas manifestaram-se (i) na possibilidade de os mulatos e negros libertados virem a dedicar-se à actividade mercantil e (ii) na mestiçagem, esta com todas as implicações humanas, sociais e culturais daí decorrentes.

O mestiço e a língua crioula², que se foi autonomizando como tal, são,

² "Designam-se por línguas crioulas (...) os instrumentos de comunicação de carácter vocal exercida no âmbito de uma dupla articulação linguística que resultaram da mútua

para outro autor, "o produto" resultante de um processo cultural ao mesmo tempo que se revelam, por outro lado, o "sujeito" instrumento que, dando-se a ver em acção, melhor diz esse produto. Na prática, todos com os seus *apports*, negros e brancos do funco³ ao "sobrado", colaboraram no mesmo processo de tornar possível a vida nas ilhas, mestiçando-se e gerando o mestiço (A. Carvalho, 1991: 16).

Apesar do igual peso que Carvalho lhes confere na atribuição de "responsabilidades" na construção da cultura cabo-verdiana, Mariano atribui ao mestiço um papel de liderança neste processo, chegando mesmo a afirmar que a "cultura fez-se de baixo para cima", o "funco foi o laboratório exacto onde se processou a síntese de culturas e a apropriação pelo negro e mulato de elementos e expressões civilizacionais portuguesas" (Mariano, 1991: 53). "Unidade na diversidade" e "harmonização de antagonismos" são expressões a que recorre G. Mariano a propósito da problematização da cultura cabo-verdiana e do papel decisivo do mestiço na sua constituição.

Nesta sequência, a cultura cabo-verdiana emerge "de uma multiplicidade de microprocessos de invenção, de imitação, de aprendizagem e de adaptação" (Andrade, 1984: 63). Se é verdade que a cultura cabo-verdiana ultrapassa o somatório de duas culturas, tão diversas, num processo constante de reinvenção e construção, como foi afirmado, há contudo traços culturais que resistem a esta simbiose. Encontram-se alguns elementos tipicamente africanos preservados numa forma, pelo menos, próxima do original. Andrade fala-nos na *tabanca* (sistema de ajuda mútua em caso de doença ou morte, na construção de casas, trabalhos nos campos, etc.); no *batuque* (tantã ritmado ao jeito africano); em práticas magico-feiticistas; no *cola-sanjon* (dança que se faz por altura do São João ou Santo Antão); no trabalho das mulheres enquanto os homens descansam acabada a sementeira; no *pilão* utilizado para *cutchir* (separar o farelo do milho) o milho, etc., etc. Por parte dos portugueses ficou a forma de vestir; instrumentos musicais como os ferrinhos e a gaita-de-foles; o principal tipo de habitação, os *funcos*; o modo de construir as vilas e cidades; a forma de ordenamento do território; as instituições administrativas; a instituição familiar mais patriarcal; a monogamia de direito (mas poligamia de facto, *apport* africano); as datas festivas claramente europeias; etc., etc.

Já o fabulário cabo-verdiano, embora denunciando a influência africana (Guiné-Bissau) e europeia (Portugal), compõe-se, para Manuel Ferreira, de histórias genuinamente locais. Num processo criativo de reinvenção, construiu o seu fabulário "imprimindo-lhe a marca da individualidade".

interferência entre dois ou mais idiomas, um deles europeu e o outro ou outros não europeus, nomeadamente africanos ou asiáticos. Nasceram tais línguas das necessidades de comunicação experimentadas por indivíduos de diferentes proveniências linguísticas subitamente postos em contacto uns com os outros" (Morais-Barbosa, 1967).

3. Funco designa a habitação dos escravos e sobrado corresponde à dos senhores.

Da mesma forma, a língua cabo-verdiana — designação que não é inocente já que pressupõe a sua autonomia em relação aos troncos linguísticos que a geraram, contrariamente à designação de língua crioula, e na opinião de Mesquita Lima — "tem-se mantido como unidade independente, quase que irreduzível senão a si mesma (...)", para além de que "trabalha, clabora e reduz quaisquer elementos de carácter exógeno, segundo as suas próprias regras", tendo passado "de língua de recurso, franca ou pidjin para língua de cultura ou étnica" (Lima, 1979).

Discutir a africanidade *versus* a europeidade da cultura cabo-verdiana remonta a tempos antigos, sendo ainda, no entanto, tema actual. Se de um lado surgiu um movimento accentuando a primeira componente, por outro, o movimento Claridade⁴ insistiu na influência da cultura portuguesa. Deste último destacam-se nomes como o de Baltasar Lopes da Silva, Jorge Barbosa, Manuel Lopes, entre outros.

Andrade, que deixa transparecer a sua simpatia pelo primeiro movimento — os africanistas —, afirma que "para eles (os claridosos) as manifestações de origem africana são apenas sobrevivências ou reminiscências, existentes sobretudo em Santiago (Andrade, 1984: 67)⁵. Os seus precursores tiveram fortes influências europeias e constituíam a elite intelectual de Cabo Verde. A. Carvalho dá igualmente conta dos dois movimentos opostos, "o ascendente, aristocratizante, de negros e mulatos em contacto com a cultura portuguesa, e o descendente, democratizante, das 'elites da terra', que difundiram as colectividades e instituições culturais veiculares desse contacto" (A. Carvalho, 1991: 17).

A aristocratização intelectual emergente da ascensão económica do mulato revela-se pelas inúmeras associações recreativas e sociais que desde 1853 se foram constituindo. A título de curiosidade, e a acreditar na informação de Mariano, entre aquela data e 1892 formaram-se na então vila da Praia treze associações que repartiam as suas actividades pela leitura, dramatização, reflexão intelectual, etc. Por outro lado, o funcionalismo público é "invadido" por mestiços distribuídos ao longo de toda a estrutura hierárquica. Este facto é ainda hoje evidente e diferenciador quando se compara a estrutura socioprofissional da comunidade cabo-verdiana com a das outras comunidades africanas originárias das ex-colónias portuguesas.

Este aspecto remete para uma questão particularmente diferenciadora dos cabo-verdianos em relação aos outros povos africanos colonizados pelos portugueses: é a questão da escolaridade extensiva que desde há séculos se

4. Assim conhecido dado o nome da revista *Claridade*, baluarte do movimento.

5. Na mesma obra, também Quésimo Silveira tece caústicas críticas aos claridosos, atribuindo-lhes complexos de inferioridade de que nunca se libertaram. De tal modo, que não conseguem prestar atenção às componentes negróides da cultura cabo-verdiana. Aliás, prossegue o autor, isto explica o acolhimento que tiveram junto do meio intelectual português.

processou em Cabo Verde. A História conta-nos a criação do primeiro bispado de Cabo Verde em 1533, de resto o primeiro em África, do qual faziam parte mestres de escola, de ginástica e, mais tarde, leitores de moral. A doutrinação substituiu "boçais por ladinos". "Por vezes em cada fazenda rural actuava junto da criadagem e dos escravos um agente da Igreja, na catequese, ensino das primeiras letras e rudimentos da língua portuguesa" (Carreira, 1977: 141).⁶ Com o tempo esta acção começou a dar os seus frutos, traduzindo-se na própria estrutura social com a ascensão dos mestiços e negros escolarizados, que progressivamente foram substituindo os "brancos da terra".

Não obstante os pontos de vista divergentes a propósito da identidade cultural do cabo-verdiano, uma questão parece incontestada: Cabo Verde antes de ser Estado já era Nação. O processo sociocultural da nação dependia da dinâmica da burguesia protagonizada pelos "filhos da terra", a burguesia mestiça que a pouco a pouco foi ganhando poder socioeconómico e se foi substituindo à elite branca. "A este conjunto de elite negro-crioulo, mestiço e branco-crioulo se deverá ligar a ideia de 'consciência da nação', ela própria em face do 'outro', em nome de uma 'realidade-povo' que apenas na segunda metade do século XIX começava a ter contornos definidos e a assumir o princípio activo da homogeneidade" (A. Carvalho, 1991: 17).

A identidade cultural cabo-verdiana estrutura-se, pois, a partir de um eixo básico — o processo de *miscigenação*. No entanto, outros dois nos parecem fundamentais ter em conta: (i) o *espaço insular*, em que nomeadamente o mar se torna um elemento fortemente estruturante das maneiras de ser e estar, e ainda, num sentido projectivo, das expectativas;⁷ (ii) *as condições naturais adversas*.

O mar colabora ou aprisiona os "destinos colectivos de libertação espacial e económica". Duas atitudes existenciais se desenham. De um lado, uma atitude evasivista expressa pelo desejo da partida, pela procura de novas relações: aqui o mar surge com uma função possibilitadora, para uns, mas aprisionadora para outros. De outro lado, uma atitude que privilegia a vida calma e rotineira, as relações com o espaço humano. Se uns olham o horizonte numa atitude expectante (esperam a "hora di bai"), outros contemplam a terra que pisam e que é forçosamente partilhada pelos conterrâneos. Enfim, é a inquietação contra a serenidade. A literatura cabo-verdiana revela bem as duas tendências.

⁶ Em documentos referidos por Andrade (1984) e que datam do século XVII, fala-se de um rei, Sape Beca Caia, que, vivendo na zona do rio São Domingos, enviou a sua filha a Santiago para se converter ao cristianismo. Assim como dois sobrinhos do mesmo rei, que para ali foram a fim de se instruírem.

⁷ "O mar condiciona irremediavelmente a vida até pela ordem do excesso, fazendo de Cabo Verde uma soberania territorial com mais mar do que terra, numa terra excessivamente carente de água rodeada de água em excesso" (A. Carvalho, 1991: 33).

Contudo, a partida, elemento central da primeira atitude, não é retratada da mesma maneira: se para uns é um fim inevitável, para outros a ilha é uma prisão e a partida a possibilidade de evasão. Mariano (1991: 103) concretiza estas duas atitudes ao contrapor os poetas Eugénio Tavares, para quem a partida é dolorosa mas necessário,

Hora di bai / Ilora de partida
 Hora de dor / Hora de dor
 djam qre / ah, como eu quero
 pa el ca manchê / que ela não amanheça

e Manuel Lopes, que vê na ilha uma prisão

Pobre de mim que fiquei detido
 na ilha tão desolada
 Rodeada de mar
 as grades também da minha prisão

Relativamente ao terceiro eixo estruturador das identidades, consideramos que as condições particularmente duras que a natureza reservou para o povo cabo-verdiano têm tradução nas práticas culturais, nas interacções, nas trocas simbólicas que no quotidiano acontecem. A música chora o destino ingrato que a natureza impôs, através das mornas que embalam a dor e o sofrimento, a saudade das gentes crioulas. Para Manuel Ferreira, a morna é a mais generosa e inquietante manifestação do homem de Cabo Verde: "Quantas vezes o cabo-verdiano não se refugiará no queixume lírico, na inconsciente reinvenção do processo de aproximação do protesto social?" (Ferreira, 1985: 188). A literatura expressa também a dureza da vida visível na poesia dos chamados autores de inquietação social (cf. Mariano, 1991: 164-5), como Jorge Barbosa

Viver sempre vergado
 sobre a terra
 a nossa terra pobre,
 ingrata
 querida

ou, ainda, Manuel Lopes

Ai solidão dos montes
 despidos, à nossa volta
 onde a vida se consome
 — seios nus ensanguentados
 onde as raízes morrem de fome...

Não é apenas na expressão artística que encontramos os efeitos da natureza agreste. A solidariedade que a partir daí se desenvolve é um traço forte da identidade cultural cabo-verdiana. Remotamente, gera-se a partir da entre-ajuda no trabalho dos campos, ainda trabalho escravizado, para mais tarde perdurar na necessidade de juntos fazerem frente às difíceis condições de vida. A expressão *djuntamon* (juntar as mãos), solidariedade, é disso reveladora.

Enfim, as relações sociais edificam-se a partir desta realidade tão objectiva quanto subjectiva. O culto da vizinhança, as formas ternas de tratamento, a coexistência de um *nome de casa* e de um *nome de igreja* são dimensões importantes. Como diz o autor,

nominho (nome de casa) simboliza o *outro-do mesmo*, a justa dimensão ontológica da *personalidade regional* do indivíduo, referência humano-cultural das manifestações tipicamente originais de Cabo Verde (A. Carvalho, 1991: 21).

Se a imigração está nos processos da constituição da cultura cabo-verdiana, com conseqüente tradução na identidade nacional, a emigração funciona como factor actualizador, dinamizador daquela identidade. Esta não é uma entidade rígida e definitiva, pelo contrário, reformula-se a todo o momento nas trocas simbólicas e reais que com outros povos se estabelecem. O ponto que se segue evidencia a emigração como elemento estruturador da identidade cabo-verdiana.

A emigração como veículo de uma identidade dinâmica

A emigração em Cabo Verde desde cedo se mostrou como "a janela alternativa à porta que Deus fechou". As causas foram já por demais citadas: secas que flagelaram gerações inteiras; estruturas agrárias bloqueadas; processo de industrialização incipiente; indústria artesanal aniquilada pela concorrência; crescimento demográfico elevado a par de deficiente ou inexistente estrutura de assistência médico-sanitária; exclusão dos camponeses da agricultura e, simultaneamente, não absorção dessa mão-de-obra pela indústria, etc.

Carreira insiste em dividir a emigração cabo-verdiana em "espontânea" e "forçada" (sem, contudo, explicitar os critérios que presidiram à classificação dos indivíduos), definindo a primeira como o resultado da iniciativa particular, livre de quaisquer alienações, e a segunda como resultante de secas, fomes, mortandades ou pressão demográfica de que "os governos se aproveitaram para incentivar e encaminhar, por meio de medidas legislativas ou processos administrativos, a saída da população com o objectivo deliberado de proporcionar mão-de-obra abundante e a baixo salário às organizações agrícolas e industriais de tipo capitalista da região tropical ou equatorial" (Carreira, 1984: 162). Jackson (1991: 10) distingue a

migração voluntária da forçada, em que a primeira "abarca qualquer deslocação em que a hipótese de mudança seja colocada ao indivíduo como decisão livre e de sua inteira responsabilidade" e a segunda como "implicando deslocações resultantes da necessidade de salvaguarda da vida e da liberdade do indivíduo".

Relativamente a alguns fluxos claramente apoiados e estimulados pelas entidades ligadas ao poder político e/ou económico, a classificação proposta não parece polémica (é o caso da emigração forçada para São Tomé); já noutros casos nos parece difícil a sua aplicabilidade. Os dados organizados dessa forma dão-nos, não obstante, a ideia do peso dos fluxos enquadrados por uma situação em que a margem de liberdade dos indivíduos, em termos da decisão de partir, era praticamente nula, sobretudo até 1959.

Desde muito cedo se verificou a saída de cabo-verdianos para as mais diversas partes do mundo, mas foi no período entre 1953 e 1973 que se deu o *boom* da emigração, apresentando então esta características de êxodo (sobretudo em 1964). A história da emigração cabo-verdiana comporta porém outros períodos que importa referenciar sinteticamente.

Os baleeiros americanos foram o primeiro apelo à saída de cabo-verdianos que se dedicavam à faina da pesca. Desde 1874 que existem dados sobre fluxos de emigração para os Estados Unidos. Mais tarde a emigração para este destino foi alargada a outros sectores da população, nomeadamente aos indivíduos inseridos nos têxteis e também agricultores. Destaca-se a indústria de morangos em New Bedford, com mão-de-obra essencialmente cabo-verdiana. A fileira migratória tornou-se cada vez mais intensa, pelo que surgiu a necessidade, por parte do país de acolhimento, de impor as primeiras restrições à entrada de estrangeiros (1917).⁸

A legislação promulgada em 1959 restabelece os fluxos, embora com intensidade muito inferior aos verificados anteriormente. Evidentemente que o quadro de restrições que se foi implementando não conseguiu reter drasticamente as entradas nos Estados Unidos, mas, antes, fez disparar a emigração clandestina. Segundo a nova legislação, as quotas estabelecidas para os cabo-verdianos estavam abrangidas nas quotas impostas à entrada de portugueses, pelo que o processo passou a ser controlado por Portugal, obrigando simultaneamente à sua passagem por este país. Fogo, Brava e São Nicolau eram as principais origens.

Desta forma, o fluxo migratório foi em parte desviado para o Senegal (Dacar), Guiné e Portugal. Carreira dá-nos conta de um número significativo de clandestinos em direcção ao Senegal, que utilizavam os veleiros que para ali transportavam carregamentos de pedra e sal. Trata-se de uma emigração com carácter permanente, embora funcione também como placa giratória para países da Europa e Estados Unidos. Andrade informa-nos acerca do

8 A lei proibia a entrada de analfabetos de raça negra com idade superior a 16 anos.

estatuto privilegiado que os cabo-verdianos tinham na sociedade senegalesa, pois por terem nacionalidade portuguesa gozavam de salários superiores aos nacionais para o mesmo posto de trabalho. Esta situação foi-se alterando com o processo de senegalização: as consequências traduzem-se na perda de regalias e, até, de emprego por parte dos naturais de Cabo Verde. Alguns partiam para a Costa do Marfim, Gabão, Benin ou Europa. Um inquérito realizado em 1972 aponta para a existência de 4000 a 4500 cabo-verdianos no Senegal.

Os fluxos que se estabeleceram entre Cabo Verde e a Guiné tinham dois sentidos: no primeiro iam os "lançados", cabo-verdianos utilizados para criar as condições mínimas para a implantação de colonos na Guiné; deste território vinham os escravos, como já se afirmou. Os "lançados" estimularam a agricultura através da introdução do cultivo de cana-de-açúcar e a implantação de pequenas fábricas ao longo dos rios da Guiné (entre 1830 e 1885). Fortes dependências entre os dois países foram-se consolidando aos mais diversos níveis. Veja-se, por exemplo, que, entre 1920 e 1940, 70% dos empregos públicos na Guiné eram ocupados por cabo-verdianos ou seus descendentes.

O exemplo mais claro de emigração forçada foi aquela que se dirigiu para São Tomé. Em 1864, a Portaria Régia n.º 105 determinava que o governador de Cabo Verde "faça transportar para as ilhas de São Tomé e Príncipe, até 1000 indivíduos de ambos os sexos, empregando para esse fim todos os meios de persuasão" (Carreira, 1984: 173). Era assim que milhares de cabo-verdianos se viam forçados a trabalhar em São Tomé, memória amarga que muitos ainda guardam, já que as condições de vida ali oferecidas em nada ficavam a dever às do tempo da escravatura (por exemplo, em 1973 o salário mensal era de 318\$00 e, em 1974, de 780\$00). No início do século, os que retornavam à sua terra levavam apenas 50% dos salários, sendo o restante retido — "bónus de repatriação" — e entregue apenas no desembarque. Era o degredo sem a existência de crime. Serviam os senhores das grandes plantações de café e cacau, negócio que então prosperava enriquecendo as empresas portuguesas.

Carreira não resiste a transcrever o extracto de uma notícia incluída no jornal *A Voz de Cabo Verde*, n.º 192, de 1914-1915.¹⁰

(...) Há dias foi assassinado um (serviçal) de Santo Antão, à chicotada. Morreu no hospital, sem pele nas costas, com órgãos importantes de respiração a descoberto. Os assassinos (capatazes do patrão) foram pronunciados.

Os constantes fluxos de emigração cabo-verdiana que ainda hoje persis-

9 Entre 1904 e 1922, 17 498 cabo-verdianos desembarcaram em São Tomé. No entanto, o processo também foi extensível a moçambicanos e angolanos. Entre 1909 e 1922, desembarcaram naquele território, respectivamente, 28 961 e 20 284 serviçais.

10 Apesar de parecer estranha a indicação da data do jornal que insere a notícia, é desta forma que aparece citada por Carreira.

Quadro 2.1 Estimativa do número de cabo-verdianos residentes no estrangeiro

América	255 000	
EUA	250 000	
Brasil	3 000	
Argentina	2 000	
Africa	67 900	a 76 200
Angola	35 000	a 40 000
Senegal	22 000	a 25 000
São Tomé	8 000	
Guiné-Bissau	2 000	
Moçambique	700	a 1 000
Gabão	200	
Europa	82 700	a 88 200
Portugal	50 000	
Holanda	10 000	
Itália	8 000	a 10 000
França	7 000	a 9 000
Luxemburgo	3 000	
Espanha	1 500	a 2 000
Suíça	1 000	a 2 000
Bélgica	800	
Suécia	700	
RFA	500	
Noruega	200	
Total	405 600	a 419 400

Fonte: *Emigrason* (órgão informativo da Direcção-Geral da Emigração e Serviços Consulares do MNE de Cabo Verde), Praia, 5 de Julho de 1985, p. 6.

tem, reforçam a dependência do país do factor emigração. Acredita-se no paradoxo de que Cabo Verde existe porque persiste a emigração.

As estimativas relativas à população cabo-verdiana que reside fora do seu país revelam um dado curioso: existem mais naturais fora de Cabo Verde que entre portas (ver quadro 2.1).

A diáspora cabo-verdiana tem eco na sociedade de partida: reflecte-se não só no tecido social que a todo o momento se reconstrói, como na própria

cultura. Os contributos culturais das sociedades de imigração (para as sociedades de emigração) reflectem-se nas formas de estar, de vestir, nas práticas de sociabilidade, no consumo, na concepção e utilização do espaço, enfim, até mesmo nos valores que por vezes se antagonizam com os sustentados pelos que nunca partiram. Uma das entrevistas que realizámos a um informador privilegiado (magistrado) em Cabo Verde revelou-se extremamente rica e esclarecedora no que se refere à alteração de valores que a emigração acarreta, e que é tão difícil de ser objectivada e consequentemente verbalizada. Contou-nos o informante que um dos muitos processos que analisou e que o marcou dada a sentença a que se viu obrigado a proferir referia-se a um emigrante originário de Santiago. Os Santiaguenses, sobretudo os de origem rural, distinguem-se pelos códigos de honra rígidos pelos quais se regem e que accionam em situações que vão da infidelidade da mulher, ofensas à família, questões ligadas à propriedade, etc. Tendo o dito emigrante regressado a Cabo Verde após um longo período de ausência, veio a saber que a mulher o desonrara. A sua atitude fora a de cortar relações com a mulher e com o amigo que o traíra, depois de uma conversa com este. No entanto, a família e a vizinhança não o perdoaram pela pouca dignidade com que tinha resolvido o assunto e, num acto de perseguição sistemática, ameaçadora e violenta, obrigaram o ofendido a resolver a questão tal como mandavam os códigos ali vigentes: com a morte. Após cumprir o que socialmente lhe era imposto, foi condenado pelas instituições de direito.

Concluindo, a emigração desde cedo constituiu a alternativa possível à falta de recursos naturais de Cabo Verde, tornando-se uma realidade quotidiana que enforma maneiras de estar, de esperar e de olhar o mundo pequeno que o espaço insular encerra, o qual se pode tornar imenso quando o mar deixa de ser obstáculo. Enfim, também a emigração molda o cabo-verdiano na sua identidade.

A diáspora cabo-verdiana, que há séculos preencheu alguns cantos do mundo, teve também expressão em Portugal, não fora este país a potência colonizadora presente em Cabo Verde. Em momentos históricos diferentes (antes e após a independência), diversos fluxos de migração dirigiram-se (e dirigem-se) para Portugal na procura das condições mínimas de sobrevivência, nalguns casos, e de segurança física, noutros difíceis de encontrar nos países de origem. Nas páginas que se seguem situaremos a imigração cabo-verdiana no contexto português, tentando encontrar situações mais ou menos paradigmáticas de ideais-tipo de migração a partir do conjunto dos imigrantes a residir em Portugal originários dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Portugal, destino da emigração cabo-verdiana

A composição social dos fluxos migratórios de Cabo Verde para Portugal não foi uniforme ao longo dos tempos. Antes da II Guerra Mundial, quem emigrava para a metrópole eram as camadas socialmente mais privilegiadas (comerciantes, proprietários, funcionários públicos e estudantes). No entanto, a verdadeira emigração surge a partir de 1946, com especial significado nos anos 60. Nesta década, foi estimulada pelo próprio governo português, que, para fazer face à falta de mão-de-obra provocada pela emigração portuguesa para França e pela guerra colonial, contrata em massa mão-de-obra cabo-verdiana. Esta é canalizada, sobretudo, para o sector da construção civil, já que decorria a construção do metropolitano de Lisboa assim como prosperava a indústria imobiliária ligada ao turismo no Algarve. Altera-se assim o perfil social do emigrante para Portugal: é sobretudo uma mão-de-obra desqualificada escolar e profissionalmente.

Sendo os Estados Unidos e Portugal os principais destinos da emigração cabo-verdiana, o primeiro vai sendo progressivamente substituído pelo segundo a partir do segundo quartel deste século. Como já foi referido, as restrições à entrada de emigrantes impostas pelos Estados Unidos fizeram com que Portugal passasse a controlar as saídas dos cabo-verdianos, o que implicava a passagem destes por Portugal. Isto tem como consequência imediata a sobrestimação das estatísticas relativas à emigração para aquele último país. Com efeito, Portugal funcionava, para alguns, apenas como passagem obrigatória para outros locais de destino.

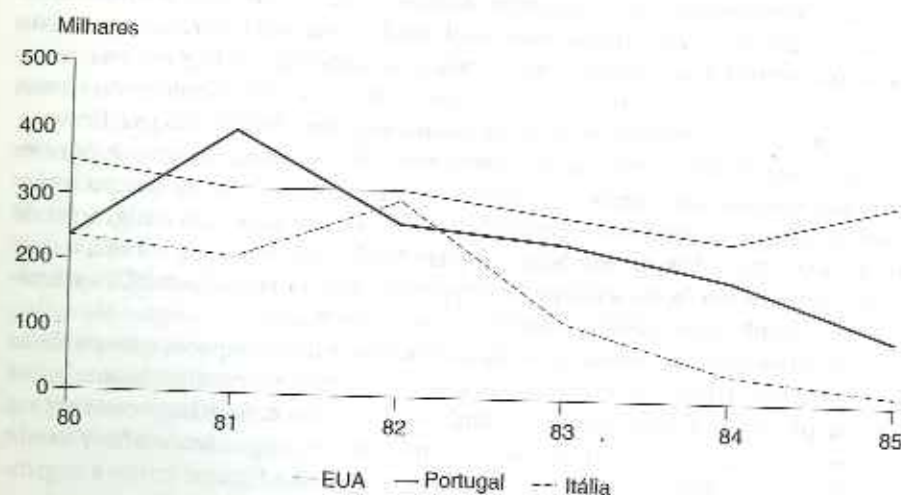
Ao longo da história da emigração cabo-verdiana, foram-se fixando fileiras migratórias com origens e destinos quase que predeterminados. Gerações inteiras partiram na mesma direcção apoiadas por redes formais ou informalmente organizadas, e que foram assegurando a integração na sociedade receptora. No entanto, a fileira extravasa a família estendendo-se aos vizinhos e aos conterrâneos. Tradicionalmente, nas ilhas de Fogo e Brava e, embora com menos significado, também em São Nicolau, emigra-se para os Estados Unidos, enquanto os naturais de Santiago e Santo Antão preferem outros destinos, entre eles Portugal. Saliente-se um fluxo de emigração da população feminina de São Nicolau para Itália, que remonta a 1962, e cujo recrutamento era feito pelos padres capuchinhos italianos (em 1972 estimava-se a existência de 3500 a 4000 domésticas em Itália).

Embora não se possa fazer uma análise mais completa que permita comparar os fluxos em termos dos destinos preferenciais, de qualquer forma percebe-se que, dentre o conjunto das ilhas, Santiago continua a fornecer os maiores contingentes de emigrantes, seguida de São Vicente e Santo Antão. Na globalidade, Portugal continua a figurar como a segunda escolha em termos de país de imigração para os cabo-verdianos, seguindo-se a Itália. Os dados que recolhemos junto do Serviço de Esta-

Quadro 2.2 Percentagem da emigração para Portugal na emigração cabo-verdiana total, por ano e ilha

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Santiago	36,7	52,9	44,8	44,5	41,7	27,32
Maio	0,0	0,0	42,9	0,0	50,0	100,0
Fogo	8,1	15,9	9,8	8,0	11,3	2,4
Brava	2,5	14,6	9,38	7,1	8,3	4,2
Santo Antão	29,4	29,1	26,0	21,6	35,9	23,1
São Vicente	14,7	21,8	18,5	15,7	15,0	12,6
São Nicolau	20,0	16,7	3,2	0,0	0,0	0,0
Sal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boavista	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Total	21,9	34,5	25,0	26,4	25,9	15,2

Nota: valores absolutos muito baixos (inferiores a 10) assinalados a itálico.
Fonte: Serviço de Estatística de Cabo Verde, 1986.

**Figura 2.1** Principais destinos da emigração cabo-verdiana, 1980-1985

tística em Cabo Verde relativos ao período de 1980 a 1985 disso dão conta (ver figura 2.1).

Como se afirmou, a importância que Portugal assume nas opções dos cabo-verdianos em termos de país de destino prende-se, no limite, com a proximidade cultural entre os dois povos (a língua é claramente um factor de aproximação) que o passado histórico teceu, não obstante a autonomia das duas culturas. Todavia, não é de desprezar outras razões de ordem estrutural que moldaram as opções dos indivíduos, como sejam os interesses económicos que Portugal tinha na importação de mão-de-obra barata e dócil, que efectivamente se traduziu no desenvolvimento de alguns sectores da actividade económica. Ao micronível, as opções individuais são orientadas pela fileira migratória que se vai consolidando ao longo dos tempos, marcando encontros entre indivíduos e destinos certos.

Os imigrantes dos PALOP em Portugal

Elementos para a construção de uma tipologia das migrações

A abordagem clássica da teoria das migrações internacionais de natureza economicista não permite perceber a multiplicidade de movimentos populacionais que ocorrem no mundo actual.¹¹ Com efeito, a abordagem espacial baseada no conceito da diversidade, abordagem sistematizada por Salt (1987), estabelece que

o desenvolvimento económico é desigual através do tempo e espaço devido à distribuição irregular de bens materiais (...), induzindo a dicotomias centro-periferia, à desigual difusão de tecnologia e distribuição de poder político e económico, e devido à natureza cíclica das modernas economias. A migração é ela própria uma resposta variável a esta diversidade espacial em termos de produção, com várias formas de causalidade, carácter e impacte.¹²

No âmbito do estudo das migrações internacionais contemporâneas, esta orientação contextualizadora teve uma tradução particularmente relevante na explicitação dos vínculos que associam os movimentos das populações ao

11 Este capítulo baseia-se em ideias desenvolvidas num artigo anteriormente publicado: R. Pena Pires, A. Saint-Maurice, "Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10 e 11, Janeiro-Dezembro, 1989, 203-226.

12 Ver, em especial, J. Jackson, *Migration*, Londres, Longman, 1986, e G. Lewis, *Human Migration: a Geographical Perspective*, Londres, Croom Helm, 1982.

desenvolvimento desigual do capitalismo à escala mundial. Na sequência deste desenvolvimento, emergem dois subsistemas principais (centro e periferia) resultado de relações assimétricas nos planos funcional e hierárquico dentro do sistema geral (economia-mundo).

As migrações internacionais entre aqueles subsistemas representariam uma concretização da transferência de recursos humanos, com origem na incapacidade de absorção pelo sector secundário da mão-de-obra libertada pelo sector agrícola. Ao mesmo tempo, aquela transferência contribuiria para a acumulação nas metrópoles dada a política de baixos salários dos imigrantes, possível pela institucionalização de um mercado de trabalho segmentado legitimado por ideologias de tipo segregacionista.

Retomando a perspectiva inicial sustentada nomeadamente por Salt, parece-nos que isolar a variável espacial é tanto mais redutor quanto complexos e diversos os contextos em que ocorrem os movimentos populacionais. Assim, a abordagem sistémica propõe integrar um conjunto de factores interactuantes, situados entre a macrosociologia e a vontade dos actores.

Impõe-se que se diferenciem os actores em função das suas capacidades para construírem quadros de possibilidades de vida desiguais e se valorize mais o quadro de relações entre as sociedades envolvidas nos fluxos de mobilidade espacial enquanto factor estruturante das práticas migratórias. Perceber os contextos económicos, políticos e históricos dos países de origem e destino não explica porque uns emigram e outros não, pelo que há que articular os dois níveis de análise.

A partir de uma multiplicidade de critérios é possível começar a esboçar-se uma tipologia de migrações. Destacamos alguns critérios de classificação a partir de diversas propostas e que foram sistematizados por Pires e Saint-Maurice (1989: 209):¹³

- limites espaciais do movimento migratório;
- dimensão temporal da situação migratória;
- composição do fluxo migratório;
- tipo de factores contextuais sobre os quais se centra a avaliação conducente à decisão;
- grau de liberdade individual presente no momento da migração;
- tipo de actor envolvido no fluxo migratório;

13 Ver em especial, W. Petersen, 1958: "A general typology of migration", *American Sociological Review*, 23; P. Krishnan e D. Odynek, 1987: "A generalization of Petersen's typology of migration", *International Migration*, 25; F. Alberoni, 1963: "Tipologia delle migrazioni esteriori", *Studi de Sociologia*, 3; C. Beijer, 1969: "Modern patterns of international migratory movements", in J. Jackson (org.), *op. cit.*, e P. George, 1970: "Types of migration of the population according to the professional and social composition of migrants", in C. Jansen (org.), *Readings in the Sociology of Migration*, Oxford, Pergamon Press.

- alterações nas condições de vida do migrante decorrentes da trajectória percorrida.

Do cruzamento destes critérios, queremos destacar três tipos de migrações que terão particular interesse para o presente estudo:

- a) migrações laborais;
- b) povoamento colonial que se caracteriza pela fuga a uma mobilidade bloqueada e por resultados francamente positivos em termos do saldo migratório dada a posição de superioridade que os migrantes ocupam na sociedade receptora;
- c) migrações forçadas¹⁴, normalmente na sequência de alterações radicais de ordem política na sociedade de origem, frequentemente acompanhadas de conflitos.

Estes três tipos de migração estruturaram as relações entre Portugal e os PALOP, podendo detectar-se os seus efeitos diferenciados na actual sociedade portuguesa. As migrações laborais, especialmente a partir da década de 60, estabeleceram-se com particular significado entre Cabo Verde (origem) e Portugal (destino), processo concomitante com o fluxo migratório que se fazia de Portugal para a Europa (em especial França). O vazio deixado pelos emigrantes portugueses, e também pelos que partiam para a guerra colonial, deveria ser preenchido pela imigração cabo-verdiana apoiada e estimulada pelas entidades governamentais portuguesas.

O povoamento colonial faz-se no sentido sociedade dominante (Portugal) → sociedade dominada (colónias) e alguns dos movimentos das populações entre colónias poderão também enquadrar-se naquele tipo de relação, ou seja, dominante-dominado. Isto é particularmente verdade no caso de Cabo Verde, donde partia um fluxo migratório com uma composição social específica para outras sociedades colonizadas, nomeadamente Moçambique e Angola. Aqui ocupavam, tal como a população portuguesa, uma posição de superioridade face à população autóctone. É certo que este movimento não foi extensível às outras colónias, já que as políticas de colonização que Portugal desenvolvia não eram uniformes, diferenciavam os interesses (e consequentemente o controlo político e social) porque diferentes eram os recursos e potencialidades dos territórios colonizados.

Após o 25 de Abril de 1974, novos movimentos populacionais dirigem-se para Portugal (incluem-se portugueses e africanos), com particular incidência das ex-colónias, apresentando tendencialmente perfis sociológicos

14 Trata-se de uma outra proposta de tipologia das migrações, diferente da apresentada por Carreira. Aqui as migrações forçadas são marcadas essencialmente pela ordem política, enquanto Carreira assenta aquele tipo em critérios, sobretudo, económicos.

muito diversos daquele que caracterizava os fluxos ocorridos na década anterior. Enquanto os primeiros eram movidos essencialmente por objectivos económicos, os segundos deslocavam-se num contexto de mudanças políticas radicais, alguns em situação de guerra. Referimo-nos à migração forçada em que a margem de liberdade deixada aos actores envolvidos é nula.

Ultrapassada esta conjuntura, na década de 80 é possível verificar a cristalização de um novo padrão migratório marcado pela consolidação do movimento social das migrações laborais com origem em Cabo Verde, e o seu progressivo alargamento aos restantes PALOP, bem como pela persistência de migrações forçadas de menor amplitude envolvendo sobretudo refugiados vindos de Angola e Moçambique.

Perfil comparativo dos imigrantes dos PALOP

A descoincidência entre as estatísticas oficiais acerca da dimensão da população migrante dos PALOP é por si reveladora de tipos diferenciados de migração, como adiante explicitaremos com outros indicadores.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística relativos ao Recenseamento Geral da População informam-nos que, em 1981, residiam em Portugal 45 222 indivíduos oriundos dos PALOP. No entanto, só 27 287 estariam com residência legalizada, segundo o Serviço de Estrangeiros do Ministério da Administração Interna. Se se fizer a comparação entre as duas fontes para cada uma das comunidades dos PALOP residentes em Portugal, verifica-se que as diferenças são muito disparcs. Elas são mínimas no caso de Cabo Verde e Guiné, significativa para São Tomé e enorme nos casos de Angola e Moçambique. Reconhecendo as deficientes estatísticas, optámos, contudo, pelos dados do Recenseamento Geral da População de 1981.

Dentre o conjunto de migrantes originários dos PALOP residentes em Portugal, poderíamos desde já avançar com a hipótese da presença de, sobretudo, dois tipos tendenciais de migrações: migração de refugiados, com particular incidência entre os originários de Moçambique e de Angola, entre os quais a proporção de indivíduos em situação irregular é mais elevada, e migração laboral, que caracteriza, sobretudo, a população cabo-verdiana, são-tomense e guineense. Neste último caso, sendo o trabalho o principal móbil da deslocação, impõe-se a necessidade de legalização no país residente com maior premência — daí o menor desfasamento entre aquelas estatísticas.

Uma comparação entre as cinco populações de imigrantes que temos vindo a referir permitiu-nos fazê-las aproximar de um ou outro tipo, havendo, no entanto, casos mais ou menos paradigmáticos e outros mais ou menos híbridos. Neste sentido, fizemos um estudo comparativo das estruturas demográficas ocupacional e educacional dos imigrantes dos PALOP¹⁵. Antes de dar conta dos resultados dessa comparação importa realçar o facto de,

Quadro 2.3 Imigrantes dos PALOP: comparação de fontes estatísticas

País de origem	INE (A)		MAI (B)		(A/B)
	n	%	n	%	%
Angola	19 567	43,3	2 068	7,6	9,5
Moçambique	4 425	9,8	621	2,3	7,1
Guiné-Bissau	1 126	2,5	970	3,6	1,2
São Tomé	1 547	3,4	786	2,9	2,0
Cabo Verde	18 557	41,0	22 842	83,6	0,8
Total	45 222	100,0	27 287	100,0	1,77

Fontes: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981; Ministério da Administração Interna, Serviço de Fronteiras, 1981.

Quadro 2.4 Nacionais dos PALOP residentes em Portugal em 1981, segundo o período de emigração, por países de origem (nacionalidade)

País de origem	Total n	Antes de 1974		Após 1974	
		n	%	n	%
Angola	17 184	2 436	14,2	14 748	85,8
Cabo Verde	17 309	8 055	46,5	9 354	53,5
Guiné-Bissau	989	325	32,9	664	67,1
Moçambique	3 883	696	17,9	3 187	82,1
São Tomé	1 432	600	41,9	832	58,1
Total	40 797	12 112	29,7	28 685	70,3

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981.

comparativamente aos outros migrantes, angolanos e moçambicanos terem chegado a Portugal sobretudo após 1974 — o que se prende com os motivos que estiveram na origem do fluxo, nomeadamente a fuga a uma situação de instabilidade a todos os níveis e até de conflito armado (ver quadro 2.4).

Estrutura demográfica. As migrações laborais distinguem-se das de refugiados por apresentarem uma elevada proporção de indivíduos em idade activa, por um lado, e, por outro, por se comporem por núcleos familiares que a pouco e pouco se vão completando. Contrariamente, o segundo tipo caracteriza-se pela heterogeneidade do fluxo em termos etários, embora com sobre-representação dos escalões etários mais jovens e com maior peso de mulheres (são os jovens e as mulheres que fogem à guerra). Observando os dados¹⁶ e comparando os dois casos mais exemplares de um e outro tipo (migração angolana, exemplo de migração de refugiados, e cabo-verdiana, de migração laboral), dentro os angolanos cerca de 70% têm no máximo 17 anos, valor que para os originários de Cabo Verde é de apenas 28,1%. Moçambique apresenta um valor próximo do primeiro (67%) e a Guiné mais próximo do segundo (46%). Isto significa que a estrutura etária dos migrantes de Angola e Moçambique é bastante mais rejuvenescida, situação própria de uma migração de refugiados. Os indivíduos em idade activa (entre 20 e 40 anos) representam 55,4% dos cabo-verdianos (situação clássica de migração laboral) e apenas 22% dos angolanos. As outras nacionalidades, moçambicana, guineense e são-tomense, apresentam, respectivamente, valores de 23%, 44,2% e 38,7%.

As estratégias migratórias e composição do fluxo que um e outro tipo evidenciam são naturalmente diferenciadas: enquanto a migração de refugiados é mais atomizada, a migração laboral é familiar, embora não num primeiro momento. Neste último caso, emigra primeiramente o chefe de família, ao qual se vai juntando, a pouco e pouco, a restante família nuclear.

Com efeito, a informação estatística de que dispomos revela-nos um elevado número de indivíduos casados e com filhos entre os cabo-verdianos, e opostamente, entre os angolanos e moçambicanos, um peso elevado de solteiros e indivíduos sem filhos. A população oriunda da Guiné apresenta um perfil semelhante à destes dois últimos grupos, enquanto a migração de São Tomé se aproxima mais do perfil da de Cabo Verde.

16 Os dados estatísticos referem-se apenas aos indivíduos nacionais dos PALOP. O conceito de cabo-verdiano que definimos para a pesquisa (mais abrangente que o vínculo da nacionalidade) não é aqui considerado, pois a não ser assim não seria possível a comparação com a estrutura da população dos outros PALOP.

17 A informação-base, fornecida pelo recenseamento da população residente em Portugal, foi reconstruída de modo a adequar-se aos objectivos desta pesquisa. Assim, apenas foram considerados os indivíduos que, em 1981, tinham pelo menos sete anos. Em relação à estrutura familiar, considerámos o número de filhos apenas das mulheres com mais de 14 anos.

Estrutura ocupacional e educacional. Ao contraste entre os perfis caracterizados por uma migração atomizada e rejuvenescida, por um lado, e por uma migração familiar e com grande peso de população adulta, por outro, sobrepõe-se uma segunda dicotomia definida a partir de indicadores relativos à condição perante o trabalho e ao nível de qualificação. Com efeito, verifica-se que ao primeiro perfil corresponde um grande peso de estudantes com níveis de qualificação intermédios e ao segundo uma elevada proporção de população activa com baixos níveis de qualificação. Obviamente esta esquematização só faz sentido para destacar os casos típicos, sem que, por isso, se retire importância aos casos intermédios ou híbridos, envolvendo uma população mais heterogénea dada a multiplicidade de factores que estiveram na origem dos processos migratórios em causa.¹⁸

Assim, destacam-se, de um lado, os casos de Angola, Moçambique e Guiné, com baixas taxas de actividade rondando os 26%, e, do outro, o caso de Cabo Verde, com cerca de metade da sua população activa. São Tomé aproxima-se mais deste último perfil, com cerca de 31% de activos. Embora o primeiro grupo de migrantes se assemelhe quanto à taxa de actividade, os migrantes guineenses diferenciam-se no que respeita à proporção de estudantes e desempregados que apresentam, assim como quanto ao nível de qualificação. Assim, a população de origem guineense exibe uma maior taxa de estudantes,¹⁹ uma menor fracção de desempregados e uma maior proporção de indivíduos com níveis de qualificação intermédios. A percentagem de estudantes para esse subconjunto é de 37,4%, enquanto para Angola e Moçambique é de 25,4% e 25,9%, respectivamente. Em situação contrastante encontra-se Cabo Verde, com apenas 11,8% de estudantes. Relativamente aos níveis de qualificação, enquanto entre os guineenses é de 21,8% a proporção de indivíduos com o curso liceal ou o 12.º ano, a mesma é de 7,6%, 11,8%, 9,5% e 4,2% nos casos de Angola, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde, respectivamente.

Cabo Verde evidencia-se pela baixa percentagem de desempregados, como já tínhamos observado, e pelo baixo nível de escolaridade, no seu conjunto. Com no máximo a 4.ª classe temos 90% dos cabo-verdianos.

A população de São Tomé apresenta um perfil próximo do de Cabo Verde, embora sempre com valores mais atenuados para os indicadores sobre os níveis de escolaridade e condição perante o trabalho. A taxa de actividade é de cerca de 20 pontos mais baixa que a da população cabo-verdiana e a percentagem de indivíduos que têm no máximo a 4.ª classe é de 75,7%.

18 A delimitação de perfis de imigrantes não obedeceu a uma orientação naturalista, antes se orientou pela metodolgia weberiana de construção de ideais-tipo.

19 A forte presença de estudantes guineenses resulta dos acordos estabelecidos entre os dois países na área da educação. Parece assim emergir um novo tipo de migração cujas causas não assentariam directamente no desenvolvimento económico nem na situação de guerra, desencadeadores de um movimento de refugiados, mas nas carências do sistema de ensino do país de emigração.

Reafirmam-se aqui perfis de migrantes diferenciados consonantes com os motivos que desencadearam os fluxos migratórios: de um lado, uma população mais jovem com uma presença significativa de estudantes e elevada taxa de inactividade (casos de Angola e Moçambique) e, do outro, uma população com elevada proporção de indivíduos a exercerem uma profissão e com baixos níveis de escolaridade (casos de Cabo Verde e São Tomé). O caso da Guiné apresenta elementos de um e outro perfil.

Estrutura económica e profissional. A baixa qualificação escolar do conjunto da população imigrante oriunda dos PALOP reflecte-se na sua inserção no mercado de trabalho: vínculos precários, inserção em sectores de trabalho recusados pela população autóctone, baixos salários e não usufruto de qualquer benefício da segurança social. Os dados do INE apenas nos permitem dar conta da situação na profissão, sector de actividade e grupo socioprofissional. Assim, a grande maioria encontra-se a trabalhar por conta de outrem, embora não deixem de ser relevantes algumas diferenças consonantes, de resto, com a distinção que vimos fazendo entre situações de integração com graus de marginalidade subordinada diferenciados.

Enquanto dentre os nacionais de Angola, Moçambique e Guiné trabalham por conta própria entre 5,6% e 8% dos activos, nos casos de São Tomé e Cabo Verde apenas estão naquela situação 3% e 1,9% (menos de metade). Estes valores referem-se sobretudo aos trabalhadores independentes no ramo do comércio, sector cuja dimensão relativa assume valores superiores entre os angolanos (18,4% dos activos desta nacionalidade estão aí integrados) e moçambicanos (22,2%), intermédios entre os guineenses (11,7%) e inferiores nos casos de São Tomé (8,7%) e Cabo Verde (6,8%).

É porém a dominância da inserção profissional no sector da construção civil, característica de uma população migrante quando esta é maioritariamente composta por indivíduos movidos por interesses que se situam ao nível da sobrevivência, que melhor evidencia as referidas situações de integração desfavorável.²⁰

A desqualificação associada a essa actividade, as más condições de trabalho e a constante disponibilidade exigida fazem com que a construção civil seja, nas sociedades centrais, pouco atractiva para a população autóctone, sendo por isso uma das alternativas habituais para a integração do

20 "Aquilo que a França, a Alemanha e outros países fizeram ao recorrer aos trabalhadores emigrados das margens norte e sul do Mediterrâneo para preencherem os postos de trabalho (insalubres, desqualificados e mal pagos) da construção civil e obras públicas, deixados vagos pelos nacionais, faz também Portugal, utilizando imigrantes cabo-verdianos, onde aqueles utilizam emigrantes portugueses (entre outros)" (R. Amaro, "Mercado de trabalho e franjas marginalizadas: o caso dos imigrantes cabo-verdianos", in II Conferência do CISEP, 1987, *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Vol. I, Lisboa, CISEP, p. 362).

imigrante. Assim se explicará que quase metade da população activa cabo-verdiana residente em Portugal esteja inserida no sector da construção civil e obras públicas (48,4%) contrapondo-se aos angolanos (12,2%) e moçambicanos (9,3%) que se inserem preferencialmente nos sectores dos serviços e da indústria transformadora. Dentre os nacionais de São Tomé observa-se também, um peso significativo de imigrantes a trabalharem na construção civil (35,1%) apresentando a Guiné valores intermédios. A natureza híbrida do tipo de migração proveniente deste último país é, uma vez mais, claramente reforçada quando, analisando a sua estrutura profissional, se observa a coexistência de uma proporção relativamente importante de quadros e profissões liberais (16%) com uma elevada percentagem de operários (40%) — sendo a primeira proporção muito superior à verificada entre os imigrantes angolanos (5,1% de quadros e 37,8% de operários) e moçambicanos (8% de quadros e 33,8% de operários). A proporção de quadros é muito inferior no caso dos nacionais de Cabo Verde (1,3%), enquanto o peso de operários destaca-se dentre o conjunto das populações (64,5%).

Síntese. A análise anterior permite, pois, distinguir dois tipos polarizados de migração dos PALOP, exemplificados pelos casos de Angola e Moçambique, por um lado, e de Cabo Verde, por outro. A sua diferenciação tem como origem primeira os motivos que deverão ter influído nas decisões de emigração por avaliação dos contextos de origem, cujas características mais marcantes podem ser reportadas à situação político-militar em Angola e Moçambique e aos problemas económicos em Cabo Verde. Estes motivos diferenciados deram origem ao predomínio de uma migração de refugiados, no primeiro caso, e de uma migração de trabalhadores indiferenciados, no segundo, às quais correspondem perfis de migrantes específicos que se encontram expressos com particular clareza:

- na maior juventude das populações de imigrantes angolanos e moçambicanos;
- na maior presença de uma componente familiar na migração cabo-verdiana;
- na elevada taxa de actividade entre os imigrantes cabo-verdianos;
- na maior presença de estudantes entre os imigrantes angolanos e moçambicanos;
- na menor qualificação escolar e profissional dos imigrantes cabo-verdianos;
- na grande percentagem de cabo-verdianos com profissões operárias (Pires e Saint-Maurice, 1989).

Entre estas duas populações mais claramente demarcadas, as populações imigrantes de São Tomé e da Guiné apresentam, respectivamente, caracteris-

ticas híbridas e específicas. Uma análise factorial das correspondências, tendo por base os indicadores já tratados, permite reforçar e clarificar estas conclusões.²¹

A primeira grande evidência é a oposição entre Angola e Moçambique, de um lado, e Cabo Verde, do outro, consonante com a distinção entre migração de refugiados e migração laboral que temos vindo a destacar. O primeiro tipo referido aparece caracterizado (i) pela juventude da população (categoria "menores de 20" com forte contribuição para a formação do factor 1); (ii) pelo desenquadramento familiar ("mulheres sem filhos"); (iii) pela presença de estudantes e de activos desempregados. O segundo tipo surge associado à faixa etária activa jovem ("20-30 anos") e aos activos empregados assalariados, inseridos como operários no ramo da construção civil, com horários de trabalho excessivos.

Em segundo lugar, foi possível clarificar a especificidade da imigração com origem em Guiné-Bissau, a qual aparece destacada dos dois tipos anteriores pela sua associação à presença de estudantes na fase terminal do ensino secundário e no ensino superior. Verifica-se também a relativa importância de grupos socioprofissionais mais qualificados, nomeadamente quadros técnicos e dirigentes.

Por fim, conclui-se ainda que a imigração de Moçambique inclui um subconjunto que a singulariza, inexistente entre os angolanos, provavelmente como o resultado da presença de um número significativo de indivíduos de origem asiática. Assim, a especificidade deste conjunto de imigrantes, num segundo nível de diferenciação, é delimitada pela associação com os grupos etários activos (30-50 anos) e com os activos na situação de patrão e trabalhador por conta própria, inseridos nas actividades comerciais.

Muito marcados pelas diferenças entre os processos de descolonização em cada um dos PALOP, os contrastes detectados poderão, no entanto, ter sido parcialmente esbatidos durante a década de 80. Os resultados de uma nova pesquisa sobre os fluxos migratórios dos últimos anos (cf. Esteves, 1991) apontam para uma progressiva redução do número de refugiados e um reforço da componente laboral mais clássica nos movimentos da população com origem no conjunto dos PALOP, tendência que, a prosseguir, dará corpo a um novo tipo de incorporação periférica daquelas sociedades africanas no espaço das suas relações com Portugal.

21 A análise efectuada possibilitou uma descrição optimizada dos dados disponíveis, patente nos valores de explicação da estrutura da informação — 91,58% para o factor 1, 97,29% para a explicação acumulada dos factores 1 e 2 e 99,5% para a explicação acumulada dos factores 1, 2, e 3.

3 OS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS UMA POPULAÇÃO SOCIALMENTE DIFERENCIADA

Diversos são os modelos que subjazem às teorias da migração, de acordo com perspectivas mais ou menos economicistas, cujo centro nevrálgico se situa nas causas dos movimentos populacionais, ou perspectivas assimilacionistas ou integracionistas que centralizam a sua importância em torno da inserção dos migrantes na nova sociedade. Não querendo optar por nenhuma delas importa, no entanto, reter os momentos a que uma e outra se referem e que se podem traduzir num novo interesse teórico: apreender o fenómeno da migração longitudinalmente, acompanhando o movimento do fluxo migratório que ocorre de um espaço determinado para um outro específico. O mesmo quer dizer que são tão importantes, em termos analíticos, as causas como as consequências do movimento, assim como os actores e estruturas nele envolvidos.

De acordo com esta postura, as migrações são perspectivadas como uma mudança de carácter social a diferentes níveis: ao nível micro, os actores envolvidos experimentam a mobilidade espacial e social, com efeitos no seu espaço social mais próximo (a família, nomeadamente); ao nível macro, ocorrem mudanças nos países de origem e destino, na estrutura social e, com particular incidência, no mercado de trabalho. Obviamente que os efeitos ocorridos na sociedade de chegada são corolário do tipo de fluxo migratório definido pelas características dos actores envolvidos, contextos que geraram o movimento, unidades envolvidas e constrangimentos existentes na tomada de decisão.

De acordo com a tipologia das migrações ensaiada no capítulo anterior, diferentes tipos foram então considerados dentro do contexto da imigração portuguesa: dos refugiados aos migrantes laborais (tipo clássico de migração), passando por situações menos paradigmáticas, os perfis sociográficos dos migrantes diferenciavam-se.

Contudo, se então importava destacar a especificidade dos imigrantes cabo-verdianos por comparação aos oriundos dos outros PALOP, é de consi-

derar que a história da imigração cabo-verdiana ditou, ela também, diferentes formas de imigrar em diferentes tempos. Dos anos 60, período particularmente importante da migração portuguesa (tão actuaes eram os factores de repulsão como de atracção, sem que fossem independentes entre si), aos tempos actuais, diversos foram os protagonistas da história da emigração cabo-verdiana para Portugal.

O presente capítulo procura objectivar a heterogeneidade da população cabo-verdiana a residir em Portugal, que tendencialmente se enquadra no tipo de migração laboral, tal como anteriormente foi assinalado. Porém, "mesmo quando as migrações são analisadas como deslocações de mão-de-obra, no quadro de referência de um modelo relativamente simples do mercado de trabalho, a maior ou menor qualificação do migrante pode constituir um importante factor de diferenciação" (Jackson, 1991: 106).

Uma primeira parte descreve sociograficamente a população cabo-verdiana a residir em Portugal,¹ dando conta da sua estrutura demográfica, profissional e qualificacional (o que anteriormente fizéramos, mas em termos comparativos com as outras comunidades imigrantes com origem nos PALOP) de modo a encontrar tendências — trata-se essencialmente de uma migração laboral —, mas também fazendo ressaltar a coexistência de subgrupos com características, por vezes, antagónicas.

Uma segunda parte faz a triagem da população a partir de critérios substantivamente significativos — nacionalidade de facto, percurso migratório e período de imigração —, esboçando-se os perfis sociográficos dos subgrupos obtidos. Sintetizando as clivagens observadas e enquadrando-as na história da emigração cabo-verdiana, constroem-se os grupos empíricos que serão a referência-base de todo o processo de pesquisa que a partir de então se desenvolve.

Finalmente, e de modo a introduzir o capítulo seguinte, procura-se, ainda de forma exploratória, a relação entre os diferentes grupos de imigrantes e a sua inserção na sociedade portuguesa — funcional e interactiva. A preservação de práticas culturais específicas e a interpretação que os imigrantes fazem da sua nacionalidade são questões igualmente importantes, que abrem caminho para o entendimento, mais global, da reconstrução das identidades no espaço da imigração.

¹ Desde já importa esclarecer que como cabo-verdianos foram considerados os indivíduos nascidos em Cabo Verde, possuindo ou não a respectiva nacionalidade.

Caracterização sociográfica

A caracterização sociográfica de uma população migrante indicia, de algum modo, o tipo de movimento populacional que esteve na sua origem: as estruturas demográfica, profissional e qualificacional fazem prever o móbil do movimento e correlativamente os contextos em que a decisão foi tomada, assim como questões mais centradas nos actores (unidade e mobilidade).

Sendo a imigração cabo-verdiana tendencialmente laboral (veremos que, de qualquer forma, não é homogénea, envolvendo grupos diferentes enquadrados em movimentos populacionais diferentes), é de prever (uma vez que a referida emigração reproduz a lógica da emigração laboral portuguesa para o centro europeu, de resto, um tipo de migração clássica verificado em outras sociedades) que se trate de uma população com forte predominância de indivíduos em idade activa e, quando adquirem um carácter permanente, por núcleos familiares. No plano demográfico concretiza-se a dualidade de dominação/subordinação característica das situações de semiperifericidade.

Os baixos níveis de qualificação da mão-de-obra associados ao desenvolvimento de práticas segregacionistas condicionam uma inserção desfavorecida dos imigrantes no mercado de trabalho, concretizada não só pela situação na profissão, mas também pelos sectores de actividade e pelas categorias socioprofissionais onde preferencialmente se inserem.

Com efeito, ao nível do emprego, trabalham na maioria por conta de outrem e inserem-se em sectores de actividade económica normalmente rejeitados pela população autóctone, como seja, a construção civil. A desqualificação associada a esta actividade, a precariedade dos vínculos laborais que aí se praticam, as más condições de trabalho e a constante disponibilidade exigida fazem com que a construção civil se torne pouco atractiva, sendo por isso uma das alternativas habituais para a integração do imigrante.

Estrutura demográfica

A estrutura etária desta população caracteriza-se sobretudo pelo elevado número de indivíduos activos: entre os 20 e 59 anos estão 73,5% dos recensados, 12,5% têm menos de 14 anos e apenas 5% têm mais de 60 anos. É uma estrutura típica de uma população imigrante cujo móbil de emigração assenta em razões económicas, mais concretamente na procura de emprego que lhes permita obter um nível mínimo de subsistência.

O elevado número de imigrantes com filhos é indicador de uma migração familiar que se pretende estabelecer na sociedade receptora por um longo período de tempo, senão permanentemente. Tendo sido apurado o número

Quadro 3.1 Imigrantes cabo-verdianos por ramo de actividade

	n	%
Agricultura, silvicultura e caça	251	1,7
Indústrias extractivas	52	0,4
Indústrias transformadoras	2 282	15,4
Electricidade, gás e água	69	0,5
Construção e obras públicas	5 444	36,7
Comércio	1 162	7,8
Transportes	1 295	8,7
Bancos	243	1,6
Serviços	4 046	27,3
Total	14 844	100,0

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981.

de filhos só para o universo das mulheres com mais de 14 anos, constata-se que 70% têm pelo menos um filho, 36% três ou mais e cerca de 15% cinco ou mais. Correlativamente a este indicador, o número de filhos dependentes reforça o que acabámos de concluir, ou seja, a presença de uma migração familiar: 66% têm pelo menos um filho a seu cargo, 26% três ou mais e 6% cinco ou mais.

A grande maioria (considerámos os indivíduos com mais de 14 anos) é casada, 64,4% e 31,4% são solteiros.

Estrutura educacional e profissional

O perfil escolar desta população caracteriza-se pelas baixas qualificações de que dispõe a generalidade (mais de um em cada quatro não sabem ler nem escrever e quase três quartos têm no máximo a 4.^a classe), e pela presença de um grupo com elevado nível qualificacional (5,2% com curso médio ou superior). Trata-se de uma mão-de-obra desqualificada, na sua maioria, que, acumulando os estatutos de estrangeiro/imigrante/africano, se traduz numa inserção marginal no mercado de trabalho.

O horário semanal laboral de cerca de 85% da população activa é de mais de 35 horas, sendo que 40,5% têm um horário que excede as 45 horas

semanais. Cerca de 96% trabalham por conta de outrem e apenas 3,5% laboram por conta própria ou são patrões. A elevada taxa de actividade (55%) mais uma vez acentua as características desta população imigrante: o móbil da sua deslocação é o trabalho.

Inserem-se preferencialmente no ramo da construção civil e serviços, como se pode observar no quadro 3.1.

Os grupos socioeconómicos mais representados entre a população activa são os operários (37,3% qualificados e 19,6% indiferenciados), mais concretamente, mais de cinco em cada dez são operários, grupo seguido de pessoal do comércio (30%) e, com menor peso, 6,3% de quadros técnicos.

É exactamente a constatação da coexistência de grupos tão polarizados (não obstante o desequilíbrio quantitativo que a sua distribuição representa), para já em termos de níveis escolar e de qualificação profissional, que nos conduz à procura dos factores que possam estar a montante destas distinções.

Factores de diferenciação

A importância emergente da explicitação dos contornos da diferenciação da população cabo-verdiana reside na associação que se possa desenvolver entre situações de integração com graus de marginalidade subordinada diferenciados. Daí a necessidade de encontrar os critérios diferenciadores que permitam reconstituir lógicas de imigração, num primeiro momento, e estratégias de inserção, projectos, identidades, num posterior momento.

A leitura exploratória das estatísticas disponíveis, por um lado, e o conhecimento da história da emigração cabo-verdiana (e simultaneamente da imigração portuguesa), por outro, apontaram como verosímil a consideração de três factores/critérios diferenciadores: a naturalidade/nacionalidade, os períodos e os percursos migratórios.

Nacionalidade e naturalidade

Por observação dos dados estatísticos,² num primeiro momento, foi possível descortinar algumas diferenciações a partir da relação estabelecida entre naturalidade e nacionalidade dos inquiridos. Isto é, encontrámos três grupos³ relativamente aos quais se procedeu a um estudo comparativo das

2 Referimo-nos aos dados do XII Recenseamento Geral da População, INE, 1981.

3 O termo grupo, neste contexto, é utilizado apenas para designar um conjunto de indivi-

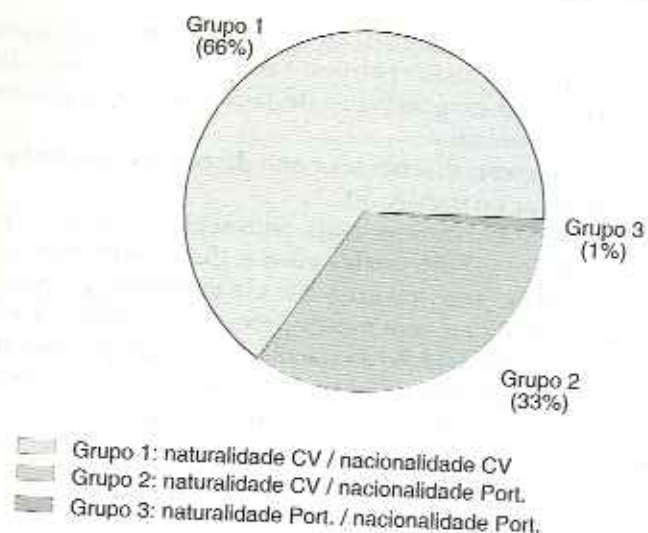


Figura 3.1 Imigrantes cabo-verdianos: relação entre naturalidade e nacionalidade

estruturas demográfica, escolar e profissional: *grupo 1*, constituído por indivíduos naturais de Cabo Verde e com nacionalidade cabo-verdiana; *grupo 2*, naturais de Cabo Verde mas com nacionalidade portuguesa; e *grupo 3*, natural de Portugal com nacionalidade cabo-verdiana.

Grosso modo, poderíamos prever que no grupo 2 (portugueses naturais de Cabo Verde) se incluíssem não só indivíduos com níveis de qualificação baixos, possivelmente há mais tempo residentes em Portugal e que, por razões laborais e de facilidade de integração, adquiriram a nacionalidade portuguesa, como também, e este subgrupo parece-nos mais significativo, indivíduos inseridos na administração pública, muitos dos quais exerceram a sua actividade nas outras ex-colónias. Estes funcionários públicos mantiveram a nacionalidade portuguesa ou por razões laborais, ou por razões de convicção política e ideológica.

O grupo 3 parece tratar-se da terceira geração, filhos de imigrantes que nasceram já em Portugal, mas que têm a nacionalidade dos pais. Pretendemos com isto, de forma progressiva, encontrar grupos de imigrantes que hipoteticamente sustentarão estratégias, inserções e identidades diferenciadas.

duos que partilha de uma ou mais características comuns, sem que disso tenham consciência, de modo a estabelecer uma forma de coesão entre eles. Assim, o termo está desprovido de qualquer significado para os indivíduos ali abrangidos, surgindo apenas para facilidade do investigador e de maneira a diferenciar a população.

Com efeito, observando a informação disponível, podemos concluir que os indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana e naturais de Cabo Verde (*grupo 1*) constituem uma população essencialmente activa, onde coexistem quase igualmente solteiros e casados. Entre eles estão sobrerrepresentados os operários indiferenciados. Os naturais de Cabo Verde que adquiriram a nacionalidade portuguesa (*grupo 2*) têm um perfil etário mais envelhecido, o que se reflecte nas distribuições do estado civil e condição perante o trabalho. Integram os estratos socioprofissionais mais elevados dado o seu mais elevado nível de escolaridade. Finalmente, os nacionais de Cabo Verde nascidos em Portugal (a suposta terceira geração, *grupo 3*), distinguem-se pela sua juventude e correspondente baixo nível de escolaridade. Coexiste também uma população em idade activa que profissionalmente integra a categoria de operários qualificados. Analisemos em pormenor a informação estatística.

Estruturas demográficas. A repartição quantitativa dos grupos revela obviamente uma maior presença de nacionais naturais de Cabo Verde (*grupo 1*), seguido possivelmente pelos seus descendentes (*grupo 3*), e finalmente os nacionais portugueses mas nascidos em Cabo Verde (*grupo 2*), tal como mostra a figura 3.1.

As estruturas etárias dos grupos são claramente distintas. Observando o gráfico conclui-se que:

- existe uma elevada proporção de indivíduos em idade activa no grupo 1 (nacionais de Cabo Verde), que tem o dobro de indivíduos com idades compreendidas entre 20 e 29 anos comparativamente aos outros grupos. Parece tratar-se de um grupo com características típicas da migração laboral.
- ao grupo 2 corresponde o perfil etário mais envelhecido (portugueses naturais de Cabo Verde) (cerca de 40% com mais de 40 anos e 21% com mais de 50 anos, valor que nos grupos 1 e 3 é, respectivamente, de 7,6 e 1,8%). Como dissemos uma parte deste grupo é composta por indivíduos que vieram das outras ex-colónias fugidos à guerra e cuja estrutura etária se adequa mais a uma migração de refugiados. Esta ideia será progressivamente testada com recurso a outros indicadores
- existe um elevado peso de jovens e crianças no grupo 3 (mais de um terço tem menos de dez anos, valor dez vezes superior ao dos outros grupos). É de facto a terceira geração, nascida em Portugal.

O estado civil dos indivíduos que integram os grupos está correlacionado com a estrutura etária de que acabámos de dar conta: no grupo mais jovem (*grupo 3*, terceira geração), prepondera a categoria de solteiros, o grupo 2 (portugueses naturais de Cabo Verde) distingue-se pelo peso de viúvos, visto

Quadro 3.2 Imigrantes cabo-verdianos por grupo socioeconómico, segundo a relação naturalidade/nacionalidade

	CV/CV (1)	CV/Port. (2)	Port./CV (3)
Directores, quadros técnicos	1,5	18,4	4,0
Pessoal do comércio	25,5	39,6	28,0
Operários qualificados	41,6	28,1	48,0
Operários indiferenciados	26,5	5,2	12,0

Notas: (1) natural e nacional de Cabo Verde; (2) natural do Cabo Verde com nacionalidade portuguesa; (3) natural do Portugal com nacionalidade cabo-verdiana.
Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População, 1981.

ser o grupo mais envelhecido, e o grupo natural e nacional de Cabo Verde, pelo mais elevado peso de solteiros, quando comparado com o anterior. Entre estes, encontra-se um subgrupo de adultos que o faz distinguir do grupo mais jovem.

Evidentemente que outros indicadores demográficos, como o número de filhos e número de filhos dependentes, correlacionam-se fortemente com os que acabámos de analisar, o que resultaria em alguma recorrência interpretá-los, pelo que nos escusamos de o fazer.

Perfil escolar e profissional. Se a estrutura etária pode, de alguma forma, fazer prever o perfil escolar dos grupos, essa relação não é, contudo, linear. Relativamente ao grupo 3 (constituído essencialmente pela terceira geração), é de prever uma elevada proporção de indivíduos nas classes baixas de escolaridade por se tratar de uma população muito jovem em que as crianças com menos de sete anos representam 17,3%, mas já relativamente aos outros grupos a relação idade/escolaridade não é tão clara.

Com efeito, o grupo nacional e natural de Cabo Verde tem uma taxa de analfabetismo na ordem dos 32%, quase o triplo da apresentada pelos nacionais portugueses mas nascidos em Cabo Verde. Simultaneamente, dentre os primeiros apenas 1,7% têm um curso médio ou superior, enquanto essa percentagem é de 12,5% para os últimos. Parecem desenhar-se dentro destes os contornos de uma possível elite, ideia que, de resto, se confirma na análise do grupo socioeconómico. Atente-se no quadro 3.2.

Os imigrantes naturais de Cabo Verde com nacionalidade portuguesa têm entre si mais de 18% de directores e quadros técnicos, valor 12 e cinco vezes superior ao do grupo dos nacionais de Cabo Verde (grupo 1) e ao dos

nascidos em Portugal (grupo 3), respectivamente. Complementarmente, é entre os primeiros que se encontra uma menor presença de operários, sendo esta mais significativa nos dois grupos referidos.

Concluindo, desenha-se uma elite entre os portugueses nascidos em Cabo Verde marcada pelo elevado/médio nível de qualificação escolar e profissional. Contrariamente, salientam-se os nacionais de Cabo Verde, marcados pelo seu baixo nível de qualificação a avaliar pela elevada proporção de operários indiferenciados. O grupo nascido em Portugal apresenta um perfil próximo deste último, embora não tão marcado pela desqualificação, devido ao elevado número de crianças aí incluído.

Tempos de imigração

Os tempos históricos em que ocorreram os movimentos populacionais mais significativos estruturaram, em certa medida, os próprios fluxos migratórios nas suas diversas dimensões, ou seja, a temporalidade (permanente ou temporária), a espacialidade e a composição (atomizada ou de massas), assim como actuaram ao nível do actor envolvido (o tipo de mobilidade definido a partir da origem e das expectativas e ainda a unidade migratória, que pode ser o grupo ou indivíduo). Finalmente, mas não menos importante, os factores históricos (entendidos no sentido mais amplo) estiveram a montante dos motivos e constrangimentos que impulsionaram os fluxos.

A construção de uma nova variável a partir dos indicadores relativos ao local de residência permitiu chegar a três períodos de imigração, cujo significado reside nos contextos histórico, político, económico e social particulares que os enquadraram. Tentámos assim fazer uma nova análise comparativa segundo os seguintes períodos:

- 1 anterior a 1974, incluindo os fluxos migratórios ocorridos nos anos 60, para dentro e fora de Portugal;
- 2 entre 1974 e 1979, período pós-independência das colónias portuguesas, em que se verificaram importantes movimentos da população;
- 3 anos 80, quando ocorre um novo incremento da imigração agora já com características diferentes da do período anterior, marcado essencialmente por uma migração de refugiados.

Após realizada a análise estatística, alguns aspectos diferenciam os grupos daquele modo constituídos: os que há mais tempo residem em Portugal são sobretudo indivíduos em idade activa (existe também uma maior percentagem de homens), donde se destaca um grupo com habilitações superiores que integram os quadros técnicos. Estes últimos coexistem com operários

qualificados, que se evidenciam quando comparados com os outros dois grupos posteriormente chegados. Os que vieram após 1974 destacam-se pela elevada proporção de indivíduos integrados no sector de serviços.

Finalmente, os mais recentemente chegados diferenciam-se pelo maior peso de solteiros em idade activa, pela presença de estudantes a frequentar o ano propedêutico e de operários indiferenciados a trabalhar na construção civil. Vejamos com pormenor os perfis demográfico e social dos grupos.

Estruturas demográficas. O grupo de imigração mais antiga apresenta uma pirâmide clária que se caracteriza sobretudo pela presença excessiva de indivíduos em idade activa. Inversamente, nos grupos que vieram após 1974 e 1979, os dessa idade estão sub-representados. Ainda que provisória, podemos esboçar a ideia de o primeiro caso se aproximar de uma migração laboral, dado o peso de indivíduos em idade activa (grupo 1), e os dois outros grupos parecerem aproximar-se de uma migração de guerra (grupo 2) ou de um novo tipo de migração, a escolar (grupo 3). Este último tipo decorre, por um lado, dos acordos realizados entre os dois países na área da educação e, por outro, do facto de aí estar incluída a terceira geração. Veremos que esta ideia vem corroborada pela elevada presença de estudantes neste último grupo.

A maior percentagem (58,4%) de homens verificada no grupo 1 (imigração mais antiga), enquanto os outros apresentam cinco e seis pontos abaixo daquele valor, remete-nos para estratégias de imigração diferenciadas: na migração laboral clássica, o homem parte primeiro, mandando chamar depois o resto da família, enquanto na migração de refugiados o fluxo é, sobretudo, composto por famílias.

Fortemente relacionado com a estrutura clária, o grupo mais recente, também o mais jovem, apresenta uma elevada proporção de solteiros (49,1%) quando a média é de 34,8%. Contrariamente, o grupo menos jovem (os que vieram entre 74 e 79) tem 30% de solteiros.

Perfil escolar e profissional. Evidencia-se no grupo mais jovem e de imigração mais recente uma maior presença de estudantes do curso propedêutico⁴ (duas vezes superior à média). Simultaneamente, muitos não completaram níveis de escolaridade superiores (embora frequentem cursos universitários), o que os distingue do grupo vindo antes de 1974, onde se regista uma mais elevada proporção de licenciados. Trata-se de indivíduos que vieram estudar para Portugal, na década de 60/princípios de 70 e que acabaram por ficar. O grupo vindo entre 74-79 apresenta uma distribuição próxima da média

⁴ Apesar de o curso propedêutico ter conhecido uma breve existência, coincidiu com o período tempo em que se produziram as estatísticas, daí a relevância com que aqui aparece.

(estamos em crer que diferentes subgrupos que compõem este fluxo acabam por anular as diferenças, pelo que se torna necessário distingui-los a partir do percurso migratório).

Em termos de qualificações profissionais e inserção nos diversos sectores de actividade, observaram-se algumas características que melhor distinguiram os grupos quando comparados entre si:

- o grupo de imigração mais antiga apresenta um excesso de quadros técnicos e de operários qualificados relativamente à média. Contrariamente, nota-se um défice de pessoal de enquadramento e operários indiferenciados. Pode avançar-se com a ideia de que o tempo de imigração lhes permitiu adquirir uma posição no mercado de trabalho mais valorizada do que aquela que iremos observar para os mais recentemente chegados (década de 80). Distinguem-se pelo maior peso (comparativamente à média) de indivíduos a trabalhar na indústria transformadora e défice de indivíduos nos serviços;
- o grupo chegado após 1974, tal como se verificou relativamente às qualificações académicas, apresenta um perfil semelhante à média. De qualquer forma, verifica-se um défice de indivíduos na indústria transformadora e excesso de trabalhadores nos serviços;
- em relação aos mais recentemente chegados destacam-se os valores mais baixos de quadros técnicos e mais elevados de operários indiferenciados. Com valores superiores à média, os ramos da construção civil e transportes evidenciam-se e, pelo contrário, ressalta o menor peso da indústria transformadora e serviços entre estes cabo-verdianos.

Percursos migratórios

Tal como os tempos de imigração, a história gerou também espaços, privilegiados por uns, preteridos por outros, de acordo com inúmeros factores (recursos, fileiras migratórias, histórias familiares, etc.). Assim, alguns percursos típicos foram ocorrendo ao longo dos tempos, estruturando fluxos migratórios cuja composição se foi também tipificando.

Um indicador que nos permitiu, embora de forma indirecta e mais grosseira, a reconstituição dos percursos migratórios foi o local de residência em Dezembro de 1973 dos recenseados em 1981. Considerámos como significativos quatro grupos de países de residência: (1) Portugal, 48,4%; (2) Angola e Moçambique, 9,7%; (3) Cabo Verde e outras ex-colónias (como São Tomé e Guiné), 40,1%; (4) outros países, 1,7%.

Indivíduos a residir em Portugal, em 1973. Este conjunto coincide com o grupo 1 anteriormente descrito como o de imigração mais antiga. Apresenta forte

incidência nos grupos de idade activa e uma menor proporção de jovens e crianças comparativamente à média. Mais de dois terços dos indivíduos são casados, embora seja um valor inferior ao dos grupos que vieram de Angola e Moçambique e das outras ex-colónias. Em termos do perfil escolar, este é muito próximo do perfil médio. A menor percentagem de mulheres domésticas (16,2% quando a média é de 19,8%) aponta para a inserção da mulher no mercado de trabalho, condição adquirida pelo maior tempo de permanência no país de acolhimento. O grupo socioeconómico que merece referência pelo ligeiro excesso que apresenta é o de operários qualificados, que trabalham sobretudo nas indústrias transformadoras. De resto, apresenta um perfil médio, se tivermos em conta as proporções dos grupos socioeconómicos no conjunto da população.

Indivíduos a residir em Angola e Moçambique, em 1973. A pirâmide etária relativa a este grupo indica tratar-se de uma população mais envelhecida e exactamente por isso é a que apresenta maiores percentagens de viúvos e separados. É de destacar o perfil mais escolarizado deste grupo dentro o conjunto da população: menores percentagens de analfabetos e de indivíduos com nível de instrução primário. A proporção de licenciados é o dobro da proporção média. Note-se que este grupo é composto essencialmente por "retornados" que vieram para Portugal no pós-1974. [A análise que anteriormente efectuámos, e que tinha como factor de diferenciação o período de imigração, se se revelou importante para encontrar distinções não nos pareceu que pudesse ser tomada isoladamente, tal como a seu tempo o fizéramos notar. Isto é, ao considerarmos o período de imigração estaríamos a incluir no mesmo grupo indivíduos com diferentes percursos e que, como se está a verificar, têm perfis demográfico, escolar e profissional diferenciados. Recorde-se, por exemplo, que o perfil escolar dos que vieram entre 74 e 79 estava muito próximo do perfil médio e que resultava apenas da anulação de diferenças que existiam entre os subgrupos que o compunham. Da mesma forma, considerar isoladamente os percursos pode também encobrir diferenças, antagonismos de diferentes protagonistas. Começa a esboçar-se a necessidade de enquadrar os percursos migratórios nos tempos históricos em que ocorreram. Prosseguindo com a análise e consonante com a estrutura etária do grupo, os reformados incidem sobretudo neste grupo quando comparados com os restantes (a percentagem é duas vezes superior à média). Curioso notar que o número de desempregados à procura de novo emprego é três vezes superior ao número médio. Ressalta um nível qualificacional mais elevado expresso quer pela maior presença de directores e quadros técnicos (17% quando a média é de 6,3%) e de pessoal de enquadramento (metade encontra-se neste grupo socioeconómico), quer pelo peso menor de operários. Mais de metade (54%) insere-se no sector dos serviços, quando apenas 14,2% trabalha no sector da construção civil.

Indivíduos a residir em Cabo Verde, em 1973, São Tomé e Guiné. O grupo apresenta uma estrutura etária bastante rejuvenescida. Dir-se-ia que indicia uma migração familiar e de tipo laboral, onde predominam os escalões etários de início da vida activa (20/24 anos) e de menores, que possivelmente vieram juntar-se à família. Nesta sequência, o número relativo de solteiros é baixo, menor do que em qualquer dos outros grupos. Opostamente ao que se verificou no grupo que veio de Angola ou de Moçambique, este destaca-se pelo elevado número de analfabetos e de indivíduos que completaram a instrução primária ou a estão a frequentar (prende-se também com o peso de jovens e crianças de que demos conta). Profissionalmente é de destacar a elevada percentagem de domésticas, que mais não tem a ver com os filhos menores ainda a seu cargo. O grupo distingue-se pela quase ausência de quadros técnicos e pela forte presença de operários indiferenciados. Parece tratar-se do grupo com um perfil mais desqualificado quer do ponto de vista da qualificação académica, quer profissional.

Indivíduos vindos de outros países. Tal como os que vieram de Angola ou de Moçambique, este grupo tem um perfil etário mais envelhecido quando comparado, por exemplo, com o anterior. Cerca de 77% são casados, valor mais elevado dentro o conjunto da população. Distinguem-se por a taxa de analfabetismo ser metade da média, notando-se uma presença significativa de indivíduos com o nível de instrução primária (67%). É uma mão-de-obra mais qualificada que a anterior, que se reflecte na elevada percentagem de operários qualificados e baixa percentagem de operários indiferenciados. Apresenta ainda um défice de quadros técnicos e outro pessoal de enquadramento, e a grande maioria trabalha no ramo dos transportes.

Articulação dos factores de diferenciação: a construção empírica dos grupos

Como verificámos, alguns factores, tais como o percurso migratório e o período de imigração,⁵ parecem estar na origem dos contrastes que observámos na população imigrante cabo-verdiana. Esses contrastes expressam-se, antes de mais, na estrutura demográfica, qualificacional e profissional dos grupos em presença, estendendo-se obviamente a outras dimensões da vida social.

Considerar cada um dos factores isoladamente parece-nos tão frágil quanto artificial, já que a história que enquadra os fluxos migratórios e que lhes confere significado faz sobrepor à direcção dos movimentos populacionais (origens e destinos) a temporalidade da sua ocorrência. Uma determi-

⁵ O factor naturalidade/nacionalidade acaba por aparecer subsumido nos critérios que posteriormente serviram para constituir os grupos de imigrantes.

nada corrente migratória com certa origem e destino ocorrida em determinado período não tem o mesmo significado que outra com a mesma direcção, que ocorra noutra tempo.

Assim, e tendo por enquadramento a história da imigração dos PALOP para Portugal referida anteriormente e, por outro lado, a diferenciação verificada ao nível da composição social dos fluxos migratórios, consideraram-se como significativos os fluxos de cabo-verdianos com as origens a seguir especificadas.

- *Cabo Verde*: origem de importantes fluxos migratórios em tempos históricos diferentes. Não podendo ser considerado propriamente um fluxo, daqui partiam também indivíduos com elevados recursos socioeconómicos com o objectivo de adquirir escolaridade média ou superior, em Portugal.
- *São Tomé*: população de origem essencialmente rural com fracos recursos económicos que, não dispondo de meios financeiros que lhes permitissem adquirir a viagem para Portugal, era contratada (com viagens pagas e contratos previamente acordados) para as grandes explorações agrícolas (em São Tomé) de cacau, café, algodão, etc. Daqui, e por as condições prometidas não serem satisfeitas, partiam, dentre outros países, para Portugal.
- *Outras ex-colónias* (Angola, Moçambique e Guiné, apesar de o primeiro estar sobrerrepresentado dentre o conjunto dos três territórios): destino de uma população com mais recursos económicos, que emigrou para Portugal sobretudo após 25 de Abril.
- *Outros países*: muitos foram os destinos da emigração cabo-verdiana quer para a América (a principal fileira migratória tem como destino os EUA), quer para a Europa, nomeadamente Holanda e Itália, importantes receptores de mão-de-obra cabo-verdiana, destinos que em alguns casos foram efémeros já que outros factores importantes estruturam as opções dos indivíduos, privilegiando uns países e preterindo outros. Destacam-se factores culturais — a questão da língua como facilitadora de inserção — e as fileiras migratórias geradoras de redes fundamentais para a integração dos indivíduos.

Pelo cruzamento das diferentes origens e tempos que enquadraram os processos migratórios chegou-se à definição dos seguintes grupos empíricos:

- grupo 1* cabo-verdianos vindos directamente de Cabo Verde antes de 1974;
- grupo 2* cabo-verdianos vindos de São Tomé;
- grupo 3* cabo-verdianos vindos das outras ex-colónias (Angola, Moçambique e Guiné) entre 1974 e 1979;

- grupo 4* cabo-verdianos vindos directamente de Cabo Verde após 1974;
- grupo 5* cabo-verdianos vindos de outros países.

Retomando a tipologia das migrações, referida no capítulo II, e sobreavaliando os contextos em que ocorreram as migrações dos grupos que definimos, de forma sintética poderia estabelecer-se como hipótese a presença de grupos classificados em dois tipos de migração: (i) migração laboral, de que parece exemplo o grupo vindo directamente de Cabo Verde (grupo 1), o grupo vindo de São Tomé (grupo 2) e o grupo vindo de outros países, (ii) migração política ou de guerra, ilustrada sobretudo pelo grupo vindo das outras ex-colónias após 1974.

Finalmente, os migrantes vindos de Cabo Verde após 1974 poderiam apresentar um perfil misto, uma vez que o período de tempo considerado é de tal maneira alargado que abrange *a)* aqueles que emigraram após o processo de independência política do País (45,9%) e cujo perfil poderia eventualmente aproximar-se do tipo de migração política [isto não se verifica dado, por um lado, a situação política de Cabo Verde ser muito diferente da de Angola ou Moçambique (marcada pela instabilidade militar) e, por outro, o facto de Cabo Verde ser um país tradicionalmente de emigração o que também não caracteriza aqueles dois países] e *b)* os que emigraram na década de 80 (24,6%). No entanto, pelas razões apontadas, estamos em crer que, sem grandes riscos, se classificam no tipo de migração laboral, mas cuja integração se processa de forma diversa dos cabo-verdianos vindos antes de 1974, já que os contextos político, social e económico dos países de partida e de chegada estão particularmente alterados.

Perfil social dos grupos

Ao falar-se em emigração económica têm de ser considerados dois tipos de questões, ou seja, o nível de desenvolvimento do país exportador de mão-de-obra e as necessidades do mercado de trabalho do país receptor. Assim, o fluxo migratório reflecte o padrão de qualificação da mão-de-obra do país de origem — os países subdesenvolvidos disponibilizam um excesso de trabalhadores do sector primário — e insere-se nos sectores do mercado de trabalho não saturados — caso da construção civil —, com necessidade de mão-de-obra barata, flexível e dócil do país de imigração. De forma sintética, trata-se de uma imigração de trabalhadores indiferenciados, com níveis baixos de escolaridade, e devido ao facto de serem factores económicos o móbil da deslocação a população migrante apresenta ainda uma alta taxa de actividade (Jansen e Clifford, 1970). A emigração causada por factores não

económicos revela um perfil distinto, mais heterogéneo, reflectindo a estrutura social do país de partida.

Sendo assim, vejamos como se desenham os diversos perfis sociais dos grupos empíricos. Recuperando a classificação por tipos de migração, globalmente podemos dizer que o nível escolar tendencial da migração laboral, empiricamente observado, é baixo — elevadas percentagens de indivíduos analfabetos, entre 28 e 30%, e com a instrução primária —, enquanto a migração política ou de guerra apresenta níveis de escolaridade medianos, cerca de 22% com o curso secundário geral no caso dos “retornados”. Observa-se que:

- os migrantes vindos directamente de Cabo Verde, em qualquer dos períodos considerados, assim como os que tiveram como ponto de passagem São Tomé, apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas (28 a 29%), e simultaneamente, os que vieram das ex-colónias apresentam os valores mais baixos (15%). Recorde-se que a média nacional portuguesa de analfabetos, se situava à volta dos 20%;
- cerca de metade do grupo vindo antes de 74 de Cabo Verde tem apenas a instrução primária, situação não muito diferente dos que mais recentemente chegaram. Só cerca de 4,3% frequentam ou completaram um curso superior, valor que duplica para o grupo mais recente. Apesar de pouco significativo, alguns bolsheiros cabo-verdianos têm vindo para Portugal, enquadrados por acordos estabelecidos entre os dois países no âmbito da educação;
- o perfil escolar dos indivíduos oriundos de São Tomé não se afasta muito do grupo anterior apesar de apresentar valores mais elevados de indivíduos com o curso preparatório;
- o grupo que designamos por “retornados” apresenta um padrão de escolaridade mediano;
- finalmente, o grupo vindo de outros países tem um perfil mais ambíguo já que cerca de 66% tem no máximo a 4.ª classe, mas 13,2% têm no mínimo um curso médio ou profissionalizante, valor que não é excedido por nenhum dos outros grupos.

A taxa de actividade — considerando apenas os que estavam a trabalhar em 1986 — é manifestamente superior nos grupos classificados no tipo de migração laboral, de que é exemplo paradigmático o grupo de imigração mais antiga com origem em Cabo Verde (63,2% a trabalhar quando a média é de 50,8%). Comparando com o grupo de imigração mais recente (cabo-verdianos vindos, depois de 1974, directamente de Cabo Verde), este apresenta uma menor taxa de actividade (45,4%), sendo a proporção de desempregados de 10,4 e de estudantes 11,7, (no outro grupo são respectivamente 8 e 5,5%). No entanto, o que mais diferencia os dois grupos é o peso de domésticas,

mais do que duplo no grupo mais recente. A antiguidade parece justificar esta divergência, já que num processo de emigração a integração da mulher no mercado de trabalho se faz depois de adquirida uma certa estabilidade, ou seja, num primeiro momento, depois da reunificação da família, e num segundo momento, após o problema da dependência dos filhos menores estar resolvido.

Confrontando o grupo dos “retornados” com o de imigração mais recente (grupo 4) — aliás são os grupos mais polarizados no conjunto da informação —, observa-se que o primeiro tem uma taxa de inactividade mais elevada, não pela presença de desempregados (apenas 1 em 36), mas pelo perfil mais envelhecido do grupo, que se deixa adivinhar pelo peso de reformados, ou seja, 25%, valor que no outro grupo é de 8% (a média é de 5,3%). Com uma proporção mais elevada de desempregados (6 em 37) observa-se o grupo com origem em outros países.

De acordo com os padrões de escolaridade de que demos conta, a polarização migração laboral/migração de refugiados sobrepõe-se ao *continuum* que vai das profissões menos qualificadas às menos desqualificadas. Obviamente que o conjunto da população apresenta um baixo perfil de qualificação profissional, situação ilustrada pelos cerca de 60% de operários, 19% de serviços e apenas cerca de 11% de profissões mais qualificadas, que se repartem entre quadros e profissões científicas e administrativas que descrevem o conjunto da amostra.

Diferenciando a informação pelos grupos, as distinções fazem-se sobretudo nos seguintes casos:

- os quadros e profissões científicas situam-se sobretudo entre a população vinda das ex-colónias, situação dissemelhante, por exemplo, da do grupo de Cabo Verde antes de 1974 (3,7%) e do de origem em São Tomé (3,8%);
- o pessoal administrativo está representado sobretudo no grupo dos “retornados” (14,3%) contra valores próximos daqueles referidos nos casos anteriores; um em cada quatro dos indivíduos provenientes das ex-colónias é trabalhador dos serviços, enquanto entre os migrantes dos grupos acima referidos (Cabo Verde antes de 74 e São Tomé) essa proporção é de, respectivamente, 18,5% e 15,4%;
- a proporção de operários nos grupos classificados em migração laboral varia entre 60 a 65%, valor que no grupo dos migrantes das ex-colónias (migração política) é de 35%.

Concluindo, poderia dizer-se de forma esquemática que existem duas situações polarizadas: uma relativa a uma migração essencialmente laboral, marcada pela presença de uma população onde predominam os escalões da idade activa, uma elevada taxa de actividade e desqualificação da mão-de-obra, situação corporizada pelos grupos com origem em Cabo Verde e São

Tomé. Por outro lado, destaca-se um tipo diverso de migração que caracteriza essencialmente uma elite, com representação significativa entre os cabo-verdianos que vieram de Angola ou Moçambique. Esta é sobretudo uma migração de refugiados, a avaliar pelo tempo em que ocorreu e pelo perfil social que estes imigrantes apresentam. Dentre esta população destaca-se (por comparação ao grupo anteriormente referido) um conjunto de indivíduos com um capital escolar elevado e médio e correspondente predomínio de profissões mais qualificadas. Do ponto de vista demográfico, a estrutura que lhe está subjacente é semelhante à de uma população de refugiados, como atrás fizemos ressaltar.

No ponto que se segue, pretende-se uma primeira aproximação analítica entre os imigrantes na sua diversidade e as questões que serão centrais na presente pesquisa: integração e identidades.

Imigrantes no novo espaço social: uma análise exploratória

Com um carácter absolutamente exploratório, importava nesta fase do percurso da pesquisa tactear a relação entre a diferenciação sociográfica que acabámos de observar e a inserção no novo espaço social — o espaço de migração. Ou seja, em que dimensões se traduziam as diferentes características dos imigrantes tendo em conta os seus percursos migratórios enquadrados por tempos históricos particulares e a nacionalidade de que são portadores. Deste modo, estas características foram colocadas no mesmo plano com questões que se prendem primeiramente com a manutenção de práticas culturais específicas e depois com aspectos do quotidiano, onde se cruzam subjectividades (interacções, expectativas e interpretações) e objectividades (trabalho, condições de vida, enfim, recursos).⁶

Ter nacionalidade portuguesa ou cabo-verdiana separa duas maneiras de estar na sociedade receptora. Formam-se claramente dois grupos: os *nacionais de Cabo Verde*, que se distinguem dos outros, sobretudo, por falarem mal a língua portuguesa, praticarem alguns ritos ligados à vida (guarda-cabeça) e à morte (esteira) e não pretenderem adquirir a nacionalidade portuguesa; e os *cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa*, que se diferenciam por se sentirem e se considerarem portugueses, embora se registre um certo sentido cosmopolita, pois alguns declaram não ter nacionalidade definida. Este grupo fala com o cônjuge em português, situação muito particular já que a maioria o faz em crioulo, não se passando o mesmo quando se dirigem aos filhos (referimo-nos à maioria).

⁶ Para o efeito, recorreu-se à análise factorial de correspondências.

Podemos, no entanto, distinguir ainda outros dois grupos dentro dos cabo-verdianos de nacionalidade portuguesa: o dos que pediram a nacionalidade portuguesa por razões meramente profissionais e que estão mais próximos do primeiro grupo, e o dos que mantiveram a nacionalidade portuguesa (funcionários públicos, essencialmente), mas que estão *relativamente* distanciados de algumas práticas culturais tipicamente cabo-verdianas.

Concluindo, importa registar algumas tendências: (i) a nacionalidade cabo-verdiana aparece fortemente ligada a práticas culturais típicas que foram transplantadas para Portugal; (ii) a opção pela nacionalidade portuguesa tem por detrás duas ordens de razões que apontam para comportamentos diferenciados em termos da cultura de origem.

Os indicadores relativos ao percurso migratório e período de migração foram subsumidos pela importância do indicador relativo à nacionalidade.

A grande distinção que se opera a partir dos indicadores seleccionados (para dar conta das interacções que os cabo-verdianos desenvolvem quer em relação à sua comunidade, quer à dos portugueses e ainda os indicadores relativos à questão do regresso à terra-mãe), faz-se sobretudo em relação ao período de migração, destacando uma migração mais antiga (anterior a 1974) e uma mais recente (anos 80). De qualquer modo a questão da nacionalidade constituiu, mais uma vez, um factor também ele importante de diferenciação. Assim, observámos as seguintes associações:

- imigrantes chegados na década de 80, com nacionalidade cabo-verdiana (não pretendem adquirir a nacionalidade portuguesa), avaliam a sua inserção na sociedade de migração como negativa. Em termos de interacção limitam-se ao seu grupo (os cabo-verdianos) habitando em bairros étnicos. Diferenciam-se também por pouco contactarem com portugueses. Consideram o seu regresso a Cabo Verde, uma certeza;
- grupo que pretende adquirir a nacionalidade portuguesa com o objectivo de emigrar para outros países. Vieram sobretudo de Angola, Moçambique ou Guiné. Distinguem-se também pelas relações que declaram ter com os patrões, indicando deficiente integração;
- imigrantes chegados antes de 1974, com nacionalidade portuguesa. Relacionam-se preferencialmente com portugueses, habitando entre estes (residem em bairros exclusivamente habitados por portugueses). Fizeram tal opção por já cá estarem há muito tempo e revelam uma forte integração na sociedade receptora reforçada pela ausência de desejo de regresso a Cabo Verde. Trata-se de uma pequena elite que veio estudar para Portugal na década de 60;
- Cabo-verdianos que optaram pela nacionalidade portuguesa por razões de ordem profissional. A interacção com a sua comunidade é mais visível do que no grupo anterior, e que passa pela zona residencial e

pela escola que os filhos frequentam. As relações com os patrões são avaliadas positivamente;

- e) Grupo muito particular que veio de outros países que não dos PALOP e que se demarca pelo seu isolamento ao nível das interações. Habitam em zonas com grande incidência de indivíduos vindos de outros PALOP (exceptua-se Cabo Verde).

A oposição mais significativa que se observa quando se trabalham os indicadores de integração é a que divide os indivíduos vindos antes de 1974 dos que chegaram mais recentemente, ou seja, opõe uma imigração mais antiga a uma mais recente. Os primeiros caracterizam-se por uma maior estabilidade quer relativamente à situação laboral actual, quer às condições encontradas aquando da sua chegada a Portugal: trabalho garantido à partida e, neste momento (ou melhor, no momento da recolha da informação), com vínculos de trabalho efectivos. Dominavam mal a língua portuguesa quando aqui chegaram. No entanto, existe um subgrupo que se destaca por ter salários em atraso (recorde-se que a informação foi recolhida em 1986). Os problemas mais sentidos actualmente estão ligados à violência com a qual se confrontam. Na altura da chegada, o racismo foi sentido, com alguma importância, por este grupo.

O grupo de inserção mais recente caracteriza-se por dificuldades em conseguir um emprego e alojamento na altura da sua chegada, embora se destaque um grupo que não pensava trabalhar quando decidiu vir para Portugal e que domina bem a língua portuguesa. Acreditamos tratar-se de estudantes dada a conjugação destas duas características. Apontam a marginalização como um problema actual da comunidade.

A um segundo nível (quer dizer, com menos significado), observa-se a oposição entre, de um lado, indivíduos vindos de outros países (que não os dos PALOP) e de Angola ou Moçambique e, do outro os que vieram de Cabo Verde ou São Tomé. Agora o percurso migratório actua como factor de diferenciação.

Deste modo, o primeiro grupo caracteriza-se por uma menos difícil integração quando comparado com o segundo. Aquele distingue-se por dominar bem a língua portuguesa (o que é facilitador de uma melhor integração), tinham já compromissos de trabalho, embora não totalmente assumidos, e vivem actualmente em bairros residenciais maioritariamente de portugueses. As maiores dificuldades sentidas na altura da chegada foram relativas ao alojamento, contudo também há quem declare não ter sentido qualquer espécie de dificuldades.

O segundo grupo (proveniente de Cabo Verde ou São Tomé) quase que se opõe, *vis-à-vis*, àquele primeiro: domínio bastante deficiente do português e desadaptação aos estilos de vida comuns na sociedade de imigração que se reflecte nas muitas saudades da sua terra.

A um terceiro nível, distingue-se um grupo vindo de Angola, Moçam-

bique ou Guiné nos anos 80, sensível às brigas e violência, desadaptado e marginalizado da comunidade, com problemas de documentação. São os novos refugiados da guerra.

Concluindo o presente capítulo, reafirma-se a importância dos factores que estão na diferenciação da população cabo-verdiana a residir em Portugal: os percursos migratórios enquadrados pelas conjunturas histórica, económica e social dos países de origem e destino. Aos fluxos migratórios que então foram ocorrendo (destacámos três períodos importantes em termos de migrações) correspondiam diferentes perfis dos actores que os compunham: de uma elite que partia com o fim de obter estudos médios ou superiores (embora com uma expressão numérica só relativamente significativa), até ao imigrante laboral que procura, tão-só, a sobrevivência, a comunidade imigrante cabo-verdiana, desde os anos 60, adquiriu enorme expressão no panorama da imigração em Portugal. A heterogeneidade que então se observa ir-se-á traduzir em inserções específicas no espaço português, em diversos campos da vida social, como de seguida o mostraremos. Obviamente que aos tempos em que ocorreram os fluxos se associa, recorrentemente o tempo de enraizamento na sociedade de imigração, factor que deverá ser contabilizado na avaliação da integração dos imigrantes.

4 INTEGRAÇÃO E INTERACÇÃO PROCESSOS E ESTRATÉGIAS

O capítulo antecedente, retratou, ainda que de forma estática, a população imigrante cabo-verdiana residente em Portugal, tendo-se desenhado a sua sociografia quer globalmente quer diferenciando-a internamente de modo a fazer ressaltar a heterogeneidade que a primeira observação denota. Importa agora reconstituir os processos de integração no espaço social português, entendida aquela a partir das dimensões objectiva e subjectiva ali implícitas.

Estudar uma minoria étnica sem passar pelo entendimento da sua inserção no espaço de uma qualquer sociedade de imigração deixaria de fora algumas explicações subjacentes à construção das identidades, já que esta se faz no confronto com a comunidade envolvente quer nas trocas simbólicas, quer ao nível das práticas quotidianas. A concentração de uma minoria étnica num espaço geográfico restrito cria, por um lado, as condições para o fechamento do grupo — o gueto — e, por outro, reforça a sua identidade cultural e étnica num quadro de defesas face ao grupo dominante.

Esse fechamento é o reverso de uma comunidade que se constitui a partir das redes de relações interpessoais baseadas em laços de solidariedade que se expressam no quotidiano partilhado num mesmo espaço. A fileira migratória é alimentada pelas redes sociais que se geram dentro da comunidade imigrante e produz novas formas de solidariedades e sociabilidades que acabam por constituir uma força importante de resistências num quadro de dominação, ou seja, permite e encoraja os membros a permanecerem dentro dos limites do grupo. As redes sociais informais não se limitam, no entanto, à cadeia migratória, nem todos os migrantes fazem parte dela. Elas reflectem clivagens sociais, políticas e religiosas, mas constituem, sem dúvida, um factor importante de coesão dos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, seja ele definido por critérios religiosos, sociais ou políticos. Diversos estudos empíricos foram elaborados a propósito das redes sociais que estruturam importantes comunidades imigrantes estabelecidas na Europa e nos Estados Unidos. Como exemplo, referimos o caso dos sikhs em Leeds (Ingla-

terra), cuja história de imigração passou por diversas fases até ao processo de consolidação (cf. Ballard, 1991); os paquistaneses em Bradford (cf. Khan, 1991); os cipriotas turcos em Londres (cf. Constantinides, 1991); a comunidade turca em Berlim, onde as redes sociais formais estão fortemente consolidadas (Wilpert, 1987); os mexicanos nos Estados Unidos, objecto empírico de Mullan (1989), que centraliza as suas preocupações em torno do impacte das redes sociais no estatuto ocupacional dos migrantes — casos estudados entre tantos outros.

No caso da imigração cabo-verdiana em Portugal, as redes informais intervêm sobretudo ao nível da habitação e emprego, de forma mais visível, nas camadas socioeconómicas mais baixas. Por outro lado, essas redes organizam-se formalmente para dar respostas de outro tipo (associações culturais) a, sobretudo, uma fracção mais informada. Um dos efeitos mais visíveis da actuação das redes é a concentração geográfica e espacial dos migrantes, espaço que reproduz modos de vida, relações de parentesco e vizinhança.

As relações de vizinhança têm sido interpretadas pelos teóricos da sociologia urbana como um microcosmo da cidade, e a cidade como uma agregação de vizinhanças (cf. Wallman, 1979). Contudo, as fronteiras do espaço transplantado podem ser mais ou menos permeáveis consoante as trocas que os indivíduos fazem se estendam a um espaço necessariamente partilhado pela sociedade receptora (nomeadamente ao nível do trabalho), ou se limitam ao bairro (muitas vezes, bairro étnico), onde se privilegiam as relações primárias. Da assimilação à simples integração funcional os actores estabelecem diferentes estratégias.

As questões clássicas que emergem das perspectivas mais culturalistas e se situam entre a assimilação e a afirmação da identidade cultural de forma ostensiva (as situações mais radicalizadas) têm sido tratadas bastas vezes, mas sem por isso gerar grandes convicções e convergências. Distinguimos aqui autores como Malewska (1990), que propõe uma interessante tipologia de estratégias que vão da assimilação à revalorização da sua singularidade. Camilleri (1990) pesquisa as relações entre identidade e a gestão da disparidade cultural, ensaiando, nesse sentido, uma tipologia. C. Almeida (1976) atenta na noção de espaço, espaço carregado de significações socioculturais, e aborda a análise do processo de aculturação dos trabalhadores migrantes partindo de uma abordagem geográfica e alargando depois o campo de análise ao recorrer a uma perspectiva multidimensional.

O presente capítulo pretende dar conta da diacronia do processo de integração: uma primeira parte incide sobre o embate inicial na sociedade receptora reconstruído e filtrado pela memória dos seus protagonistas; avalia-se o confronto entre as expectativas e a realidade tal como a sentiram; confere-se especial significado à percepção do tempo e do espaço que enformam novos modos de vida. A segunda parte pretende fazer uma avaliação objectiva das condições de vida medidas pelas formas de habitar e pelos

recursos económicos das famílias cabo-verdianas. A comparação entre as novas condições de vida e as anteriores ao processo de emigração para Portugal, comparação feita quer ao nível da representação, quer a partir de dados objectivos (referimo-nos particularmente à posição ocupada na esfera da produção), resultará numa tipologia de mobilidade.

Finalmente, abordaremos a questão da interacção, onde se confrontam, no quotidiano, em espaços específicos, membros do grupo entre si (os cabo-verdianos), mas também cabo-verdianos e portugueses. Evidenciam-se assim, palcos de aproximação e palcos de conflito, nos quais acontecem relações primárias e secundárias, sustentadas por protagonistas criteriosamente seleccionados. Embora não fazendo parte de um plano estrategicamente pensado, os actores interpretam, com eficácia, os papéis adequados aos cenários que no dia-a-dia se vão sucedendo.

A emigração como factor desestruturador da família

O papel da família na migração desde cedo foi levado em conta pela investigação social. Já em 1871/1884 Leplay ressaltou a sua importância no processo de industrialização da Europa (Dumon, 1989). A família encoraja os seus membros a deslocarem-se, quer se trate de migrações internas ou externas, temporárias ou permanentes, de modo a contribuírem para a sua sobrevivência, nuns casos, ou a melhorarem o seu estatuto, noutros. Quase um século mais tarde, esta perspectiva subsiste, desenvolvendo-se, contudo, outros enfoques teóricos antagónicos nos quais o indivíduo se torna a unidade de análise. Também parece interessante perspectivar o papel da família no processo da decisão de migrar, como sendo aquela a causadora, ou melhor a "responsável" pela emigração de alguns dos seus membros. Wall (1993: 189), ao estudar o emigrante rural em Portugal, conclui que "no caso das famílias de lavradores, são quase sempre os filhos excluídos da herança privilegiada que emigram". Mais afirma que

a influência da família e da classe social de origem estende-se de maneira diferenciada às expectativas e às finalidades da emigração, assim como às possibilidades concretas de realização dos desejos de investimento (Wall, 1993: 191).

Na esteira daquelas perspectivas, Findley (1987) conceptualiza a migração como sendo parte de uma estratégia familiar, a qual maximiza mais o bem-estar da família do que o do indivíduo. A família é o centro de decisão, mas, se ela pode ser conceptualizada como agente decisor dos processos migratórios, funciona também como factor possibilitador na medida em que apoia e

facilita a integração no país receptor. A reconstituição e força dos laços de parentesco ajudam, tal como demonstrou Falmon (1970), ao estabelecimento no novo espaço.

Estas duas funções da família situam-se em pólos opostos da diacronia subjacente aos processos migratórios, ou seja, se a primeira (função de decisão) se situa a montante (actua antes da migração), a função de integração actua, ou tem os seus efeitos, no país receptor. Contudo, ao longo deste processo a própria família sofre uma acção de desestruturação, mais ou menos agravada, consoante o tipo de migração. Esta acção tem os seus efeitos quer na preservação, digamos física, do conjunto familiar, pois uns partem e outros ficam, quer nas relações que no seu interior se vêem alteradas. Os efeitos da migração centram-se nos diversos membros da família: na relação marido/mulher, na mulher (comportamentos ligados à fertilidade, emprego, direitos civis, etc.), no homem (satisfação no trabalho) e nas crianças (sucesso escolar, relação pais e filhos). Iremos, contudo, valorizar o primeiro aspecto, ou seja, o da separação que a migração transporta. Alguns estudos empíricos centram-se em torno destas questões: Vásquez (1990) através de estudos de casos, identifica os mecanismos de estratégias identitárias que imigrantes (portugueses, espanhóis e latino-americanos) desenvolvem no processo de imigração, salientando os seus efeitos nos diversos campos da vida social; Camilleri (1962, 1980) estuda o impacto da imigração nas relações familiares, salientando o problema da segunda geração; Catani (1986) tenta ultrapassar a velha perspectiva que deixa à terceira geração de imigrantes a "escolha" entre duas alternativas: a assimilação ou o retorno. Enfim, os exemplos multiplicar-se-iam dado o interesse crescente pelas comunidades imigrantes, por parte da investigação social.

Os contextos em que ocorrem os processos migratórios¹ definem não só o grau de liberdade dos actores na tomada de decisão, como também as estratégias utilizadas nos percursos. Assim, quando a decisão de emigrar assenta em motivos de ordem económica, é clássico ser o homem a emigrar em primeiro lugar e só depois de ter obtido o mínimo de condições que garanta a subsistência do seu agregado, "manda chamar a família". Em alguns casos, os homens vêm habitar instalações fornecidas pelo empregador, situação que raramente acontece com as mulheres, que têm como primeira habitação a casa de família, nomeadamente a que marido arranhou.

1 I. Baganha (1993: 29) atribui grande importância às forças sociais dos países de destino enquanto constrangedoras e restritivas da decisão de migrar. Assim, afirma que o migrante, membro potencial da sociedade de destino, "pode apresentar características económicas, etnoculturais e políticas que as forças sociais que governam o processo de decisão na referida sociedade consideram inadequadas ou indesejáveis para a manutenção da integridade social da nação, tal como a definem politicamente em determinado momento histórico".

Em situação de êxodo provocado por mudanças políticas e/ou militares, a tendência é para a emigração das famílias que, como prioridade, se instalam em casa de família (colaterais) no país de destino ou em instalações provisórias — de emergência — como sejam pensões e hotéis.² No primeiro caso (migração laboral), o fluxo caracteriza-se pela sua individualidade e, no segundo (migração de refugiados), distingue-se pela natureza familiar das unidades que compõem o fluxo.

A partir da informação empírica de que dispomos,³ a relação entre o tipo de migração e as estratégias desenvolvidas pelos migrantes pode ser claramente ilustrada. Com efeito, os migrantes vindos de "Cabo Verde" e de "outros países" são os que com maior frequência vêm "sozinhos" (valores variam entre 72,4% e 74,4%), opondo-se a estes, e de forma muito contrastada, os que vieram das "outras ex-colónias após 74" (designaremos este grupo por "retornados" por facilidade de exposição, embora estejamos conscientes da carga de senso comum que lhe está subjacente — grupo 3) com um valor de 21,6%. No conjunto da informação, os indivíduos vindos de "outros países" são os que emigram de forma mais individualizada. Apenas 12,8% emigra com parte da família e outros tantos com toda a família. Esta situação é oposta, por exemplo, à dos "retornados": 21,6% emigra sozinho, 24,3% com parte da família e cerca de metade (48,6%) com toda a família, valor que se destaca do conjunto dos grupos. Os migrantes vindos directamente de "Cabo Verde" são os que mais raramente emigram com toda a família num mesmo momento (6,1% e 6,2% em cada subgrupo).

As estratégias diferenciadas por sexo em termos do percurso migratório em si e que acima fizemos referência podem ser reveladas sobretudo por dois indicadores: os relativos (i) à residência em casa de família e (ii) em alojamento fornecido pelo empregador à chegada ao país de acolhimento. Com efeito, e com base na informação não discriminada por origem e tempo de emigração, no primeiro caso (a residir em casa de família) classificam-se 48,6% de homens e 61% de mulheres, enquanto no segundo caso (a residir em alojamento do empregador) apenas 17,9% de homens e 7,9% de mulheres, diferenças elucidativas. Considerando os diferentes grupos é interessante notar que:

- o grupo de imigração mais antiga com origem em Cabo Verde (grupo 1) é o que apresenta menor proporção de indivíduos que habitou em casa de família (39,8%). Esta situação tem exactamente a ver com a sua antiguidade em termos de imigração — ou seja, foram os primeiros a sedentarizarem-se em Portugal — e um maior peso daqueles que resi-

2 Recorde-se que uma parte significativa da população refugiada chegada a Portugal no período pós-revolução de 1974 se instalou em hotéis, pensões e outras instalações improvisadas, apoiada por organismos governamentais.

3 Esta informação é o resultado da análise de dados por nós realizada ao questionário lançado pelo IED, em 1986.

diam em alojamento fornecido pelo empregador (26,1% contra, por exemplo 2,7% de "retornados"), o que se prende com o apoio dado na altura à emigração cabo-verdiana. De facto, foi uma emigração planeada pelo país de imigração dadas as circunstâncias já referidas. Com um valor próximo deste último encontram-se os migrantes com origem em São Tomé;

- o grupo vindo de Cabo Verde em períodos mais recentes (grupo 4), pelo contrário, tem a possibilidade de residir, numa primeira fase, em casa de família (são 62,7% que o fazem), efeito óbvio da fileira migratória. O baixo número de migrantes a habitar em alojamento de trabalho (9,5%) valida a ideia da emigração desapojada por comparação ao grupo anterior;
- o grupo dos "retornados" (grupo 3) é o que apresenta valores mais elevados de indivíduos a residir em pensões à chegada a Portugal (21,6% contra um valor médio de 8%), típico de uma migração de refugiados;
- o grupo com origem noutros países (grupo 5), apesar do baixo efectivo, tem uma maior proporção de indivíduos que à chegada compraram ou alugaram casa.

Em suma, podemos destacar sobretudo duas situações que se prendem não só com os motivos que orientaram os fluxos migratórios, mas também, e por ser correlativo, com os perfis socioeconómicos dos imigrantes.

- 1 Grupo com baixo nível socioeconómico que desenvolve as estratégias clássicas da emigração laboral: o homem deixa mulher e filhos na terra de origem, com o objectivo de encontrar emprego e casa que permita a instalação da família num momento posterior. A reunificação da família consegue-se ao fim de um período mais ou menos longo, nalguns casos, enquanto noutros se torna um mito. Não é sem mágoa que, sobretudo as mulheres, recordam esse tempo, mais ou menos longo, medido entre a objectividade do calendário do tempo real e a subjectividade de quem sente e sofre a distância. Assim, tudo acontece: separam-se noivos — Fernanda (empregada de limpeza) casa por procuração e junta-se ao marido, em Portugal, passados seis anos; separam-se pais e filhos por nascer — Fátima (costureira) fica grávida tempos antes de o marido emigrar; deixam-se mulheres com uma prole mais ou menos extensa (Maria, comerciante, fica com sete filhos para criar). Num momento seguinte, após uma inserção mínima do chefe do agregado, as famílias mais numerosas são de novo desmembradas, de forma mais dura e por vezes definitiva, já que nem sempre se conseguiu o dinheiro para a passagem de todos. A mulher junta-se ao marido com alguns filhos, enquanto os outros ficam ao cuidado dos avós. Para alguns é o preço mais alto que a emigração lhes fez pagar.

- 2 Grupo com nível socioeconómico mais elevado. Duas situações se observam:

- a) Imigrantes vindos directamente de Cabo Verde (antes de 1974). Vieram para Portugal estudar, enquanto a família se mantinha na terra de origem, já que não era seu propósito emigrar. Acabam por exercer a sua profissão em Portugal, para a qual obtiveram formação superior, na maioria dos casos. Casam e constituem família própria, e a hipótese de retornarem à sua terra fica cada vez mais distante. O propósito inicial que os move não é a emigração, mas a formação. De qualquer forma, a ausência da família (ascendentes e irmãos) é também sentida e vivida com alguma dor. Contudo, os recursos de que dispõem permitem minorar os efeitos da separação. Esses recursos são não só económicos, o que lhes facilita em férias a visita à família, como culturais e sociais, que lhes possibilitam a compensação dessa falta através de novas relações e de espaços de sociabilidade e de lazer (a idade e a fase do ciclo de vida também é outra);
- b) Imigrantes com passagem pelas outras ex-colónias. Trata-se de uma situação particular que apresenta elementos dos dois tipos anteriores. Por um lado, aproxima-se do primeiro quanto aos motivos que os levam a deixar a sua terra (procura de emprego) e, por outro lado, nessa primeira fase do percurso migratório (quando partem de Cabo Verde para Angola ou Moçambique), a família que se deixa são ascendentes e irmãos, tal como no segundo tipo. Com efeito, acontece com frequência casarem na terra de imigração, ou partirem para esta com a mulher e filhos, se os houver. Numa segunda fase do percurso, a passagem para Portugal, neste caso particular, fez-se em contexto de guerra, como já afirmámos. Assim, surgem dois tipos de situações: ou se emigra com toda a família, ou a mulher e filhos são enviados em primeiro lugar, para salvaguarda da integridade física, e depois o homem junta-se à família após ter resolvido os problemas burocráticos mínimos que uma saída definitiva exige.

Em qualquer das situações, a emigração actua como desestruturadora da família. Na maioria dos casos, separam-se famílias para sempre, senão a família nuclear, pelo menos os ascendentes e colaterais.

Inserção na sociedade receptora: primeiro momento

Se tivesse caminho a pé, eu voltava.
[entrevistada]

Por um momento, o momento do início, tudo se passa como se os iniciadores tivessem abolido a própria essência da temporalidade e houvessem sido expulsos da continuidade da ordem temporal (Connerton, 1993: 7).

O confronto com um espaço, físico e social, significativamente diferente foi vivido de forma diversa conforme o capital social, económico e cultural dos indivíduos. Também homens e mulheres se manifestaram de forma diferenciada sobretudo nos estratos socioeconómicos mais baixos.

As áreas identificadas como problemáticas na avaliação da integração inicial na sociedade receptora reportam-se a dois níveis distintos. Por um lado, ao nível do concreto, as condições habitacionais e a dificuldade no domínio da língua portuguesa foram apontadas pelos entrevistados com baixo nível cultural e fraco poder económico como os factores que obstaram a uma avaliação positiva do impacto com o novo espaço. Por outro, a um nível mais abstracto e simbólico, o tempo e o espaço de uma metrópole, estruturadores das relações de sociabilidade que tanto se privilegia em Cabo Verde, foram aspectos sobretudo valorizados pelos estratos socioeconómicos mais elevados.

Reproduzimos a seguir a memória do primeiro encontro diferentemente sentido por uns e outros.

Habituação

Isso é barraca de galinha. Ah! Afinal mora gente!
[entrevistada]

Foram as mulheres que mais sofreram o contraste entre as expectativas e a realidade. Esta chegava-lhes mais colorida devido à distância que a saudade encurtava. Nada mais revelador que o testemunho dos actores:

[Diálogo com o marido no momento da chegada a Portugal]

— Isso é barraca de galinha.

— Não, não, lá mora alguém.

— Mora alguém?!... Na barraca?!...

Depois ele foi comigo mesmo para a casa de uma amiga morava lá numa barraca.

— Ah! Afinal mora gente!

Depois a gente caiu na barraca na mesma... Fiquei espantada...
[Francisca, desempregada]

Outra entrevistada revela a mesma experiência:

Eu cheguei aqui era de madrugada. Quando eu cheguei lá às Fontainhas eu disse assim:

— Essas casas são todas de animais?

Depois ele disse:

— A casa onde você mora é na mesma como isso.

[Angélica, costureira desempregada]

Enquanto uns se resignavam com a situação,

(...) Mas já está feito. Olha eu tinha que resignar.

[Angélica, costureira desempregada]

outros desejavam que o tempo voltasse atrás:

Se tivesse caminho a pé, eu voltava.

[Fernanda, copeira]

A comparação com a casa que deixavam era inevitável:

Lá tinha uma casa melhor que esta. A gente vivia à vontade (...) eu pensava que era uma cidade. Eu cheguei aqui e encontrei esta barraquinha, com tanto lixo que eu não tinha sítio para pôr os pés. (...) Eu fiquei aborrecido porque não estava habituado assim.

[Sandra, empregada de limpeza]

Contudo, este choque não se esgota nas habitações que até então julgavam destinar-se a animais. O próprio espaço envolvente (físico e humano), ou a falta dele, foi também motivo de mal-estar. Ilustremos:

Eu não pensava morar assim tão apertado e com este ambiente.

Lá a gente mora... na minha rua tem cinco casas, são cinco irmãos, mas as casas são separadas, tem montanhas. Tem espaço para animais, mas aqui não tem animais e tem um ar insuportável.

[Angélica, costureira desempregada]

Concluindo, o espaço segregado, espelho da exclusão social de que são alvo as camadas mais desfavorecidas da população, imigrante ou autóctone, foi sem dúvida a área que mais marcas deixou a quem foi construindo imagens

retratadas à distância, as quais encerravam expectativas que mais não iam do que além de um tecto digno para quem emigra para trabalhar e trabalha para sobreviver. O problema é tanto mais agravado quando determinadas formas de habitar estão carregadas de significações que a cultura produz: "Essas casas são todas de animais?" O confronto entre a origem e o destino é penosamente sentido.

Tempo

Em Cabo Verde temos tempo para um dia diferente.
[entrevistado]

As preocupações de quem tem os problemas básicos resolvidos manifestam-se na reflexão de uma dimensão abstracta que enforma modos de vida — o tempo:

Nós lá vivíamos ao *ralenti*. Era como se estivéssemos a ver um filme em 33 rotações. As pessoas ali têm tempo para tudo, moram perto do emprego, têm criados (...). Não me posso esquecer que ali vivíamos numa ilha. Num dia fazíamos a ilha toda. Não podíamos sair dali. Aqui comecei a ter consciência que podia andar 300, 600 quilómetros, ir ao Porto, ir a Espanha (...). A passagem do espaço-ilha para o espaço-continente, o sentimento de ilhéu para a continentalidade é de facto um choque grande (...). O tempo é dos aspectos mais marcantes. Em Cabo Verde temos tempo para um dia diferente.
[Ilsa, professora de liceu]

Transplantar modos de vida para o país de imigração é expressão corrente de diversas produções teóricas e empíricas que se desenvolvem em torno da questão da migração. Contudo, parece encerrar uma contradição, já que dos modos de vida fazem parte espaços e tempos específicos que lhes conferem significado. O mesmo não será dizer que com alguma frequência se observa a preservação de práticas culturais específicas, assim como a *recriação* de um espaço físico e humano anteriormente experimentado.

De facto, a noção de tempo que se transporta (muito particular no caso do ilhéu) é radical e violentamente redimensionada na passagem de um espaço fisicamente limitado (onde o tempo é o recurso que mais abunda) e humanamente marcado pela disponibilidade que sustenta as relações entre os homens, para um espaço marcado pelo anonimato que as distâncias impõem: "O bom-dia é diferente. Aqui dá um beijinho e passa. Lá conversa."

Espaço

O que mais estranhei foi quando chegou a sábado, dizer aos colegas: até segunda-feira! Em Cabo Verde diria: até logo!

[entrevistado]

Para uns a imensidão do espaço é avaliada negativamente não só pela desorientação, mas também pelo desencontro que provoca:

Estava habituada a um meio pequeno com uma solidariedade muito grande, onde as pessoas todas se conheciam e onde cada um era responsável pelos outros. Aqui senti-me um bocado perdida... Depois os autocarros, as pessoas... foi uma confusão.
[Ilsa, professora de liceu]

Em termos paisagísticos foi só verificar que existia o que aprendemos, embora a dimensão surpreenda. Lá tudo era comecinho. Lisboa de madrugada assusta. Aos 17 anos chegar de madrugada é assustador, é precisa muita coragem para não nos perdermos.

[Pedro, engenheiro agrário]

Os que menos recursos têm reconhecem a vantagem dos espaços grandes, quando existe a possibilidade de os dobrar de forma mais fácil, o que não acontecia na terra de origem:

Aqui é muito modificado. Na minha terra não tem desenvolvimento. Aqui não precisa de andar a pé.

[Angélica, costureira desempregada]

Mas para estes a questão do espaço não se coloca só em termos de dimensão. A dicotomia cidade-campo ganha significado, já que se trata de uma população, na sua maioria, de origem rural. Já Guerra (1992: 508) havia observado que "o desenvolvimento desigual entre estes dois espaços representa dois tipos de relações entre uma sociedade e o seu espaço, duas maneiras de matizar este espaço tecnicamente e de o organizar economicamente. Trata-se de duas formas espaciais com relações obrigatórias, mas cujas culturas específicas são contrastadas".

Lá a gente mora... na minha rua tem cinco casas, são cinco irmãos, mas as casas são separadas, tem montanhas. Tem espaço para animais, mas aqui não tem animais e tem um ar insuportável.

[Angélica, costureira desempregada]

É na transição do espaço-ilha para o espaço-continente, do meio rural para o

meio urbano, de um país subdesenvolvido para outro mais industrializado que se faz também a reconstrução das identidades. Ganham-se novas referências, novas solidariedades, renegoceia-se a cultura que a História fez herdar, em confronto com novos referentes culturais, novas formas de (con)viver, estar e sentir.

Língua

Só dizia bom dia, boa tarde (...)
[entrevistada]

Não dominar a língua do país receptor representa, no caso do imigrante, um duplo estatuto de dominado: não só se é estrangeiro, reforçado pelo facto de se ser etnicamente diferente, como também não se possui os instrumentos — recursos intelectuais e económicos — que possam minimizar aquela distância (entre estrangeiros e autóctones).

Se as interacções sociais são interacções simbólicas, quer dizer, relações de comunicação que implicam o conhecimento e reconhecimento, deve ressaltar-se que as interacções verbais estabelecem-se dentro de um quadro de relações de poder simbólico onde se actualizam as relações de força entre os locutores e os grupos nos quais se inserem. Todo o acto de falar, tal como qualquer acção social, é uma conjuntura, um reencontro de séries causais: por um lado, implica uma certa propensão para falar/dizer determinadas coisas e, por outro lado, uma situação que define a capacidade social de utilizar adequadamente, ou pelo menos estrategicamente, essa competência num determinado momento (Guerra, Saint-Maurice, 1992: 181).

Assim, não possuir a competência mínima (saber falar) traduz-se, num primeiro momento, em medo, insegurança e angústia.

Estranhava o falar. Não respondia. Sentia receio. Só dizia bom dia, boa tarde (...)
Pensavam que eu não sabia falar.
[Marta, empregada de limpeza]

Nas dificuldades, presente a solidariedade da comunidade, efeitos da filicria migratória:

Eu quando cheguei fiquei assim um bocadinho assustada. Quando eu saía para fazer compras não sabia pedir nada. (...) Quem me ajudou foi uma prima. Quando eu precisava de uma coisa ela acompanhava.
[Sandra, empregada de limpeza]

A distância cultural existente entre duas populações em interacção, enquadrada esta por uma relação assimétrica, pode ter consequências, pelo menos a dois níveis que, neste contexto, importa referir: ao nível simbólico pode resultar em diferentes situações experimentadas pelos actores que vão da afirmação da sua singularidade cultural à assimilação, como já o afirmáramos antes. Do ponto de vista prático, duas situações polarizadas podem ocorrer, consoante os recursos intelectuais dos indivíduos: no caso de estes possuírem mais elevado capital escolar, aquela distância não resulta em prejuízo, já que estes manuseiam a situação com o à-vontade que os seus recursos lhe permitem (no caso da língua, esta não constitui obstáculo se for facilmente dominada); no caso dos que dispõem de inferior capital escolar, a distância cultural pode resultar em insegurança, fragilidade e até, no caso de não dominar a língua da sociedade de imigração, em infantilização do adulto.

Eu não falava o português. Eu ia atrás delas (amigas), como se eu era uma criança.
[Angélica, costureira desempregada]

Interacções e imagens das relações sociais

Das coisas que mais me chocou foi a maneira de falar, a distância entre mais velhos e mais novos.
[Pedro, engenheiro agrário]

A análise das interacções sociais deve ser matizada pelo contexto dentro do qual ocorrem essas interacções, contexto dimensionado simultaneamente pelo tempo e espaço. Estes dois eixos são ao mesmo tempo estruturantes e estruturados na medida em que as interacções, se resultam do tempo em que ocorrem (as interacções que se estabelecem, por exemplo, durante a semana são diferentes das do fim-de-semana) e do espaço (o espaço insular produz necessariamente formas de interacção diferentes de um espaço metropolitano, por exemplo), também é verdade que são estruturados pelas interacções (a noção de tempo é diferente quando se estabelecem interacções com amigos do que com conhecidos com os quais se tem uma relação muito formal).

Assim sendo, no caso concreto em análise, o espaço insular necessariamente exíguo enforma relações que tendem a pautar-se pela proximidade, pela informalidade e solidariedade (esta reforçada pelas condições de vida precárias que afectam todos), alargando-se o círculo reservado às relações primárias. Por outro lado, os *apports* de uma cultura africana, donde se salienta o respeito quase sacralizado pelos indivíduos mais velhos, têm também tradução nas interacções sociais. A passagem de um espaço para

outro de dimensões absolutamente opostas, onde o tempo se conta com diferente aceleração, e os novos referenciais culturais provocam necessariamente um choque em quem os experimenta.

Com efeito, e tendo por base as entrevistas realizadas, a falta de respeito pelos mais velhos, não necessariamente atribuída apenas aos portugueses, mas aos mais novos (incluindo cabo-verdianos), é diversas vezes referida pelo conjunto dos entrevistados. A comparação com tempos recuados faz supor a presença de uma questão geracional e não apenas um problema que tenha a ver com os novos referenciais da sociedade receptora. Há quem considere o culto pelos mais velhos como o resultado dos "bons velhos costumes portugueses" que para Cabo Verde se "exportaram". Querendo reforçar a ideia de que tudo o que os cabo-verdianos são é herança do povo português, o mesmo afirma:

Lembre-se que para Cabo Verde até os ratos foram daqui.
[informador privilegiado]

Outros contrastes que concernem ao espaço social foram evidenciados:

(...) O relacionamento em Cabo Verde era na base da camaradagem. Não tem nada a ver com o relacionamento que eu vivi depois, aqui. Éramos mais amigos, mais confiantes. Os estratos sociais aqui estão mais marcados (...).
[informador privilegiado]

Bom dia, boa tarde. Está boa? Mais nada. Em Cabo Verde era diferente. (...) Lá as pessoas viviam assim mais simples, mais amigas, davam assim com as pessoas mais bem. A inteligência parece que é assim mais coberta. As pessoas viviam assim tudo em comum, em harmonia. Havia mais respeito, ajudavam mais, as pessoas tinham mais confiança.
[Angélica, costureira desempregada]

Mas outras questões, talvez menos exemplares porque singulares, constituíram motivo de estuporação:

Nunca pensei que os portugueses soubessem trabalhar. Estranhei mesmo. Ver uma portuguesa com a enxada na mão... pensei que não faziam nada.
[Marta, empregada de limpeza]

Em suma, na generalidade é sentido o contraste entre um espaço marcado pela abertura, solidariedade e confiança e um outro (interpretado pelos actores, obviamente) ditado pela imensidão do espaço físico e pelo tempo, sempre curto, face aos quais os encontros são agendados e as relações mais superficiais.

Sinais de inserção na sociedade portuguesa: o momento actual

Habitação

Se o espaço é construtor de práticas, identidades, contradições e tradições, também é, antes disso, revelador das condições de existência dos que lá habitam. Para o analisar, recorreremos a um conjunto de indicadores que se reportam às condições de habitação e ao nível económico das famílias.

Ao avaliar as condições reais de existência através do alojamento por meio da elaboração de um índice sintético — esta avaliação teve em conta o tipo de construção da habitação, a legalidade da mesma e as infra-estruturas sanitárias de que dispunha —, ressalta claramente a integração subordinada desta população, se aceitarmos a forte relação entre segregação espacial e discriminação. Com efeito seis em cada dez cabo-verdianos vive em más condições de habitabilidade, ou seja, em barracas, agravado pelo facto de serem habitações clandestinas, sem infra-estruturas sanitárias.

Retomando os grupos de imigrantes definidos anteriormente, e consonante com os perfis que se vêm desenhando, é de entre a subpopulação que veio das "ex-colónias" (grupo 3) que se encontra um maior número de indivíduos a viver em condições de habitabilidade mais razoáveis (56% reside em casas com as características opostas àquelas referidas), ao contrário dos indivíduos vindos de "São Tomé" (grupo 2) (apenas 38,2% habita em condições idênticas) e de "Cabo Verde em períodos mais recentes" (grupo 4) (37,7%). Os imigrantes com "maior tempo de estada e com origem em Cabo Verde" (grupo 1) habitam em condições mais favoráveis que estes dois últimos grupos (45,3%), o que vem confirmar a ideia de uma melhor — mas sempre relativa — integração no país de imigração. De forma destacada do conjunto da informação, o grupo com origem "noutros países" (grupo 5) é o que habita em condições mais apropriadas.⁴

Rendimento económico

Com toda a cautela que sugere o tratamento de um indicador do nível económico de uma população, deduziu-se que os grupos que se inscrevem em níveis mais baixos de rendimento médio mensal — menos de 30 contos mensais em 1986 — são, e por ordem de grandeza, o grupo com origem em São Tomé (42,8%), o grupo de imigração mais recente com origem em Cabo Verde (42,4%) e o de imigração mais antiga com a mesma origem (39,7%). De

⁴ Queremos, no entanto, chamar a atenção que o número de indivíduos que compõem o grupo não é numericamente muito significativo.

forma complementar, e com este nível de rendimento, as percentagens mais baixas situam-se entre os imigrantes com origem em outros países (25,1%) e os retornados (21,9%). Este último grupo apresenta valores destacados quando o nível de rendimento varia entre 50 a 60 contos mensais, ou seja, 21,9%, enquanto que os valores dos outros grupos variam entre 2,9 e 8,9%.

A avaliação feita pelos migrantes quanto à mediana dos rendimentos auferidos revela algumas contradições já que se trata de uma questão subjectiva, mas que, de qualquer modo, reforça a definição dos grupos. Assim, quem declara viver pior, em termos económicos, são os grupos de São Tomé — 44,4% declaram dispor de um rendimento insuficiente para viver — e o de outros países (46,2%) — parece-nos tratar-se de um grupo heterogéneo, pois uma parte significativa avalia de forma bastante positiva a sua capacidade de liquidez. Os indivíduos de imigração mais antiga, de Cabo Verde, consideram que vivem mal (37,5%), embora a avaliação seja menos negativa que a dos anteriormente explicitados, contra, por exemplo, 12,8% dos que vieram dos outros países. Fazendo uma avaliação positiva, destacam-se os retornados (34,3%), os que vieram de Cabo Verde antes de 1974 (30,0%) e depois daquela data (32,0%). Finalmente, são os retornados (28,6%) e os de outros países (20,5%) que afirmam auferir rendimentos bastante razoáveis.

Concluindo, os retornados e oriundos de outros países inscrevem-se em níveis económicos mais elevados por comparação aos restantes migrantes cabo-verdianos com outras trajectórias de migração.

O saldo da emigração

Quando os factores de repulsão de um fluxo migratório se situam ao nível da sobrevivência — emprego e habitação — as estratégias familiares ou individuais apontam necessariamente para o investimento na mobilidade ascendente àqueles dois níveis. É, contudo, uma mobilidade que se consegue à custa do tempo, das redes sociais que podem existir ou não e dos recursos e potencialidades individuais.

Mobilidade profissional

Para aferir a mobilidade profissional, foram considerados diversos momentos: a profissão em Cabo Verde antes de ter emigrado, a última profissão no último país em que esteve caso não tivesse vindo directamente de Cabo

Verde, a primeira em Portugal e a profissão na altura da realização do questionário.⁵

Foram contabilizadas as situações que claramente eram de ascendência de um momento para o outro, as de descendência, as de imobilidade e, nos casos em que era difícil avaliar a superioridade de uma situação em relação à outra, designámos por transferência (as modalidades residuais “outra profissão” foram sempre classificadas como transferência). Sempre que se tornasse elucidativo, procurou-se saber qual a situação na profissão por forma avaliar o sentido da mudança. Observando o quadro 4.1, a análise é tanto mais difícil quanto dispareces são os efectivos em cada um dos grupos, pois são o resultado da convergência de três situações: pertencer ao grupo X, ter profissão no país A e ter profissão no país B. Contudo, ressaltam alguns aspectos interessantes.

No grupo de “imigração mais antiga com origem em Cabo Verde” (grupo 1), a imobilidade aumenta quando se passa de T1 (mudança de Cabo Verde para Portugal) para T2 (tempo que decorre do momento da chegada a Portugal até ao de realização do inquérito), ou seja, as mudanças dão-se sobretudo à chegada a Portugal — 25% com mobilidade ascendente — e concretizam-se na passagem de trabalhadores agrícolas, que se refere a uma proporção significativa de trabalho familiar não remunerado, para operários. Em T2 apenas 10,2% gozam de mobilidade ascendente.

Atentando no quadro 4.1 verifica-se uma enorme imobilidade na passagem de Cabo Verde para São Tomé (grupo 2) — transita-se da agricultura familiar para as grandes roças de cacau, café, algodão, etc. —, sendo este o grupo que mais ganhou profissionalmente com a vinda para Portugal, não porque a situação à chegada a Portugal fosse satisfatória, mas porque a anterior era a mais desvantajosa comparando com os restantes grupos. Da agricultura passaram sobretudo para o operariado (73,7%) e muito poucos mantiveram a situação anterior.

O grupo que chegou a Portugal no “pós-74 vindo das outras ex-colónias” (grupo 3) foi o que revelou maior imobilidade em qualquer das transições.

Trata-se de uma imobilidade positiva atendendo aos níveis de qualificação mais elevados que caracterizam o seu perfil profissional. Foi de facto uma subpopulação com um capital cultural mais elevado que partiu de Cabo Verde para as outras ex-colónias, integrados sobretudo na administração pública, e dessa forma enquadrados percorreram variadas trajectórias migratórias. Obviamente que dentro da administração fizeram os seus percursos ascendentes; no entanto, as categorias profissionais aqui consideradas são de tal modo abrangentes que não permitem traduzir carreiras ascendentes, o que de resto escapa aos objectivos que presidem à análise agora elaborada.

⁵ A informação é retirada do questionário lançado pelo IED em 1986.

Quadro 4.1 Mobilidade profissional, por grupos de imigrantes

	Cabo Verde → outro país		Outro país → Portugal (*)		Chegada/ /momento actual	
	n	%	n	%	n	%
Grupo 1 (directamente de Cabo Verde, antes de 74)						
Mobilidade ascendente	—	—	25	25,0	12	10,2
Imobilidade	—	—	47	47,0	88	75,2
Mobilidade descendente	—	—	8	8,0	8	6,8
Transferência	—	—	20	20,0	9	7,7
Grupo 2 (São Tomé → Portugal)						
Mobilidade ascendente	2	16,7	14	73,7	2	8,3
Imobilidade	7	58,3	4	21,0	20	83,3
Mobilidade descendente	0	0,0	1	5,3	0	0,0
Transferência	3	25,0	0	0,0	2	8,3
Grupo 3 (outras ex-colónias → Portugal)						
Mobilidade ascendente	2	19,5	3	16,7	1	4,8
Imobilidade	13	61,9	13	72,2	19	90,4
Mobilidade descendente	1	4,7	2	11,1	0	0,0
Transferência	5	23,8	0	0,0	1	4,8
Grupo 4 (directamente de Cabo Verde, anos 80)						
Mobilidade ascendente	—	—	54	29,5	16	6,6
Mobilidade descendente	—	—	92	50,3	187	88,2
Imobilidade	—	—	3	1,6	1	0,5
Transferência	—	—	34	18,6	10	4,7
Grupo 5 (outros países → Portugal)						
Mobilidade ascendente	6	40,0	1	5,9	1	4,3
Imobilidade	8	53,3	11	64,7	19	82,6
Mobilidade descendente	0	0,0	2	11,8	1	4,3
Transferência	1	6,7	3	17,6	2	8,6

Nota: relativamente aos grupos 1 e 4 considera-se "outro país" Cabo Verde, uma vez que daí vieram directamente.

Comparando o grupo de imigração mais recente, vindo directamente de Cabo Verde (grupo 4) com o de imigração mais antiga, com a mesma origem (grupo 1), no primeiro momento, ou seja, na transição de Cabo Verde para Portugal, as distribuições são muito próximas — é o momento analítico em que os grupos se mais aproximam —, o que deixa de acontecer no momento seguinte. Em T2 verifica-se uma maior imobilidade dos mais recentemente chegados (88,2% contra 75,2% do primeiro grupo).

Relativamente aos migrantes com passagem por outros países, as conclusões estão bastante limitadas pelos baixos valores aí encontrados. De qualquer modo fica-nos a ideia de alguma mobilidade ascendente, 6 em 15, aquando da emigração para outro país.

Mobilidade económica e social

Mais do que o rendimento familiar mensal, a posse de bens de equipamento tem-se mostrado um indicador mais fiel do nível económico das famílias (apesar de reconhecermos que cada vez mais se tornam uma questão cultural e menos económica). A construção de um índice de bens — assume o valor A quando o somatório dos valores atribuídos aos bens, de acordo com o seu grau de necessidade, é inferior a determinado valor (referimo-nos aos bens de primeira necessidade, como fogão, frigorífico, rádio, gira-discos) e o valor B, relativo aos bens de segunda necessidade (moto, carro, máquinas domésticas, aparelhagem de alta fidelidade) — permitiu comparar as situações anterior à emigração e actual (exemplo: estar classificado em A significa que se possuem os bens de equipamento mínimos e em B significa que, para além destes, também se possuem os considerados de segunda necessidade).

Na globalidade, 39,3% têm, à data do inquérito, os bens mínimos classificados em A e 60,7% os considerados de segunda necessidade. Tomando como referência a situação anterior à emigração, ou seja, Cabo Verde (não obstante os percursos migratórios terem sido diversos), aqueles valores quase que se invertem — 69% classificam-se em A e 31% em B. Esta situação denota claramente uma mobilidade ascendente, que é, no entanto, diferentemente partilhada pelos diversos grupos.

Tentando uma tipologia de mobilidade na sua forma mais simples, considerámos as situações classificadas na figura 4.1. A leitura desta figura deve ser feita segundo a direcção Portugal-Cabo Verde:

- (A, A) indivíduos que mantêm a mesma situação possuindo apenas os bens mínimos
- (A,B) indivíduos que em Cabo Verde possuíam os bens de segunda necessidade, tendo perdido com a emigração

		Cabo Verde	Cabo Verde
		A	B
Portugal	A	imobilidade negativa	mobilidade descendente
Portugal	B	mobilidade ascendente	imobilidade positiva

Figura 4.1 Tipologia de mobilidade, em termos dos bens do equipamento.

Quadro 4.2 Aplicação da tipologia de mobilidade, em termos dos bens de equipamento

Grupos	Imobilidade negativa	Imobilidade positiva	Mobilidade descendente	Mobilidade ascendente
Cabo Verde antes de 1974	36,2	19,0	3,7	41,1
Cabo Verde depois de 1974	30,5	27,4	9,7	32,3
Ex-colónias pós-1974	18,9	32,4	2,7	45,9
São Tomé	50,0	11,1	0,0	38,9
Outros países	20,5	30,8	7,7	41,0

Nota: percentagens em linha.

- (B,A) indivíduos que em Cabo Verde apenas possuíam os bens mínimos e actualmente aumentaram o seu nível de consumo
- (B,B) indivíduos que já possuíam mais do que os bens mínimos e mantêm essa situação privilegiada

Para cada um dos grupos de imigrantes procedeu-se ao cruzamento das duas situações — actual e anterior à emigração — de forma a encontrar a importância de cada tipo em cada subpopulação. Obteve-se o quadro 4.2.

A análise do quadro não se torna fácil nem permite ilações retiradas de forma directa, pois é atravessado pela temporalidade dos percursos. No entanto, a uma primeira conclusão pode chegar-se: quanto maior o tempo de emigração, maior a probabilidade de mobilidade ascendente, por duas ordens de razões:

- i) a probabilidade de posse de bens de segunda necessidade em Cabo Verde, há mais anos atrás, é menor do que a actual, dado o baixo nível de consumo

- que então se verificava em contraponto com o progressivo consumismo inerente ao desenvolvimento económico das sociedades, e
- ii) é maior a possibilidade de aquisição de bens de consumo no país de emigração quanto mais longo o tempo de estada neste.

Concretizando, um indivíduo X que tenha emigrado há 20 anos, não só quando o fez usufruía, no país de emigração, de um baixo nível de consumo, como actualmente, e por estar integrado no mercado de trabalho há 20 anos no país de emigração, adquiriu um conjunto de bens que não apenas os de primeira necessidade. Pelo contrário, o indivíduo Y, tendo emigrado há dois anos, apesar de ter tido, potencialmente, a possibilidade de haver atingido níveis de consumo superiores ao do indivíduo X no país de origem, ainda não dispôs de tempo para adquirir uma mobilidade ascendente no país de emigração. Quer isto dizer que a imobilidade positiva, neste último caso, poderá ocorrer com maior probabilidade, ou a mobilidade descendente, mas não a mobilidade ascendente. Observando o quadro 4.2 e tomando como exemplo os dois primeiros grupos (vindos directamente de Cabo Verde) em que se faz variar o tempo de emigração, ilustram-se as relações estabelecidas. Com efeito, o grupo de emigração mais antiga apresenta valores mais baixos de imobilidade positiva (19% contra 27,4% do grupo de emigração mais recente) e simultaneamente valores mais baixos de mobilidade descendente (3,7% contra 9,7%), como seria de esperar. Evidentemente que o carácter esquemático e lógico do raciocínio não exclui uma realidade que é muito mais complexa e contraditória, já que envolve actores com singularidades que não podem ser desprezadas, mas que, de qualquer maneira, se esbatem quando os objectivos se estabelecem em torno de unidades analíticas mais alargadas — os grupos.

Atentando agora no grupo de cabo-verdianos vindos das outras ex-colónias (grupo 3), conclui-se claramente quanto à situação privilegiada dos "retornados": não só apresentam valores mais baixos de mobilidade descendente (2,7%) e imobilidade negativa (18,9%), como revelam os valores mais elevados em imobilidade positiva (32,4%) e mobilidade ascendente (45,9%).

Em situação menos desvantajosa, parece estar o grupo vindo de outros países, com valores próximos dos do grupo de emigração mais antiga em termos de mobilidade ascendente (41%), com poucas situações de mobilidade descendente e imobilidade negativa (o segundo valor mais baixo). Complementarmente, este grupo apresenta um valor elevado de imobilidade positiva. Parece tratar-se de um grupo que se define por aquilo que tinha, mas também por aquilo que adquiriu. Pode dizer-se que, tal como no grupo dos retornados, o saldo da emigração foi positivo em termos do património móvel adquirido.

Finalmente, o grupo de São Tomé, que em outros momentos analíticos revelou ter um perfil socioeconómico desqualificado, apresenta resultados

de mobilidade consonantes com esse perfil não obstante os efectivos serem baixos e, por isso, as conclusões cautelosas. Metade do grupo encontra-se na mesma situação precária em que se achava antes de ter emigrado — imobilidade negativa; 11% (o valor mais baixo) em situação de imobilidade positiva e 39% adquiriam níveis de consumo superiores, tal com aqui é entendido, sendo esta mobilidade marcada mais por aquilo que os indivíduos adquiriram do que por aquilo que tinham.

De forma muito esquemática podemos sintetizar os "ganhos e perdas" dos grupos a este nível:

- Cabo Verde antes 1974 (grupo 1): tinha pouco e ganhou mais
- Cabo Verde depois de 1974 (grupo 4): ganhou menos porque tinha mais e porque está há menos tempo no país de imigração
- Retornados (grupo 3): tinha mais e ganhou mais
- São Tomé (grupo 2): ganhou mais porque tinha pouco
- Outros países (grupo 5): tinha mais e ganhou mais

Quando o discurso se produz ao nível da subjectividade, não há necessariamente concordância com a realidade daquilo que é material. Contudo, a sua importância é óbvia, pois, em último caso, ela é mediadora da leitura do real, dito objectivo. A "contabilização" dos bens efectuada e a sua reconversão em mobilidade só fazem sentido quando se traduzem na consciencialização, pelos actores, dessa mobilidade.

Tentando perceber como avaliam, do ponto de vista subjectivo, a sua situação, em geral, e, em particular, o alojamento nos dois momentos considerados, surgem contradições. Com efeito, são sobretudo os retornados (52,8%) e os de imigração mais antiga (42,5%) (é coincidente a temporalidade nos dois casos em termos da saída de Cabo Verde e não da chegada a Portugal) que em maior número consideram que no seu país o alojamento era pior do que aquele em que actualmente habitam. Os que em maior número fazem uma avaliação positiva do alojamento no país de origem são os que passaram por outros países (63,2%) e os mais recentemente chegados de Cabo Verde (58,2%).

Quanto à avaliação mais geral relativamente à inserção em Portugal, a maioria dos inquiridos considera viver melhor actualmente (63%), embora mais de um quarto ache que vive pior. Apesar de as diferenças entre os grupos não serem estatisticamente significativas, não deixam de ser mais um indicador dos níveis de integração dos grupos.

Comparando os grupos directamente vindos de Cabo Verde, aqueles que há menos tempo estão em Portugal fazem, com maior incidência (27,8%) uma avaliação negativa da sua inserção (aliás, consensual com as piores condições em que vivem) comparando com aqueles que maior tempo de imigração têm (17,5%).

O grupo vindo das ex-colónias pós-74 (61,3%) faz uma avaliação positiva. O grupo com origem noutros países declara, em grande parte (13 em 36), que vive pior em Portugal que em Cabo Verde, enquanto 16 declaram que a sua situação melhorou após a emigração.

Interacção: espaços de conflito e de aproximação

O bairro, palco de interacções

A sociologia urbana fornece-nos reflexões importantes acerca das sociabilidades em espaços urbanos segregados, marcados pela permeabilidade de fronteiras entre o público e o privado, em oposição aos espaços urbanos centrais onde o anonimato e a distância afectiva marcam as relações de vizinhança. Taboada-Leonetti (1987) retoma estas questões na articulação que estabelece entre a coabitação pluriétnica e a questão imigrante.⁶ Destacamos, em particular, a contribuição da Escola de Chicago para o entendimento da segregação espacial e da própria estruturação do espaço associada à questão da imigração. Assim, concebe a cidade como uma produção viva, mutável, constituída pelos *apports* das camadas de população estrangeira, legitimando, de certa maneira, a presença e o papel dos migrantes na urbe. Afasta o postulado da patologia ou da disfunção social habitualmente ligadas a estas questões.

O bairro é gerador de práticas, trocas reais e simbólicas, é espaço, simultaneamente, de conflitos e de solidariedades, de proximidades e rejeições. Tanto reforça identidades como as dilui, consoante a intensidade e qualidade das trocas e os actores em presença.⁷ Daí a pertinência de se avaliar a concentração geográfica dos membros da mesma etnia para o entendimento das relações sociais que estabelecem entre si e com o "outro".

Dos que fizeram o percurso passando pelas outras ex-colónias, e chegados a Portugal no pós-25 de Abril, mais de seis em cada dez habitam em zonas em que a população portuguesa está em maioria, situação semelhante à dos que vieram dos outros países (64,1%).

Também com uma percentagem superior à média (50,2%), nas mesmas circunstâncias, encontram-se os de imigração mais antiga vindos directamente de Cabo Verde, que, de resto, se demarcam, em quase todas as

⁶ Veja-se também a contribuição do relatório ARIESE (1985) na abordagem da etnicidade e urbanidade.

⁷ Tal como referimos na introdução a este capítulo, a *networks analysis* é fundamental na abordagem das comunidades e vizinhanças. Autores como Wallman e Leighton (1979), Klövdahl (1977), Mitchell (1974), entre outros, valorizam aquela perspectiva.

dimensões analisadas, dos que vieram mais tarde. Destes, menos de metade habita entre uma maioria portuguesa, assim como os de origem são-tomense.

As interacções destes dois últimos grupos (os que passaram por São Tomé — grupo 2 — e os que vieram mais recentemente de Cabo Verde — grupo 4) fazem-se privilegiadamente com os vizinhos cabo-verdianos, cerca de sete em cada dez, e apenas dois em cada dez se relacionam da mesma maneira com vizinhos portugueses.

Curioso observar que é o grupo de imigração mais antiga e vindo directamente de Cabo Verde (grupo 1) que mais se dá com vizinhos portugueses (32,1%). Dada a grande proporção de indivíduos neste grupo alojados em habitações precárias, deduzimos que se trata dum grupo inserido em bairros degradados mais antigos, em que a presença da população portuguesa é bastante significativa, o que se diferencia dos bairros degradados relativamente mais recentes e quase exclusivamente de cabo-verdianos.

Se as interacções com a população portuguesa, ao nível do bairro, se fazem com maior regularidade, neste caso mais do que no dos retornados (21,6%), isso não tem a ver com uma integração mais bem conseguida, do primeiro grupo, mas com as próprias características dos bairros.

As diferenças de perfis sociais, porque estão também correlacionadas com o espaço habitacional, reflectem-se obviamente das relações de vizinhança que se estabelecem.

Relativamente ao grupo de indivíduos que habitam em espaços segregados, com forte incidência de moradores cabo-verdianos, verificámos, *grosso modo*, dois tipos de comportamento que têm a ver com duas realidades: ser-se mais velho traduz-se numa maior tolerância e convivalidade entre os vizinhos,

morar ou junto com branco ou junto com preto é igual. Se precisar de açúcar, vou buscar ao vizinho preto ou ao branco.

[Maria, comerciante]⁸

e a responsabilidade de educar filhos por quem assumiu a tarefa a seu cargo — a mulher — traduz-se numa atitude muito selectiva e crítica relativamente às escolhas dos vizinhos com quem conviver e simultaneamente num fechamento e até mesmo rejeição em relação ao bairro em geral:

As crianças cabo-verdianas são muito mal-educadas. Muitas querem é fazer filhos e soltá-los. Às vezes até tenho vergonha quando vejo o que os miúdos fazem.

[Marta, empregada de limpeza]

⁸ Trata-se de uma mulher idosa, que vive há muitos anos no bairro e que funciona como conselheira de todos. Tem um café, espaço social por excelência.

Gosto de ficar em minha casa. Preferia um outro bairro. Não gosto do ambiente por causa da educação das crianças. Os meus filhos são mal-educados por causa do ambiente.

[Fernanda, copeira]

Lá não convivia com crianças mal educadas. Os pais nem deixavam aproximar-se delas. Lá não via mulheres a discutir com os maridos na rua. Nem ouvia esses nomes na rua. (...) Lá as mulheres andam arranjadas. Cá bebem, os filhos estão sujos.

[Fátima, costureira]

Assim, a comparação com o "outro ideal" surge por vezes:

Em Portugal têm uma educação muito bonita, como na minha terra... Aqui?! (no bairro, com população cabo-verdiana) Deus me livre! Eles (cabo-verdianos) não têm educação. Aqui no bairro há muito poucas pessoas bem-educadas.

[Francisca, desempregada]

No entanto, relativamente aos vizinhos criteriosamente seleccionados, as relações são de fraternidade, alargando-se os espaços privados:

Não passo um dia sem ir a casa delas (vizinhas amigas). Preciso mesmo de ir. (...) Vai e entra e se precisa de alguma coisa tira e não pede.

[Sandra, empregada de limpeza]

Do grupo com mais recursos económicos e culturais, a tendência é para não cultivar sequer as relações de vizinhança (note-se que residem em bairros com predominância de portugueses):

As minhas relações são bom dia, boa tarde. Estão completamente fora da minha maneira de ser e de estar. A S... (esposa portuguesa) está muito cabo-verdianizada. (...) Nem em situação de crise recorreria aos vizinhos. Estava habituado a uma vizinhança aberta, sem portas fechadas, sem o vizinho a observar a mobília, a cama por fazer, etc.

[Pedro, engenheiro agrário]

Inquiridos acerca da qualidade das relações de vizinhança estabelecidas com membros da sociedade receptora, a entre ajuda tem maior significado para o grupo de imigração mais antiga (32,7%), assim como o convívio mais festivo (24,1%) e a troca de visitas (26,6%), quando comparado com os restantes grupos.

As relações mais claramente conflituosas são suportadas pelos imigrantes vindos directamente de Cabo Verde em períodos mais recentes. Este grupo tem-se revelado o caso mais exemplar de inserção segregada.

Relações privilegiadas

Alargando as interações para fora do bairro, são sobretudo os com passagem em São Tomé (47,2%), com origem em outros países (48,7%) e os de imigração mais recente vindos directamente de Cabo Verde (44,5%) que revelam maior fechamento face ao exterior, escolhendo preferencialmente os seus compatriotas na participação dos tempos de sociabilidade.

Os que passaram pelas ex-colónias, sobretudo os que vieram no pós-25 de Abril, escolhem a família como interlocutor privilegiado, o que nos parece aproximar-se mais dum padrão europeu de sociabilidade. É contudo significativa a baixa proporção dos que escolhem também os portugueses para ocupação dos tempos livres (apenas 6,1% da população inquirida o fazem), destacando-se o caso dos cabo-verdianos há mais tempo em Portugal (10,9%).

No entanto, a regularidade das práticas não corresponde necessariamente a avaliações positivas das interações que estabelecem. Com efeito, a avaliação da interacção com os portugueses em geral é francamente mais positiva no caso dos retornados (bom indicador de integração) e dos que passaram por São Tomé, e, pelo contrário, mais negativa no caso dos que mais recentemente vieram de Cabo Verde, o que converge para a ideia de uma pior integração deste grupo.

O estrato social mais elevado, a elite, apesar de estender as suas relações de sociabilidade aos portugueses, quase sempre colegas de trabalho, procura espaços de encontro com outros cabo-verdianos, revelando-se até mesmo como uma necessidade:

Eu sinto-me integrada, mas o meu lado de cabo-verdiana tem que ser estimulado, alimentado. Tenho que lhe dar resposta.
[Elsa, professora de liceu]

Desta forma justifica-se a criação de associações, espaços de encontro e de estimulação cultural:

Fiz parte da fundação da associação na tal ideia de que temos que estar juntos. Não é de aceitar que a gente só se encontre nas mortes (funerais)
[informador privilegiado]

Espaços de conflito

Ouvidos os actores, a realidade vivida e sentida emerge, mas não sem algumas contradições. Estas surgem sobretudo junto dos grupos enquadrados em estratos social e economicamente desfavorecidos não directamente por este facto, mas por se estarem a pronunciar sobre o "outro",

sobre o grupo dominante do qual o investigador faz parte. A disparidade, em termos de poder entre o investigador e o entrevistado é neste caso, agravada pelo incipiente capital cultural e intelectual daquele último (a insegurança aumenta na razão directa da falta de recursos intelectuais e escolares) e, pelo contrário, desagrava-se (embora não se anule) quando o entrevistado dispõe de um capital intelectual mais próximo (é uma aproximação muito relativa) do pesquisador. Assim, a discursividade dos indivíduos deverá ser enquadrada por estes parâmetros: etnia (fala-se sobre e para o "outro" etnicamente dominante), capital social, cultural e intelectual.

Tratam bem.
[Maria, comerciante]

É a primeira reacção, sobretudo se tivermos presente os factos anteriormente explicitados. Insistindo, denunciam-se situações de discriminação racial, cujo palco privilegiado é constituído pelos autocarros, espaço exíguo onde a aproximação física forçada resulta em ofensas, mais ou menos dirigidas. O "território do eu" é violado fazendo emergir situações de conflito, concreto ou simbólico, num espaço de poder assimétrico que regula as relações sociais. A acção desencadeia-se de acordo com a visibilidade social dos actores implicados, ou seja, os sinais externos (etnia, classe social ou outra qualquer pertença a uma minoria dominada) orientam a acção.

Giddens (1989) retoma a perspectiva interaccionista para analisar diferentes aspectos da vida quotidiana. O espaço apresenta-se como uma dimensão reguladora das interações quotidianas, variando os limites que devem demarcar os espaços pessoais consoante as culturas. Edwards Hall (1959) distingue quatro zonas de espaço privado, ordenadas por ordem crescente de espaço a interpor entre os actores sociais: a *distância íntima* (reservada a relações onde é permitido uma maior afectividade); a *distância pessoal* (a manter em encontros com amigos); a *distância social* (relativa a situações formais de interacção); e a *distância pública* (a colocar entre, por exemplo, um orador e o seu público). Quando o espaço real, o único possível dentro de certas circunstâncias (nomeadamente dentro de um autocarro a horas de grande afluxo), corresponde ao esperado para uma situação íntima (espaço muito estreito), embora os actores envolvidos se enquadrem numa situação dentro da qual se deveria manter uma distância social, então o conflito emerge:

9. Relacionando o corpo e as práticas de poder, Gubentif (1991) afirma "...tal como o corpo intervém pelos seus membros como instrumento de produção no processo de produção, o corpo intervém nas relações de forças como meio de aplicação da força, pondo em jogo os seus membros em relação com intenções e saberes", *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 9, 1991, p. 82.

No autocarro a gente não liga porque há muitos que não sabem o que falam. (...) Pretos, vai para a vossa terra.
[Maria, comerciante]

Nunca tive problemas. Costuma assistir a cenas mas não liga.
[Olivia, peixeira]

Às vezes há insultos nos autocarros, mas não era para mim (no entanto, acabou por envolver-se)
[Fernanda, copeira]

Eles (patrão e empregado) chamam a gente de "baltinho" (macaco).
[Francisca, desempregada]

Costuma ser ofendida no autocarro e no hospital. Olha, minha senhora, eu aqui estou sozinha mas não tenho medo.
[Angélica, costureira desempregada]

Se uns revelam uma atitude de indiferença (aparente) para conter o conflito, havendo mesmo quem se resigna e se sinta "obrigada a gostar dos portugueses":

(...) mas eu agora estou a ligar muito pouco.
[Angélica, costureira desempregada]

Às vezes no autocarro eles andam a dizer: Ah! Os pretos vão lá para a sua terra. Eu não sinto ofendida porque a nossa terra é debaixo do chão, vão para sepultura.
[Francisca, desempregada]

Nunca tive problemas, estamos em Portugal, temos que gostar dos portugueses.
[Paulo, cantoneiro]

outros há que respondem à agressão:

(...) os pretos andam aqui com abuso, invadiram este país, andam a ocupar o lugar dos outros...ela me chamou "choné" ... eu sabia que era macaco — e ela tinha um óculo e eu disse que ela tinha um olho de gorila.
[Angélica, costureira desempregada]

Contrariamente, o estrato social e economicamente mais favorecido (com grande representatividade do grupo 3 — retornados) declara não ter vivido situações de conflito com os portugueses.

As relações e interações que os indivíduos constroem prendem-se com o lugar que ocupam no espaço social. Este lugar é o resultado da combinação de diferentes capitais (económico, social, cultural e simbólico) de que são possuidores. Nessa medida, privilegiam-se determinadas aproximações — as que lhes conferem maior segurança e equilíbrio — e preterem-se outras. Desenvolvem-se solidariedades práticas entre os "seus" (diferentemente determinados) e criam-se tácticas de indiferença (entenda-se, de defesa) para com os "outros", que os ameaçam e desvalorizam. Como é referido, a propósito das situações de pobreza,¹⁰ por Almeida *et al.*:

Ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradição continuada não só nas condições materiais de vida, mas também nas dimensões culturais e nas relações interpessoais, entre grupos e com as instituições (1992: 83).

¹⁰ Remetemos a discussão acerca do conceito de pobreza para Almeida *et al.*, 1992, *Exclusão Social*, Celta, Oeiras, pp. 147. Sem querer aqui fazer substituir a categoria de imigrante cabo-verdeano enquadrado em estratos social e economicamente desfavorecidos, como neste capítulo o fizemos (representam-se, sobretudo, os grupos de imigrantes anteriormente definidos, 1, 2, 4), pela categoria de pobre, obviamente que a sobreposição entre elas é, arriscamos dizê-lo, quase total.

5 RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

A vida quotidiana é uma realidade interpretada pelos homens e subjectivamente dotada de sentido de modo a formar um mundo coerente.

Continuamente o indivíduo classifica e ordena os objectos para que possa organizar o tempo e espaço em que se move, encontrar referências possibilitadoras de acção e interacção, que constituem a sua vida quotidiana. A interacção é objectivada pela linguagem, por códigos linguísticos, que são ao mesmo tempo resultado do grupo a que pertence (os recursos) e da forma como é reconhecido pelo meio.

As referências que o indivíduo constrói, enquanto sujeito social, orientam o seu presente, sendo este o vector resultante de uma trajectória enquadrada por tempos e espaços específicos — tempo estruturado — ao mesmo tempo que é estruturante de um futuro mais ou menos próximo.

A realidade da vida quotidiana apresenta-se como um mundo intersubjectivo. As perspectivas dos outros, do mundo comum, não são idênticas às minhas. O meu "aqui" é o "lá" deles (Becker e Luckmann, 1973: 40).

É nesta dialéctica entre representação individual do mundo real e as construções simbólicas dos outros, as quais constituem a mesma realidade da vida quotidiana, que se desenham semelhanças e diferenças entre actores sociais, enfim, que se definem as diversas identidades.

O processo de categorização social¹ a partir do qual os indivíduos classificam e são classificados segundo critérios de diferenciação (em relação aos outros) e semelhança (entre si e os que têm as mesmas características ou atributos, ou seja, os do seu grupo) é concomitante com a construção das representações sociais. Estas constituem

¹ Segundo Tajfel, trata-se do processo de juntar objectos sociais ou acontecimentos em grupos que sejam equivalentes, relativamente a acções individuais, intenções e sistema de valores.

um conjunto articulado de categorias semânticas que fornece ao indivíduo um modelo descritivo, explicativo e justificativo de uma determinada estrutura de relações sociais (Marques, 1983).

Assim, a representação social passa a ter um carácter preditivo, já que quem apresentar determinadas características automaticamente pertencerá a um ou outro grupo. Encontram-se protótipos categoriais, ou seja, atributos mais representativos de uma categoria. Na terminologia weberiana, referimo-nos ao ideal-tipo.

Os processos de categorização e atribuição explicitados decorrem da percepção da descontinuidade do tecido social.

A categorização está muitas vezes relacionada com valores diferenciais (...). A interacção entre, por um lado, valores diferenciais derivados socialmente e, por outro, mecanismos cognitivos de categorização é particularmente importante em todas as divisões sociais entre o "nós" e o "eles" (Lajfel, 1978).

A representação social fornece aos indivíduos ou grupos a capacidade de, por um lado, *interpretar* a realidade — torná-la significativa para o indivíduo e grupo — e, por outro, de *agir* — orientar os comportamentos.

Contudo, as representações não são entidades externas aos indivíduos que se apropriam delas e os instrumentalizam. Aquelas constroem-se socialmente e são o resultado correlativo de identidades sociais, à que também não são alheias as próprias construções simbólicas (cf. Vala, 1972). Ou seja, *desenha-se uma circularidade entre representações e identidades, que tem como base de sustentação a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social*. A representação social é ao mesmo tempo causa e efeito de identidades sociais. Em relação ao estudo das representações sociais,

analiticamente duas perspectivas podem ser adoptadas: uma que acentua as virtualidades de uma compreensão das representações sociais a partir da inserção dos indivíduos na estrutura social e outra que associa as representações aos fenómenos de constituição simbólica dos grupos sociais e de identificação com esses grupos (Vala, 1972).

Importa ainda destacar dois níveis de análise no que se refere à construção das identidades e representações: aquele que distingue o "eu" do "nós", ou seja, a afirmação da singularidade dentro de um grupo homogéneo (nível intragrupal) e o outro nível, que distingue o "nós" do "eles", patamar onde se geram e reproduzem as diferenças entre grupos, ao mesmo tempo que se reforçam as semelhanças entre os membros do mesmo grupo (nível intergrupala).

Sendo a imigração o objecto mobilizador da presente pesquisa, aquela surge como um campo experimental privilegiado no qual se expressam e

projectam os instrumentos conceptuais agora em jogo. A assimetria das relações sociais que caracteriza o quadro onde se movem os imigrantes inseridos em determinada sociedade tem *efeitos objectivos* que se traduzem nas práticas discriminatórias e de exclusão, assim como *efeitos subjectivos* traduzíveis nas representações sociais que ambas as partes constroem nos processos interactivos. Contudo, não se trata aqui de dar conta das representações mútuas da maioria da sociedade receptora e da minoria étnica, mas sim das *imagens que a minoria possui de si própria, obviamente no contexto de dominação, e ainda das representações que os membros da minoria individualmente fazem de si*. A interpretação desta construção deverá ter em conta a pertença a classes sociais diferenciadas, que recortam a minoria étnica.

A minoria étnica ou grupo minoritário é aqui configurado de acordo com a acepção de Giddens (1989) ao estabelecer algumas condições / características definitórias: (i) os seus membros encontram-se em desvantagem em relação à maioria (traduzida na limitação de direitos e oportunidades), como resultado de discriminação; (ii) os membros do grupo partilham de um sentido colectivista — sentido de *peoplehood* — expresso nas mais diversas formas de solidariedade; (iii) os grupos minoritários estão física e socialmente isolados (tendência para a concentração geográfica e exclusão em termos de participação social).

Em suma, dois eixos interpretativos ajudarão na compreensão das representações construídas: de um lado, as diferenças étnicas (representação dos cabo-verdianos em relação aos portugueses), do outro, as diferenças socioeconómicas (representação de si, membros do grupo, com perfis socioeconómicos heterogéneos).

Se não é fácil acordar num quadro conceptual que situe a questão das identidades e representações sem que se caia em ambiguidades e terrenos movediços, não menos difícil se torna, primeiro, a sua operacionalização, e depois, por parte dos actores, a verbalização de dimensões tão simbólicas quanto interiores, como, por exemplo, "o que é ser cabo-verdiano?". Evidentemente que esta dificuldade acresce na razão inversa dos recursos intelectuais dos actores: dos discursos ricos em metáforas às sequências verbais curtas e pobres, coladas à realidade, não menos pobre, de tudo obtivemos. A dificuldade retornava então para o investigador. Era a arte de fazer falar que estava em jogo. Depois, então, já não a arte de interpretar (porque de arte não se trata), mas a postura da distanciação e objectividade que se requer quando se analisam discursos carregados de afectividades, emoções, ambiguidades, contradições que de um discurso biográfico necessariamente fazem parte.

Com vista à análise do problema da reconstrução das identidades, neste capítulo, uma primeira parte tentará identificar vectores de coesão, prática ou simbólica, que permitam reconstituir a identidade étnica, no novo contexto cultural, dos cabo-verdianos residentes em Portugal. Esta é assumida diferentemente pelos grupos empíricos que identificámos no capítulo IV.

Identificados os traços específicos distintivos em relação à comunidade receptora, numa segunda parte pretendemos mostrar a que níveis se processa a identificação com os grupos (referimo-nos não só ao grupo étnico mas também a outros, nomeadamente a classe social) e qual a importância que as diferentes identificações têm para os indivíduos.

Finalmente, uma terceira parte desdobrar-se-á em duas partes: a primeira refere-se às imagens que os indivíduos fazem de si próprios através de uma auto definição; a segunda concerne às imagens que constroem do *ingroup* (grupo étnico) e do *outgroup* (portugueses) por via de um processo de atribuição. As imagens, desta forma operacionalizadas, decorrem teoricamente da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social, pelo que, num e noutro momento (definição da auto-representação e representação do *ingroup* e *outgroup*), a relação entre aqueles dois termos (imagens/posição ocupada na estrutura social) constituirá o centro nodal da análise. Contudo, num segundo momento analítico, pareceu-nos teórica e metodologicamente pertinente autonomizar a *estrutura das imagens* (quer individuais quer relativas aos dois grupos de referência), tentando ilustrá-la com as posições estruturais e trajectórias dos indivíduos.

Realizadas as análises, pretendeu-se destacar (i) *situações exemplares*, (ii) *diferenças* entre grupos de indivíduos que se constituem por ocuparem posições estruturais próximas e/ou trajectórias migratórias semelhantes e, (iii) *semelhanças* intra grupais. O nosso objectivo é o de evidenciar casos típicos (em torno das imagens), exemplares, ou meramente destacáveis, sem que ilustrem grupos predefinidos, e não o de descrever minuciosamente as características (neste caso, imagens) dos grupos.²

2. Considerámos como variáveis dependentes as auto-imagens, operacionalizadas através de três conjuntos de indicadores.

[A] Imagens de si próprio. [A.1] Descrição de si próprio ("Suponha que tem de se apresentar a alguém que está longe e que quer saber quem você é. Se só o pudesse fazer apenas em três palavras ou expressões, quais escolheria?"). [A.2] O "eu" prospectivo ("O que gostava de ter sido e não foi?"). [A.3] A possibilidade de ser rico ("Se lhe saísse o Totoloto, que faria acima de tudo?"): trata-se de um indicador indirecto que, no entanto, permite, pelos elementos simbólicos envolvidos no plano das expectativas, identificar a posição subjectiva que o inquirido ocupa na estrutura social.

[B] Imagens do *ingroup* ("Pensando agora na maneira de ser dos cabo verdianos, por favor indique três palavras que na sua opinião caracterizem os cabo-verdianos").

[C] Imagens do *outgroup* ("Indique três palavras que caracterizem os Portugueses em geral").

As variáveis independentes, relativas à posição ocupada na estrutura social e às trajectórias, foram operacionalizadas através da construção de três tipos de indicadores:

- variáveis individuais de base: sexo, idade;
- variáveis de trajectória migratória: naturalidade, período de partida de Cabo Verde, período de chegada a Portugal, percurso geográfico;
- variáveis de inserção na estrutura social: escolaridade, condição perante o trabalho, grupo socioprofissional.

Vectores de análise

Diversas perspectivas podem ser adoptadas no estudo das identidades, divergentes não só quanto à unidade de análise (individual ou grupal/colectiva) mas, também quanto à abordagem, enformada por diferentes áreas disciplinares. Dentro da mesma área disciplinar, o leque de opções, em termos do objecto teórico, é igualmente vasto.

Centrado o interesse desta pesquisa nas identidades colectivas, a importância de definir campos analíticos é tanto maior quanto a multiplicidade de referências que os indivíduos têm, consoante as situações sociais em que se encontram e os papéis que aí desempenham. As identificações podem organizar-se segundo diversos referentes, como por exemplo, a religião, etnia, classe social, género (feminino ou masculino), partido político, etc.

Assim, considerámos dois vectores que organizam a apreensão do actual objecto teórico: (i) um conjunto de factores institucionais que marcam a *distintividade étnica* em relação à sociedade receptora, ao mesmo tempo que perpetuam a herança que a história lhes deixou (a sua cultura, ou seja, procuram-se os contornos da identidade étnica); (ii) enquanto o segundo vector assenta na identificação das *identidades sociais* estruturadas a partir de dois eixos, a etnia e classe social.

Reconstituir uma identidade étnica impõe que se proceda, antes de mais, a algumas precisões conceptuais, como seja, a definição de etnia. Sem querer enveredar pela discussão que anima os teóricos da sociologia das relações étnicas e ráticas acerca das fronteiras teóricas entre raça e etnia (pois levar-nos-ia a proceder a outro centramento teórico da pesquisa), importa, contudo, fazer algumas considerações a esse propósito. Assim, salientamos a abordagem de Van der Berghe, que entende as raças como grupos humanos que se autodefinem, ou são definidos por outros grupos, como diferentes em virtude de características físicas inatas e imutáveis, perspectiva que ainda hoje é adoptada por diversos teóricos. Enquanto a raça parece marcar fatalmente o destino dos indivíduos, já o termo de etnia significa o apego a uma cultura de origem relativamente à qual os indivíduos têm algum poder de escolha. É o carácter irreversível da raça que marca a distância conceptual da etnia. Contudo, Wallman considera que epistemologicamente os termos têm semelhanças:

em ambos os casos o que é decisivo é a percepção de escolha ou imutabilidade de quem classifica; as diferenças observadas e a forma como são interpretadas dizem mais acerca do classificador do que do classificado (Wallman, *in* Rex, 1986: 229).

A corroborar este posicionamento, Rex argumenta que mais importante que as características, físicas ou outras, que possam definir os grupos, é a atribui-

ção dessas características e comportamentos aos grupos pelos outros, sendo importante o contexto que dá origem a essas atribuições (cf. Rex, 1987).

Tendo presente a comunidade imigrante a que esta pesquisa se refere, a distinção não nos parece fundamental, já que etnia e raça se fundem sem que seja possível fazer-se uma distinção analítica entre os termos. A questão surge tanto mais agravada se pensarmos que os indivíduos cabo-verdianos não são marcados pela cor da pele (sinal explícito da raça) da mesma maneira: da tez escura dos originários de Santiago à pele claríssima dos bravenses, há toda uma paleta que inviabiliza, ou torna menos importante, a distinção teórica entre raça e etnia. Assim, o conceito de etnia mostra-se mais adequado e pertinente porque menos redutor.

Da teoria produzida acerca da etnicidade fica a certeza da fluidez e ambiguidade deste campo conceptual, que abarca posições que vão desde considerar que a etnicidade existe na medida em que se queira que exista até posições estruturalistas que inserem a questão dentro da luta de classes, assente na inequidade e desigualdade da posse de bens de produção.

Cashmore (1988) situa a etnicidade no quadro da privação relativa, definindo grupo étnico como um grupo autoconsciente de pessoas relacionadas pela partilha de experiências. Normalmente uma dessas experiências é a de privação. A sua abordagem reforça este último aspecto, o da privação, o da marginalidade do grupo em relação à sociedade: "Grupo étnico sustenta-se como resposta criativa de um conjunto de pessoas que se sente de alguma forma marginal à sociedade" (Cashmore, 1988: 98). O autor defende a ideia de que a etnia não tem necessariamente um sentido objectivo: "O fundamental da etnicidade é que ela é real na medida em que as pessoas o queiram" (Cashmore, 1988: 100). Mais, não é definitivo, já que pode ir enfraquecendo com o evoluir das gerações. Este carácter efémero já o tínhamos encontrado em Rex quando afirmou que à medida que o indivíduo sobe na escala social, vai-se tornando menos étnico.

Da perspectiva subjectivista de Cashmore retemos, por um lado, o sentido da partilha por um grupo de indivíduos de algo comum, uma história, uma cultura que é sentida diferentemente pelos seus protagonistas, e, por outro, fixamos a ideia de reacção associada à etnicidade. Ou seja, a etnicidade resulta de uma atitude reactiva ao exterior, estranho, diferente ou, mais do que isso, ameaçador. Esta reacção reforça os sinais distintivos do grupo étnico, que se prendem, no caso da presente pesquisa, com uma origem comum e consequentemente com uma cultura específica.

A nacionalidade expressa, real e simbolicamente, a presença de um passado (os destinos diversos não apagam a mesma origem) e a cultura, manifestada através da língua (factor de coesão de um povo, por excelência) e de práticas culturais específicas, tornam o grupo étnico singular, único e saliente. Sem querer entrar na vastidão de concepções acerca da cultura, entendemo-la aqui como uma herança social do homem das maneiras de agir,

fazer e sentir que passaram de geração em geração.

Yinger sintetiza de forma clara as dimensões componentes do conceito de etnia. Esta existe a partir do momento em que se verificam três condições:

- (i) um segmento significativo da sociedade é visto como diferente a partir de combinações de algumas características — língua, religião, raça e origem — com as quais se relaciona determinada cultura; (ii) os seus membros percebem-se a si próprios daquela mesma forma; (iii) os membros participam e partilham actividades construídas à volta da sua (real ou mítica) origem e cultura comum (Yinger in Rex e Mason, 1986: 22).

Para Gordon (19), o grupo étnico resulta de uma relação específica que se estabelece entre estrutura social e cultura, perspectiva que nos parece particularmente interessante, pois, não contrariando a posição assumida anteriormente (a etnicidade é uma partilha de algo comum e é também uma reacção ao exterior), introduz uma outra dimensão nuclear para esta pesquisa: a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social. Ou seja, a cultura, tal como a entendemos e reportando-nos ao objecto empírico da pesquisa, é diferentemente apropriada e vivida pelos indivíduos (sem que isso ponha em causa a identidade étnica), consoante a sua distribuição na hierarquia social.

Em suma, o primeiro vector assenta na reconstituição da identidade étnica dos cabo-verdianos residentes em Portugal, que resulta da partilha de uma cultura histórica comum, distinta da sociedade receptora, cultura vivida e reinterpretada de forma específica de acordo com as trajectórias sociais dos indivíduos.

O segundo vector de análise parte da verificação das identificações múltiplas a que um indivíduo procede de acordo com as situações sociais em que se encontra. Já Merton (1968) se interrogava:

Em que circunstâncias os membros do grupo a que se pertence são tomados como estrutura de referência para a auto-avaliação e a formação de atitude, e sob quais condições os membros de outro grupo fornecem a estrutura de referência significativa?

e ainda,

quais as circunstâncias que predispoem a escolha de elementos do mesmo grupo ou situação como pontos de referência significantes? (Merton, 1968: 318)

Mead, precursor importante na história da teoria do grupo de referência, estabeleceu a hipótese de que são os grupos aos quais pertence o indivíduo,

como membro, que proporcionam referências significativas para a auto-avaliação. Coloca-se a questão da multiplicidade de grupos aos quais um mesmo indivíduo pertence. Importa então estudar a selecção que é feita em determinados momentos em que se toma por referência um ou outro grupo. É a situação social que dita as opções dos indivíduos, fazendo com que se multipliquem as identificações e se assumam diferentes papéis, prescritos pelos "outros significativos".

Como diz Kluckhohn, "cada homem é semelhante a todos os homens, semelhante a alguns, semelhante a nenhum outro" (citado por Abou, 1981: 30). O indivíduo é portador de diferentes identidades, individual, de classe, nacional, étnica, etc., que faz acionar mediante contextos distintos, valorizando umas e relegando outras. É a semelhança que os indivíduos têm com alguns outros (como diz a citação) que constitui interesse nesta pesquisa, sendo que essas semelhanças se podem estruturar segundo dois critérios: o da classe social e o da etnia.

Heranças culturais na construção da identidade étnica

Identidade étnica não significa homogeneidade cultural total, tal como se verificava nas sociedades primitivas, significa antes a consciência que anima um grupo que, na sua perspectiva e na dos outros, possui uma identidade distinta, enraizada em uma História e origem comuns. Esta consciência alicerça-se em dimensões objectivas, como a língua, religião, raça e traços culturais comuns (Abou, 1981).

Contudo, não basta recensar as características objectivas que tornam um grupo distinto quando em confronto com culturas diferentes para se falar em identidade étnica. Torna-se necessário que a partilha daquelas práticas dê lugar à consciência e reivindicação colectiva da distintividade.

(...) os dados objectivos só adquirem sentido no âmbito da consciência colectiva que, em nome de uma história e origem comuns, reais ou presumidas, organiza a sua apropriação e interpretação enquanto componentes da identidade étnica (Abou, 1981: 33).

A produção empírica que se vem fazendo em torno deste objecto teórico tem privilegiado, sobretudo, três factores fundamentais estruturadores da identidade étnica: a raça, a religião e a língua. O facto prende-se com o interesse científico pelos imigrantes que, um pouco por todo o mundo, contribuem para a *reformulação e actualização* não só das relações sociais, como das culturas e do imaginário colectivo das sociedades de destino e de origem. Recorde-se

a quantidade de países não só de imigração (França, Alemanha, Holanda, etc.) mas pluriétnicos (Índia, China, ex-União Soviética, muitos países africanos, etc.), onde se confrontam e actualizam culturas.

Não obstante a relativa permeabilidade das culturas que ao longo de décadas coexistem num mesmo espaço nacional, acabam por funcionar como elo entre os membros de um grupo étnico. A *língua* opera de forma mais imediata como factor de coesão simbólica dentro do grupo, assim como fornece a estabilidade necessária a indivíduos que estão num espaço estranho onde encontram outros pares (conterrâneos) aos quais se agregam ou aproximam. Ao mesmo tempo, a língua actua como factor de distintividade, uma vez que estabelece a fronteira entre os que falam a língua-mãe e os que a desconhecem.

Obviamente que o património cultural de um grupo étnico alarga-se a outro tipo de práticas que vão desde a gastronomia a rituais profanos ou religiosos, passando pela música, literatura, dança, etc. São exactamente estas expressões culturais que, transportadas para o espaço de imigração, facilitam e reforçam a singularidade do grupo, dando corpo à identidade étnica através da consciencialização da partilha de uma cultura distinta.

A representação da nacionalidade

O processo migratório gera necessariamente referências múltiplas, por vezes contraditórias, entre o país de origem e o de acolhimento. Jogando em dois tabuleiros, o imigrante debate-se com a rearticulação, prática e simbólica, de várias identidades e experiências. Pretendemos agora equacionar a forma como os imigrantes cabo-verdianos integram a questão da nacionalidade (Guerra; Saint-Maurice, 1992).

Independentemente da nacionalidade de facto, 92% dos inquiridos sentem-se cabo-verdianos, apesar de só 72% o serem na realidade. A descoincidência está na indiferença e minorização dos laços legais por parte dos actores. De facto, para alguns a razão prática e instrumental que levou a manter ou adquirir a nacionalidade portuguesa em nada perturba a identificação com o país de origem. Numa relação instrumental levada ao extremo, a sobrevivência e luta diária não coloca numa dimensão importante a legalidade da referência aos países (Guerra; Saint-Maurice, 1992).

Retomando os grupos de imigrantes que temos vindo a diferenciar, a este nível as distinções tendem a esbater-se. No entanto, estatisticamente esperavam-se³ mais imigrantes vindos das ex-colónias que declarassem sen-

3 Trata-se de um valor esperado, estatisticamente falando. Quer dizer, se houvesse independência entre os atributos, seria de esperar um x número de indivíduos em determinada célula da tabela de contingência.

tir-se cabo-verdianos independentemente da sua nacionalidade, o que aponta (embora, como se disse, os desvios não sejam muito significativos) para uma maior permeabilidade deste grupo em relação à sociedade receptora. É sobretudo dentro deste grupo que a opção pela nacionalidade portuguesa se prende com razões de ordem histórico-política:

Nasci português e evidentemente tinha que continuar português...
[Alberto, funcionário público]⁴

Para outros, as duas nacionalidades harmonizam-se e as fronteiras deixam de ter significado:

Não, eu sinto-me as duas coisas, sem distinção absolutamente nenhuma, não deixo de ser nem uma nem outra e vivendo intensamente e profundamente as duas coisas.
[António, funcionário público]

Sinto um bocadinho de cada (portuguesa e cabo-verdiana). Sinto cabo-verdiana na minha maneira de ser, na minha cor, no falar. (...) Eu gosto de ser como sou.
[Angélica, costureira]

Neste processo de identificação surge, sobretudo dentro dos grupos inseridos em níveis socioeconómicos baixos, por vezes com firmeza, a demarcação face à sociedade receptora, reafirmado-se assim os limites do grupo dentro dos quais fazem questão de manter-se:

Queria nascer como nasci. Os portugueses pensam que vocês (portugueses) são melhores.
[Sandra, empregada de limpeza]

Eu sinto cabo-verdiana porque eu nasci lá, foi criado lá, a família foi criado lá.
[Olívia, peixeira]

À questão da nacionalidade surge associada a questão da raça ou cor da pele (no pensamento dos inquiridos), ou seja, à dicotomia português/cabo-verdiano faz-se sobrepor a dicotomia racial branco/preto:

Eu gosto de ser cabo-verdiano mas da ilha de Santiago não gosto. Gosto da minha terra (Brava). Lá as pessoas assim de cor, são da Praia, de São Tomé, desses sítios. Na Brava as pessoas são branquinhas. Eu sou pretinha mas tenho uma irmã que

⁴ Extracto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa levada a cabo pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1986, na qual tomámos parte.

é branquinha. O meu pai é preto. Gosto desta cor que Deus me deu.
[Francisca, desempregada]

A cor é um factor presente no reconhecimento da pertença ao grupo dos cabo-verdianos. Mais do que isso, funciona com aproximação aos que também são da mesma cor, independentemente de serem cabo-verdianos, dando a segurança que sempre se procura num espaço estranho.

Contudo, os indivíduos com nível cultural superior não dão a mesma importância à cor da pele, já que dispõem de outros recursos que lhes conferem segurança, ou seja, a segurança de classe sobrepõe-se à insegurança de etnia ou raça:

Tenho um *handicap*: sou branca e loira. A questão da pele não tem importância. A primeira vez que me dei conta que era branca foi quando vim para Portugal quando eu, um dia, estava com um preto e alguém disse: eh! Preto!...
[Elsa, professora de liceu]

Ainda mais esclarecedor é a declaração de outro entrevistado, cujo sentido foi também detectado noutras entrevistas:

Em Cabo Verde o preto pode ser branco. Desde o momento que tenha um estrato social baixo é preto, mas se tiver um estrato social alto já é branco.
[Informador privilegiado]

A cor da pele deixa de ser uma questão de raça para ser um problema de estatuto social. Esta verificação empírica remete para o debate raça/classe social a que se assiste dentro do quadro da sociologia das relações étnicas e ráticas. Se autores há que defendem a necessidade de criar uma teoria específica que dê conta dos fenómenos da estratificação e conflito racial e étnico, outros contrariam esta perspectiva afirmando que as relações étnicas e ráticas devem ser concebidas como instâncias particulares de processos mais gerais de formação de grupos ou de estruturação de identidades. Contudo, é uma discussão que não pode ignorar as diferentes sociedades a que se reportam as produções teóricas: das sociedades pluriétnicas (como por exemplo, os Estados Unidos) às sociedades multiculturalistas (Grã-Bretanha), as especificidades multiplicam-se (donde resultam segmentações sociais particulares), impondo diferentes conceptualizações e posturas teóricas.

Acerca da classificação racial, Banton propõe a distinção entre *folk concepts* e *analytical concepts*. Os primeiros operam ao nível do senso comum sem qualquer validade científica (foram utilizados nomeadamente no recenseamento da população em Inglaterra, originando grandes resistências por parte dos estrangeiros em classificarem-se segundo a fórmula proposta). A escolha dos critérios que devem orientar a classificação, ou seja, a definição

das fronteiras dos grupos, torna-se uma questão basilar. Ao longo do tempo as *folk classifications* vão se alterando. Recorde-se, por exemplo, o movimento afro-americano que nos anos 60 reivindicava a abolição do termo *coloured* em favor da designação de *black*.

Situando a discussão a um outro nível, a classificação dos indivíduos segundo a raça ou cor da pele só assume significado na medida da situação social que a gera. Por exemplo, se determinado serviço público (transportes, ou serviço de limpeza, por exemplo) for desempenhado por indivíduo de cor, esta não se torna saliente para os outros indivíduos, mas já o seria numa relação de maior proximidade (forçada), como seja, a inclusão na família de um indivíduo negro, por exemplo.

Não é só a proximidade relacional que confere significado à cor da pele, mas também o estatuto social que tanto reforça como dilui aquela característica fenotípica, como empiricamente observámos.

Língua

Se é verdade que a língua é um elemento, entre outros, da cultura de um povo, também é verdade que engloba os restantes, os veícula e os simboliza (Abou, 1986). Como tal, apresenta-se como o factor de coesão, por excelência, de um grupo que em situação de minoria partilha do mesmo código linguístico. Este funciona simultaneamente como factor de reconhecimento da pertença a um mesmo grupo, logo homogeneiza, e como veículo de comunicação entre os membros do mesmo grupo, conferindo alguma segurança (fornecida pelo grupo) num espaço culturalmente diferente.

A língua está para além das clivagens sociais que atravessam o grupo étnico, o que não ocorre em relação aos outros aspectos culturais que singularizam o grupo. Referimo-nos a práticas tradicionais (nomeadamente rituais) com mais ou menos seguidores consoante o maior ou menor volume de capital social de que os indivíduos são portadores, conforme as trajectórias e meio de socialização.

No contexto da pesquisa, interessava-nos (i) dar conta do modo como é apropriada a língua de origem e do valor simbólico que os cabo-verdianos lhe atribuem, (ii) averiguar da competência linguística em relação à língua da sociedade receptora (dado que esta pode funcionar como aferidora da utilização dada à língua de origem) e, (iii), conhecer as condições sociais da produção do discurso — reflexo de estratégias de integração diferenciadas.

Menos de três em cada 100 cabo-verdianos pensam que algum dia deixarão de falar a sua língua mas esta faz parte do património que muito estimam e querem preservar. Contudo, a sua apropriação é feita de forma diferenciada pelos grupos empíricos, estando a sua utilização assente mais em razões de ordem instrumental do que estratégica no sentido em que falam

mais para serem entendidos pelos outros membros da sua etnia e menos para não serem entendidos pelo "outro" (pelos portugueses). De facto, falar crioulo visa a comunicação e não a exclusão.

Contudo, há espaços e interlocutores privilegiados, mas também a preocupação de uma integração funcional orientadora das suas opções. Assim, é frequente falar-se crioulo com o cônjuge e filhos mais velhos, mas relativamente aos mais novos existe a preocupação de facilitar a sua integração na escola e minorar os efeitos da segregação de que é alvo uma comunidade imigrante, étnica e racialmente diferente. Deste modo, é mais frequente falar-se com o cônjuge em português entre os imigrantes cabo-verdianos que passaram pelas ex-colónias (37%) — recorde-se de que se trata de uma população de nível sociocultural mais elevado — do que entre os que vieram de São Tomé e de Cabo Verde mais recentemente (11%-12%), que de resto têm perfis muito semelhantes. Estes são sem dúvida os grupos com uma integração mais difícil. Comparando os dois grupos com origem directa em Cabo Verde, mais uma vez se aponta para uma melhor integração daqueles que há mais anos estão em Portugal (21,2% falam português com o cônjuge) relativamente aos de imigração mais recente (apenas 12,4% naquela situação).

Esta configuração reproduz-se quando se pronunciam acerca das línguas que os filhos deveriam falar e com que prioridade. Cerca de 57% dos "retornados" defendem que deveriam aprender primeiro a língua portuguesa, contra 44-45% dos que vieram de Cabo Verde e cerca de 33% dos de São Tomé e de outros países. De facto, os "retornados" parecem mais permeáveis a um processo de assimilação (o que não quer dizer que sejam assimilados), ideia que se reforça quando se observa que 36,3% declaram que os filhos não deveriam sequer aprender o crioulo, proporção nunca atingida, nem em metade, pelos outros grupos.

Mas quais as razões que os indivíduos sustentam para as diferentes estratégias?

Acho que os filhos devem falar um pouco de cada. Se for à minha terra, é importante saberem o crioulo.

[Fernanda, copeira]

Repare-se que desta declaração se percebe, por um lado, a valorização da língua portuguesa (emerge a necessidade de integração e de minorar a probabilidade de insucesso escolar) e, por outro, a necessidade de manter as raízes culturais.

Por vezes, a vontade de integração é a mais forte das razões:

Falo português com o mais novo para ver se ele aprende. Todos falam português com ele. (...) O mais novo não percebe o crioulo. Não tenho pena que ele não fale

o crioulo. Até queria que só falasse português.
[Marta, empregada de limpeza]

A assimetria marca algumas situações, acontecendo, não poucas vezes, que os pais falem em crioulo com os filhos e estes respondam em português.

O grupo com nível cultural mais elevado, por dominar muito bem o português, utiliza estratégias diferentes. Muitas vezes, falar o crioulo é puro saudosismo. Fala-se crioulo em casa com o cônjuge, mesmo quando este é português, tendo acabado por aprender o crioulo. Os filhos ou sabem falar mas recusam fazê-lo, ou nem sequer percebem o crioulo. Embora dominando bem a língua portuguesa, há quem nos afirme:

Falo português a traduzir. Falo e penso em crioulo.
[José, engenheiro]

Não obstante o uso e a importância conferida à sua língua-mãe, quando questionados acerca da possibilidade de o crioulo se tornar a língua oficial do seu país, *quase* que unanimemente, tal facto é considerado absurdo. Enquanto uns dão justificações mais elaboradas e técnicas,

O crioulo não é uma língua estruturada, com gramática. Isso iria criar problemas muito graves. É um nacionalismo exacerbado.
[José, engenheiro]

A língua oficial tem que ser a portuguesa por razões internacionais, pela grande comunidade lusa, não há razões para fugir ao português.
[Elsa, professora]

outros apresentam razões mais pragmáticas e próximas:

Não sei escrever nem ler em crioulo.
[Angélica, costureira]

Contudo, é dentro o grupo com recursos inferiores que, com maior frequência, se defende o crioulo como a língua que deveria ser adoptada oficialmente, apontando razões muito óbvias:

Nós não somos portugueses.
[Sandra, empregada de limpeza]

O crioulo, porque é a nossa língua.
[Paulo, cantoneiro]

Mas há quem não arrisque falar português com os filhos, por mal o dominar:

(...) para falar português com os filhos mal feito, não falo.
[Sandra, empregada de limpeza]

Em suma, a língua crioula é quotidianamente utilizada pela maioria dos cabo-verdianos quer por razões essencialmente pragmáticas (no caso dos indivíduos com menor capital escolar), quer pela afirmação de uma identidade cultural específica (indivíduos com elevado capital social). Contudo, são sobretudo estes últimos que defendem a manutenção do português como língua oficial de Cabo Verde sobretudo pelo reconhecimento internacional que daí advém.

Regresso e ligação à terra-mãe

Entre o país de origem e o de acolhimento estabelece-se um espaço que pode ser, para uns, de comunicação e, para outros, (Almeida, 1976).

Do modo de vida, poucos têm saudades. Aquele significa dificuldades, desemprego e fome. Recordar-se com muita saudade a família que a emigração desestruturou e deseja-se o clima que a distância sempre melhora. É grande o consenso quando se ordenam, por grau de importância, aspectos do passado em Cabo Verde (família, amigos, modo de vida, clima e paisagem), mas menos consensual é a força com que cada um é valorizado.

No geral, são os que passaram pelas ex-colónias que menos estão ligados à sua terra de origem. Se 69% dos "retornados", por exemplo, sentem muitas saudades da família (valor que é muito superior nos grupos de origem directa em Cabo Verde), também é verdade que cerca de 8% não sentem qualquer tipo de falta da família, o que não acontece de modo algum nos grupos citados. Situação idêntica, ainda mais agravada, se observa quando se toma por referentes os amigos, o modo de vida e a paisagem. Os que revelam maior apego à terra-mãe são os que mais recentemente chegaram de Cabo Verde. O passado está ainda muito presente, sendo isso revelador de uma não integração no espaço de imigração.

Corresponderá este (des)apego à imagem de um passado memorizado ou de um presente agora imaginado à distância? Como se interpreta a actualidade do país de origem? O que prevalece, as ligações afectivas ao espaço onde ficou enterrado o umbigo ou a imagem dada por um quadro político e institucional novo com o qual se identificam uns e que é rejeitado por outros?

Fazer a avaliação de um país, que por acaso é o seu, após mudanças políticas radicais, consequência de um processo de independência política em que o país colonizador é o país de imigração onde está actualmente

inserido, levanta alguns problemas quer na produção da informação, quer na interpretação da mesma. A dar corpo a esta preocupação, observe-se, por exemplo, os 51,4% do grupo mais informado / escolarizado ("retornados"), que declara não saber fazê-la quando a média para o conjunto é de 22,3%. Não saberão ou estará implícita uma avaliação negativa, mas cautelosa?

Em resposta ao repto lançado acerca da actual situação (em termos gerais) de Cabo Verde, são os que mais recentemente vieram de Cabo Verde e os que passaram por outros países (67,5% e 68,4%, respectivamente) que consideram que o seu país melhorou. Os "retornados" repartem-se entre uma avaliação positiva (45,9%) e a abstenção, como referimos.

Tentar inferir da ligação simbólica dos imigrantes às suas origens através de um estímulo concreto, embora imaginado, mostrou-se deveras útil. "Se sáisse o Totoloto o que faria?" permitiu testar as prioridades dos indivíduos. Destaca-se alguma vontade de regresso (37%) ou de simples visita (28%) ao seu país. A compra de casa em Cabo Verde (26%), se não é indicador da vontade de regresso definitivo, é pelo menos indiciador da presença da terra-mãe no imaginário.

Os que mais ambicionam voltar à sua terra são os de imigração recente, os menos integrados, os que ainda têm muito presente o seu passado. Pelo contrário, aqueles há mais tempo radicados em Portugal iriam a Cabo Verde "matar saudades". Apesar de a sua ligação à terra-mãe ser forte é, contudo, condicionada pela imagem de um passado (mais recuado) difícil e por uma série de aquisições alcançadas em Portugal. Houve também quem referisse o investimento económico em terras de Cabo Verde, sobretudo os migrantes mais antigos vindos directamente daquele país (20%), mais do que os mais recentes (15%) e os de outros países (17%).

Como vimos, a ideia de regresso está presente, ideia essa que balança entre o sonho e a realidade, em que "o presente e o futuro parecem não se harmonizar" (Guerra e Saint-Maurice, 1989). Entre o desejo e a possibilidade, os actores manifestam-se. O factor tempo de imigração, entre outros, parece contar contra o regresso. Quem mais deseja partir são os recentemente chegados de Cabo Verde (75,8%) e os que passaram por outros países (76,3%). Mas dos que há mais tempo vieram daquele país são ainda 66,7% os que desejam regressar, ou seja, menos 10% do que os primeiros. Aqueles valores descem quando se referem aos migrantes com passagem pelas ex-colónias ("retornados", 54%). Os que vieram de São Tomé balancam entre os dois grupos.

Entre o desejo e a possibilidade entrevê-se a esperança do regresso, ou seja, se dentre os de imigração mais antiga em Portugal 66,7% gostariam de regressar ao seu país, apenas 3,4% não acham isso possível.

Voltava se tivesse emprego. Acrescenta ainda (...) não é impossível, porque toda a gente gosta da sua terra natal. Nós estamos emigrados por causa da seca (e não

por não gostar da terra de origem) . (...) Os filhos não vão gostar.
[Angélica, costureira]

Peço a Deus todos os dias para morrer na minha terra.
[Paulo, cantoneiro]

Quero ir mas não posso. A viagem está cara. Não tenho esperança de voltar porque não posso.
[Maria, comerciante]

Os restantes dividem-se entre a certeza (40,5%) e a probabilidade do regresso.

Talvez um dia, quando me reformar, consiga convencer o meu marido (é português). Não há nenhum cabo-verdiano que não alimente esse sonho.
[Elsa, professora de liceu]

Outros, com mais convicção, têm a certeza de voltar.

Cabo Verde é o melhor país do mundo para passar a reforma.
[José, engenheiro]

Os mais decididos quanto à impossibilidade de retorno são os "retornados", 21,7%, quando a média é de 6,6%. Afinal, o presente desorienta-se entre um passado nostálgico e um futuro improvável.

Contudo, e independentemente do nível socioeconómico, ou porque se adaptaram a Portugal ou porque os filhos estão bastante enraizados ("são mais portugueses que cabo-verdianos", segundo a opinião dos pais), nem sequer querem regressar. Apenas uma visita à família os satisfaz:

Quando começo a imaginar o ambiente em Cabo Verde a partir do que vejo cá, já não tenho vontade de voltar. (...) a minha mãe não pensa voltar. (...) o meu marido também não. Gostava de passar férias.
[Marta, empregada de limpeza]

A Cabo Verde ia com passagem de ir e vir. Ir era começar tudo de novo. Os meus filhos não têm o hábito de lá. Prefiro ficar cá com saudades, do que ir.
[Pátima, costureira]

Evidentemente que a verosimilhança do retorno depende das condições de (sobre)vivência que se lhes oferecem no país de origem:

Para varrer o chão não volto.
[Fernanda, copeira]

Ter dinheiro (58%), emprego (53,5%) e casa (46,8%) são condições fundamentais que determinam a decisão de partir. Em suma,

balança-se entre o desejo e a realidade do país distante. Isto parece determinar uma forma provisória de estar na vida e no país de acolhimento; um movimento inarabito onde a realidade e o sonho se afrontam, onde o presente e o futuro parecem desencontrar-se (Guerra; Saint-Maurice, 1992).

Práticas culturais específicas

A prática de alguns ritos ligados ao nascimento e à morte é diferentemente apropriada pelas diversas ilhas. Santiago é considerada a mais africana, em que o peso das tradições se expressa nas práticas quotidianas de uma população essencialmente rural e fechada em si mesma, em contraponto à ilha de São Vicente, subsidiária do Porto Grande, onde desembarcavam influências de outros mundos e embarcavam gentes de Cabo Verde à procura de melhor vida. Estas duas ilhas polarizam as diferenças entre os grupos de Barlavento e Sotavento, contendo, no entanto, dentro de si, especificidades das ilhas que abarcam. Para além deste espaço socializador, o capital sociocultural e, não menos importante, a educação religiosa das famílias são igualmente modelizadores da relação estabelecida com este tipo de práticas culturais.

A prática da *feira-do-guarda-cabeça*, que não é senão um baptismo pagão também conhecido por *fazer cristão*, para além de não ser praticada por todos, a apropriação que dela se faz é também diferenciada. Se uns seguem a tradição cumprindo todos os actos que dela fazem parte e respeitando a filosofia implícita, outros há que lhe esvaziam o conteúdo tornando aquele momento mais um pretexto para uma festa. Sem diferenciar o significado que lhe é conferido, os grupos de migrantes que temos vindo a considerar revelam, aqui também, diversidade em termos da sua prática ou ausência dela, de resto, consonante com os perfis que se vêm desenhando.

No conjunto, mais de quatro em cada dez realizam a *feira-do-guarda-cabeça* com especial incidência no grupo de São Tomé (47%), seguindo-se, ainda com valores superiores à média, os migrantes com origem directa em Cabo Verde (43%-44%), com um peso um pouco maior no caso dos de imigração mais antiga. Opostamente, as proporções diminuem significativamente quando se consideram os que passaram pelas ex-colónias (28%) ou os que vieram de outros países (31%).

A esta configuração sobrepõe-se aquela encontrada quando se atenta para a prática de esteira. Trata-se de um ritual ligado à morte que consiste em chorar o morto durante sete a onze dias. Tal como anteriormente, são os de São Tomé — população rural por excelência — que em maior número praticam a esteira (53%), seguindo-se os de Cabo Verde (41%-43%) e, abaixo

da média, encontram-se os que vieram de outros países (37,5%) e, finalmente, os que passaram pelas ex-colónias (16%).

As diferenças entre ilhas estendem-se obviamente a outros aspectos enunciadores de uma identidade cultural. No entanto, não se pretende aqui encontrar identidades regionais, mas, pelo contrário, perceber as diferentes relações que se estabelecem com aquilo que pode ser considerado como supra-regional, ou seja, vector de coesão nacional quer ao nível das práticas, quer do simbólico.

A gastronomia é especialmente regionalizada, já que os recursos das ilhas são específicos a cada uma delas. No entanto, a cachupa é um prato nacional, muito popularizado, que diferencia não ilhas, antes mesas fartas ou mais escassas: fala-se da cachupa pobre e da cachupa rica, mas uma ou outra está presente nos hábitos dos cabo-verdianos em geral. As diferenças entre os grupos não são significativas quando inquiridos acerca deste hábito alimentar e da sua periodicidade, embora o grupo das ex-colónias apresente valores abaixo da média quando se avalia a maior frequência com que se come cachupa. Alguns dos que vieram de Cabo Verde há mais tempo perderam esse hábito, se os comparamos com os mais recentemente chegados.

Concluindo, nas diversas dimensões consideradas — representação da nacionalidade, língua, regresso e ligação à terra-mãe, dois eixos orientam as práticas e percepções dos indivíduos: o pragmatismo inerente a um esforço de integração (a realidade dita as opções) e o imaginário onde se cruzam níveis de interioridade diversos: vontades, idealizações, a consciência de uma origem e história comuns. Se, por um lado, se desenvolvem estratégias facilitadoras de integração que passam pela aquisição da nacionalidade portuguesa, pelo uso estratégico da língua, pelos limites que os indivíduos impõem a si próprios à vontade de regressar à terra-mãe, limites impostos por uma realidade que lhes não dá o direito da sobrevivência, por outro lado, está viva a "cabo-verdianidade" que passa não só pelas práticas quotidianas e outras mais esporádicas, mas também pela consciência colectiva do "ser e sentir cabo-verdianamente". Os dois eixos combinam-se de forma diversa consoante os recursos que a História ditou e que diferenciou.

Etnia e classe nas identidades sociais cabo-verdianas

Tem sido diversificada a produção teórica acerca dos grupos de referência. Retemos a proposta de Kelley, em parte retomada por Merton, ao distinguir os grupos de *tipo normativo*, que estabelece normas de comportamento, e de *tipo de comparação*, que proporciona uma estrutura de comparação relativa,

possibilitando tanto a auto-avaliação como a avaliação dos outros (Merton, 1968). Este último tipo parece-nos particularmente produtivo no contexto desta pesquisa. As condições de inserção dos actores sociais em determinada sociedade estimulam o desenvolvimento de mecanismos distintivos na razão directa da visibilidade das fronteiras que dividem grupos ou categorias sociais, construídos segundo critérios diversos e em situações sociais também diferenciadas.

A afiliação a um ou outro grupo decorre do processo de identificação que o indivíduo faz baseado quer na *praxis*, quer no imaginário colectivo que sente partilhar com os restantes membros do grupo. Estes dois níveis podem sobrepor-se, mas aquele último (imaginário colectivo) pode funcionar de forma autónoma sem que isso prejudique a sua identidade grupal, antes pelo contrário. A reivindicação da pertença pode não ser proporcional ao número de traços que se possui em comum com os restantes membros do grupo. Isto não significa que a identidade não tem conteúdo, mas sim que os traços são assumidos em função das estratégias de oposição e de identificação que os indivíduos ou grupos desenvolvem (Oriol, 1984). Em consonância com esta perspectiva, Wallman (1982) afirma que

... não faz sentido um mundo sem que se classifique coisas e pessoas em categorias de semelhança e diferença, mas já será *nonsense* se imaginarmos que as igualdades e as diferenças se contam da mesma maneira em qualquer altura.

A necessidade de operacionalizar os processos de identificação a que os indivíduos procedem mediante situações sociais específicas encontra resposta (uma das possíveis) na proposta de Tajfel (1983). Assim, segundo este autor, a identificação com um grupo desdobra-se analiticamente em três componentes: *cognitiva*, o reconhecimento de pertença, ou seja, a capacidade de olhar o seu grupo ao qual associa determinados atributos com os quais se identifica — processo de *categorização social*; a componente *avaliativa* na medida em que a pertença ao grupo pode ter conotações positivas ou negativas; e a componente *emocional* no sentido de que os aspectos anteriores podem ser acompanhados de emoções dirigidas ao grupo e outros próximos do grupo e a si próprio. Contudo, a pertença de grupo assim definida não faz sentido se a isolarmos dos processos de interacção, espaços de confronto que permitem a construção da diferenciação e, simultaneamente da identificação com o seu grupo. Assim, o conceito de alteridade surge como o outro lado dos processos de identificação. É porque o "outro" existe em contraponto ao *self* que se define o "eu", o que quer dizer que, em termos de interacção grupal, é por referência aos "outros" que se constrói o "nós". É o processo de *comparação social*.

As três dimensões propostas por Tajfel para a apreensão das identidades traduzem, contudo, apenas a dimensão analítica, que diríamos sincróni-

ca, da construção das identidades, ou seja, refere-se ao processo como os indivíduos se classificam e são classificados socialmente, em interacção, e à forma como valorizam essa ordenação. No entanto, torna-se necessário, senão fundamental, analisar em simultâneo, as identidades no eixo das diacronias sociais, isto é, como o resultado não só de trajectórias sociais, como também da posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social.

Inserindo a discussão no quadro das relações de dominação, que não só remete os indivíduos para posições de classe diferenciadas, como também orienta as representações que se constroem acerca do grupo de pertença e do grupo relativamente ao qual se processa a comparação social (o "outro"), o grupo empírico em análise, os cabo-verdianos, tem a particularidade de ser etnicamente dominado, mas ele próprio atravessado, por clivagens sociais, estabelecendo-se assim fronteiras entre dominantes e dominados dentro do grupo. A identidade mobiliza-se especialmente em situações de dominação, ou seja, quando os traços significativos de afiliação são objectivamente ameaçados de desaparecer.

Se os grupos adquirem significado enquanto grupos, numa relação de intertroca, essa relação, no quadro da actual pesquisa, é assimétrica, delimitada dentro do espaço de poder. Bourdieu (1977), por exemplo, destaca uma das facetas segundo a qual se expressa essa relação, estabelecendo a ligação entre a língua e a identidade de classe: "A língua não é só um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não se procura só ser-se compreendido, mas ser-se acreditado, obedecido, respeitado, distinguido."

As normas estabelecidas funcionam com referências diferenciadas conforme os lugares sociais dos indivíduos:

Numa ordem simbólica criada pelo dominante, os dominados não são vistos enquanto indivíduos singulares: as características atribuídas ao seu grupo de pertença bastam para os definir totalmente (C. Almeida, s/d).

Também a psicologia social desenvolveu alguns estudos a partir do conceito de identidade, integrando-o no quadro da dominação. Weinreich (1986), na sua proposta de operacionalização da teoria da identidade nas relações étnicas e rácicas (ISA, identity structure analysis), coloca a questão das identidades no contexto da dominação/subordinação dentro do qual se desenvolvem os processos interactivos.

Já anteriormente o modelo de Deschamps (1982) da relação de poder simbólico entre grupos apontava para a hipótese de que

(...) os grupos dominantes são definidos como conjuntos de indivíduos, de sujeitos, e os seus membros vêm-se também como individualmente distintos e singulares, enquanto os grupos dominados são definidos exclusivamente

pela sua categoria de pertença e os seus membros vêem-se como iguais (Amâncio, 1992).

Deste modo, a análise a que nos propomos deverá ser atravessada por dois eixos analíticos: (i) o reconhecimento da pertença e a importância que os actores atribuem à sua inserção dentro daqueles limites; e (ii) as trajectórias sociais (aqui traduzidas pelos percursos migratórios) e a posição que ocupam na estrutura social. A etnia, distinta da do grupo dominante, tenderá a complexificar ainda mais o quadro dentro do qual se constroem e reconstróem diferenças, similitudes e imagens.

Processo de identificação

A determinação das semelhanças e diferenças entre objectos/indivíduos implica a organização da informação que os sujeitos dispõem dentro de um contexto de relativa estabilidade. Daqui resulta uma acção de categorização social através da operação de comparação social. As características atribuídas a uma categoria

são o resultado de uma integração cognitiva, pelo indivíduo, de elementos de informações que lhe são fornecidas no desenrolar das relações que estabelece com o seu meio (Codol, 1980).

A identificação e reconhecimento implicam que o indivíduo consiga estabelecer as semelhanças entre os elementos que constituem a categoria e as diferenças que a tomam distintiva. O indivíduo, ao reconhecer-se como possuidor de determinadas características que formam uma unidade coerente e estável, está a incluir-se em determinado grupo ou categoria social ao mesmo tempo que se exclui de outros.

Contudo, os grupos variam de dimensão consoante os patamares donde é feita a observação, quer isto dizer que um indivíduo pode, a determinado nível, identificar-se com um grupo (concreto ou simbólico) de dimensões vastas e a outro nível aproximar-se de um subgrupo ou até de outro grupo.

As identidades sociais constroem-se por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes (Pinto, 1990).

Identificar-se com um determinado grupo não significa apenas partilhar dos atributos que o caracterizam. Torna-se necessário que essa semelhan-

ça (entre as características individuais e as do grupo) seja consciencializada pelos seus membros. Reconhecer a pertença reconverte a *praxis* para operar ao nível do simbólico no sentido em que se reconhecem práticas semelhantes agora tornadas importantes para a construção de uma identidade.

Assim, a operacionalização do reconhecimento da pertença a um grupo deverá ter em conta esses dois níveis, ou seja, a identificação de práticas semelhantes ou dissemelhantes em relação ao grupo de referência (os cabo-verdianos) e a abstracção que os indivíduos elaboram quando se identificam com o grupo para além do campo prático.

Como se afirmou anteriormente, as identificações podem decorrer de critérios diversos e a diferentes níveis. Concretizando, em termos simbólicos um cabo-verdiano com um determinado nível socioeconómico pode identificar-se com o grupo dos cabo-verdianos, mas, no campo das práticas quotidianas, identificar-se também com um grupo, que não de cabo-verdianos, mas de nível socioeconómico idêntico.

Os indicadores utilizados para restituir a dimensão do reconhecimento da pertença foram as seguintes proposições com as quais os inquiridos manifestavam o seu acordo ou desacordo:⁵

- E3 "Identifico-me com os outros cabo-verdianos em qualquer circunstância" (88%)
- E10 "O meu modo de vida é semelhante ao de todos os outros cabo-verdianos" (30,3%)
- E23 "Sinto-me mais cabo-verdiano que português" (97,6%)
- E33 "No meu dia-a-dia esqueço-me de que sou cabo-verdiano" (8,8%)

Uma primeira leitura evidencia a forte identificação da maioria dos inquiridos com o grupo dos cabo-verdianos (definido, pelo menos, pela nacionalidade), vínculo presente no dia-a-dia (E33). Com maior incidência se define a alteridade (E23) ao mesmo tempo que se apercebem diferenças dentro do grupo (E10).

Podemos extrair dois níveis analíticos que orientam a leitura e interpretação dos resultados:

- 1 *nível simbólico* — a informação sugere muito claramente a presença de uma identidade étnica, como se pode verificar da adesão quase que unânime às proposições E3, E23, e E33: "Sou cabo-verdiano, tenho isso sempre presente, e estou ao lado dos cabo-verdianos sempre que for preciso." Não obstante a tendência ser a de uma clara adesão ao grupo, alguns desvios podem ser apontados, e que se expressam mais clara-

⁵ As percentagens que se indicam referem-se às posições concordantes com a proposição.

Quadro 5.1 Reconhecimento da pertença ao grupo, exemplificado pela adesão à proposição "o meu modo de vida é semelhante ao de todos os outros cabo-verdianos", por nível de escolaridade

	É semelhante		Não é semelhante		Total	
	n	%	n	%	n	%
Analfabeto	28	40,8	42	59,2	71	28,3
Instrução primária	30	30,0	70	70,0	100	39,8
Curso preparatório	9	39,1	14	60,9	23	8,2
Curso geral complementar	7	25,0	21	75,0	28	11,2
Curso médio ou superior	1	3,4	23	96,6	24	11,6
Total	76	30,3	175	69,7	251	100,0

mente quando se confrontam com a proposição E33: "No meu dia-a-dia esqueço-me de que sou cabo-verdiano" (8,8%). Esta é uma questão que difere com a naturalidade, classificada por grupos de ilhas: Barlavento e Sotavento.⁶ Barlavento distingue-se de alguma forma por ser o berço de grandes escritores, intelectuais, homens de saber. Dali partia uma população mais escolarizada, mais aberta, e que se encontra representada de forma significativa entre os que fizeram o seu percurso migratório passando pelas outras ex-colónias. Eram os quadros médios e superiores da administração pública. Pois são os originários de Barlavento que menos presente têm no seu quotidiano o facto de serem cabo-verdianos, ou seja, de pertencerem a uma minoria étnica. Com

⁶ Recordem-se aqui as clivagens históricas entre os naturais de um e outro grupo e que têm que ver com o próprio processo de povoamento e, depois, com o desenvolvimento de cada um dos grupos de ilhas. Santiago, legítima representante do grupo de Sotavento e donde provém a grande parte dos imigrantes em Portugal, é uma ilha essencialmente agrícola, o que marca culturalmente uma população (conservadora, fechada, desconfiada), ao que acresce o forte peso da africanidade decorrente do facto de ter sido a porta do povoamento por escravos que aí se iniciou. Os naturais de Barlavento, grupo de ilhas representado por São Vicente, gozam das vantagens de um porto comercial, entrada de novas ideias, novos mundos, novas referências. Em termos de ideal-tipo, poderíamos dizer que a presença dos dois grupos em Portugal traduz duas realidades: a maioria vinda de Sotavento constitui a camada social e economicamente mais desfavorecida, enquanto uma minoria, vinda de Barlavento, contribui para a constituição de uma elite cabo-verdiana em Portugal.

efeito, os recursos de que dispõem não os forçam à recordação constante de que fazem parte dessa minoria; *nível das práticas* — indícios da presença de uma identidade de classe que em termos materiais diferencia alguns dos respondentes dos outros cabo-verdianos, ou seja, dos que vivem em situações socioeconómicas diferentes. Cerca de um em três tem a noção da diferença estabelecida pela inequidade dos recursos económicos, como atesta a proposição E10: "Sou cabo-verdiano mas não tenho as mesmas condições de vida de todos os outros cabo-verdianos." O cruzamento desta posição com o capital escolar esclarece a questão: um mais elevado capital cultural, e consequente elevado capital económico, impõe uma distanciação face ao modo de vida da maioria dos cabo-verdianos residentes em Portugal, marcado este por uma forte desqualificação em termos de qualidade de vida. O eixo relativo à classe social redimensiona, então, a identificação com o grupo, como se pode ver no quadro 5.1.

A necessidade de diferenciar expressa-se na dimensão da alteridade, da distintividade do "outro" significativo. É o outro lado do processo de identificação: a inclusão implica exclusão. Desta forma recorremos a indicadores complementares dos anteriores:

- H2 "A minha maneira de estar na vida é diferente da dos portugueses" (65,4%)
 E5 "Sinto-me mais português que cabo-verdiano" (4,8%)
 E13 "Gostaria de ser português e não cabo-verdiano" (8,8%)
 E29 "Costava que toda a minha família fosse portuguesa" (13,4%)

É nitida a consciencialização de que se distinguem dos portugueses, distinção essa valorizada e que se refere à "maneira de estar", expressão de tal forma geral mas que aponta para a maneira como se está e se relaciona com os outros — o "outro" generalizado, mas também o "outro" significativo — e com o mundo, relação expressa no quotidiano, prático e simbólico.

A proposição E5 ("Sinto-me mais português que cabo-verdiano", com menor percentagem de adesões), remete de forma mais clara do que as outras para o nível simbólico, enquanto E29 ("Costava que toda a minha família fosse portuguesa") e E13 ("Gostaria de ser português e não cabo-verdiano") podem, de alguma forma, conter uma dimensão mais pragmático-funcional. Ou seja, pode desejar-se ser português⁷ no sentido de aceder a um conjunto de direitos e recursos, mas sentir-se português significa já ter abdicado da

⁷ Este valor refere-se também a indivíduos que já têm a nacionalidade portuguesa, o que significa que muito poucos desejam, de facto, essa nacionalidade.

sua identidade cultural. São os mais velhos que mais gostariam de serem portugueses, vontade algumas vezes expressa nas entrevistas como solução para o problema da reforma.

Contrariamente, sentir-se mais português que cabo-verdiano não tem qualquer relação com as variáveis independentes seleccionadas (sexo, idade, naturalidade, período de partida de Cabo Verde, período de chegada a Portugal, escolaridade, condições perante o trabalho e grupo socioprofissional), o que aponta, mais uma vez, para a presença da identidade étnica, de uma consciência colectiva baseada numa origem e história comuns que ultrapassa clivagens objectivamente definidas.

Relativamente ao desejo da nacionalidade portuguesa da família, algumas ilações podem ser feitas:

- quanto mais velho, mais clara aquela vontade. A proximidade da velhice acarreta preocupações de segurança e estabilidade que a juventude não pondera com a mesma prioridade;
- são as mulheres que também expressam, com maior evidência, o desejo de ter a família portuguesa. Revelam uma necessidade mais forte de integração dado serem, sobretudo elas, que vivem uma inserção marginalizada a diversos níveis. Esta expressa-se nas casas degradadas que habitam, e que são geridas pelas mulheres, nos problemas de insucesso escolar dos filhos, que acompanham continuamente, e na sua quase exclusão do mercado de trabalho;
- quanto menor a escolaridade, maior a vontade de ter a família com nacionalidade portuguesa, pois a integração é uma necessidade dos que menos recursos têm. A aquisição da cidadania portuguesa garante o acesso a determinados direitos e regalias sociais dos quais os estrangeiros e obviamente os clandestinos estão excluídos. Estamos em crer que se trata de uma vontade meramente instrumental;
- são sobretudo os profissionais do comércio e serviços pessoais e domésticos que expressam posição idêntica. Note-se que este grupo profissional apresenta uma elevada proporção de mulheres, pelo que a explicação da associação que agora se verifica reside apenas no efeito de interacção estatística.

Em suma, processam-se identificações claras a dois níveis: ao nível da consciência colectiva (dimensão simbólico-ideológica da identidade) os indivíduos reconhecem-se como possuidores de uma identidade comum que a história construiu, mas que as histórias individuais diferenciaram. Assim, as propriedades estruturais de vivência dos indivíduos traduzem-se na *praxis*, configurada por universos simbólicos particulares ajustados àquelas condições objectivas. Estas passam i) pela inserção diferenciada dos actores na estrutura produtiva, por sua vez resultado de

diferentes volumes de capital económico e social de que os indivíduos são possuidores, e, ii), pelas trajectórias, entendidas no seu sentido mais amplo: no espaço social e geográfico.

Contudo, o que a história unita (produzindo uma identidade étnica ou nacional) só aparentemente as diferentes condições objectivas de vivência dos indivíduos põem em causa: a necessidade real de integração (manifestada sobretudo pelos que menos recursos têm, mulheres e velhos) desencadeia vontades e mecanismos meramente instrumentais que minimizam o preço da emigração, sem que com isso se abdique (simbolicamente) de uma bandeira comum.

Componente avaliativa

O reconhecimento da pertença a um grupo só se traduz numa orientação para a construção da identidade grupal quando aquela pertença é valorizada (positiva ou negativamente) e tornada importante pelos e para os indivíduos, caso contrário tratar-se-ia de uma mera classificação baseada em traços mais ou menos objectivos, como afirmámos anteriormente. O sentimento do "nós" constrói-se pela partilha de atributos e percepções distintivas num contexto de contrastes, também estes construídos pelos actores sociais. Não são necessariamente contrastes objectivos/reais, mas construções desenvolvidas em processos de interacção. O processo de avaliação decorrente da comparação social pôde ser operacionalizado pelas proposições:

- E7 "Os cabo-verdianos têm mais valor que os portugueses"
- E9 "Os cabo-verdianos têm o mesmo valor que os portugueses"
- E12 "A maioria dos cabo-verdianos é racista"
- E16 "Os cabo-verdianos fazem falta em Portugal"
- E20 "Os cabo-verdianos são mais trabalhadores que os portugueses"
- E30 "Os cabo-verdianos gostam de arranjar brigas"

A avaliação do grupo de pertença processa-se a três níveis analiticamente distintos:

- a) nível global relativo a avaliações generalistas sem privilegiar nenhuma dimensão em particular;
- b) nível pragmático, que se reporta ao carácter instrumental/material que a existência de um grupo pode sugerir;
- c) nível relacional orientado para as avaliações sobre os comportamentos que decorrem no plano da interacção com a sociedade portuguesa.

Plano da avaliação global. Assumindo os riscos decorrentes dos múltiplos

significados que uma avaliação geral, sintetizada em apenas uma expressão ("Os cabo-verdianos têm mais valor que os portugueses"), encerra, mostrou-se, contudo, útil na medida em que aquela (expressão) se identifica com os universos representacionais dos indivíduos, com a sua linguagem quotidiana (e não académica) tendo permitido a discriminação de grupos.

Assim a avaliação situada no plano global foi operacionalizada, de forma mais directa, nas afirmações:

E7 "Os cabo-verdianos têm mais valor que os portugueses" (20,4%)

E9 "Os cabo-verdianos têm o mesmo valor que os portugueses" (84,1%)

Na generalidade, ao pedir-se uma comparação dos dois grupos em termos abstractos ("ter mais valor que"), os inquiridos manifestam uma atitude igualitarista face ao "outro". Todavia, só aparentemente o é, na medida em que se torna uma forma de sobrevalorização do seu grupo se atendermos ao facto de o grupo de referência ser o dominante quer em número, quer em termos de poder nas suas várias dimensões. Ou seja, igualar-se ao grupo dominante em termos das suas capacidades (não falamos de recursos mas de possibilidades) pode revelar uma identidade social positiva do grupo dominado.

Contudo, os inquiridos dividem-se: os mais novos, as mulheres e os comerciantes (estes com elevada proporção de mulheres, como já fora assinalado) são os que menos expressam posições igualitaristas comparativamente aos outros⁸.

Concluindo, o facto de 84% dos cabo-verdianos inquiridos reconhecerem a igualdade de capacidades entre o seu grupo e o grupo dominante reforça a ideia, que tem vindo a verificar-se, da afirmação positiva do grupo étnico no espaço da imigração, da autovalorização em detrimento de qualquer consciência negativa que muitas vezes os grupos minoritários, étnicos ou não, experimentam.

Plano instrumental. A dimensão instrumental (nodal, quando a comparação parte de um grupo minoritário inserido numa sociedade para a qual emigraram, sobretudo, por razões laborais) que sustenta a avaliação traduz-se nas proposições:

E16 "Os cabo-verdianos fazem falta em Portugal" (84,5%)

E20 "Os cabo-verdianos são mais trabalhadores que os portugueses"

8 Referimo-nos à proposição E9 "os cabo-verdianos têm o mesmo valor que os portugueses" que se relaciona significativamente com as variáveis sexo ($p = 0.03$), idade ($p = 0.04$) e categoria socioprofissional ($p = 0.003$).

(70,6%)

As posições maioritárias decorrentes da adesão àquelas afirmações conduzem à verificação de que não só se reconhece a importância do grupo na sociedade de imigração (referente relativamente ao qual se processa a categorização e avaliação da pertença grupal), como também se sobrevaloriza o grupo no processo de comparação social com o *outgroup* (de forma coloquial dir-se-ia: "Somos importantes, porque necessários, mas para além disso, somos melhores"). A positividade que aqui se afirma procede dos próprios motivos que estiveram na origem da decisão de emigrar: a necessidade de emprego. Reconhecem a sua importância para o desenvolvimento económico de Portugal, já que, em termos genéricos, os imigrantes desempenham tarefas que os autóctones recusam, situação clássica nas sociedades de imigração.

Se o reconhecimento da importância do grupo em Portugal ("os cabo-verdianos fazem falta em Portugal") é independente da inserção dos sujeitos na estrutura social, já a proposição "os cabo-verdianos são mais trabalhadores que os portugueses" suscitou algumas distinções:

- os cabo-verdianos trabalham mais que os portugueses na opinião dos inquiridos desprovidos de capital escolar e inseridos em categorias socioprofissionais baixas — os operários, comerciantes e outras profissões — ao contrário do que pensam os quadros técnicos (médios e superiores) e os administrativos;
- consonante com as relações anteriores, os cabo-verdianos que vieram das outras ex-colónias ("retornados" que, recordamos, corporizam a elite) não sobrevalorizam, deste ponto de vista, o seu grupo, o mesmo se verificando com os originários das ilhas de Barlavento. Lembre-se que se trata de um grupo, tendencialmente com nível sociocultural mais elevado (referimo-nos ao fluxo migratório com passagem pelas ex-colónias Angola e Moçambique e também aos originários de Barlavento, que, de resto, são dois grupos parcialmente sobrepostos) e consequentemente desempenhando profissões, em termos médios, similares às dos portugueses com as mesmas qualificações. Em suma, são os que desempenham tarefas mais árduas e menos reconhecidas socialmente, que mais valorizam positivamente o seu grupo em termos de "esforço" de trabalho.

Plano da avaliação relacional. Tendo optado por situar a identidade no plano relacional, a importância dos processos de interacção tem sido salientada, com muita insistência, ao longo da pesquisa. Assim, as proposições que, neste contexto, dão conta dessa dimensão são as que se seguem:

E12 "A maioria dos cabo-verdianos é racista" (19,4%)

E30 "Os cabo-verdianos gostam de arranjar brigas" (59,8%)

A interacção desenrola-se em dois planos: no *plano da atitude* — expressa pela segregação simbólica baseada em critérios raciais e/ou étnicos — e no *plano dos comportamentos* — a conflitualidade. Se no primeiro plano a avaliação genericamente é positiva (note-se que a avaliação se dirige ao *ingroup*), já no segundo se reconhece a regularidade dos conflitos ocasionados pelos membros do seu grupo.

Relativamente à opinião de que os cabo-verdianos são racistas, algumas categorias socioprofissionais destacam-se, encontrando-se também diferenças em termos da variável sexo: as mulheres salientam-se pela negatividade da apreciação feita aos membros do grupo, o que vem reflectir-se na relação que se estabelece entre essa opinião e a categoria socioprofissional, algumas delas com uma grande incidência de população feminina.

São os comerciantes e empregados nos serviços pessoais e outros que manifestam opinião idêntica, categorias com elevada proporção de mulheres. Para o facto, talvez se possa avançar uma interpretação que a psicologia social sustenta, a da identidade social negativa das mulheres no contexto da dominação simbólica, já que não revelam a procura de distintividade positiva (Williams, 1984)

No plano dos comportamentos ("os cabo-verdianos gostam de arranjar brigas"), são os indivíduos mais qualificados profissionalmente e com níveis mais elevados de escolaridade os mais tolerantes, ou melhor, os que menos aceitam a imagem tantas vezes associada aos cabo-verdianos de desordeiros e agressivos.

Esta posição deve-se ao facto de aqueles estarem afastados dos espaços de conflito — os bairros degradados com todos os problemas sociais que daí decorrem. Por outro lado, são também os que, por possuírem um capital intelectual superior, mais facilmente se apercebem e descodificam o empolamento que a comunicação social possa fazer a propósito da questão. No entanto, as duas ordens de razões que acabámos de apontar coexistem.

Com opinião diversa do subgrupo mais escolarizado e qualificado, e mais uma vez, as mulheres distinguem-se pela avaliação negativa que aqui expressam exactamente por serem elas os actores permanentes dos espaços degradados, geradores de conflito e de desordem.

O processo complementar ao da avaliação da pertença, ou seja, a avaliação da não pertença, embora não tendo trazido valor acrescentado ao capital de informação/conhecimento até aqui obtido, permitiu, contudo, confirmar a adesão ao grupo. Os indicadores disso nos dão conta:

E15 "Os portugueses têm mais valor que os cabo-verdianos" (5,7%)

E26 "A maioria dos portugueses é racista" (66,5%)

As distribuições estatísticas confirmam-nos tendencialmente a atitude igualitarista que anteriormente verificáramos, atitude esta independente das diferenças determinadas por outras variáveis.

O "outro" (os portugueses) apresenta-se como discriminador à imagem dos cabo-verdianos (66,5%) e são sobretudo as mulheres (que avaliavam do mesmo modo o seu grupo) e os que dispõem de baixo capital escolar que mais sentem o racismo, bem como os mais recentemente chegados da sua terra. Estes últimos apresentam um perfil sociológico específico, desenhado por outros indicadores accionados em momentos diferentes da pesquisa: caracterizam-se pela desqualificação do seu modo de vida, tendo, ao mesmo tempo, demonstrando sinais de desadaptação no espaço de imigração aos mais diversos níveis.

Contrariamente, os imigrantes vindos das ex-colónias (o grupo que constitui maioritariamente a elite) destacam-se por uma posição oposta: são menos afectados por manifestações de racismo por parte dos portugueses e daí considerarem que a generalidade não é racista, porquanto são os mais integrados. A integração dimana das condições sociais de existência próximas das da sociedade receptora.

Em suma, se dentro do grupo etnicamente dominado (os cabo-verdianos) distinguirmos dominantes (os mais escolarizados, com níveis de qualificação superiores aos de inferiores recursos) dos dominados (corporizados em alguns casos, pelas mulheres de recursos inferiores e, noutros, pelos indivíduos, sem distinção de sexo, com baixo capital cultural e económico), podemos detectar diferentes atitudes (expressas pelas opiniões) em relação ao grupo dos cabo-verdianos segundo os diferentes planos em que se procedeu à avaliação.

Embora a avaliação feita pelos inquiridos seja maioritariamente positiva, revelando por isso uma identidade social positiva, os dominantes, quer no plano da avaliação global quer no plano relacional, tenderam a valorizar positivamente o grupo étnico de pertença, contrariamente aos dominados. Estes destacam-se pela autovalorização, que ao nível instrumental (no qual se situam as questões ligadas ao trabalho, como o esforço e a sua importância no desenvolvimento económico da sociedade receptora) procedem. É claramente uma avaliação dirigida ao seu subgrupo (os dominados dentro do grupo etnicamente dominado), já que são eles os protagonistas dos trabalhos mais árduos e desqualificados que em Portugal se praticam.

Avaliação em diferido. Pretendemos aqui dar conta da forma como são apreendidas as avaliações que os cabo-verdianos julgam serem feitas pelos portugueses.

A positividade ou negatividade da imagem do "nós", na perspectiva interaccionista, depende das interacções com os outros e das mensagens que estes enviam acerca de "nós" e, por outro lado, das expectativas prescritas pelos papéis sociais. Daqui decorre a tendência para a desvalorização do *ingroup* quando as imagens estereotipadas do "eles" acerca do "nós" são negativas, e quando se goram as expectativas inerentes aos papéis atribuídos aos grupos.

São sobretudo as mensagens das pessoas ou grupos de referência que nos valorizam ou desvalorizam, que provocam a nossa afectividade e que podem esperar os nossos juízos de valor e despertar sentimentos de culpa. Da mesma forma as mensagens positivas ou negativas vindas do grupo dominante podem, sobretudo, provocar identidades negativas em pessoas cujo *moi* é inconsistente, Malewska-Peyre, 1990: 115).

Mais importante do que aferir os estereótipos dos portugueses acerca dos cabo-verdianos, e porque aqueles — estereótipos — podem ser diferentemente absorvidos, pareceu-nos tão importante quanto interessante detectar as avaliações, não as produzidas pelos portugueses, mas as captadas pelos cabo-verdianos:

- E14 "A maioria dos portugueses pensa que os cabo-verdianos são violentos" (74,4%)
- E18 "Os portugueses têm uma imagem negativa dos cabo-verdianos" (62%)
- E24 "A maioria dos portugueses dá valor aos cabo-verdianos" (50%)
- E25 "Os portugueses tratam os cabo-verdianos como se fossem portugueses" (23,7%)
- E27 "Os cabo-verdianos são marginalizados" (48,6%)
- E28 "Os portugueses pensam que os cabo-verdianos não têm direito de estar em Portugal" (73,2%)
- E31 "Só os cabo-verdianos com menos recursos económicos são marginalizados" (41,7%)
- E32 "A maioria dos portugueses não respeita os cabo-verdianos" (53,5%)

Todas as conclusões vão no sentido de que a avaliação da sociedade receptora, tal como é captada pelos cabo-verdianos, é negativa e discriminatória, actuando negativamente quer no plano normativo, quer no plano simbólico, como se pode concluir dos valores observados em cada uma das proposições atrás apontadas.

Enquadrando a observação empírica nas orientações de Camillieri anteriormente abordadas, estariam assim criadas as condições favoráveis à constituição de uma identidade negativa pelo grupo dominado. Contudo,

parece-nos pertinente distinguir dois momentos do processo: a *percepção*, pelo grupo dominado, da produção das imagens pelo grupo dominante não só nas relações mais imediatas do quotidiano, como através da poderosa máquina da comunicação social, e a *assimilação* dessas imagens, mais ou menos filtradas pelos indivíduos, consoante os seus recursos intelectuais.

Com efeito, e reportando-nos à situação em análise, há convergência na percepção da negatividade da imagem fornecida pela sociedade receptora ("a maioria dos portugueses pensa que os cabo-verdianos são violentos"; "os portugueses têm uma imagem negativa dos cabo-verdianos"). A esta imagem negativa corresponde uma prática discriminatória e de exclusão ("os portugueses tratam os cabo-verdianos como se fossem portugueses" com baixa percentagem de adesão; "a maioria dos portugueses não respeita os cabo-verdianos").

Verifica-se, não obstante a convergência assinalada, a transversalidade de outras variáveis à questão "os cabo-verdianos são marginalizados". São os de imigração mais antiga, anterior a 1974, que menos pensam deste modo, o que parece indicar que a antiguidade conta a favor da integração, mesmo que subjectiva. Como se tem verificado e afirmado, o fluxo mais recente apresenta de forma mais evidente indícios de uma inserção subordinada, a diversos níveis, na sociedade portuguesa.

Por outro lado, são as mulheres que mais sentem a marginalização, ou seja, o grupo triplamente dominado: do ponto de vista da classe, do sexo e da etnia.

Os indicadores que situam os indivíduos na estrutura social fazem sobressair diferenças quanto à opinião de que "os portugueses pensam que os cabo-verdianos não têm direito de estar em Portugal" (73,2%). As categorias socioprofissionais menos qualificadas (comerciantes, empregados nos serviços pessoais e operários) sentem com maior acuidade a exclusão de que são alvo.

Correlativamente, são sobretudo os analfabetos e nascidos no grupo Sotavento que partilham desta opinião, contrariamente aos que têm capital escolar elevado e originários de Barlavento. Também aqui as mulheres são as mais negativistas.

Em conclusão, existe, de forma geral por parte do grupo "dominado", sem que isso se reflecta na avaliação que fazem do seu grupo e no "orgulho de ser cabo-verdiano", a consciência de uma atitude de rejeição e discriminação, quer ao nível simbólico, quer ao das práticas por parte da sociedade receptora. No entanto, são os "dominados" do ponto de vista da classe social de pertença e do sexo — analfabetos, operários (sobrerrepresentados entre os originários de Sotavento) e mulheres — que mais sentem a rejeição, marginalização e exclusão.

Parece-nos que, se há a percepção da discriminação e exclusão por parte

de alguns subgrupos, não detectámos, em termos genéricos, sinais de assimilação das mensagens negativas produzidas pelo grupo dominante, ou seja, uma identidade negativa ou inferiorizada.

Componente emocional

O reconhecimento de pertença grupal e a avaliação do grupo em que se reconhecem e autclasificam são acompanhados de sentimentos, positivos ou negativos, conforme se interiorize uma identidade positiva ou negativa. A afirmação de uma pertença de forma orgulhosa e sobrevalorizada traduz-se em segurança e auto-estima, reguladoras do quotidiano onde se procesam trocas simbólicas com o próprio grupo e os outros grupos de referência.

A adesão ou rejeição às afirmações que se seguem possibilita operacionalizar a questão:

- E8 "Às vezes tenho vergonha de ser cabo-verdiano" (5,2%)
 E17 "Tenho orgulho em ser cabo-verdiano" (97,2%)
 E19 "Nunca tive vergonha de ser cabo-verdiano" (86,9%)

Como se pode atentar nos valores obtidos, a convergência de opiniões traduz uma forte adesão simbólica ao grupo, claramente valorizada e acompanhada de sentimentos positivos independentemente de qualquer outra variável da estrutura social que divida os indivíduos.

Processos de identificação: considerações finais

Concluindo a abordagem dos processos de identificação que conduzem à construção das identidades, importa aqui retomar algumas considerações teóricas. A contradição aparente entre, por um lado, a saliência da identificação étnica, verificada ao nível do simbólico, e, por outro, a distanciação de alguns membros face aos outros do mesmo grupo, resultado de um processo de comparação social intragrupal ao nível das práticas, consubstancia-se no conceito de *ethclass* de Gordon. O conceito resulta da intersecção de dois outros, o de grupo étnico e o de classe social. Enquanto o grupo étnico é o *locus* do sentido da identificação histórica, a *ethclass* é o *locus* do sentido da identificação participativa.

Assim, "pessoas da mesma classe social partilham de semelhanças de comportamento mas não do sentido de *peophood*, assim como pessoas do mesmo grupo étnico comungam do sentido de *peoplehood* e não de comportamentos semelhantes".

Uma distinção importante parece ressaltar desta questão e que foi

conceptualizada por Wallman (1982): a distinção entre a necessidade de diferenciar, que é precisa e consistente, e as fronteiras da diferenciação, que são contingentes e variáveis. "A classificação dos objectos e indivíduos em categorias de semelhança e diferença é inevitável, faz parte da relação entre os homens e as coisas, mas a forma como é feita, como significam essas semelhanças e diferenças, não é universal nem eterna. Pelo contrário, um indivíduo pode proceder a classificações face ao mesmo referente de forma diferente consoante os tempos, os espaços, os contextos mais próximos — as situações sociais e a própria subjectividade — e os mais distantes — as estruturas." Não queremos aqui enveredar pela discussão da multiplicidade de identidades e da sua negociação e actualização constantes, mas antes chamar a atenção para a fluidez de fronteiras de um grupo etnicamente dominado mas dominante em termos do capital social e económico, em contraponto à rigidez de fronteiras dos étnica e economicamente dominados.⁹ O primeiro grupo — a classe dominante — ao nível do simbólico e em determinadas circunstâncias (no espaço das relações primárias) salienta a sua identidade étnica, mas, em termos de modo de vida, em sentido estrito, evidencia a sua identidade de classe. Existe uma descontinuidade identitária, embora muito bem gerida, ou seja, sem conflito, contrariamente ao que se passa com os grupos étnica e economicamente dominados onde se confundem, harmoniosamente também, as duas identidades. No entanto, a saliência da identidade étnica é claramente preponderante para todos, num espaço que lhes é estranho e que a todo o momento a sociedade receptora o lembra.

Para finalmente concluir, o presente capítulo evidencia necessariamente a afirmação da identidade étnica dos cabo-verdianos no espaço da imigração portuguesa. Os seus contornos passam não só pela activação constante do património cultural herdado, como também pela consciencialização que denotam da pertença ao grupo, reconhecido como culturalmente singular, mas com direitos (ainda por adquirir) que a sua importância exige, nomeadamente para o desenvolvimento económico do país acolhedor.

Todavia, e retomando os níveis de análise que orientaram a observação — intergrupala e intragrupal —, se o primeiro estabelece a distintividade em relação ao "outro" grupo (eles), quer pela presença de vectores de coesão prática ou simbólica, quer pela consciencialização da pertença ao seu grupo (nós, os cabo-verdianos), o segundo nível evidencia distinções dentro do grupo também nos dois aspectos que acabámos de referir. Assim, a classe social de pertença (social e economicamente dominada ou dominante), onde se sintetizam não só trajectórias como recursos específicos, é produtora (e possibilitadora, nalguns casos), sobretudo, de interpretações que se reflectem em dimensões simbólicas: na forma de viver a sua cultura, na maneira

⁹ Camilleri integra no conceito de identidade aquilo a que chama "pólo ontológico" (o que permanece) e "pólo pragmático" (o que se adapta às diferentes situações).

de olhar e avaliar os outros (eles) e o seu próprio grupo (nós); e em dimensões pragmáticas: no quotidiano marcado, de sobremaneira, pelo trabalho e nos processos de interacção onde se elegem uns e se preterem outros.

Imagens a preto e branco

A estrutura dos grupos e a auto-imagem

A opção metodológica aqui prosseguida¹⁰ permite destacar grupos de indivíduos caracterizados preferencialmente (e por diferença em relação aos outros) por alguns atributos e que simultaneamente sustentam determinadas imagens de si. Assim, destacam-se quatro grupos, uns mais significativos que outros e que recortam o universo observado:

A elite cabo-verdiana em Portugal. Do ponto de vista das características, este grupo é constituído por indivíduos com qualificações profissionais e escolares superiores e médias vindos das ex-colónias, entre os quais se verifica a predominância de pessoal da administração pública. São sobretudo homens e com idade situada entre os quarenta e sessenta anos. Acrescente-se ainda, o facto de serem originários, sobretudo, do grupo de Barlavento. É sem dúvida a elite, cujo percurso migratório e perfil sociológico correspondem aos descritos em outros momentos da pesquisa.

Os indivíduos com estas características fazem uma descrição centrada na sua pessoa. Concretizando, apresentam-se não só referindo traços físicos e de personalidade, como também a sua profissão.

É a afirmação do sujeito em detrimento de um qualquer grupo de pertença, ou seja, não demonstram a necessidade de se referirem a um grupo, pelo contrário reforçam e valorizam a sua individualidade. Corresponde ao discurso de um grupo dominante, tal como o interpretou Gordon (1968): "(...) o apego a uma categoria social é tanto maior quanto se trata de uma categoria dominada."

O que melhor distingue o grupo e que é bastante significativo é o facto de afirmar que gostaria de ter sido o que é. Uma atitude de confiança, segurança e realização, própria das classes sociais dominantes. É a identidade própria de uma classe dominante a sobrepor-se à identidade étnica: a segurança da classe sobrepor-se à insegurança da etnia.

Privilegiar o lazer associado ao conhecimento, em detrimento da lógica material, parece coadunar-se com as características de um grupo com recur-

10. Recorreu-se à análise factorial de correspondências, técnica de análise multivariada.

sos não só económicos mas também intelectuais. Assim, de forma mais inequívoca, ressalta o desejo de viajar, caso o acaso aconteça: mais uma vez a componente individual a emergir. A segunda ordem de prioridades vai para o investimento em Cabo Verde, o que, apesar de tudo, revela apego à terra-mãe.

Os "velhos imigrantes" cabo-verdianos. Grupo formado por indivíduos mais velhos (alguns com mais de oitenta anos), a residir há mais tempo em Portugal, com elevada presença de reformados. Predominam os trabalhadores da construção civil. São sobretudo originários de Sotavento que mais se destacam, sendo típico o percurso migratório *Cabo Verde* ⇒ *São Tomé* ⇒ *Portugal*, de resto o fluxo migratório que enquadra o grupo com uma inserção mais desqualificada no espaço de imigração.

A "apresentação de si" — uma das formas de operacionalização das auto-imagens — seria feita apenas através do nome. Duas interpretações surgem-nos como plausíveis: o maior grau de africanidade existente entre os originários de Sotavento faz emergir uma sobrevalorização da família, grupo primário de referência que, em situação de imigração, actua como referente básico e fundamental. Daí a importância do nome não como característica singular, antes, pelo contrário, como sinal de um colectivo — a família; a outra interpretação, quem sabe a mais plausível, aponta para a dificuldade que o exercício de imaginação impunha. Com efeito, a forma comum que uma apresentação pessoal assume é a referência do nome.

"Gostava de ser rico" é a declaração que melhor discrimina o grupo. Prevalcem as preocupações de índole material na definição do "eu" ideal traduzindo-se também na hipótese remota de uma lotaria: "Deixava de trabalhar" é a expressão que melhor os distingue dos restantes. Descentra-se o "olhar para o umbigo" (o que verificámos para a classe dominante), para as "coisas", os valores materiais que nunca tiveram.

Quadros técnicos, de imigração recente. Grupo vindo directamente de Cabo Verde em data mais recente, com idades, sobretudo, entre 40 a 50 anos. Têm habilitações superiores. Relativamente às imagens que revelam, apenas ressalta o facto de se apresentarem como emigrantes em Portugal. Do conjunto da informação, parece ser um grupo muito particular e pouco significativo, pelo que lhe daremos importância limitada.

As mulheres imigrantes. O grupo é constituído por mulheres, domésticas ou comerciantes, com baixo nível de escolaridade e que chegaram a Portugal nos anos 80. São as que vêm juntar-se aos maridos há mais ou menos tempo imigrados em Portugal.

Gostariam de ter uma profissão melhor, embora não muito qualificada (as ambições são na realidade bastante limitadas), e escolaridade.¹¹

Dimensão estrutural das imagens	Oposição correspondente
"o que sou"	identidade de classe (valorização da profissão) <i>versus</i> identidade étnica (valorização da nacionalidade e estatuto de imigrante)
"o que gostaria de ser"	valorização do que são <i>versus</i> valorização do que não são
"o que faria"	dimensão lúdica (lazer, conhecer) <i>versus</i> dimensão material (melhorar condições de vida)

Figura 5.1 Dimensões estruturais das representações e identificação das oposições correspondentes

O grupo caracteriza-se mais pela variável relativa à possibilidade de se tornar repentinamente possuidor de um capital económico elevado. Assim, distinguem-se dos restantes grupos por desejarem, concretizada essa hipótese, (i) fazer uma casa em Cabo Verde, (ii) mandar chamar o resto da família, (iii) ajudar os pobres, por ordem de preferência. Decididamente são os dominados a falar: predominam os valores da família e solidariedade social para com os mais desfavorecidos e ainda o desejo de regressar, indício de uma não integração.

A maioria dos inquiridos — onde se encontra sobrerrepresentado o grupo dos que vieram directamente de Cabo Verde entre 1974 e 1979, sendo, sobretudo, originários de Sotavento e quase todos trabalhadores com a 4.ª classe — apresentar-se-iam referindo o nome de família e a nacionalidade. Costariam de ter tido uma profissão melhor, independentemente de esta ser mais qualificada. Se lhes saísse o Totoloto, iriam para Cabo Verde (opção mais frequentemente apontada — 32,9%), outros investiriam em Portugal (quer investimento económico, quer a compra de casa) ou iriam visitar a sua terra.

A estrutura das auto-imagens

Invertem-se os papéis das variáveis: as representações são agora consideradas como activas, ou seja, substantivamente significa que se pretende detectar a estrutura do pensamento, das representações e imagens,¹¹ tentando

11 O peso de mulheres cabo-verdianas que frequentam os cursos de alfabetização é disso revelador.

12 As respostas às questões que operacionalizaram as representações foram sujeitas a uma análise de conteúdo temática, cujo sistema de categorias foi constituído *a posteriori*. O critério utilizado foi o da similitude semântica dos termos usados. Dado que se pediam

depois definir essa estrutura a partir das variáveis de caracterização dos grupos. A análise resulta interessante para além de que confere solidez à anterior, já que se confirmam os perfis observados.

Podemos destacar algumas oposições fundamentais em termos da estrutura das representações (cf. figura 5.1). Perante o desafio da autodescrição (imagem individual) surge, de um lado, a descrição pela afirmação de características individuais — afirmação do sujeito social —, mas que ao mesmo tempo faz emergir uma identidade de classe (já que se recorre também a características que situam os indivíduos na estrutura social) e, do outro lado, a descrição pela inclusão num grupo minoritário (interiorização da situação de dominado), fazendo emergir a identidade étnica. É esta articulação fortemente intrincada entre representações sociais e identidades que aqui queremos novamente destacar e que só é possível desagrilhoar artificialmente por necessidade de operacionalização de conceitos tão complexos.

A outra dimensão que atravessa a estrutura representacional e que se refere ao "eu ideal" faz sobressair a bipolaridade entre a autovalorização traduzida na coincidência entre expectativas e realizações (objectivos atingidos, mesmo que não decorram de uma acção planeada) e a valorização daquilo que não são mas que gostariam de ser (consciência do insucesso e conseqüente insatisfação). Podemos destringir a emergência de uma imagem positiva definida por Codol (1979) como a capacidade de influenciar os seres e as coisas, de *nutriser* o contexto e de ter representações de si mais favoráveis que dos outros. É um sinal de adaptação social. Há, no entanto, flutuações que dependem das experiências pessoais e mais particularmente das interacções com os outros (Rodríguez-Tomé, 1972) e da sua pertença a grupos e categorias sociais (Tajfel, 1978).

Finalmente, emerge a oposição entre a importância dada à dimensão do prazer, que de resto se prende com a satisfação em termos de realização pessoal que acabámos de referir, e a importância de uma vida minimamente confortável.

Agora, que protagonistas sustentam estas oposições? Qual a relação entre a estrutura representacional e as posições objectivas que os indivíduos ocupam na estrutura social? Não querendo cair em maniqueísmos redutores, a esquematização que relaciona esta estrutura com as características dos indivíduos que as sustentam (dicotomizámo-los em classes dominante e dominada¹³) parece-nos esclarecedora na medida em que confirma algumas verificações encontradas no capítulo anterior sobre a construção de identi-

três palavras ou expressões que constituiriam a apresentação a lazer a alguém hipotético, considerámos as três respostas por indivíduo.

13 A classificação resulta da síntese entre a escolaridade e categoria socioprofissional, como já foi anotado.

Classe dominante	Classe dominada
Saliência do eu e sobreposição da identidade de classe	Não saliência do eu e sobreposição da identidade étnica
Coincidência entre resultados e expectativas	Desfasamento entre resultados e expectativas
Valorização do prazer	Valorização da dimensão material

Figura 5.2 Relação entre posição estrutural dos sujeitos (classe social) e estrutura representacional

dades enquadradas pelas trajectórias e posição ocupada na estrutura social (cf. figura 5.2).

Em suma, não obstante no capítulo anterior se ter concluído por uma forte consciência étnica do conjunto dos cabo-verdianos inquiridos, as imagens individuais estão em perfeita consonância com os pressupostos teóricos de que partimos: os dominantes afirmam-se como seres individualizados e singulares (afirmação de características individuais) e que, no contexto de dominação (são dominados etnicamente), fazem emergir identidades que os valorizam, ou seja, salientam a sua identidade de classe que dilui as diferenças étnicas quando comparados com os da mesma classe social; pelo contrário, os dominados (economicamente) apegam-se à categoria étnica de pertença (afirmação de características colectivas), resultando daí uma despersonalização dada pela insegurança do seu estatuto económico e social. Como referiu Apfelbaum (1979), "a concepção dos grupos dominados caracteriza-se pela invisibilidade individual dos seus membros" (citado in Amâncio, 1992). Os grupos dominantes, pelo contrário, afirmam-se como sujeitos sociais, como fazedores de história.

Estas relações vêem-se fortalecidas, no primeiro caso (grupos dos dominantes), com a valorização da identidade de facto (traduzida em satisfação e o sucesso) própria das classes dominantes e, no segundo (grupo dos dominados), a valorização do que não conseguiram alcançar (traduz-se em insucesso e insatisfação).

A estrutura dos grupos e a imagem do ingroup e outgroup

Pretende-se agora, no mesmo plano, descrever os perfis sociais dos grupos de cabo-verdianos dando conta das representações que fazem em direcção ao *ingroup* (os cabo-verdianos) e *outgroup* (os portugueses). Recordamos que as imagens foram operacionalizadas do seguinte modo: imagens do *ingroup*

("pensando agora na maneira de ser dos cabo-verdianos, por favor indique três palavras que, na sua opinião, os caracterizem"); imagens do *outgroup* ("indique três palavras que caracterizem os portugueses em geral"). Evidenciaram-se os grupos anteriormente descritos, agora portadores das imagens a seguir desenhadas.

A elite cabo-verdiana em Portugal. A elite anteriormente descrita (note-se que os grupos sociais mantêm-se com os mesmos contornos) opta preferencialmente por referenciar os *cabo-verdianos* em termos de símbolos da sua cultura (cachupa, crioulo, morna, etc.). Destacam-se dos restantes por fazerem apreciações negativas (violentos, desordeiros, malcriados), mas simultaneamente produzem afirmações valorizadoras dos cabo-verdianos: estes são ambiciosos e lutadores, orgulham-se da sua terra e do facto de serem cabo-verdianos e também são inteligentes e estudiosos. A contradição explica-se:

O cabo-verdiano é francamente humilde, quando bem tratado é capaz de despir a camisa. Quando tocam no seu orgulho, é violento. É muito cioso da sua posição. Assume-se com características próprias. Temos uma sociedade interna muito aberta, marcada pela entreajuda. A violência só surge quando há provocação. [entrevista 9]

O cabo-verdiano é uma pessoa honesta, franca, amiga, mas que não permite que lhe pisem os calos. [entrevista 13]

Por outro lado, uma outra interpretação parece-nos bastante verosímil. A avaliação dirige-se simultaneamente a diferentes grupos: na generalidade (referência 1), o cabo-verdiano é um "povo trabalhador e lutador, orgulhoso da sua origem", alguns (referência 2), no entanto (entre os indivíduos das classes baixas, maioritariamente "badios"¹⁴), são "desordeiros e violentos" e finalmente a elite, a média ou pequena burguesia (referência 3), é "inteligente e estudiosa".

Quanto aos portugueses, as avaliações são mais marcadamente negativas, embora alguns atributos positivos surjam com algum significado (veja-se as contribuições absolutas dos adjectivos negativos): "Materialistas, egoístas, oportunistas e desconfiados." De facto, esta dimensão materialista que atravessa o conjunto de avaliações negativas é algo que, na sua óptica, melhor distingue os cabo-verdianos dos portugueses e que se traduz na maneira de estar e relacionar-se com os outros. Nas entrevistas semidirecti-

14 Designação dada aos originários de Santiago, ilha donde provém, sobretudo, a mão-de-obra mais desqualificada.

vas, esta questão fica mais clara: a solidariedade é um valor fundamental sempre presente em cada cabo-verdiano, resultado, até, não só do espaço físico limitado onde cresceram, mas também das condições adversas que moldaram a sua existência.

Mais importante que "ter" é "ser". Os actores documentam bem este aspecto:

Estava habituado a uma vizinhança aberta, sem portas fechadas, sem o vizinho a observar a mobília, a cama por fazer, etc. Em Cabo Verde temos tempo para tudo. É um dia muito longo, a amizade, ajuda e solidariedade dá-nos um dia diferente.

[entrevista 9i]

O cabo-verdiano é mais humano. Vive mais o seu semelhante.

[entrevista 13]

Os "velhos imigrantes" cabo-verdianos. O grupo mais idoso e há mais tempo fixado em Portugal, tal como o caracterizámos na análise anterior, quando solicitado a avaliar o seu próprio grupo mostra-se particularmente sensível à "falta de respeito", à linguagem obscena de alguns e aos desacetos que por vezes provocam. Tal como o grupo anterior, e por ser uma população mais idosa, distingue-se pela avaliação crítica e negativa que faz. Mais uma vez parece tratar-se de uma questão geracional que aqui está presente.

Relativamente à descrição do *outgroup*, não se destaca nenhum adjectivo em especial.

Quadros técnicos, de imigração recente. Distinguem-se pela negatividade das características que imputam aos portugueses: mal-educados (embora esta coexista com a sua simétrica, bem-educados), materialistas, egoístas, oportunistas e ainda racistas. Saliente-se a neutralidade com que se referem aos da sua nacionalidade: "Os cabo-verdianos são como qualquer outro povo." O menor tempo de imigração traduz-se numa pior integração (neste caso, subjectiva) revelada nos processos interactivos com a sociedade receptora.

As mulheres imigrantes. As mulheres menos escolarizadas e com profissões mais desqualificadas ou domésticas, apesar de considerarem o seu grupo racista, aderem menos a estereótipos: "há de tudo" num e noutro caso.

Em termos médios, ou seja, a maioria, descreve o cabo-verdiano como solidário, amigo, unido, trabalhador, farrista e alegre. Os portugueses também são amigos, mas também racistas. Não entanto, "há de tudo".

Concluindo, parece-nos que o factor idade varia na razão directa da negatividade das avaliações em direcção ao *ingroup*, ou seja, quanto maior o

escalão etário mais negativas as apreciações relativas aos cabo-verdianos.

Dentro do grupo com elevado nível sociocultural, a separação é feita não só segundo o sexo e idade mas também por tempo de imigração. O grupo mais recentemente chegado é muito crítico quando se pronuncia acerca dos portugueses, contrariamente aos outros, o que é um sinal de desintegração dos primeiros. Note-se também, embora aqui essa questão não esteja explícita, que o grupo que designámos elite cabo-verdiana, com elevado peso de "retornados", é politicamente distinto daquele que veio directamente de Cabo Verde nos anos 80. Como se disse, este inclui quadros mais jovens, muito provavelmente mais próximos do sistema político actual (1989) de Cabo Verde. Isto vai-se traduzir na produção das imagens em relação à sociedade receptora do país ex-colonizador. Contudo, não temos dados que objectivamente classifiquem os indivíduos segundo as suas posições político-ideológicas, pelo que apenas avançamos com interpretações hipotéticas.

Do conjunto da informação constatamos uma maior tolerância relativamente ao "outro" entre os indivíduos com recursos económicos e culturais inferiores. A simplicidade do discurso expressa nas respostas "é bom" (quando indagados acerca dos portugueses) não nos parece ser tanto o resultado de uma menos boa capacidade discursiva, mas mais a tradução de aceitação e tolerância em relação ao meio envolvente.

A interiorização do estatuto de dominado (nos indivíduos com menores recursos) traduz-se na aceitação tácita desse papel e conseqüentemente na tolerância face ao grupo dominante. Isto mesmo vem reforçado na análise que se segue.

A estrutura das imagens do ingroup e do outgroup

Considerando as variáveis representacionais — as imagens — a análise realizada evidenciou a oposição entre uma atitude universalista, no sentido de que "há de tudo em todos os povos", e uma carregada de estereótipos e avaliações. Observou-se, ainda, uma atitude mais tolerante em relação ao *outgroup* contra outra mais crítica e negativista.

As variáveis de caracterização que melhor ilustram as dicotomias encontradas referem-se ao nível de escolaridade. Assim, a produção de adjectivos é tanto maior quanto maior o nível de instrução — a capacidade discursiva mas também o grau de tolerância diferenciado parecem ser duas ordens de razões verosímeis para a compreensão da questão. Os menos escolarizados demonstram uma atitude tanto universalista quanto tolerante em relação ao "outro".

Concluindo, a questão fundamental que pretendemos reter e rentabilizar a partir da análise empírica aqui realizada prende-se com a produção simbólica das imagens dos indivíduos acerca de si e dos grupos que os

enquadram, e se lhes opõem, na relação com as posições ocupadas na estrutura social. A ordem simbólica criada pelo grupo dominante, e que decorre da desigual distribuição de bens económicos e culturais entre indivíduos, manifesta-se nas imagens explicitadas pelos actores.

A classe social e etnia, se não foram determinantes, pelo menos orientaram, de forma mais ou menos consciente, as percepções e atribuições. O grupo dominante imagina-se como sujeito social. É mais um grupo simbólico que um grupo concreto. Afirma as suas qualidades individuais em detrimento da sua pertença a um grupo.

O dominante não se pensa como um ser determinado pela sua pertença a um grupo. Vê-se, antes de tudo, como um ser individualizado, como um actor voluntário, livre e autónomo, ou como um sujeito da acção e da história. (...) O ser do dominado, pelo contrário, seria definido como um elemento indiferenciado duma colecção de elementos impessoais e pensado mais como objecto do que como sujeito (Almeida, s/d).

Os cabo-verdianos com elevados recursos económicos e culturais produzem um discurso simbólico próprio de um grupo dominante, donde se constata a saliência da identidade de classe (a classe é que o torna dominante), em relação à identidade étnica, na construção da auto-imagem. Quando transferidos para um outro contexto, o do confronto com a etnia dominante, a marcação da diferença é clara e inequívoca. O processo de atribuição é fértil, ou seja, é grande e variada a adjectivação quer em relação ao *ingroup*, quer ao *outgroup*. Não só se marca a diferença como se negativiza o "outro" e se valoriza positivamente o "seu" grupo. Contudo, ainda relativamente ao *ingroup*, emergem demarcações simbólicas em relação aos membros do grupo, reveladoras da heterogeneidade do mesmo. Mais uma vez, trata-se de uma demarcação de classe e não de etnia. Diferenciam-se de subgrupos, ou talvez de indivíduos, cujas práticas são o reflexo da posição social marginalizada que ocupam no espaço da imigração.

Pelo contrário, os indivíduos da classe dominada afirmam-se como membros de um grupo étnico ou como imigrantes — grupos dominados étnica e/ou socialmente. A produção de imagens acerca do seu e do outro grupo, se é pobre devido aos fracos recursos culturais que obstam a uma maior capacidade de abstracção, já que ao imaginário se apela, também é reveladora de uma atitude mais universalista e cosmopolita em relação ao exterior. Não se confunda isto com qualquer espécie de amestramento ou deculturação, longe disso, os cabo-verdianos sobrevalorizam a sua identidade étnica, como a todo o momento da pesquisa o demonstrámos.

CONCLUSÃO

Viveremos o nosso presente de forma diferente, de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-los (Connerton, 1993: 2.)

O património cultural herdado pelo povo cabo-verdiano traduz-se nas mais diversas práticas, sendo a língua aquela que melhor exprime uma diferença, mas também uma origem e uma história comuns. Se alguns há que a usam de uma forma absolutamente instrumental e pragmática (os que não dominam a língua do país de imigração, ou seja, os detentores de capital escolar inferior), outros utilizam-na com o propósito da revalorização cultural e afirmação da sua singularidade em relação à sociedade receptora.

Da mesma forma que se estabelecem relações diferentes com a língua de origem, também a ligação à terra-mãe é feita de modo diverso, quer através de vínculos mais concretos (envio de bens, dinheiro, cartas à família que ainda lá ficou), quer de uma forma simbólica (a memória de uma realidade já distante). Com efeito, são sobretudo o tempo de imigração e as trajectórias individuais — estas dando visibilidade a um conjunto estruturado de experiências — que explicarão esta ligação, a qual, por sua vez, se reflecte nas expectativas face ao regresso. Enquanto para uns aquele constitui a esperança que acalentam, tendo, contudo, noção da sua inverosimilhança — balança-se entre o querer e o poder, acabando por vencer este último —, para outros o regresso não faz parte do futuro que imaginam. Em qualquer dos casos, a valorização da terra-mãe (o mito da origem comum), com mais ou menos racionalidade, mais ou menos emoção, é transversal aos cabo-verdianos a residir em Portugal, constituindo uma marca de distinção na sociedade receptora.

As identidades emergem da percepção da diferença que ocorre nos contextos de interacção com "outros significativos" — parceiros de interacção relevantes, membros do seu grupo ou do outro grupo. Neste caso particular, dois níveis de diferença pareciam cruciais como orientadores dos

comportamentos e atitudes: a etnia, que dividia os imigrantes da sociedade receptora, e a classe social, que, em alguns casos, se justapõe àquela primeira divisão ao mesmo tempo que compartimenta internamente o grupo. Num e noutro caso, trata-se de uma diferença de poder (simbólico e cultural, no primeiro caso, económico e social, no segundo), que estabelece fronteiras entre dominantes e dominados.

Salientámos a maleabilidade das fronteiras no caso dos dominantes cabo-verdianos (do ponto de vista económico e social) que, ao nível simbólico, reforçavam a sua etnicidade, valorizando-a positiva e orgulhosamente, ao mesmo tempo que, ao nível dos comportamentos, se aproximavam da classe dominante da sociedade receptora. Trata-se de uma *ethclass* específica, só aparentemente contraditória: a segurança que a classe lhe confere sobre põe-se à insegurança da etnia. Pelo contrário, as fronteiras são tão rígidas quanto opacas quando se fala nos duplamente dominados — os cabo-verdianos que a exclusão social acolheu.

Com efeito, os processos interactivos construtores de identidades prespõem uma relação de poder, que está implícito na produção de significado nos processos de interacção: privilegiam-se relações que proporcionam maior estabilidade e segurança (relações electivas) e preterem-se aquelas que surgem como ameaçadoras, tendo em conta o espaço desigual (em termos de poder simbólico) onde elas ocorrem.

Independentemente das desigualdades que separam os protagonistas, uma realidade é possível de ser afirmada com segurança: a etnicidade actua como vector de coesão simbólica para o conjunto da população cabo-verdiana. Existe um sentido do "nós", embora, ao nível das práticas, ele desapareça para residir em unidades menos alargadas — as *ethclasses*. Simultaneamente, e com a mesma convicção e generalidade, é reconhecida a sua importância para a sociedade de imigração em termos de desenvolvimento económico.

A saliência da identidade étnica é um dos aspectos relevantes deste estudo a avaliar pela clara identificação dos cabo-verdianos com o grupo étnico de pertença e pela positividade que atribuíram a essa pertença. Contudo, a identidade de classe tornava-se saliente para os dominantes quando estes abandonavam o plano distante das identificações simbólicas para se situarem ao nível das práticas, da realidade quotidiana.

Concomitantemente, no plano avaliativo, os dominantes destacavam-se pela valorização positiva do seu grupo, a nível global e relacional, mas já se distanciavam dos restantes quando a avaliação se processava no plano pragmático. Efectivamente, são os que possuem níveis baixos de qualificação escolar e profissional e que maioritariamente desempenham actividades profissionais em condições laborais mais árduas que maior valor dão aos cabo-verdianos quando comparados com os portugueses ("os cabo-verdianos trabalham mais que os portugueses"). Simultaneamente, são sobretudo

os dominados os mais críticos em relação ao seu grupo no que respeita a conflitualidades expressas no dia-a-dia.

Em suma, correndo o risco de uma esquematização por definição redutora, poderia afirmar-se que, embora ao nível do simbólico a saliência da identidade étnica seja comum aos cabo-verdianos quando confrontados com a maioria (os portugueses), ao nível da *praxis* ocorre uma identificação dos dominantes cabo-verdianos com os que têm níveis de vida semelhante, sejam eles cabo-verdianos ou portugueses. Em termos de avaliação do grupo, são os dominados os mais negativos no plano relacional, mas mais positivos no plano pragmático-instrumental.

Classe social e etnia são factores, se não determinantes, pelo menos orientadores dos comportamentos, percepções e atribuições. Tal como a seu tempo concluimos, "o grupo dominante imagina-se como sujeito social. É mais um grupo simbólico que um grupo concreto. Afirma as suas qualidades individuais em detrimento da sua pertença a um grupo". Pelo contrário, os indivíduos pertencentes à classe dominada sentem a necessidade de se afirmar enquanto membros de um qualquer grupo — neste caso, afirmam-se como cabo-verdianos ou imigrantes, marcando implicitamente as fronteiras em relação a uma maioria por forma a sentirem-se seguros entre os "seus".

BIBLIOGRAFIA

- Abou, S., 1981, *L'identité culturelle*, Paris, Editions Anthropos.
- Alberoni, F., 1963, "Tipologia delle migrazioni esteriori", *Studi di sociologia*, (3).
- Allaire, Y., Firsirotu, M., 1984, "Theories of organizational culture", *Organization Studies*, 5/3, pp. 193-226.
- Almeida, C., 1974, "Reflexions sur le processus d'integration des travailleurs migrants", *Actes du II Congrès de la Société Suisse de Sociologie*, Suíça.
- Almeida, C., 1974, "Migration, classe et ethnie", *Actes du Congrès de la Société Suisse de Sociologie*.
- Almeida, C., 1976, "Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação", *Análise Social*, Vol. XII (48), pp. 203-212.
- Almeida, C., s/d, "Modernité et acculturations — a propos des travailleurs emigrés", *Communications*, sem referência.
- Almeida, J. F., et al., 1992, *Exclusão Social*, Oeiras, Celta.
- Amâncio, L., 1992, *A Articulação Psicossociológica na Análise das Relações Intergrupos*, II Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Amaro, R., 1986, "Emigração e desenvolvimento em Cabo Verde", *Economia e Socialismo*, Ano X, n.º 69/70, Dez. 1986, pp. 129-42.
- Andúzian, S., Catani, M., e outros, 1983, *Vivir entre dos culturas*, Espanha, UNESCO.
- Andrade, E., 1984, *Histoire économique des îles du cap vert de la "découverte" à l'indépendance (1460-1975)*, tese de doutoramento do terceiro ciclo, sob orientação de M. Claude, Université Paris VII.
- Appleyard, R. (org.), 1989, *The Impact of International Migration on Developing Countries*, Paris, OECD.
- Ariese, 1985, *Sans qu'il y ait jamais accord entre les phases*, Université de Lyon.
- Arroteia, J., 1984, *A Emigração Portuguesa, as Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Ashforth, B., Macl, F., 1989, "Social identity theory and the organization", *Academy of Management Review*, Vol. 14, n.º 1, pp. 20-39.
- Baganha, I., 1993, "Interesses colectivos versus interesses individuais, a política americana de imigração, 1776-1927", in colectivo, *Emigração Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Balakrishnan, T., 1976, "Ethnic residential segregation in the metropolitan areas of Canada", *The Canadian Journal of Sociology*, Vol. 1, n.º 4.
- Ballard, R., Ballard, C., 1991, "The Sikhs, the development of South Asian settlements in Britain", in Watson, J. (org.); *Between Two Cultures*, Oxford, Basil Blackwell.

- Banton, M., 1972, *Racial Minorities*, Londres, Fontana.
- Banton, M., 1979, "Two theories of racial discrimination in housing", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 2, n.º 4, pp. 416-427.
- Banton, M., 1979a, "Analytical and folk concepts of race and ethnicity", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 2, n.º 2, pp. 127-138.
- Banton, M., 1983, *Racial and Ethnic Competition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Banton, M., 1988, *Racial Consciousness*, Londres, Longman.
- Bardin, L., 1979, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barth, F., 1969, *Ethnic Groups and Boundaries*, Londres, Allen e Unwin.
- Bartoli, H., 1966, "Analyse et signification des migrations de main-d'oeuvre", *Cahiers de l'ISEA*, n.º 177, Setembro, p. 136.
- Beauvois, J. L., Vala, J., Monseil, J. M. (orgs.) *Perspectives cognitives et conduites sociales, jugements sociaux et changements des attitudes*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.
- Becquart-Leclercq, J., 1979, "Réseau relationnel pouvoir relationnel", *Revue française de science politique*, 29 (1), pp. 102-128.
- Begag, A., 1988, "La mobilité spatiale des immigrants et ses effets sociaux", *International Migration*, Vol. XXVI, n.º 2, pp. 199-215.
- Beijer, G., 1986, "Modern patterns of international migratory movements", in Jackson, J. A., 1986, *Migration*, Londres, Longman.
- Bennet, S., Bowers, D., 1976, *An Introduction to Multivariate Techniques for Social Behavioural Sciences*, Londres, MacMillan Press.
- Benzécri, J., 1980, *Analyse des Correspondances*, Paris, Dunod.
- Berger, P., Luckmann, T., 1973, *A Construção Social da Realidade* (8.ª edição), Editora Vozes, Petrópolis.
- Bergman, E., 1989, "Social effects of migration in receiving countries", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 2, pp. 217-231.
- Berkowitz, S., "Afterword, toward a formal structural sociology", in Wellman, B., e Berkowitz, S., *Social Structures, a Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 477-497.
- Borrie, W. D., 1959, "The cultural integration of immigrants", *Population and Culture*, n.º 4, UNESCO, pp. 89-185.
- Boudon, R., s/d, *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa, Rolim.
- Bourdieu, P., Passeron, J., 1968, *Le métier du sociologue*, Paris, Mouton/Bordas.
- Boyer, R. (org.), 1986, *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, Éditions La Découverte.
- Burawoy, M., 1976, "The functions and reproduction of migrant labour", *American Journal of Sociology*, 81, pp. 1051-87.
- Cadwallader, M., 1989, "A conceptual framework for analysing migration behaviour in the developed world", *Progress, Human Geography*, 13, (4), pp. 494-511.
- Camic, C., 1989, "Structure after 50 years, the anatomy of a charter", *American Journal of Sociology*, Vol. 95, n.º 1, pp. 38-107.
- Camilleri, C., 1962, "Les rapports familiaux du jeune Tunisien de culture occidentale", *Enfance*, Janeiro-Fevereiro, pp. 35-51.
- Camilleri, C., 1980, "Les émigrés maghrébins de la seconde génération, contribution à une étude de leurs évolutions et de leurs choix culturels", *Bulletin de psychologie*, T. XXXIII, n.º 347, pp. 985-995.
- Camilleri, C., 1990, "Identité et gestion de la disparité culturelle, essai d'une typologie", in Camilleri et al., *Stratégies identitaires*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Catani, M., 1986, "Les migrants et leurs descendants entre devenir individuel et al. légence chéthoniennne", *Cahiers internationaux de sociologie*, Vol. LXXXI, pp. 281-298.
- Cardoso, F. H., Faletto, E., 1971, *Dependência e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Carreira, A., 1983 (2.ª edição), *Cabo Verde, Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Cabo Verde, Instituto Cabo-Verdiano do Livro (1977, 1.ª edição).
- Carreira, A., 1984 (2.ª edição), *Cabo Verde (Aspectos Sociais: Secas e Fomes do Século XX)*, Lisboa, Ulmeiro (1977, 1.ª edição).
- Carvalho, A., 1991, prefácio in Mariano, G., *Cultura Cabo-Verdiana — Ensaio*, Lisboa, Vega.
- Cashmore, E., 1988, *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Routledge, Londres.
- Certeau, M., 1986, "Économies ethniques, pour une école de la diversité", *Annales ESC*, n.º 4, pp. 789-815.
- Clark, W. A. V., 1982, "Recent research on migration and mobility, a review and interpretation", *Progress in Planning*, 18.
- Codol, J., 1970, "Influence de la représentation d'autrui sur l'activité des membres d'un groupe expérimental", *L'Année psychologique*, pp. 131-150.
- Codol, J., 1980, "La quête de la similitude et de la différentiation sociale, une approche cognitive du sentiment d'identité", in Tap, P. (org.), *Identité individuelle et personnalisation*, Toulouse, Privat.
- Coenen-Huther, J., 1985, "Formes de sociabilité urbaine et modernité", in *Questions de Sociologie Urbaine*, Comité de Recherche de la Planification et de l'Urbanisation, Société Suisse de Sociologie, IREC, Lausanne.
- Cohen, R., 1987, *The New Helots, Migrants in the International Division of Labour*, Farnborough, Avebury.
- Cole, M., s/d "Race" and class or "race", class, gender and community? A critical appraisal of the radicalised fraction of the working-class thesis", *The British Journal of Sociology*, Vol. 40, n.º 1, pp. 118-129.
- Colectivo, 1971, "Dimension de la situation raciale", *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 4, Vol. XXIII, 1971.
- Colectivo, 1980, *Cultural Identity and Structural Marginalization of Migrants Workers*, Paris, European Science Foundation.
- Comerly, C., 1985, "The community question, an extension of Wellman and Leighton", *Urban Affairs Quarterly*, Vol. 20, n.º 4, pp. 537-556.
- Comerton, P., 1993, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.
- Connor, W., 1990, "When is a nation?", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 13, n.º 1, pp. 92-103.
- Constantinides, P., 1991, "The Greek Cypriots, factors in the maintenance of ethnic identity", in Watson, J. (org.), *Between Two Cultures*, Basil Blackwell, Oxford.
- Cox, D., s/d "Welfare services for migrants, can they be better planned?", sem referência.
- Courgeau, D., 1982, *Three Centuries of Spatial Mobility in France in Study on the Dynamics, Evolution and Consequences of Migrations II*, UNESCO, Paris.
- Cox, O., 1970, *Castle, Class and Race*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Duschamps, J., C., 1982, "Social identity and relations of power between groups", in Tajfel, H. (org.) *Social Identity and Intergroup Relations*, Londres, Cambridge University Press.
- Devereux, G., 1970, *Essais d'ethnopsychiatrie générale*, Paris, Gallimard.
- Devereux, G., 1980, *De l'anxiété à la méthode dans les sciences du comportement*, Paris, Flammarion.
- De Vos, G., Romanucci-Ross, L., 1975, "Ethnicity, vessel and meaning and emblem of contrast", in De Vos, G., Romanucci-Ross, L., *Ethnic Identity, Cultural Continuities and Change*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Doise, W., Palmonari, A., 1986, *Représentations sociales*, Paris, Delachaux e Niestlé.
- Driver, F., 1988, "The historicity of human geography", *Progress in Human Geography*, 12 (4), pp. 497-506.
- Dumond, W., 1989, "Family and migration", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 2, pp. 251-270.
- Eisenstadt, S. N., 1951, "Recherches sur l'adaptation sociale et culturelle des migrants", *Bulletin international des sciences sociales II*, n.º 2.

- Emmison, M., Western, M., 1990, "Social class and social identity, a comment on Marshall et al.", *Sociology*, Vol. 24, n.º 2, pp. 241-253.
- Esteves, M. C. (org.), 1991, "Portugal, país de imigração", *Cadernos IED*, n.º 22, Lisboa, IED — Instituto de Estudos e Desenvolvimento.
- Fairchild, H., 1925, *Immigration, a World Movement and its American Significance*, rev. ed., Nova Iorque, Macmillan, pp. 13.
- Fenelon, J., 1981, *Qu'est-ce que c'est l'analyse des données?*, Paris, Lefonem.
- Ferraro, F., 1983, *Histoire et histoires de vie*, Paris, Librairie de Méridiens.
- Ferreira, E., 1976, *Origens e Formas da Emigração, o Impacto sobre o Desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Ferreira, M., 1985 (3.ª edição), *A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano Editora (1965, 1.ª edição).
- Fielding, A. J., 1985, "Migration and the new spatial division of labor", in White, P. F., e Van Der Knaap, G. (orgs.), *Contemporary Studies of Migration*, Norvich, Geo Books, 173-80.
- Findlay, A. J., 1987, *The Development Implications of Skilled International Migration for Host and Sender Societies*, Glasgow, University of Glasgow, Department of Geography Occasional, Paper n.º 20.
- Findlay, A. J., 1989, "International migration of highly skilled manpower, theoretical and developmental issues", in Appleyard, R. (org.), 1989, *The Impact of International Migration on Developing Countries*, Paris, OECD.
- Findlay, A., 1990, "A Migration channels approach to the study of high level manpower movements, a theoretical perspective", *International Migration*, Vol. XXVIII, n.º 1, Março, pp. 15-23.
- Findley, S. E., 1987, An interactive contextual model of migration in Llocas Norte, the Philippines, *Demography*, 24, 2, 163-190.
- Fried, C. (org.), 1983, *Minorities, Community and Identity*, Berlin, Springer-Verlag.
- Frank, A. G., 1971, "Le développement du sous-développement", *Critique de l'économie politique*, (3).
- Furnivall, J. S., 1939, *Netherlands India — A Study of Plural Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Geertz, C., 1963, *Old Societies and New States, The Quest of Modernity in Asia and Africa*, Free Press, Glencoe.
- Giddens, A., 1976, *New Rules of Sociological Method*, Hutchinson, Londres.
- Giddens, A., 1989, *Sociology*, Polity Press, Londres.
- Gordon, M., 1964, *Assimilation in American Life*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Guerra, I., 1991, *Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*, tese de doutoramento, Universidade François Rabelais, Tours.
- Guerra, I., Saint-Maurice, A., et al., 1992, *A comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, *Cadernos IED*, n.º 23, Lisboa, IED.
- Hechter, M., 1975, *International Colonialism, Celtic Fringe in British National Development, 1536-1966*, Routledge e Keegan Paul, Londres.
- Hechter, M., 1983, *The Micro Foundations of Macro Sociology*, Filadélfia, Temple University Press.
- Hughes, M., Demo, D., 1989, "Self-perceptions of black Americans, self-esteem and personal efficacy", *American Journal of Sociology*, Vol. 95, n.º 1, pp. 132-159.
- Gabriel, J., Ben-Iovim, G., 1979, "The conceptualization of race relations in sociological theory", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 2, n.º 2, pp. 190-212.
- Gallissot, R., 1987, "Sous l'identité, le processus d'identification", *L'Homme et la société*, n.º 83, pp. 12-67.
- Garcia, P. R., Jutila, S. T., 1988, "Socio-economic stratification generated by international migration loops", *International Migration*, Vol. XXVI, n.º 1, pp. 33-68.

- George, P., 1970, "Types of migration of the population according to the professional and social composition of migrants", in Jansen, C. (org.), 1970, *Readings in the Sociology of Migration*, Oxford, Pergamon Press.
- Chignon, R., Matalon, B., 1978, *Les enquêtes sociologiques*, Paris, Armand Colin.
- Giddens, A., 1984, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A., 1989, *Sociology*, Polity Press, Londres.
- Girard, A., 1971, "Attitudes des Français à l'égard de l'immigration étrangère. Enquête d'opinion publique", *Population*, n.º 5, Setembro-Outubro.
- Glazer, N., Moynihan, D. (orgs.), 1975, *Ethnicity*, Harvard, Harvard University Press.
- Goldcy, P., 1982, "Emigrantes e camponeses, uma análise da literatura sociológica", *Análise Social*, n.º 71.
- Goldscheider, C., 1989, "Migration and social structure, analytic issues and comparative perspectives in developing nations", in Stycos (org.), *Demography as an Interdiscipline*, New Brunswick, Transaction Pub.
- Gordon, M., 1964, *Assimilation in American Life*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Gordon, M., 1975, "Toward a general theory of racial and ethnic group relations", in, Glazer, N., Moynihan, D. (orgs.), *Ethnicity*, Harvard, Harvard University Press.
- Gordon, M., 1978, *Human Nature, Class and Ethnicity*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Cosselin, G., 1985, "Ethnicité au-delà, régionalisme en-deçà", *L'Homme et la société*, n.ºs 77-78, pp. 111-120.
- Guerra, I., 1991, "Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal de 1974 a 1986", tese de doutoramento, Tours.
- Guerra, I., Saint-Maurice, A., et al., 1992, *A comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Lisboa, *Cadernos IED*, n.º 23, Lisboa, IED.
- Guibentif, P., 1991, "Tentativas para uma abordagem sociológica do corpo", *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 9, pp. 77-89.
- Guillaumin, C., 1985, "Sur la notion de minorité", *L'Homme et la société*, n.ºs 77-78, pp. 101-109.
- Curr, T. R., 1970, *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press.
- Gurvitch, G., s/d, *La vocation actuelle de la sociologie*, Tome II, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 174-202.
- Hall, E., 1959, *The Silent Language*, Nova Iorque, Doubleday.
- Hechter, M., 1986, "Rational choice theory and the study of race and ethnic relations", in Rex, J. e Mason, D. (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Herskovits, M., 1952, "L'Acculturation, la réinterprétation", in, Kemper, T., *Les bases de l'anthropologie culturelle*, Paris, Payot.
- Hettlage, R., 1986, "Recherches sur les migrations en Allemagne Fédérale", *Revue Européenne des migrations internationales*, Vol. 2, n.º 2, pp. 165-193.
- Hindess, B., 1986, "Actors and social relations", in Wardell, M., e Turner, S. (orgs.), *Sociological Theory in Transition*, Boston, Allen e Unwin.
- Hodge, R., Klorman, R., 1978/79, "Dynamics social indicators models, some problems of theory, concept, and data", *Sociology and Social Research*, Vol. 63, n.º 4.
- Hollmann-Nowotny, H.-J., 1981, "A sociological approach toward a general theory of migration", in Kritiz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), 1981, *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.
- Hollis, M., Lukes, S. (orgs.), 1982, *Rationality and Relativism*, Oxford, Basil Blackwell.
- Houdaille, J., Sauty, A., 1974, "L'immigration clandestine dans le monde", *Problèmes économiques*, (1937).
- Jackson, J. A., 1991, *Migrações*, Oeiras, Celta.
- Jansen, C., 1970, *Readings in the Sociology of Migration*, Londres, Pergamon Press.

- Jenny, R., 1984, "Current trends and developments, the changing character of contemporary migration", *International Migration*, Vol. XXII, n.º 4.
- Jones, B., et al., s/d, "Toward a unified model for social problems theory", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 19, 3.
- Johnston, R., s/d, "The concept of the marginal man", *International Migrations*, Vol. III, n.ºs 1-2.
- Johnson, J. H., e Salt, J., 1990, "Labour migration, the general context", in Johnson, J. H., e Salt, J. (orgs.), 1990, *Labour Migration, the Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World*, Londres, David Fulton Pub.
- Kemper, T., Collins, R., 1990, "Dimensions of microinteraction", *American Journal of Sociology*, Vol. 96, n.º 1, pp. 32-68.
- Khan, S., et al., 1983, "Formation of consciousness", in Fried, C. (org.), *Minorities, Community and Identity*, Berlin, Springer-Verlag.
- Kahn, S., 1991, "The Pakistanis, Mirpuri villagers at home and in Bradford", in Watson, J. (org.), *Between Two Cultures*, Basil Blackwell, Oxford.
- Kelley, H., 1952, "Two functions of reference groups", in Swanson, G., et al., *Readings in Social Psychology*, Nova Iorque, Henry Holt e Co.
- Kindleberger, C., 1967, *Europe's Postwar, the Role of Labour Supply*, Harvard University Press.
- Klov Dahl, A. S., 1977, *Social Networks, Selected References for Course Design and Research Planning*, mimeografado, Camberra, Department of Sociology, Australian National University.
- Knights, D., Morgan, G., 1990, "The concept of strategy in sociology, a note of dissent", *Sociology*, Vol. 24, n.º 3, pp. 475-483.
- Kourvetaris, C., 1976, "An empirical test of Gordon's ethclass hypothesis among three ethnoreligious groups", *Sociology and Social Research*, Vol. 61, n.º 1, pp. 39-45.
- Krishnan, P., e Odynek, 1987, "A generalization of Petersen's typology of migration", *International Migration*, Vol. XXV, n.º 4, pp. 385-395.
- Kritz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), 1981, *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.
- Lal, B., 1986, "The Chicago School of American sociology, symbolic interactionism and race relations theory", in Rex, J., Mason, D., *Theories for Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lantieri, V., 1966, "Desintegration culturelle et processus d'acculturation", *Cahiers internationaux de sociologie*, Vol. XI, 1, Julho-Dezembro.
- Larose, S., 1985, "De la complexité des motifs de la migration, le cas haïtien", *Revue internationale d'action communautaire*, 14/54, pp. 23-33.
- Lemoine, M., 1989, "Effects of migration on family structure in the receiving country", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 2, pp. 217-231.
- Leveau, R., 1989, "Immigrés, états et sociétés", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 5, n.º 1, pp. 113-126.
- Lewis, G., 1982, "Human migration, a geographical perspective", Londres, Croom Helm.
- Lima, M., 1979, O crioulo de Cabo Verde, o bilinguismo e a escrita, *Seminário sobre a Problemática do Estudo e da Utilização do Crioulo*, Direcção-Geral da Cultura, Mindelo, 8-14 de Abril.
- Lind, H., 1969, "Internal migration in Britain", in J. A. Jackson, *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lipiansky, E., 1990, "Identité subjective et interaction", in Camilleri et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF, Presses Universitaires de France.
- Lucas, R., 1981, "International migration, economic causes, consequences and evaluation", in Kritz, M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 84-109.
- Luckás, G., 1968, *History and Class Consciousness*, Londres, Merlin Press.

- Malanowski, B., 1944, *A Scientific Theory of Culture*, University of North Carolina Press.
- Malewska-Peyre, H., 1990, "Le processus de dévalorisation de l'identité et les stratégies identitaires", in Camilleri et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.
- Mangalan, J., Scharzweller, H., 1970, "Some theoretical guide-lines toward a sociology of migration", *International Migration*, 4 (2).
- Mannheim, K., 1936, *Ideology and Utopia*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Mariano, G., 1991, *Cultura Cabo-Verdiana - Ensaio*, Lisboa, Vega.
- Marques, J., 1983, "Das estruturas cognitivas às representações sociais", *Psicologia*, 4, 239-250.
- Martinelli, P., Gordon, L., 1988, "Italians Americans, images across half a century", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 11, n.º 3, pp. 321-329.
- Mason, D., Rex, J., 1986, *Theories of Ethnic and Race Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McCall, G., Simmons, J., 1978, *Identities and Interactions*, Nova Iorque, Free Press.
- Mennell, S., 1990, "Decivilising process, theoretical significance and some lines of research", *International Sociology*, Vol. 5, n.º 2, pp. 205-223.
- Michaud, G. (org.), s/d, *Identités collectives et relations inter-culturelles*, Editions Complexe, Bruxelles.
- Michel, A., 1960, "La sociologie des relations raciales", *La Pensée*, n.º 89.
- Mitchell, J. C., 1974, "Social networks", *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299.
- Merton, R., 1968, *Sociologia - Teoria e Estrutura*, São Paulo, Edição Mestrepon.
- Mead, J., 1934, *Mind, Self and Society*, Chicago, University of Chicago Press.
- Mead, J., 1963, *L'Esprit, le soi et la société*, Paris, PUF.
- Miles, R., 1984, "Marxism versus the sociology of race relations?", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 7, n.º 2, pp. 217-237.
- Miles, R., Satzewich, V., 1990, "Migration, racism and 'postmodern' capitalism", *Economy and Society*, Vol. 19, n.º 3, pp. 334-358.
- Molohon, K., Paton, R., e Lambert, M., 1979, "An extension of Barth's concept of ethnic boundaries to include both other groups and developmental stage of ethnic groups", *Human Relations*, Vol. 32, n.º 1, pp. 1-17.
- Morais-Barbosa, J., 1967, "Crioulos", reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade Geografia de Lisboa*, introdução e notas de Morais-Barbosa, Lisboa, in Lima, M. conferência.
- Moscovici, S., Henry, P., 1968, "Problèmes de l'analyse de contenu", *Langage*, Setembro, n.º II.
- Moscovici, S., 1976-1979, *Social Influence and Social Change*, Londres, Academic Press.
- Mullan, B. P., 1989, "The impact of social networks on the occupational status of migrants", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 1, Março.
- Myrdal, G., 1944, *An American Dilemma*, Nova Iorque, Harper Brothers.
- Nagel, J., 1984, "The ethnic revolution, the emergence of ethnic nationalism in modern states", *Sociology and Social Research*, Vol. 68, n.º 4, pp. 417-434.
- Narain, V., 1987, "Forms of Migration in Social Demography", *International Migration*, Vol. XXV, n.º 3, pp. 179-193.
- Nauck, B., 1987, "Assimilation process and group integration of migrant families", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 1, pp. 27-48.
- Oriol, M., 1984, "Les variations de l'identité", FES, Vol. I, Paris.
- Oriol, M., 1987, "Prospective du pluralisme", in *Prospective culturelle*, actas do Colloque Européen, IRFEC - Europe, Bruxelles/IDERIC, Nice, pp. 101-113.
- Ossowski, S., 1963, *Estrutura de Classes e Consciência Social*, Rio de Janeiro, Zahar.

- Palida, S., 1988, "Mutations et immigration, ethnicité, ethnic business? Ou simple rentabilisation des ressources spécifiques au plan économique et politique, entre formel et informel?", *Colloque international sur mutations économiques et travailleurs immigrés dans les pays industriels*, Vaucresson, CRIV.
- Parsons, T., 1952, *The Social System*, Travistock, Londres.
- Pascual, A., 1970, *El retorno de los emigrantes, conflicto o integración?*, Barcelona, Nova terra.
- Passaris, C., 1989, "Immigration and the evolution of economic theory", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 4, pp. 525-543.
- Pereira, G., 1989, *O Cooperante, a Política e a Prática da Cooperação, Perspectivas Actuais e Futuras*, Lisboa, IED.
- Perruchoud, R., 1989, "Family reunification", *International Migration*, Vol. XXVII, n.º 4, pp. 509-542.
- Petersen, W., 1970, "A general typology of migration", in Jansen, C., *Readings in the Sociology of Migration*, Oxford, Pergamon Press.
- Petras, E. M., 1981, "The global market in the modern world economy", in Kritiz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), 1981, *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.
- Pettigrew, A., 1979, "On studying organizational cultures", *Administrative Science Quarterly*, Vol. 24, pp. 570-581.
- Pettigrew, T. F., 1983, "Group identity and social comparison", in Fried, C. (org.), *Minorities, Community and Identity*, Berlin, Springer-Verlag.
- Pinto, M., 1990, "Considerações sobre a produção social de identidade", in *I Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia.
- Pires, R., et al., 1987, "Os retornados, um estudo sociográfico", *Cadernos IED*, n.º 14, Lisboa, IED.
- Pires, R., Saint-Maurice, 1989, "Descolonização e migrações, os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 10 e 11, pp. 203-226.
- Pires, P., 1990, "Semiperiféria versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 81-90.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., e Raybaut, P., 1983, *Les Récits de Vie*, Paris, PUF.
- Portes, A., 1981, "Modes of structural incorporation and present theories of labour immigration", in Kritiz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), 1981, *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.
- Porpora, D., 1989, "Four concepts of social structure", *Journal of Theory of Social Behaviour*, 19, pp. 195-211.
- Portes, A., 1981, "Modes of structural incorporation and present theories of labor", in Kritiz, M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A., Manning, R., 1985, "L'enclave ethnique, réflexions théoriques et études de cas", *Revue internationale d'action communautaire*, 14/54, pp. 45-61.
- Pred, A., 1981, "Of paths and projects, individual behaviour and its societal context", in Cox, K., Colledge, R. (orgs.), *Behaviour Problems in Geography Revisited*, Nova Iorque, Methuen, pp. 231-255.
- Pryor, R. J., 1981, "Integrating international and internal migration theories", in Kritiz, M. M., Keely, C. B., e Tomasi, S. M. (orgs.), 1981, *Global Trends in Migration, Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.
- Ravenstein, E. G., 1889, "The laws of migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, LII.
- Rex, J., 1970, *Race Relations in Sociological Theory*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
- Rex, J., 1981, "Relations raciales et groupes minoritaires, quelques convergences", *Revue internationale des sciences sociales*, Vol. XXXIII, n.º 2, pp. sem numeração.

- Rex, J., 1983, *Race Relations in Sociological Theory*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Rex, J., 1986, *Raça e Etnia*, Lisboa, Estampa.
- Rex, J., Mason, D., 1986, *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rex, J., 1988, *The Ghetto and the Underclass*, Avebury, Cower Publishing Company.
- Rodriguez-Tomé, H., 1972, *Le moi et l'autre dans la conscience de l'adolescent*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.
- Roheim, G., 1967, *Psychanalyse et anthropologie*, Paris, Gallimard.
- Rudder, V., 1985, "L'obstacle culturel, la différence et la distance", *L'Homme et la société*, n.ºs 77-78, pp. 23-49.
- Sage, M., 1988, "The missing link? The relationship between spatial mobility and social mobility", *The British Journal of Sociology*, Vol. XXXIX, n.º 4, pp. 555-577.
- Salt, J., 1981, "International labour migration in Western Europe", in Kritiz, M. M., Keely, C., e Tomasi, S. M., *Global Trends in Migration*, Center of Migration Studies, Nova Iorque, p. 142.
- Salt, J., 1986, "International migration, a spatial theoretical approach", in Pacione, M. (org.), *Population Geography, Progress and Prospect*, Londres, Croom Helm.
- Salt, J., 1987, "Contemporary trends in international migration study", in *International Migration*, Vol. xxv, n.º 3, Setembro.
- Salt, J., 1988, "Highly-skilled international migrants, careers and internal labour markets", *Geoforum*, 19, pp. 387-399.
- Salt, J., 1990, "Labour migration, the general context", in Johnson, J. H., e Salt, J. (orgs.), *Labour Migration, the Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World*, Londres, David Fulton Publication.
- Schermerhorn, R., 1967, "Polarity in the approach to comparative research in the ethnic relations", *Sociology and Social Research*, Vol. 51, n.º 2, pp. 235-239.
- Schermerhorn, R., 1970, *Comparative Ethnic Relations*, Chicago, University of Chicago Press.
- Scott, A., 1988, "Imputing beliefs, a controversy in the sociology of knowledge", *The Sociological Review*, 36 (1).
- Sem autor, 1978, "O crioulo poderá tornar-se uma língua de cultura?", *Revista Educação*, n.º 4, Bissau.
- Shrestha, N., 1988, "A structural perspective on labour migration in underdeveloped countries", *Progress in Human Geography*, 12 (2), pp. 177-207.
- Sthal, H. M. et al., 1982, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Lisboa, IED.
- Silva, A., Pinto, J. (orgs.), 1986, *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Silva, M., et al., 1984, "Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal", *Cadernos IED*, n.º 8, Lisboa, IED.
- Taboada-Leonetti, J., 1972, "Le problème de l'identité chez les immigrants des départements d'outre-mer, l'exemple des réunionnais", *Sociologie du Travail*, n.º 3.
- Taboada-Leonetti, I., 1975, *De l'alienation à la prise de conscience, tese de doutoramento do terceiro ciclo*, director de pesquisa A. Touraine, E. P. Hautes Études, Sorbonne, Paris.
- Taboada-Leonetti, I., 1985, "Culture d'origine, cultures immigrées, cultures ethniques", *L'Homme et la société*, n.ºs 77-78, pp. 121-141.
- Taboada-Leonetti, I., 1987, "Cohabitation pluri-ethnique et la question immigrée", in *Les Immigrés des Deux Quartiers*, Ciemi, L'Harmattan, pp. 23-50.
- Taboada-Leonetti, I., 1989, "Cohabitation pluri-ethnique dans la ville, stratégies d'insertion locale et phénomènes identitaires", *Revue Européenne des migrations internationales*, Vol. 5, n.º 2, pp. 51-70.
- Taboada-Leonetti, 1990, "Les stratégies identitaires des acteurs sociaux, le point de vue du sociologue", in Camilleri, C., et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.

- Tajfel, H., 1978, "Social categorization, social identity and social comparison", in Tajfel, H. (org.), *Differentiation Social Groups, Studies in the Psychology of Intergroup Relations*, Londres, Academic Press.
- Tajfel, H., 1981, *Human Groups and Social Categories*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Talmon, Y., 1970, "Social change and kinship ties", in Hill, R., e R. Konig, *Families in East and West*, Paris, Mouton, pp. 504-522.
- Taylor, D., McKirman, D. (1984), "Theoretical contributions — a five-stage model of intergroup relations", *British Journal of Social Psychology*, n.º 23, pp. 219-300.
- Thompson, B., 1983, "Social ties and ethnic settlement patterns", in McCready (org.), *Culture, Ethnicity and Identity, Current Issues in Research*, Nova Iorque, Academic Press.
- Trindade, B., 1982, *Sensibilisation communautaire dans une optique d'interculturalisme en milieu de fort emigration*, S. 1. e. s. e., Paris, CCRC.
- Trindade, R., 1976, "Comunidades migrantes em situação dipolar, análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França", *Análise Social*, Vol. XII (48), pp. 983-997.
- Turner, J., 1988, "A behaviour theory of social structure", *Journal of Theory of Social Behaviour*, 18, pp. 355-371.
- Vala, I., 1989, "Identidades sociais e representações sociais sobre o poder, para um entendimento das culturas políticas em Portugal", *IV International Meeting on Portugal*, Durham, University New Hampshire.
- Vala, J., 1990, Identités Sociales et Représentations du Pouvoir, *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, T. 3, pp. 451-470.
- Vala, J., Monteiro, M. (coords.), 1993, *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Van der Berghe, 1978, *Race and Racism. A Comparative Perspective*, Nova Iorque, Wiley.
- Vasquez, A., Apfelbaum, E., 1985, "Du sentiment d'étrangeté à la situation d'étranger", *L'Homme et la Société*, n.º 77-78, pp. 51-61.
- Vasquez, A., 1990, "Les mécanismes des stratégies identitaires, une perspective diachronique", in Camilleri et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF.
- Volle, M., 1981, *L'Analyse des données*, Paris, Economica.
- Wall, K., 1993, "Classe social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajetórias dos migrantes de origem rural", in colectivo, *Emigração Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Wallerstein, I., 1979, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wallis, G., 1985, "Establishing bonds with the future, the inclusion of posterity within social system boundaries", *Sociological Spectrum*, n.º 5, pp. 77-94.
- Watson, W., 1990, "Strategy, rationality and inference, the possibility of symbolic performances", *Sociology*, Vol. 24, n.º 3, pp. 485-498.
- Wallman, S., 1979, "The boundaries of race. processes of ethnicity in England", *Man*, n.º 13, pp. 200-217.
- Wallman, S., 1983, "Identity options", in Fried, C. (org.), *Minorities, Community and Identity*, Berlin, Springer-Verlag.
- Wallman, S., 1986, "Ethnicity and boundary process in context", in Rex, J., e Mason, D. (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Warner, W., 1936, "American class and caste", *American Journal of Sociology*, 42, pp. 234-7.
- Weber, M., 1968, *Economy and Society*, Vol. 1, Bedminster Press, Nova Iorque.
- Weinreich, P., 1986, "The operationalisation of identity theory in racial and ethnic relations, in Rex, J., e Mason, D. (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wellman, B., Leighton, B., 1979, "Networks, neighborhoods and communities, approaches to the study of the community question", *Urban Affairs Quarterly*, 15, pp. 363-390.

- Wellman, B., et al., 1988, "Networks as personal communities", in Wellman, B., Berkowitz, S. (orgs.), *Social structures, a network approach*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 130-184.
- Williams, J. A. (1984), "Gender and intergroup relations, towards an integration", *British Journal of Social Psychology*, 23, 311-16.
- Wilpert, C., Gilmez, A., 1987, "La microsociété des Turcs à Berlin", *Revue Européenne des migrations internationales*, Vol. 3, n.º 1 e 2, pp. 175-197.
- Wiseman, J., 1985, "Individual adjustments and kin relationship", *International Migration*, Vol. XXIII, n.º 3, pp. 349-363.
- Wright, O., 1980, "Varieties of marxist conceptions of class structure", *Politics and Society* 9, n.º 3, pp. 323-70.
- Wright, O., 1989, "The comparative project on class structure and class consciousness, an overview", *Acta Sociologica* (32), 1, pp. 3-22.
- Yinger, M., 1986, "Intersecting strands in the theorization of race and ethnic relations", in Rex, J., e Mason, D. (orgs.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Zelinsky, W., 1971, "The hypothesis of mobility transition", *Geographical Review*, Abril, 219-49.